



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 087 – TERÇA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>Corregedores Substitutos</b> Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> <b>(Resolução do Senado Federal nº 40/95)</b></p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</b></p> <p><b>Líder</b> Efraim Morais PFL-PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p><b>Vice-Líderes</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL -18</b></p> <p><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 10</b></p> <p><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 5</b></p> <p><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p><b>Vice Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>		<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretora da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 82ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE JUNHO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 133, de 2003 (nº 255/2003, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2003, que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 113, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.688, de 13 de junho de 2003..... 15963

#### 1.2.2 – Pareceres

Nº 692, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 75, de 2003 (nº 112/2003, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Dra. Maria Paula Dallari Bucci, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômicas – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos..... 15963

Nºs 693 e 694, de 2003, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira..... 15964

#### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 006/2003, de 23/1/2003, do Desembargador Orlando de Almeida Perri, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, solicitando documentos colhidos pela CPI do Judiciário, criada pelo Requerimento nº 118, de 1999. .... 15967

Recebimento do Ofício PGR/GAB/Nº 96, de 18/02/2003, do Procurador-Geral da República, acusando o recebimento do Relatório Final da CPI das ONG's, criada pelo Requerimento nº 22, de 2002, e informando providências adotadas. .... 15968

Recebimento do Ofício PGR/GAB/Nº 389, de 14/04/2003, do Procurador-Geral da República, em reiteração ao Ofício PGR/GAB/Nº 335, de

2003, acusando o recebimento do Relatório Final nº 01, de 2003-CN, e credenciando servidor para analisar os documentos colhidos pela CPMI do Roubo de Cargas, criada pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN. .... 15968

Recebimento dos Avisos nºs 71-SGS-TCU, de 5/2/2003, 106-SGS-TCU, de 12/2/2003, 324-SGS-TCU, de 19/03/2003, 375-SGS-TCU, de 26/03/2003, 448-SGS-TCU, de 09/4/2003, e 394-GP/TCU, de 11/04/2003, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando Acórdãos e prestando informações referentes a denúncias protocoladas perante a CPI do Judiciário, criada pelo Requerimento nº 118, de 1999. .... 15969

Recebimento do Ofício nº 051/2003-CG, de 14-2-2003, da Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, encaminhando cópia de decisão relativa a denúncias protocoladas perante a CPI do Judiciário, criada pelo Requerimento nº 118, de 1999..... 15970

Recebimento dos Aviso nº 317-GP/TCU, de 31-3-2003, do Presidente do Tribunal de Contas da União, do Ofício nº 121/2003-GG, de 7-4-2003, do Governador do Estado de Pernambuco, da Carta do Governador do Estado do Paraná, de 9-4-2003, do Ofício nº 240-GG, de 10-4-2003, do Governador do Estado da Paraíba; e do Ofício nº 1046/MF, de 9-5-2003, do Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda, acusando o recebimento do Relatório Final nº 1, de 2003-CN, apresentado como conclusão dos trabalhos da CPI do Roubo de Cargas, criada pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN, e informando providências adotadas. .... 15972

#### 1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a correção dos benefícios previdenciários... 15973

#### 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003 (nº 6.871/02, na Casa de origem), que institui o Ano de 2003 como Ano Nacional Cândido Portinari. .... 15975

**1.2.6 – Discursos do Expediente**

SENADOR MÃO SANTA – Apelo pela liberação de recursos para a manutenção do Hospital Universitário do Piauí..... 15976

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO – Necessidade de ampliação das campanhas institucionais de prevenção ao câncer de mama. .... 15978

SENADOR JOSÉ JORGE – Competição entre os setores elétrico e agrícola pelo uso da água da bacia do São Francisco. Importância da valorização da Agência Nacional de Águas – ANA. .... 15982

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Elogios pela decisão do Governo de congelar o preço de cerca de mil tipos de medicamentos. Registro de encontro em Roraima, entre políticos e representantes do Incra com o intuito de dirimir conflitos entre famílias assentadas pela reforma agrária e proprietários de terras do Estado. .... 15985

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Apelo para a recuperação das rodovias brasileiras com a utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE. Considerações sobre o crime organizado em Mato Grosso. .... 15986

SENADOR SIBÁ MACHADO – Registro de seminário sobre certificação florestal, realizado no Pará, bem como da reunião dos governadores da região Norte com ministros de Estado. .... 15996

SENADOR NEY SUASSUNA – Defende a implantação de políticas voltadas para os jovens como forma de evitar a delinquência..... 15999

SENADOR PAULO PAIM – Apresenta ao Plenário o livro A História do Salário Mínimo no Brasil, publicado pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Rio de Janeiro (SINTRASEF), que mostra a evolução dessa remuneração ao longo da história. .... 16002

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR – Preocupação com a qualidade da produção do Legislativo. .... 16081

SENADOR LUIZ OTAVIO – Comemoração de “Corpus Christi” em seu estado. .... 16085

SENADOR PAPALÉO PAES – Reconhecimento pelos trabalhos do serviço de comunicação do Senado..... 16087

SENADOR EDISON LOBÃO – Enaltece a escolha do idoso como tema da Campanha da Fraternidade. .... 16089

**1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR VALMIR AMARAL – Abuso da indústria das multas de trânsito. .... 16091

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem ao ex-Ministro Hélio Beltrão, a propósito da publicação do livro “Descentralização & Liberdade”, iniciativa da Editora Universidade de Brasília em parceria com o Instituto Hélio Beltrão..... 16092

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Comentários à matéria publicada na **Folha de S.Paulo**, edição de 15 do corrente mês, na qual o Secretário de Justiça de São Paulo afirma que as invasões de terras ocorridas no Estado, nos últimos meses, têm motivações políticas. .... 16093

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à matéria do **Correio Braziliense**, edição de 17 do corrente mês, intitulada: “Governo rejeita negociação com servidores”. .... 16095

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Considerações sobre a síntese de indicadores sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. .... 16096

**1.2.8 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, terça-feira, com Ordem do Dia anteriormente designada. . 16096

**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – RETIFICAÇÕES**

Atas das 77ª e 78ª Sessões Não Deliberativas realizadas em 13 e 16 de junho de 2003, respectivamente, e publicadas nos **Diários do Senado Federal** dos dias subseqüentes..... 16098

**3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 70 e 71, de 2003. .... 16104

**4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 4.061 a 4.089, de 2003. .... 16105

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

## Ata da 82ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de junho de 2003

### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Luiz Otávio e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa expediente que passo a ler:

É lido o seguinte

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 133, de 2003 (nº 255/2003, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2003, que estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 113, de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.688, de 13 de junho de 2003.

*(A Mensagem nº 133, de 2003, anexada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 113, de 2003, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 2, de 2002-CN.)*

#### PARECERES

#### PARECER Nº 692, DE 2003

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem Nº 75, de 2003, (nº 112/2003, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Doutora Maria Paula Dallari Bucci, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.**

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta realizada em 13 de maio de 2003, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre a Mensagem nº 75, de 2003, opina pela aprovação da indicação da Doutora Maria Paula Dallari Bucci, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos, por 23 votos favoráveis, 0 contrário(s) e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente – **Patrícia Saboya Gomes**, Relator – **Aloizio Mercadante** – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Delcídio Amaral** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Aelton Freitas** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Gilberto Mestrinho** – **João Alberto Souza** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Octávio** – **Antero Paes de Barros** – **Eduardo Azeredo** – **Tasso Jereissati** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

#### Relatório

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, a indicação da Doutora Maria Paula Dallari Bucci, para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

Trata-se de uma indicação Presidencial, feita por meio da Mensagem nº 75, de 2003, acompanhada do curriculum vitae da indicada.

A Dra. Maria Paula Dallari Bucci formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1987). Em 1994, concluiu mestrado em Direito na mesma USP, na área de direito econômico-financeiro, com a dissertação “Aspectos Jurídicos do Cooperativismo e das Cooperativas de Habitação no Brasil”. Em 2000, doutorou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, na área de Direito

do Estado, com a tese “Direito Administrativo e Políticas Públicas”.

A candidata tem bom domínio de línguas estrangeiras. Ela fala e escreve, com fluência, o inglês e o francês. Lê e entende o italiano e o espanhol.

Sua experiência profissional é ampla e variada. Destacamos em seu currículo as seguintes atividades.

- Foi advogada no escritório Professor Eros Roberto Grau no período de 1988 a 1990.

- É procuradora da Universidade de São Paulo, em cuja consultoria jurídica ingressou, como assistente jurídica, em 1992, atuando nas áreas contenciosa e consultiva. No período de 26-6-1998 a 29-3-1999, exerceu as funções de Procuradora Subchefe.

- É coordenadora do grupo Assessor para Convênios da USP desde novembro de 1990.

- Coordenadora da Subcomissão de Legislação Informatizada (LEGINF) da USP desde março de 1999.

- Representante da consultoria jurídica na Comissão de Informática da Reitoria da USP desde 1999.

Devemos destacar também a experiência docente da indicada. Ela foi professora da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu em 1996. Ela é professora do curso de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Santos desde janeiro de 2001. É professora e orientadora de trabalhos do Curso de Especialização em Direito Público da Escola Superior do Ministério Público desde 2002. É professora do Curso de Mestrado Profissionalizante em Direito do Mercado Financeiro (LLM) do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em São Paulo, desde 2002. É professora do Curso de Especialização em Direito Administrativo Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde 2002.

A Dra. Maria Paula Dallari Bucci tem, em seu curriculum, 17 trabalhos técnicos publicados, cabendo destacar dois livros: “Direito Administrativo e Políticas Públicas” e “Cooperativas de Habitação no Direi o Brasileiro” (ainda no prelo).

Há mais o que mencionar nas 15 páginas do seu magnífico *curriculum vitae*, mas acredito que constam deste relatório informações suficientes para comprovar a qualificação da indicada.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza políti-

ca e jurídica, o nome em apreço está em condição de ser apreciado por esta Comissão.

Sala da Comissão, **Ramez Tebet**, Presidente,  
**Patrícia Saboya Gomes**, Relatora.

*LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....  
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....  
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....  
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....  
XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

.....  
**PARECERES Nºs 693 E 694, DE 2003**

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2003 (nº 331/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira.**

**PARECER Nº 693, DE 2003,**  
(Da Comissão de Constituição,  
Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Luiz Otávio**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para análise, em regime de urgência constitucional e com apreciação simultânea da Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 23, de 2003 (nº 331, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira no valor de R\$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), por haver

sido submetido à condição análoga a de escravo e sofrido lesões em fazenda localizada no Sul do Estado do Pari, em setembro de 1989.

O projeto igualmente determina que o pagamento dessa indenização exime a União de efetuar qualquer outro ressarcimento ao beneficiário.

Ademais, dispõe que os recursos dessa reparação virão do Programa de Trabalho Direitos Humanos, Direito de Todos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Além disso, por emenda de plenário na Câmara dos Deputados, da Deputada Laura Carneiro, a proposta estabelece que a União será ressarcida dos gastos resultantes dessa autorização de indenização, mediante ações ou procedimentos administrativos ou judiciais cabíveis, assegurada a ampla defesa. A mesma emenda prevê, ainda, a proposição que casos análogos poderão usufruir o mesmo sistema de indenização, desde que sejam fruto de prévia denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e tenham autorização legislativa.

## II – Análise

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar o elo de ligação da normativa constitucional com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, que está denotado no art. 5º, § 2º, da Constituição Federal. Por esse parágrafo, o conteúdo de tais tratados, a exemplo da Convenção Americana e Sobre Direitos Humanos, alarga o rol de direitos e garantias previstos constitucionalmente, bem como os mecanismos de sua proteção e respeito.

Entre os mecanismos de proteção previstos pela Convenção Americana Sobre Direitos Humanos está o sistema de petições individuais, que pode implicar em responsabilidade internacional do Estado por violação direta ou omissiva aos direitos humanos.

No caso em tela, como resultado de petição individual a favorecer o Senhor José Pereira Ferreira, que foi submetido à condição análoga a de escravo e sofreu atentados à sua integridade pessoal em território pátrio, o Brasil reconhece sua responsabilidade mediante o procedimento de solução amistosa na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, previsto no art. 48, I, f, daquela Convenção.

Essa atitude brasileira não somente tem resguardo no art. 5º, § 2º, como também nos princípios fundamentais de nossa Carta Magna. O Brasil assume por esses princípios constitucionais sua função primordial de garantir a dignidade da pessoa humana

e os valores sociais do trabalho (art. 1º, incisos III e IV), de construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º inciso I) e ser regido nas relações internacionais pela prevalência dos direitos humanos e pela solução pacífica de controvérsias (art. 4º, incisos II e VII).

O direito internacional dos direitos humanos, plenamente incorporado ao regime constitucional brasileiro, impõe responsabilidades ao Estado depois de constatada a violação concreta. E, no sistema interamericano de direitos humanos, essa conclusão pode ser feita por acordo entre as partes (solução amistosa), por recomendação da Comissão ou por sentença da Corte Interamericana. Essas são as hipóteses análogas a que se refere a emenda de plenário da Câmara, possibilitando indenizações futuras, que apropriadamente também determina a possibilidade de ação regressiva do Estado contra os agentes diretos da violação.

Dessa forma, a maneira como o Estado Brasileiro encontra de reparar o Senhor José Pereira Ferreira é mediante lei, com recursos provenientes da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Tal postura é perfeitamente constitucional e atende os requisitos de juridicidade.

## III – Voto

Assim, à vista do exposto, opinamos pela aprovação total do PLC nº 23, de 2003.

Sala da Comissão, 11 de junho de 2003. –  
**Edson Lobão**, Presidente – **Luiz Octávio**, Relator –  
**Antonio Carlos Valadares** – **Magno Malta** – **Fernando Bezerra** – **Garibaldi Alves Filho** – **Juvêncio da Fonseca** – **Antonio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **José Jorge** – **Tasso Jereissati** – **João Batista Motta** – **Sibá Machado** – **Jorge Bornhausen**.

### PARECER Nº 694, DE 2003

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Luiz Otávio**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Valdir Raupp**

## I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência constitucional e com apreciação simultânea da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 23, de 2003 (nº 331, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo.

O projeto autoriza a União a conceder indenização a José Pereira Ferreira no valor de R\$52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) por ter sido ele submetido a condição análoga à de escravo e sofrido lesões em fazenda localizada no sul do Estado do Pará, em setembro de 1989. O pagamento dessa indenização exige a União de efetuar qualquer outro ressarcimento ao beneficiário (art. 1º).

A despesa decorrente dessa indenização correrá à conta de recursos alocados ao Programa de Trabalho Direitos Humanos, Direito de Todos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (art. 2º), devendo a União adotar as ações ou procedimentos administrativos ou judiciais cabíveis para ser ressarcida desses gastos (art. 3º).

Durante sua apreciação pela Câmara dos Deputados foi acrescido ao projeto original o art. 4º, emenda da Deputada Federal Laura Carneiro, determinando que o benefício poderá ser aplicado a casos análogos, mediante prévia instauração do processo ou procedimento adequado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a correspondente autorização legislativa.

## II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do disposto nos arts. 97 e 99, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre assuntos submetidos ao seu exame, especialmente quanto aos seus aspectos econômico, financeiro e orçamentário.

Conforme Exposição de Motivos nº 4, de 10 de março de 2003, do Senhor Secretário de Direitos Humanos, a iniciativa de pagamento de indenização coaduna-se com o compromisso do Estado brasileiro de estreitar a cooperação com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no processo de combate e erradicação da prática do trabalho escravo no território nacional, recomendada pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, ao qual o Brasil aderiu em 25 de setembro de 1992.

O Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo trata de caso exclusivo, isto é, que põe à margem qualquer outro caso concreto. E este caso peculiar, uma vez que as agressões sofridas pela vítima José Pereira foram perpetradas por empregados particulares do proprietário da Fazenda Espírito Santo, não funcionários do aparelho estatal.

A indenização do Sr. José Pereira Ferreira é fruto de inúmeras negociações no âmbito do procedimento de soluções amistosas da Comissão

Interamericana sobre Direitos Humanos, que dispensam, neste caso específico, o julgamento pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como estabelece o artigo 51 da Convenção de Costa Rica. Em outra situação, o Governo Brasileiro poderá encaminhar defesa perante a Corte Interamericana.

Com a extensão a casos análogos, como pretende a emenda apresentada pela Deputada Laura Carneiro, esta possibilidade de defesa estaria excluída. O projeto, pois, limita o âmbito de atuação de defesa da União perante a Corte, ao contrário do que autoriza a Convenção da qual o País é signatário, restando evidente contra-senso.

Ainda que a emenda apresentada, acrescentando o artigo 4º, vise o nobre objetivo de assegurar indenizações às vítimas submetidas à condição análoga de escravo, é imperioso que no atendimento das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos afira-se, caso a caso, segundo os parâmetros constitucionais e legais, a quem pertence a responsabilidade pela reparação civil dos danos causados em face da violação aos direitos humanos da vítima: à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios ou a particulares.

Eis, pois os motivos que me levam a propor a supressão do art. 4º do Projeto ora em análise nesta Comissão.

Quanto ao aspecto financeiro e orçamentário, vale enfatizar que:

1) dado ao seu caráter circunstancial, a matéria não faz parte do Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003;

2) a Lei nº 10.524, de 2002, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2003, não contém restrição explícita ao pagamento de indenizações dessa natureza;

3) há previsão orçamentária para atender à despesa decorrente da aprovação do projeto. A lei orçamentária anual para 2003, Lei nº 10.640, de 2003, destinou para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a quantia de R\$ 80 mil, consignada no subtítulo “14.422.0154.4671.0001 – Atendimento Emergencial a Pessoas Submetidas a Violações de Direitos Humanos”;

4) o valor da indenização não excede o crédito orçamentário previsto, conforme



estabelece o art. 167, II, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, – **Paulo Octávio**, Presidente em exercício – **Valdir Raupp**, Relator *ad hoc* – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **César Borges** – **Jonas Pinheiro** – **Antero Paes de Barros** – **Tasso Jereissati** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Ney Suassuna**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

II – prevalência dos direitos humanos;

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Art. 167. São vedados:

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os

LEI Nº 10.524, DE 25 DE JULHO DE 2002

Mensagem de veto

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.**

LEI Nº 10.640, DE 14 DE JANEIRO DE 2003

Mensagem de veto

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa,

**O Sr. Presidente (Paulo Paim)** – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OFÍCIO Nº 6/2003

Cuiabá-MT, 23 de janeiro de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador Ramez Tebet  
D.D. Presidente do Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, S/Nº  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Visando instruir o Processo Administrativo nº 4/2001 – Capital, em que o Exmº Sr. Dr. José Geraldo da Rocha Barros Palmeira – MM. Juiz de Direito da Vara Especializada de Falência, Concordatas e Cartas Precatórias da Comarca de Cuiabá/MT, responde perante este Egrégio Tribunal de Justiça, solicito a Vossa Excelência a expedição de cópia integral das declarações do Juiz Daniel Antônio Souza Accioly, membro do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, prestadas na “CPI do Judiciário”, assim como dos documentos por ele acostados naquela oportunidade, bem como os documentos juntados pelo Juiz José Geraldo da Rocha Barros Palmeira, quando depôs na referida CPI, especialmente aqueles que, segundo afirmou, teria recebido por carta anônima.

Na oportunidade, manifesto a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima, consideração e apreço.

Des. **Orlando de Almeida Perri**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

As informações e documentos solicitados foram encaminhados à autoridade requerente em 20-3-2003, mediante o Ofício SF nº 239.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 96

Brasília, 18 de fevereiro de 2003

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Digníssimo Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do Ofício SF/13/2003, de 31 de janeiro de 2003, recebido do Senador Ramez Tebet, então Presidente do Senado Federal, e a documentação a ele acostada, tratando do exemplar do Suplemento ao nº 158 do **Diário do Senado Federal**, contendo Relatório Final apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de ONGs.

Informo, por oportuno, que estou enviando, nesta data, toda a documentação ao Procurador da República Sérgio Lauria Ferreira, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para as providências de sua competência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 22, de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 389

Brasília 15 de abril de 2003

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Digníssimo Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para em aditamento ao Ofício PGR/GAB/Nº 335, de 31 de março de 2003, e tendo em vista as conclusões da aludida CPMI quanto às acusações que recaem sobre o Deputado Federal José Fuscaldi Cesílio “Tatico”, informo que estou credenciando o Doutor José Martins Arantes, Assessor-Chefe da Assessoria de Articulação Parlamentar do Ministério Público Federal, para analisar junto à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, a documentação coligida pela aludida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 335

Brasília, 31 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Digníssimo Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do Ofício nº 301 (SF), de 25 de março de 2003, referente ao Relatório Final nº 1, de 2003-CN, apresentado como conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Informo, por oportuno, que estou enviando, nesta data, cópia de toda a documentação aos Procuradores-Chefe das Procuradorias da República nos Estados do Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, e aos Procuradores-Gerais de Justiça dos mesmos Estados, para as providências de sua competência, notadamente quanto ao contido nos itens I e II.

No que se refere a possível revisão da pena imposta ao senhor Milton César da Silva, encaminho a

Vossa Excelência, cópia do expediente que estou enviando à Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Ainda, em relação às conclusões da referida CPI no tocante ao atual Deputado Federal José Fuscaldi Cesílio "Tatico", informo que esta Procuradoria-Geral da República irá adotar as providências cabíveis.

Por último, informo que tão logo haja interesse por parte das unidades do Ministério Público Federal nos Estados, estarei credenciando pessoa para analisar junto à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, de toda a documentação coligida pela aludida Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 23, de 2000-CN.

A documentação selecionada foi encaminhada em 23-4-2003 à autoridade requerente, por meio do Ofício SF nº 491/2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Aviso nº 71-SGS-TCU

Brasília-DF, 5 de fevereiro de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão número 61/2003, aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 5-2-2003, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam (TC nº 018.021/2000-0).

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 106-SGS-TCU

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão número 97/2003, aprovado

pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 12-2-2003, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam (TC nº 001.514/2001-6).

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 324-SGS-TCU

Brasília-DF, 19 de março de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão número 249/2003, aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 19-3-2003, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam (TC nº 002.366/2001-6).

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Aviso nº 375-SGS-TCU

Brasília-DF, 26 de março de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão número 276/2003, aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 26-3-2003, bem como dos respectivos Relatórios e Votos que os fundamentam, e, ainda, cópia das deliberações adotadas no âmbito dos processos TC nº 004.395/1999-9, 525.072/1995-0 e 016.196/1994-5 (TC nº 003.921/2002-0).

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 448-SGS-TCU

Brasília-DF, 9 de abril de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão número 351/2003, aprovado pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária

ria do Plenário de 9-4-2003, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam (TC nº 001.665/2001-0).

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

Aviso nº 394 – GP/TCU

Brasília, 11 de abril de 2003

A Sua Excelência, o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Por meio do OF. nº 281-11/2000 – Pres, de 16 de outubro de 2000, essa Casa Legislativa enviou ao Tri-

bunal de Contas da União relação de documentos noticiando fatos denunciados à CPI do Judiciário.

Em atenção ao referido expediente, comunico a Vossa Excelência que este Tribunal, mediante a Decisão nº 1.056/2000 – TCU – Plenário (TC-016.067/2000-0), anexa por cópia, determinou a identificação dos fatos que já apurou, e a constituição de processos específicos para averiguar os ainda não examinados.

Por oportuno, em aditamento aos Avisos nºs 4 e 145-GP/TCU, de 3 de janeiro e 7 de março de 2001, respectivamente (cópias em apenso), encaminho síntese das decisões prolatadas a respeito pelo Tribunal.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

**Ofício nº 051/2003-CG**  
Protocolo nº 2000304845  
Pedido de Providências nº 379/2000

Belém, 14 de fevereiro de 2003

SENADO FEDERAL

À publicação.  
Junta-se ao processado do  
RQS nº 118, de 1999.  
Em 23/06/2003.

Excelentíssimo (a) Senhor (a),

Através do presente, encaminho em anexo, cópia da Decisão proferida nos autos de **Pedido de Providências nº 379/2000**, formulado pelo Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, Presidente do Senado Federal, à época, para conhecimento e os devidos fins de direito

Atenciosamente;



**Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE**  
*Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior*

Anexo: Cópia de fls. 21/22 em referência.

Excelentíssimo (a) Senhor (a)  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
BRASÍLIA - DF

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**Pedido de Providências nº 379/2000**

Requerente: **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente do Senado Federal.

**Vistos, etc.**

O Senado Federal, encaminhou documentos referentes a denúncias oferecidas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), protocoladas sob nºs 013825-99; 014877-99; 015977-99; 016105-99 e 016465/99.

Concluiu o ofício mencionando que a documentação pertinente está a disposição no Senado Federal.

A Assessoria, colheu informações.

É o breve relatório. Opina-se.

Retificando a decisão de fls. 13, destes autos, os documentos encaminhados versam de denúncias oferecidas contra o Dr. **Licurgo Freitas Peixoto**, como Juiz de Direito das Comarcas de São Félix do Xingu e Capitão Poço (Prots. nºs 013825-99, 015977-99 e 014877-99), por tomada de terras e gados, mediante documentos e sentenças suspeitas, morosidade na tramitação dos autos nº 133/95, 086/95, 043/93 e outros, roubo de terras e gado, e utilização de presos para trabalhos nas suas terras, sem remunerações; Dr.<sup>a</sup> **Rosa Maria Celso Portugal Gueiros** (Prot. nº 016105-99), por assinar Mandado de Reintegração de Posse Falsificado, referente à venda de três apartamentos da Construtora URCA S/A; e **Concurso Público para Oficial do Cartório Cível e anexos do fórum da cidade Teixeira Soares-Pa.** (Prot. nº 016465-99).

O Dr. **Licurgo de Freitas Peixoto**, (Processo nº 2001300241), encontra-se afastado das funções judicantes pela Câmara de Férias, em sessão realizada em 17.01.2001. Em sessão Ordinárias realizada em 07.08.2002, o Órgão Especial, à unanimidade de votos, acolheu o relatório da Presidência que sugeriu a manutenção do afastamento do Magistrado de suas funções judicantes, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e a permanência da Des.<sup>a</sup> Carmencin Marques Cavalcante como relatora do feito. Após inquirição de todas as testemunhas, o Magistrado apresentou novas, tendo a Des.<sup>a</sup> Relatora, em data de 13. 01.03, mandado a Manifestação do Ministério Público. O Processo Administrativo Disciplinar acima mencionado diz respeito a apropriação de terras pertencentes a Ita Alves de Oliveira.

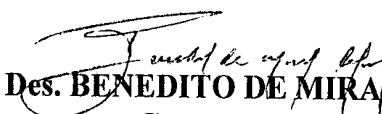
Da denúncia oferecida contra a Dr.<sup>a</sup> **Rosa Maria Celso Portugal Gueiros**, tramitou pelo Conselho da Magistratura, uma Representação contra a Magistrada, formulada por Ana Paula Ferreira Viégas, Protocolada sob nº 1995300072, que através do Acórdão mº

03, de 06.07.95, por unanimidade de votos, não foi reconhecida por não ser a via adequada para apreciação dos pedido, remetendo os autos Corregedoria Geral da Justiça, para as providências legais, que após o recebimento, o encaminhou a Diretoria do Fórum Cível desta Capital.

Quanto a fraude ao Concurso Público para Oficial do Cartório Cível e anexos no fórum da cidade de Teixeira Santos, inexistiu realização de Concurso Público no referido município, como também, o mapa deste estado não faz referência a tal cidade.

Mediante o exposto, determino o arquivamento destes autos.

Belém, 30 de janeiro de 2003.

  
**Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA**  
Corregedor Geral da Justiça

**O Sr. Presidente** (Paulo Paim) – Os expedientes publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

**O Sr. Presidente** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Aviso nº 317-GP/TCU

Brasília, 31 de março de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Com grande satisfação acuso o recebimento do exemplar do Suplemento ao nº 18, do **Diário do Senado Federal** do dia 11 de março de 2003, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2003-CN, apresentado como conclusão de seus trabalhos, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada, no Congresso Nacional, pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN, destinada a apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Congratulo-me com o nobre Presidente dessa Casa e com os Senhores Parlamentares que compuseram a referida Comissão pelo importante documento, por sua qualidade e pela acuidade na análise técnica que, com toda a certeza, evidencia o esforço dos participantes no desempenho da missão que lhes foi atribuída.

Respeitosamente, – **Valmir Campelo**, Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Of. nº 121/2003-GG

Recife, 7 de abril de 2003

Excelentíssimo Senhor  
José Sarney  
Digníssimo Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimento Vossa Excelência e registro recebimento de Of. nº 288 (SF), de 25 de março último, através do qual foi encaminhado a este Governo o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 23, de 2000-CN, destinada à apuração dos problemas de roubos de carga nos transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

A esse respeito, apraz-me transmitir a Vossa Excelência o teor do despacho dado à matéria, encaminhando-o à área competente:

“A Secretaria de Defesa Social, para exame de Relatório anexo no que concerne a Pernambuco (págs. 154 a 161) e, em decorrência, indicação de providências acaso já adotadas ou a ser implementadas, de modo a subsidiar resposta do Governo ao Presidente do Senado. Recomendo celeridade no cumprimento dessas providências.

Oportunamente, informarei a essa Casa os detalhes pertinentes da atuação das autoridades estaduais de Segurança Pública, para o enfrentamento dos problemas sob foco.

Renovando protestos de distinto apreço. – **Jarbas de Andrade Vasconcelos**, Governador do Estado.

## ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Governador  
Palácio Iguaçu, 9 de abril de 2003  
ct CEE/G 033/03

Prezado Senador José Sarney,

Cumprimentando-o cordialmente, agradeço-lhe a gentileza do envio de exemplar do Suplemento ao nº 18, do **Diário do Senado Federal**, do dia 11-3-2003, a respeito dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar roubo de cargas transportadas no País.

Cordialmente, – **Roberto Requião**, Governador do Estado.

## ESTADO DA PARAÍBA

Gabinete do Governador  
João Pessoa, 10 de abril de 2003

Ofício nº 240 GG

Excelentíssimo Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Ao cumprimentar Vossa Excelência, agradeço a gentileza da remessa do exemplar do Suplemento nº 18 do **Diário do Senado Federal** do dia 11 de março de 2003, contendo a publicação do Relatório Final nº 1, de 2003-CN, apresentado como conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, instituída pelo Congresso Nacional.

Felicitos os eméritos membros do Congresso Nacional pela oportuna iniciativa, como também a citada Comissão pelo relevante trabalho, haja vista a incidência da prática de roubos de cargas ao longo das vias de transportes em todo o país, fato que tem ocasionado prejuízos incalculáveis às empresas transportadoras e conseqüentemente à economia nacional.

Franqueando os préstimos a Vossa Excelência, subscrevo-me com a expressão do mais elevado apreço.

Cordialmente, – **Cássio Cunha Lima**, Governador.

## OFÍCIO Nº 1.046/MF

Brasília, 9 de maio de 2003

A Sua Senhoria o Senhor  
Antonio Carlos Izac  
Chefe de Gabinete do  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Assunto: Base de dados do SIAFI Gerencial  
Documento: Ofício nº 272 (SF), de 25-3-03

Senhor Chefe,

De ordem do Senhor Ministro, acusamos o recebimento da correspondência acima indicada, subscrita pelo Exmº Sr. Senador Romeu Tuma e informamos o seu encaminhamento à Secretaria-Executiva deste Ministério, para conhecimento e eventuais providências.

Atenciosamente, – **José Ivo Vannuchi**, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os expedientes lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 23, de 2000-CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 244, DE 2003**

**Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para disciplinar a correção dos benefícios previdenciários.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 10:

“Art. 41. ....

.....

§ 10. Na hipótese de ter sido utilizada estimativa da variação do índice de que trata o § 9º para a fixação do reajustamento dos benefícios e a variação efetiva do índice for superior, a diferença deverá ser paga a partir do primeiro mês subsequente à divulgação do índice e retroativamente ao primeiro de vigência do reajustamento. (NR)”

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta lei aos reajustamentos dos benefícios previdenciários ocorridos a partir do ano de 2003.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O Decreto nº 4.709, de 29 de maio de 2003, determinou a correção dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acima do salário mínimo em 19,71%. Esse valor, conforme informação fornecida pela Assessoria de Imprensa do Ministério da Previdência Social (MPS), reflete a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos 12 meses, estimando-se em 0,38% a inflação de maio.

A utilização do INPC, índice calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é justificada, pelo próprio MPS por ser ele o *que melhor preserva o valor real dos benefícios, uma vez que melhor reflete o poder de compra dos trabalhadores na faixa de um a oito salários mínimos, onde se insere a totalidade dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social. Esse índice foi utilizado nos últimos cinco anos para reajustar os benefícios do INSS acima do salário mínimo.*

Ocorre que a inflação de maio de 2003, calculada pelo INPC/IBGE, divulgada no dia 10 de junho subsequente, foi de 0,99%, o que levou a variação desse índice, nos doze meses anteriores a junho de 2003, a 20,44%.

Esse último Índice deve ser aquele aplicado aos benefícios previdenciários para dar cumprimento ao que estabelece o § 4º do art. 201 da Constituição, que assegura o *reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei*, e o art. 41 da Lei nº 8.213, de 1991, que determina que os benefícios previdenciários terão atualização anual, por índice que represente a variação de preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção do valor de compra dos benefícios, divulgado pelo IBGE.

Assim, para equacionar esse problema e impedir que os segurados do Regime Geral de Previdência Social sejam prejudicados por subestimação dos índices de inflação, estamos submetendo o presente projeto ao exame do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2003. – Senador **Paulo Paim**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO III

### Do Regime Geral de Previdência Social

### CAPÍTULO II

### Das Prestações em Geral

### SEÇÃO IV

### Do Reajustamento do Valor dos Benefícios

Art. 41. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2001, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os seguintes critérios: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

I – preservação do valor real do benefício; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

II – (Revogado pela Lei nº 8.542, de 23-12-92)

III – atualização anual; (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

IV – variação de preços de produtos necessários e relevantes para a aferição da manutenção do valor de compra dos benefícios. (Alínea incluída pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

§ 1º O disposto no inciso II poderá ser alterado por ocasião da revisão da política salarial. (Tacitamente revogado em função da exclusão do inciso II deste artigo, pela Lei nº 8.542, de 23-12-92)

§ 2º Na hipótese de se constatar perda de poder aquisitivo com a aplicação do disposto neste artigo, o Conselho Nacional de Seguridade Social CNSS poderá propor um reajuste extraordinário para recompor esse valor, sendo feita igual recomposição das faixas os limites fixados para os salários de contribuição. (Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

§ 3º Nenhum benefício reajustado poderá exceder o limite máximo do salário-de-benefício na data do reajustamento, respeitados os direitos adquiridos.

§ 4º Os benefícios devem ser pagos do primeiro ao décimo dia útil do mês seguinte ao de sua competência, observada a distribuição proporcional do número de beneficiários por dia de pagamento. (Redação dada pela Lei nº 8.444, de 20-7-92)

§ 5º Em caso de comprovada inviabilidade operacional e financeira do Instituto Nacional do Seguro



Social, o Conselho Nacional de Previdência Social poderá autorizar, em caráter excepcional, que o pagamento dos benefícios de prestação continuada concedidos a partir de 1º de agosto de 1992 seja efetuado do décimo primeiro ao décimo segundo dia útil do mês seguinte ao de sua competência, retornando-se à regra geral, disposta no § 4º deste artigo, tão logo superadas as dificuldades. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.444, de 20-7-92)

§ 6º O primeiro pagamento de renda mensal do benefício será efetuado até 45 (quarenta e cinco) dias após a data da apresentação, pelo segurado, da documentação necessária a sua concessão. (Parágrafo renumerado pela Lei nº 8.444, de 20-7-92)

§ 7º (Revogado pela Lei nº 8.880, de 27-5-94)

§ 8º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no caput, de acordo com normas a serem baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

(Parágrafo incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

§ 9º Quando da apuração para fixação do percentual do reajuste do benefício, poderão ser utilizados índices que representem a variação de que trata o inciso IV deste artigo, divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou de instituição congênere de reconhecida notoriedade, na forma do regulamento. (Parágrafo incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 24-8-2001)

DECRETO Nº 4.709, DE 29 DE MAIO DE 2003

**Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 1º de junho de 2003.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,

Decreta:

Art. 1º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2003, em dezenove vírgula setenta e um por cento.

Parágrafo único. Para os benefícios concedidos pela Previdência Social a partir de 1º de julho de 2002, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo a este Decreto.

Art. 2º Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo, o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do disposto no art. 1º, de acordo com normas a serem estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Antonio Palocci Filho – Ricardo José Ribeiro Berzoini.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 30-5-2003

**ANEXO**  
FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até junho/2002	19,71
em julho/2002	18,98
em agosto/2002	17,63
em setembro/2002	16,63
em outubro/2002	15,67
em novembro/2002	13,88
em dezembro/2002	10,15
em janeiro/2003	7,25
em fevereiro/2003	4,67
em março/2003	3,16
em abril/2003	1,77
em maio/2003	0,38

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2003** (nº 6.871, de 2002, na Casa de origem), que institui o ano de 2003 como o Ano Nacional Cândido Portinari.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, que dispõe de 20 minutos para proferir o discurso.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem a este pronunciamento pela **TV Senado**, o instrumento mais importante do nosso País para integrar o Primeiro Mundo é a universidade. A história nos ensina que a nossa colonização fez tardar o ensino universitário no País. Em Lima, capital do Peru, que foi vice-reino da Espanha, logo nos primórdios de 1500, instalou-se a Universidade de São Marcos. Um quadro vale por dez mil palavras. Sabe-se que um povo Analfabeto, sem educação, sem cultura torna-se um povo sem saúde e infeliz, enquanto um povo alfabetizado, educado e culto torna-se saudável, rico e feliz.

Daria um quadro que vale por dez mil palavras: o Japão, cujas terras têm péssimas condições para agricultura e sofre fenômenos climáticos negativos, como maremotos e terremotos; apesar disso, País desperta como uma das maiores riquezas do mundo, porque lá há 600 universidades.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, devemos cuidar das que temos e ampliar o número de universidades do nosso Brasil. O diploma de ensino superior em nosso País, mais que um luxo, é uma necessidade social. A universidade vem cumprindo bem o seu duplo papel educacional de gerador e foco de difusão do conhecimento, mas o modelo educacional adotado em nosso País tem dificultado que ela cumpra seu papel social para com seus alunos. A universidade é um importante elemento de distribuição de renda. Entretanto, se a essa instituição tem acesso apenas os filhos das classes favorecidas, a educação superior acaba servindo para concentrar ainda mais a renda nas mãos dos ricos.

As estatísticas educacionais são bastante claras quanto ao problema do nosso modelo de educação superior. O último Censo Educacional de Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o INEP, refere que o Brasil conta com um total de 1.391 instituições que oferecem curso de nível superior no amplo leque que inclui desde as grandes universidades federais até alguns centros federais de educação tecnológica e uma grande variedade de instituições privadas de diversos portes. Há hoje 183 instituições públicas federais, estaduais e municipais e 1.208 entidades privadas. Uma proporção de 1 para 6,6. Essas unidades dispõem de quase 91 mil docentes da rede pública,

sendo mais de um terço doutores; enquanto dos 129 mil docentes da rede privada de cada oito somente um é doutor. Isso dá à rede pública, teoricamente, melhor condição para cumprir as funções precípuas de ensino superior, assistência e pesquisa, missões da universidade.

A rede pública oferece 4.401 cursos; a rede privada, 7.754 – 76% a mais. Em quantidade de vagas, a diferença é significativamente maior. Mais de 931 mil alunos novos por ano nas entidades privadas **versus** menos de 275 mil nas públicas – uma proporção de três vezes e meia. A rede pública está parada, estagnada há décadas, e a rede privada está se ampliando embora não com a qualidade que tinham as universidades federais. Orgulho-me de ter sido formado em uma universidade federal – e diga-se –, no período que chamam de ditadura e revolução, mas quando havia grande compromisso com as universidades públicas federais. O significado disso é claro: houve em nosso País a opção de permitir a proliferação de entidades privadas, que consomem parcelas significativas da renda de seus alunos, acompanhada da omissão do setor público, que impediu o crescimento de sua oferta. Na prática, a expansão da oferta de vagas serve mais aos dotados de generosas rendas familiares.

A estagnação é notória. Sou formado em Medicina pela Universidade Federal do Ceará. Eu a visitei recentemente e constatei que não evoluiu; continua como começou. Essa é a realidade do ensino público universitário brasileiro. Quem voltar à instituição onde estudou também poderá constatar isso.

Por outro lado, a qualidade reconhecida das instituições públicas atrai os interessados numa educação de melhor qualidade. Aqui mesmo, no Distrito Federal, é assim. Todos pretendem estudar na Universidade de Brasília, pois tem mais qualificação, tem um corpo docente mais aprimorado e maior número de doutores, se comparada com outras universidades. Para o brasileiro médio, o acesso às universidades gratuitas está cada vez mais restrito, em função de vestibulares muito concorridos que, via de regra, selecionam quem foi educado nos melhores colégios e cursinhos que pôde pagar. Então, quem está utilizando as poucas vagas das universidades públicas são os ricos, os poderosos, os bem-educados.

Essa educação deve ser revista, pois está cada vez mais concentrando o saber, que é a fonte mais importante e a causa da riqueza. Acabam, assim, empurrados para o nicho específico da rede privada, que atende, com uma educação reconhecidamente inferior, a estudantes que se equilibram na linha limite de

suas posses. A chance de concorrer, depois de formado, aos melhores postos acaba reduzida, provocando a diminuição do desejado efeito distribuição de renda propiciado pela melhora da possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, devemos pensar em maneiras de solucionar esse problema que expus agora. Como Governador do meu Estado, tive a oportunidade de promover significativa mudança em nossa universidade estadual, ampliando vagas e descentralizando os cursos, de forma a atender a uma quantidade maior de cidades do interior.

Senadora Iris de Araújo, antes de governar o meu Estado, fui ao Estado de V. Ex<sup>a</sup> aprender com o grande governante Iris Rezende e apaixonei-me pelo mutirão de casas populares, assim como pelo ensino universitário. Senador Luiz Otávio, durante o meu Governo, o crescimento universitário do Piauí não foi apenas o maior do Brasil, mas do mundo.

Senador Paulo Paim, Deus nos permitiu criar no Estado do Piauí trezentas faculdades, trinta e dois **campi** universitários. No último vestibular realizado no meu Governo, sessenta e cinco mil brasileiros foram sonhar e buscar uma vaga na Universidade Estadual do Piauí, espalhada em trinta e duas cidades.

Concedo um aparte ao nobre Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, estava presidindo a sessão, mas passei a Presidência ao meu nobre colega Senador Luiz Otávio, para ter o direito de fazer um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. E por que o aparte? Porque V. Ex<sup>a</sup> trata de um assunto a que também tenho me dedicado com muito carinho, que é o ensino livre, público e gratuito. Tenho defendido, principalmente, a universidade pública para os chamados mais pobres. Ao mesmo tempo em que cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho feito no seu Estado e pela forma como tem abordado esse assunto, gostaria de dizer que, como Deputado Federal, apresentei um projeto de lei, que rerepresentei no Senado, para que fossem reservadas vagas na universidade pública federal não só para os negros, mas também para os pobres. A política de cotas é um tema de que tenho me ocupado. Esta Casa já aprovou por unanimidade projeto no sentido de garantir cotas aos negros. Essa matéria está na Câmara e vai retornar ao Senado no Estatuto da Igualdade Racial. E como achei um caminho? Estou garantindo no meu projeto que, na hora da matrícula, seja considerada a declaração do Imposto de Renda da família, e não só a do aluno, porque normalmente o filho de um milionário nem faz declaração de Imposto de Renda, mas a fa-

mília faz. Que essa declaração de Imposto de Renda seja um instrumento para garantir efetivamente que os filhos dos pobres tenham acesso à universidade pública federal. Não quero usar o tempo de V. Ex<sup>a</sup> de forma indevida, por isso faço apenas esse registro. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo belo pronunciamento, deixando claro que a minha contribuição, como Deputado e agora como Senador, foi na linha de que a declaração do Imposto de Renda seja um instrumento, em outras palavras, para garantir vaga aos mais pobres. Era o que tinha a dizer. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, agradeço a sua contribuição, que incorporo ao meu pronunciamento.

Queremos aproveitar esse pronunciamento e a sua participação, pois V. Ex<sup>a</sup> é reconhecido não só no Piauí, mas também em todo o Brasil, como um dos maiores líderes do seu Partido, o Partido do Trabalhador. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que não traiu aquela força que o fez Senador, a força do povo, e sempre ouve os reclamos dos necessitados, dos mais humildes, dos sofridos.

Atraídos pela figura generosa e obstinada de Luiz Inácio Lula da Silva e dos homens que o acompanhavam, mesmo conhecendo as limitações culturais do Presidente da República, acreditamos nos que o acompanhavam, entre os quais se encontrava V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, que encantou todo o Brasil ao defender uma das bandeiras mais importantes: o salário justo para os mais necessitados.

Aproveito a oportunidade para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que em 1989, o então Presidente José Sarney, deu início às obras do hospital universitário no Piauí. Em seguida, vieram o Governo de Fernando Collor de Mello, o de Itamar Franco e o de Fernando Henrique Cardoso. Pesquisei quanto investiram na obra: vinte e dois milhões – aí está o Senador José Jorge, engenheiro de grande saber, que entende do assunto. A Universidade Federal existe há muitos anos e possui Faculdade de Medicina, de Enfermagem e de Psicologia, as quais utilizam os hospitais do Estado. As obras do hospital universitário foram iniciadas em 1989, há 14 anos. Muitos Parlamentares fizeram emendas ao Orçamento destinando recursos para essa obra.

Senador Paulo Paim, o PT é V. Ex<sup>a</sup>. A luta é V. Ex<sup>a</sup>. A esperança é V. Ex<sup>a</sup>. O Governo Lula vai completar seis meses. Tenho em mão documentos do Magnífico Reitor Pedro Leopoldino, e já o encaminhamos a todas as autoridades. São cerca de 40 ambulatorios modernizados, com todas as especialidades, para atender ao povo que não tem condições de freqüentar

clínica particular. Além de termos reivindicado também ao Ministro da Saúde, ao Ministro da Educação, é uma lástima ter que dizer que, depois de seis meses, são reivindicados R\$60 mil de custeio para que esse ambulatório funcione na capital, Teresina. É preciso saber o PT que o Piauí não se contenta, não se satisfaz, está cansado, está esgotado de ser serviço de **marketing** de generosidade desse Governo, explorando humildes irmãos sofridos, lá em Acauã, a cidade onde estão implantando o Programa Fome Zero.

Hoje, podemos afirmar que Teresina é a maior cidade interiorana do Norte e Nordeste. Tem 151 anos e foi a primeira capital planejada deste País.

Na ditadura Vargas, o piauiense heróico não aceitou, como outros Estados o fizeram, um intervenor militar. Getúlio Vargas saiu indicando tenentes em todos os Estados brasileiros. Nós, piauienses, que tínhamos expulsado os portugueses em batalha sangrenta, não aceitamos. Lá, diferentemente, um médico, Leônidas Melo, no período Vargas, instalou um hospital e em homenagem ao Presidente Vargas colocou seu nome. Daí Terezina é ícone, referência e excelência de sistema de saúde, Senador Luiz Otávio. Nesse hospital ampliado, com pronto-socorro, no nosso Governo, de cada cem operados vinte sete são maranhenses. Para lá vão pessoas do Tocantins, do sul do Ceará, do sul e leste do Maranhão. Esse hospital universitário serve à melhoria da educação naquilo que é muito importante para o Piauí: assistência à saúde e medicina. É um centro de Medicina por excelência, de tal maneira que uma das cirurgias mais avançadas no mundo, os transplantes cardíacos, são realizados em Teresina há seis meses. Poucas são as capitais deste País que fazem transplante cardíaco com êxito, pois é uma das cirurgias mais avançadas do mundo.

Convoco o Senador Sibá Machado, do Bloco do Governo – S. Ex<sup>a</sup>, que Deus permitiu nascer no Piauí, na cidade de União – para nos unirmos e sensibilizarmos o Governo, sobretudo, os dois ministros. Custa R\$60 mil fazer funcionar um hospital universitário. É ridículo!

Eu sensibilizaria o Ministro Palocci, que é médico – e não tenho dúvida de seu conhecimento na área de Medicina –, para que recompensasse o Piauí, que elegeu, pela primeira vez, um governador do PT naquele Estado. Nenhuma das 224 cidades do Piauí antes foi administrada pelo PT.

Queremos crer que o Ministro da Educação, o Ministro da Saúde, a Bancada do PT, o Bloco e todos nós do Piauí vamos fazer funcionar esse hospital. Já

está caindo na gozação esse negócio de PT lá no Piauí. Estive lá agora e me disseram: PT, Dr. Mão Santa, significa pouco tempo. Porque não é possível. São seis meses de um Governo federal que possui superávit e só está arrecadando. Quando o Senador José Sarney governou este País, tínhamos dezessete Ministros. Veio o ex-Presidente Fernando Collor e, acertadamente, diminuiu o número para doze. Depois, o ex-Presidente Fernando Henrique aumentou para dezoito. Agora, temos quarenta ministros. Precisamos tirar alguns e investir os R\$60 mil reais de custeio para atender os doentes do norte do Piauí, de Teresina. É preciso fazer avançar a Universidade Federal do Piauí, que está estagnada.

Essas são as minhas palavras. Acredito que foi como um aquecimento. Quero crer que os primeiros meses serviram para aquecer e, agora, vamos iniciar o trabalho e as obras.

Deixo bem claro que o maior líder da História da Humanidade foi Cristo, que falou muito e bonito. O Pai-Nosso e o Sermão da Montanha são discursos de Cristo. Lula tem falado muito. Não sei se já falou mais que Cristo, mas tenho ouvido muito discurso do Presidente. O mundo inteiro seguiu Cristo e O segue porque, além de falar, discursar, fez obras e milagres. Ele fez cego ver, aleijado andar, mudo falar, surdo ouvir, limpou os corpos dos leprosos, tirou o demônio dos endemoninhados. Enfim, Ele fez obras.

Caro Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil espera, além de suas palavras, as obras. Vamos começar agora, fazendo funcionar o Hospital das Clínicas do Estado do Piauí.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Continuando a lista de oradores inscritos, com a palavra a Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, antes de iniciar as minhas palavras sobre o tema a que me proponho neste dia, eu não poderia deixar de fazer uma referência neste momento às palavras do nobre Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> conseguiu transmitir, de certa forma, um pensamento que toda a Nação neste instante comunga, Senador Mão Santa. Temos visto, o Senador Paulo Paim, o Senador Sibá Machado e todos os Senadores aqui presentes, a presença do nos-

so Presidente, procurando em várias ocasiões, falando à Nação, transmitir a confiança de que um projeto que se estabeleceu no momento em que ele se elegeu Presidente da República vai se tornar realidade.

Mas acredito também, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que temos uma responsabilidade junto ao Presidente da República. Representamos toda essa base forte que o apoiou e que o elegeu, na esperança de que houvesse uma mudança neste País, e cabe a nós, Senadores – principalmente Senadores experientes, que foram Governadores de seus Estados, como, no caso, o Senador Mão Santa, que governou tão bem o Piauí, com projetos que renderam benefícios ao povo de seu Estado –, cabe àqueles que têm experiência de projetos vitoriosos apresentá-los aqui, levá-los ao conhecimento do Presidente da República, porque isso faz parte da responsabilidade que todos temos, pois a responsabilidade de governar não é apenas do Presidente, é de todos nós que compomos essa base de apoio, de todos os brasileiros que votaram e confiaram nele.

Nesse sentido, amanhã farei novamente um pronunciamento, apresentando um projeto de construção de casas, que foi feito em Goiás, que considero da maior importância, como nossa contribuição.

Hoje, o tema sobre o qual vou discorrer diz respeito a uma coisa que me toca muito. Tenho defendido desta tribuna, inúmeras vezes, as mulheres, porque eu as represento; tenho que defendê-las, tenho que buscar em cada olhar, em cada gesto, em cada expressão feminina um componente ou uma força para que eu aqui, desta tribuna, possa transformar aquilo que tenho dito para aquelas que não têm vez e não têm voz a voz e a vez.

Tenho dito sobre a violência, essa violência que corrói as estruturas familiares, leva nossos jovens ao vício e, quase sempre, resulta em danos irreparáveis.

Pois o tema que me traz aqui, hoje, não deixa de trazer embutida uma forte dose de violência. Não a violência das ruas – aquela do narcotráfico, dos assaltos, dos seqüestros; ou aquela que, por suas próprias características, mais facilmente nos leva à indignação. Na verdade, a violência contra a sociedade brasileira de que quero tratar neste momento é mais silenciosa, é mais sutil, é mais ardilosa, mas nem por isso menos danosa. Falo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, do câncer de mama – e aqui visto a camiseta da campanha contra o câncer de mama. Fiz, inclusive, ser distribuído aos Gabinetes de todas as Sr<sup>as</sup> e de todos os Srs. Senadores um folheto a respeito. Aliás, temos hoje aqui a presença de dois médicos,

que, por serem especialistas, saberão entender que este é um assunto muito sério.

Trata-se de uma doença que, a cada ano, acomete – prestem atenção – mais de 36 mil mulheres no Brasil. Uma doença que, no mesmo período, mata nove mil dessas mulheres. Esse último número, por sinal, não deixa de acrescentar um componente simbólico à tragédia – porque é uma tragédia. Porque, se fizermos a conta, veremos que ele indica um fenômeno aterrador: o câncer de mama é responsável, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela morte de uma brasileira por hora.

Exatamente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: nove mil mortes por ano; 24 mortes por dia; uma morte por hora; a terceira colocação na lista das causas de óbito; e a segunda, quando se considera o universo feminino.

É esse o resultado do câncer de mama em nosso País. E vejam que dei ênfase, até agora, somente à crueza dos óbitos. Haveria de destacar também as seqüelas, as deformações, os graves problemas psicológicos decorrentes da doença.

Talvez os Srs. Senadores não possam entender o que significa para uma mulher ter arrancada uma parte do corpo – provavelmente aquela mais importante, por meio da qual criou, amamentou seu filho e lhe deu vida –, que hoje, graças a Deus, pelo avanço da Medicina, muitas vezes é reconstruída praticamente no momento da própria cirurgia, mas que não deixa de ser uma seqüela.

Não é à-toa, portanto, que uma pesquisa realizada com 30 mil mulheres, em 53 países, revelou que a maior preocupação, em termos de saúde, era o risco de contrair câncer de mama.

Por sinal, já que falei de outros países, penso que há duas informações que merecem ser trazidas ao debate. A primeira: de acordo com a Organização Mundial de Saúde, enquanto em 1975 tinham sido registrados 500 mil casos de câncer de mama em todo o mundo, em 2001 esse número saltou para 900 mil. A segunda informação é a de que parece não haver correlação entre o nível de desenvolvimento econômico atingido por um país e as taxas de incidência da doença. Basta observar, por exemplo, que há países desenvolvidos entre aqueles que exibem as taxas mais altas, como Estados Unidos, Canadá, Dinamarca e França, mas também entre os que apresentam as taxas mais baixas, como é o caso do Japão. Ou seja, a incidência em si da doença não dá sinais de regressão, ao mesmo tempo em que independe do maior ou menor progresso de cada país.

De qualquer forma, é exatamente essa constatação que nos leva ao ponto crucial do problema. Se o câncer de mama afeta indistintamente países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, é na prevenção da doença e em seu diagnóstico precoce que se deve atuar de maneira mais incisiva.

Quanto à prevenção, cumpre ter em mente os principais fatores de risco. Se não há muito o que fazer no que se refere à predisposição genética, porque algumas mulheres têm predisposição para contrair o câncer, enorme é o nosso raio de atuação, em especial sob a forma de campanhas de conscientização, no que diz respeito ao tabagismo e ao consumo excessivo de gorduras. Já no campo do diagnóstico precoce, e ainda com maior racionalidade também, são imensas as nossas possibilidades de ação.

Observem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a doutrina médica reconhece quatro estágios de desenvolvimento do câncer de mama – neste plenário, estão dois médicos que podem me corrigir, se eu cometer algum engano.

No primeiro, o chamado Estágio Um, o câncer não é maior que dois centímetros e não se espalhou para fora da mama. Seguem-se os demais estágios até o Quatro, em que o câncer já se espalhou para a pele, para os linfonodos do pescoço e mesmo para outros órgãos do corpo, em especial ossos, pulmões, fígado e cérebro.

Feitos esses esclarecimentos, voltemos aos números. Nos Estados Unidos e na Europa, 80% dos casos são diagnosticados no estágio inicial da doença, quando as chances de cura chegam a mais de 90%. No Brasil, ocorre exatamente o contrário: quase 80% dos casos são diagnosticados tardiamente, quando o tumor já atingiu mais de cinco centímetros ou se espalhou para fora da mama. Nesse estágio, a probabilidade de cura é bem menor e, quase sempre, é necessária a retirada da mama.

Concedo um aparte ao nobre Senado Augusto Botelho, para que V. Ex<sup>a</sup>, como profissional da saúde, acrescente dados que irão enriquecer o meu pronunciamento.

**O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR)** – Senadora Iris de Araújo, fico muito feliz por V. Ex<sup>a</sup> estar abordando esse tema, como defensora das mulheres; as mulheres que estão em casa e que V. Ex<sup>a</sup> disse não terem voz podem ter certeza de que agora têm a voz de V. Ex<sup>a</sup> para defendê-las. Na verdade, estamos observando-a mencionar o ponto que mais nos constrange na nossa profissão de médico, que é a mutilação com o tratamento do câncer de mama. Se as mulheres fi-

zessem o auto-exame com mais frequência, essa mutilação seria evitável. Hoje, o câncer de mama tem uma sobrevida muito boa; não é uma sentença de morte para a mulher. Aquelas nove mil mulheres que morrem são provavelmente as que são apanhadas no Estágio Quatro a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu. Gostaria de acrescentar para ilustrar o seu pronunciamento e ajudar na parte prática do dia-a-dia dos médicos, que o auto-exame é mais interessante do que o exame do médico. Se a mulher se examinar todo mês, ela detectará o tumor com mais rapidez. Depois, ela procura o médico. Estatisticamente, os tumores de mama são descobertos mais pelas mulheres do que pelos médicos, sem esquecer a mamografia, que é o exame mais sensível na detecção do câncer de mama. Por esse exame, detecta-se o câncer antes do Estágio Um, quando o tumor mede dois centímetros. Se toda mulher acima de 45 anos fizer a mamografia rotineiramente, diminuirá a possibilidade de falecimento de câncer de mama e diminuirá também a agressão à sua sensualidade, que representa a retirada da mama. Todo médico sofre quando faz isso com a paciente, mas é a medida que temos para oferecer-lhe uma sobrevida. Pedi o aparte para dizer que tenho certeza de que todas as mulheres sempre terão a voz de V. Ex<sup>a</sup> para defendê-las neste Senado. Muito obrigado.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO)** – Eu é que agradeço ao nobre Senador pelo aparte, que, aliás, levanta uma questão que eu abordaria mais à frente, mas que vou antecipar para aproveitar o momento do seu aparte.

Quando V. Ex<sup>a</sup> se refere ao auto-exame, eu gostaria de ressaltar que, por causa das campanhas de prevenção, praticamente todas as mulheres têm consciência do auto-exame. São várias as entidades que trabalham na área. Vestindo a camiseta da campanha, eu participo de uma campanha que já foi feita e continua a ser feita em todos os órgãos da imprensa. Artistas e pessoas bastante conhecidas têm-se proposto a trabalhar nessa direção.

Tenho uma preocupação um pouco maior em relação à prevenção. A mamografia é desconhecida de muitas mulheres. Elas não sabem desse exame, não o conhecem, não o entendem ou não foram informadas muitas vezes pelos próprios médicos que, a partir dos 40 anos de idade, a mulher, obrigatoriamente, deveria submeter-se a uma mamografia.

Onde estão os mamógrafos? Como a mulher, principalmente a pobre, tem acesso ao exame? Essa mulher muitas vezes não tem sequer um passe de ônibus para ir fazer o exame, que pode estar disponí-

vel numa instituição de saúde distante de sua casa. Muitos fatores a impedem de fazer o exame.

Sr. Presidente, é uma violência cometida contra a mulher brasileira a falta de oportunidade para prevenir o câncer de mama ou diagnosticá-lo precocemente. Isso precisa ser combatido.

A prevenção – repito – tem muito a ver com informação, principalmente o desestímulo ao tabagismo e o desestímulo à obesidade – assunto que já abordei.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nem tudo depende tão-somente de informação. Depende também de várias medidas de prevenção como o auto-exame. Por isso, é essencial que haja uma ação conjunta dos diversos níveis de governo, da mídia, de instituições privadas e organizações não-governamentais que – justiça seja feita – têm desenvolvido ações nesse sentido.

Ouçó com prazer o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, o tema abordado por V. Ex<sup>a</sup> é muito oportuno: o câncer de mama. Aliás, qualquer pronunciamento sobre saúde pública neste plenário é muito oportuno. Sou médico há 37 anos e posso dizer que atualmente a saúde no Brasil vai mal. Houve uma concepção errônea. Recentemente buscamos adotar o modelo de Cuba, mas nossas condições são totalmente diferentes. O território de Cuba corresponde à metade do Piauí e a população, em relação à brasileira, é muito pequena: 10 milhões de pessoas. Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma noção, tínhamos quase 300 médicos. Agora são 17 mil e pretendem dobrar o número. Entretanto, esqueceram o projeto correto, o projeto universal que valoriza o especialista: o SUS. A Medicina, hoje, não pode ser praticada apenas pelo médico de família. Os especialistas do SUS, pessoas competentes, foram esquecidos. Cito um exemplo: aposentei-me recentemente, após 35 anos de serviço como médico do SUS, com um salário de R\$1.200,00. No entanto, o médico de família hoje ganha bem mais. Por isso, os especialistas do SUS, os que fazem diagnóstico precoce do câncer de mama e orientam o tratamento de quimioterapia e de radioterapia, estão saindo dos grandes hospitais para serem médicos de família – profissão que atualmente remunera mais. A Medicina é um sacerdócio, mas os especialistas têm família e precisam sustentá-la. Há décadas, o Ministério da Saúde não realiza concurso para médico de hospitais especializados que praticam a Medicina capaz de fazer um diagnóstico precoce, de salvar vidas e vencer o câncer. A profissão de médico de família – que fazia pediatria, ginecologia, cirurgia – não existe mais. E

estamos pagando caro por esse retrocesso. O Governo e o Ministro da Saúde devem repensar a situação e valorizar o SUS, dando ao médico desses grandes hospitais que fazem Medicina avançada. Quis Deus que V. Ex<sup>a</sup> falasse sobre câncer hoje, pois esta semana o Hospital São Marcos, no Piauí, um centro de tratamento de câncer, presidido por um médico, heróico, o Dr. Alcenor Almeida, vai completar 50 anos. E todos esses hospitais vivem grandes dificuldades por causa das tabelas do SUS. Então, é muito importante para sensibilizar o Governo a mudar de rumo, valorizando o SUS e pagando salários dignos. O salário de um médico, de um cirurgião, de um cancerologista, de um quimioterapeuta deveria ser igual ao de um desembargador, ao de um ministro do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça. Os ordenados que ganham no SUS são irrisórios.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, assim como o do nobre Senador Augusto Botelho, porque ambos enriqueceram e tonalizaram, de uma certa forma, com cores até mais fortes, o meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, é apenas um primeiro passo falarmos na conscientização, na informação, no auto-exame que as mulheres podem fazer. Quanto aos demais, o exame clínico e a mamografia, dependem, acima de tudo, da ação do Poder Público. É muito importante, assim, e vou-me esforçar para terminar, que o Governo Federal propicie às mulheres brasileiras com mais de 40 anos condições de fazer o exame clínico uma vez por ano, como acabei de dizer. É essencial, também, que o Governo Federal promova a instalação de mamógrafos nos municípios brasileiros em quantidade suficiente ao atendimento das mulheres. Pelo menos, que elas possam fazer esse exame a cada dois anos.

Vale lembrar, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que no exame clínico podem ser detectados tumores com um centímetro de diâmetro. Só a mamografia, porém, permite observar nódulos menores e até alterações de tecidos que antecedem à formação do tumor.

É claro que propostas desse tipo costumam esbarrar em alguns críticos de plantão, contumazes em apontar, sempre, o alto custo das medidas sugeridas.

Ocorre, e todos sabemos disso, que os custos do tratamento, tanto os econômicos como os sociais, são superiores aos custos da prevenção, o que torna inconsistentes aqueles argumentos.

Em suma, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tratemos de investir na informação. Tratemos de

investir em equipamentos. Tratemos de investir na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de mama. Somente assim, tenho certeza, poderemos impedir que o número de horas desta sessão seja exatamente igual ao número de brasileiras que, no transcorrer deste período, perderão a vida em virtude de tão perversa doença.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Há ainda oradores inscritos.

Com a palavra o Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos, Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em pronunciamentos anteriores tenho procurado analisar questões ligadas ao sistema energético brasileiro. E hoje retorno ao tema, mas com outro tipo de preocupação: a competição entre o setor elétrico e o agrícola pelo uso das águas na bacia do rio São Francisco.

Em discurso realizado no dia 22 de maio, eu destacava que, região populosa, com alta densidade demográfica, o Nordeste, para fins práticos, dispõe de um único rio de forte potencial hidrelétrico, o São Francisco. Prova disso é que, do total de 13 mil megawatts de capacidade instalada no Nordeste, mais de 10 mil megawatts são proporcionados pelas usinas instaladas ao longo do São Francisco.

Mas a importância do “velho Chico” – como é carinhosamente chamado pelas populações ribeirinhas – não está apenas no suprimento de energia elétrica. Suas águas hoje têm usos múltiplos, com destaque especial para a irrigação, que gera alimentos para consumo **in natura**, para industrialização e, ainda, excedentes para exportação. O Nordeste, com essa forte dependência de um só rio, o São Francisco, apresenta um indesejável risco hidrológico, o que exige, portanto, atenção redobrada quanto ao uso da água.

A construção de barragens ao longo do curso do rio para produção de energia elétrica proporcionou a formação de grandes lagos – dos quais, sem dúvida, o de Sobradinho é o mais importante –, resultado do represamento das águas, que passaram a ter uso intensivo especialmente em programas de irrigação, introduzidos pelo Governo Federal a partir de meados da década de 70, como forma de contribuir para o au-

mento da renda e melhoria dos padrões sociais das populações.

Mais ainda, a irrigação no vale do São Francisco se expandiu com a chegada da iniciativa privada, que investiu em grandes projetos voltados para a produção de frutas destinadas à industrialização e à exportação.

A área total irrigada do vale do São Francisco, segundo levantamentos feitos por satélite, é de cerca de 333 mil hectares. Desse total, 13 mil hectares estão à jusante de Xingó – isto é, após a última usina instalada no rio São Francisco, não disputando, portanto, água com as usinas hidrelétricas, porque essa água à jusante de Xingó, evidentemente, já passou por todas as usinas –, última usina antes da foz, enquanto os outros 320 mil hectares estão a montante das usinas, disputando água que é necessária para acionar as turbinas.

A irrigação a montante de Sobradinho já consome cerca de 200 metros cúbicos por segundo, o que corresponde a pouco mais de 10% da vazão que o reservatório seria capaz de regularizar sem a existência da irrigação. A idéia é que o reservatório de Sobradinho e os demais reservatórios regularizem uma vazão de dois mil metros cúbicos por segundo, que seria a vazão mínima necessária para o funcionamento de todas as usinas. Significa dizer que a capacidade de produzir energia elétrica pelas usinas da Chesf no rio São Francisco, a chamada “energia assegurada”, deveria ser abatida em cerca de 10%. Se este fato for ignorado, como se não houvesse irrigação, o estoque de água de Sobradinho seria sobre-utilizado e, conseqüentemente, aumentaria a probabilidade de racionamento, como o que ocorreu em 2001.

Na realidade, cada uma daquelas usinas, quando foram construídas, teve na sua placa, o que se chama também de energia de placa, o valor de uma energia também chamada de energia assegurada, que é o valor mínimo que a usina estaria sempre disposta a produzir.

Na verdade, não somente pelas dificuldades como também pela utilização desses duzentos metros cúbicos por segundo para a irrigação, verificamos que a vazão da bacia do São Francisco vem diminuindo. Para que isso não ocorra, muitas vezes se utilizam a água da barragem de Sobradinho mais do que se deveria. Por exemplo, no final do mês de maio, final do período molhado no Sudeste, quando as barragens ficam cheias, elas ficam com uma média de 80% de sua capacidade, enquanto as do Nordeste, com menos de 50%. Hoje devem estar com um pouco mais de 40%. Portanto, preocupa-nos o fato de termos, ao



mesmo tempo, de trabalhar na irrigação e fazer toda essa geração de energia no São Francisco.

É razoável questionar se faz sentido utilizar água para irrigação em vez de produção de energia elétrica. Cada metro cúbico por segundo retirado para irrigação, a montante de Sobradinho, viabiliza a produção agrícola de cerca de mil hectares e, por outro lado, reduz a capacidade de produzir energia garantida em cerca de 24 mil megawatts-hora por ano. Como o custo de reposição de cada megawatt-hora, por usina térmica ou por geração na região Norte, isto é, trazendo de fora do São Francisco, é de cerca de US\$30 por mil megawatt-hora, cada hectare irrigado causará um aumento de custo aos consumidores de energia elétrica, a cada ano, de cerca de US\$720, ou R\$2 mil. Se a produção bruta anual de cada hectare irrigado tiver valor superior a R\$2 mil, o PIB crescerá; em caso contrário, diminuirá. Essa é a conta básica para se utilizar a água para gerar energia elétrica ou usar a água para irrigação.

Cabe observar, também, que o valor da produção bruta anual de cada hectare varia muito com o tipo de cultura. Por exemplo, um hectare irrigado para a produção de milho produz 2 safras de 6 toneladas por ano, o equivalente a 100 sacos de 60 quilos. Como o valor de mercado de cada saca é de cerca de R\$25,00, o valor da produção bruta anual de cada hectare é de R\$5 mil – bastante superior aos R\$2 mil, que seria o mínimo necessário para que esses produtos irrigados fossem economicamente viáveis, deixando de produzir energia. Portanto, sob a ótica econômica, faz mais sentido utilizar a água para a produção de milho do que para produção de energia elétrica.

Entretanto, mesmo se toda a irrigação fosse destinada ao milho, alguma água deveria ser reservada para produção de energia elétrica. Afinal, vultosos investimentos foram feitos pela sociedade brasileira na infra-estrutura da Chesf. O razoável seria dividir entre os dois grandes usos a vazão originalmente regularizada do rio São Francisco (sem irrigação), de cerca de 2 mil metros cúbicos por segundo.

A Agência Nacional de Águas (ANA) está propondo ao Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – que foi criado em meados do ano passado para tratar desse assunto – e aos Governos dos Estados com território na bacia que 20%, dos 2 mil metros cúbicos por segundo, sejam destinados ao uso agrícola e 80% à hidroeletricidade.

Atualmente, estamos utilizando cerca de 200 mil metros cúbicos por segundo. Com a proposta que a ANA vai fazer ao Comitê da Bacia, o valor utilizado

para a irrigação dobraria, passando de 200 mil metros cúbicos por segundo para 400 mil metros cúbicos por segundo. A proposta implica a possibilidade de duplicação da quantidade de água atualmente utilizada para a irrigação. Levando-se em consideração o aumento de eficiência na utilização da água, também poderia permitir triplicar a área irrigada.

Além disso, também faz parte da proposta da ANA que as outorgas de direito de uso da água sejam diferenciadas quanto à eficiência na utilização da água e quanto à importância no combate à pobreza. Por exemplo, outorgas do tipo A seriam para pequenos agricultores que praticam lavoura de subsistência. Do tipo B, para os irrigantes eficientes que produzem **muito com pouca** água. Do tipo C, para os irrigantes ineficientes que produzem **pouco com muita** água.

Numa situação de escassez, como a ocorrida em 2001, quando o reservatório de Sobradinho quase secou, ficando com 7% da sua capacidade, os irrigantes detentores de outorga tipo A e B permaneceriam em atividade, enquanto aos detentores de outorga tipo C seria imposta alguma restrição de uso, com o objetivo de acelerar a recuperação do estoque regulador de Sobradinho.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema incrivelmente importante para nós, nordestinos, com diferentes graus de importância para o irrigante, seja A, B ou C. No caso, a Paraíba estaria no tipo A, pois 70% do nosso Estado é em cristalino e, por isso, não há água nem no subsolo na maioria da área. É óbvio que quem detém o rio hoje tem suas preocupações com o estado em que se encontra: 20 mil toneladas de detritos jogados em todo o curso diariamente. Não sei como fizeram essa conta, mas ela chegou pelos técnicos ao Ministério. Mais do que isso, há assoreamento em todo o curso do rio. Há lugares em que há barramento, por exemplo, em Minas Gerais. Poderíamos aumentar o curso do rio, mas provocaríamos problemas de geração na área de Minas Gerais. Quando estávamos no Ministério – e V. Ex<sup>a</sup> ocupava o Ministério de Minas e Energia concomitantemente –, estudamos tirar água do Tocantins para o São Francisco por dois lugares: pelo Jalapão ou pelo Ceará. Pelo Ceará, seria mais caro na subida, mas, em contrapartida, na descida geraria até energia. O Governador de Tocantins,

na época, ofereceu os 80 metros cúbicos por segundo de que precisaríamos. Tal medida apaziguaria a briga e sanaria o problema, mas é óbvio que não há essa vontade política. Todo mundo fala, mas, desde o Império, ninguém tomou uma providência para fazer com que a água do São Francisco chegasse às regiões do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge, do meu Estado e dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, regiões que não têm água com frequência, com assiduidade, e que não têm sequer rio perene. Creio que falta ao tema só um ingrediente: a vontade de fazer. Se tivéssemos a vontade de fazer – e não estou referindo-me a nós, Parlamentares nordestinos, mas ao Executivo –, se alguém tivesse tido a vontade de fazer, já teria tirado do Tocantins, como o próprio Governador daquele Estado ofereceu, mas, até hoje, já passaram quase dois anos, ninguém tomou a menor atitude, a não ser com relação aos estudos, que já ficaram prontos. Ainda tive outra ação, que foi ir à Espanha e conseguir US\$800 milhões de empréstimo, que estão assinados, mas não foram internalizados no País por conta do FMI (Fundo Monetário Internacional). Então, de qualquer jeito, vemos que se houvesse força e vontade políticas teriam internalizado esse dinheiro e teriam começado a obra para torná-la irreversível. Mas entra Governo, sai Governo, todo mundo diz que vai fazer, e nós, nordestinos, continuamos chorando. Para encerrar, resalto dois pontos: uma, o estado deplorável do rio, em termos de assoreamento, e a segunda, que não se leva essa água às regiões que estão sedentas e precisando de um pouco de água até para beber. Parabéns pelo tema que V. Ex<sup>a</sup> aborda.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna. Efetivamente, essa questão do rio São Francisco vem sendo discutida há anos e anos. Trata-se de um projeto caro, difícil, mas, sem sombra de dúvida, temos que avançar nos estudos para provar a sua viabilidade econômica, para que possa ser realizado o mais rapidamente possível, porque realmente grandes áreas do Nordeste poderiam ser beneficiadas por ele.

Voltando ao nosso discurso, quando implementada, essa iniciativa aumentará a produtividade do Nordeste. Entretanto, depende da adesão de todos os Governos estaduais com território na bacia. Isto porque a ANA só tem autoridade para conceder outorgas no rio principal, o São Francisco, enquanto os Governos estaduais têm a correspondente autoridade na maioria dos afluentes.

Deve ser ressaltado, ainda, que a operação do reservatório de Sobradinho sofre condicionantes

quanto às vazões de restrição para o atendimento de demanda à jusante. A Chesf tem adotado, em anos médios, o valor de 1.200 m<sup>3</sup>/s como vazão mínima de restrição necessária para produzir níveis de água mínimos, que permitam a retirada de água pelas estações de bombeamento nos projetos de irrigação do baixo São Francisco. Isto é, quando se tira pouca água, o rio passa mais seco, então, na verdade, é necessário puxar a bomba cada vez para mais perto dele, o que traz inconveniência para os irrigantes. Às margens do lago de Sobradinho distribuem-se atualmente cerca de 130 usuários de água, em sua maioria pequenos irrigantes, que enfrentam transtornos com os grandes recuos (horizontais) da lâmina de água, pois são obrigados a deslocar seus equipamentos de bombeamento e podem ter suas safras prejudicadas.

É igualmente indispensável observar que a gestão dos recursos hídricos, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e com vista aos usos racional e múltiplo de água, constitui-se na alternativa de se administrar, da melhor forma possível, os inevitáveis conflitos entre os diferentes atores envolvidos. Logo, a outorga de direito de uso, como instrumento de gestão, garante ao usuário a sua cota sobre os recursos hídricos e, associada aos instrumentos de fiscalização e de cobrança, estimula o desenvolvimento de uma postura de responsabilidade individual e coletiva na sua utilização.

Portanto, cabe ao recém-instalado Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, sob a competente presidência do ex-Ministro José Carlos de Carvalho, decidir quando e quanto cobrar pelo uso da água do São Francisco. Ainda mais importante, cabe a esse Comitê deliberar sobre o plano de investimentos para revitalização do São Francisco, que será parcialmente viabilizado pela arrecadação resultante da cobrança.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a gestão integrada dos recursos hídricos exige sofisticado arcabouço jurídico-institucional para garantir o estabelecimento de prioridades entre os usos, os limites socioambientais para aproveitamento das bacias, a fixação de metas de qualidade, a recuperação dos corpos hídricos e a elaboração de planos de conservação e uso racional.

Para atingir tais objetivos, é preciso apoiar e proporcionar à Agência Nacional de Águas (ANA) os meios para que possa realmente atuar de forma independente e autônoma. A regulação é necessária não apenas para disciplinar a prestação de serviços públi-

cos, mas também para disciplinar o uso de bens públicos.

Entretanto, a responsabilidade da ANA não se limita à regulação do uso de nossos rios. Seu papel é mais complexo, pois lhe cabe também implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos. Isso ocorre por uma característica muito especial da gestão do uso da água, que tem como um de seus princípios a gestão descentralizada e participativa, envolvendo um conjunto razoavelmente diversificado de organismos que devem atuar de maneira harmônica, cada um produzindo uma parte da tarefa relativa a essa gestão. Entre esses organismos, destacam-se os comitês de bacias hidrográficas.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco não é uma ONG. Ao contrário, é um braço do Estado com condições de colaborar com a ANA para o equacionamento das disputas pelo uso da água. O Comitê é integrado por 60 representantes: 20 do setor público (federal, estadual e municipal), 24 dos usuários, 15 da sociedade civil e um dos povos indígenas.

À ANA cabe uma série de relevantes atribuições, com destaque para a emissão de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos, realização da cobrança pelo uso da água, implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, estudos para o aumento da disponibilidade e de redução do desperdício de água e combate a todas as formas de degradação da qualidade dos mananciais.

Para se capacitar a bem exercer essas responsabilidades, a ANA iniciou concurso público para preenchimento de cargos de Regulador. A competição foi acirrada: mais de 80 candidatos por vaga. Dos 110 candidatos aprovados na primeira etapa, de provas escritas, 90 têm pelo menos o grau de mestre em ciências. Muitos têm o grau de doutor. Para surpresa geral, o Governo resolveu sustar o concurso, por conta de uma minúcia legal que, se procedente, teria simples solução.

Cabe a nós, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, repelir essas tentativas e outras que visam ao apequenamento da ANA e das demais agências, inclusive no que diz respeito ao contingenciamento de recursos, assunto, aliás, objeto de recente intervenção proferida por mim neste plenário, e de audiência pública a realizar-se na próxima quarta-feira, no âmbito da Comissão de Infra-Estrutura, onde reuniremos os diretores das agências para debater o tema.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao concluir o pronunciamento, faço-o no sentido de alertar esta Casa e o Governo Federal para a complexa

questão da administração dos recursos hídricos do maior rio nordestino: o São Francisco. É necessário valorizar a Agência Nacional de Águas e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para que possam dispor dos meios necessários para planejar o aproveitamento desses recursos, não apenas para o setor elétrico e o agrícola, mas também para a navegação, piscicultura, lazer, turismo, abastecimento urbano e consumo animal.

Este tema não pode ser encarado como opção administrativa, sujeita aos humores da equipe econômica. Antes disso, é uma obrigação do Governo Federal para com toda a região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – A Mesa registra a presença do Senador Fernando Ribeiro, do PMDB paraense, na tribuna de honra do Senado Federal.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a palavra para um fazer um registro pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, como Líder, por cinco minutos, para proceder a uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para registrar uma decisão adotada nesta semana pelo Governo Federal e que eu gostaria de aplaudir. Trata-se da decisão da Câmara de Medicamentos, composta pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Saúde, de manter congelado, por mais um ano, o preço de mais de mil medicamentos que estavam sob controle e acompanhamento.

Esses mil medicamentos se desdobram em seis ou sete mil títulos de remédios. Portanto, ao tomar a decisão de manter congelado o preço dos remédios principalmente medicamentos de uso contínuo, medicamentos genéricos e medicamentos usados em tratamento de doenças crônicas, o Governo acerta, porque é uma ação que, sem dúvida alguma, defenderá a economia popular e a população mais pobre do nosso País. O PMDB está extremamente satisfeito com essa decisão e apóia o controle desse tipo de medicamento, porque é preciso lutar para melhorar o atendimento e a condição de saúde do povo brasileiro.

Eu gostaria de fazer outro registro. Nesse último fim de semana, na região sul do nosso Estado, houve um encontro da Assembléia Legislativa de Roraima com técnicos do Incra e membros do Governo estadual. O objetivo do encontro foi buscar uma solução pacífica e de entendimento para o problema dos assentamentos do Incra, em que há litígio relacionado aos seus ocupantes. Essa questão nos preocupa muito, pois há um pré-conflito muito forte. A situação é extremamente preocupante no aspecto social, porque pode se transformar na retirada de mais de mil famílias que hoje ocupam lotes do Incra.

O Governador Flamarion Portela virá esta semana a Brasília tratar desse assunto no Ministério da Reforma Agrária e no Incra. Esperamos que o Incra e Ministério da Reforma Agrária tenham o bom senso, o equilíbrio de, junto com o Governo do Estado e com todos os setores envolvidos, chegarem a uma posição de entendimento e pacificação.

Roraima passa atualmente por um momento de decisão. Ao norte, discute-se a demarcação de áreas indígenas; ao sul, discute-se a retirada de assentamentos do Incra. Portanto, nos dois casos, a questão envolve uma população pobre, carente e com seu destino vinculado diretamente ao perfil econômico do Estado.

Faço esse registro pedindo ao Governo Federal que procure um caminho de entendimento para resolver o problema dos loteamentos do Incra no sul do Estado de Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT de Mato Grosso. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, falaremos brevemente sobre a questão que vimos discutindo desde nossa chegada ao Senado, em fevereiro: a situação das estradas.

Acredito que o meu Estado, por ser o maior produtor de soja do mundo, segundo maior de algodão; na parte bovina, também é um dos maiores produtores. Trata-se de um Estado que não só produz muito atualmente como tem um potencial significativo para ampliar em muito essa produção, o que faz com que os mato-grossenses se preocupem com a questão das estradas.

Parece que somos repetitivos, e estou sendo mesmo. Parece-me, em determinados momentos, que se trata de um problema só de Mato Grosso, e sei

que não é verdade. As estradas do Brasil inteiro, de um modo geral, estão com muitas dificuldades. Em Mato Grosso, contamos praticamente só com rodovias e não com ferrovias, tanto que a ferrovia que chega a Mato Grosso, a Ferronorte, cobre uma extensão muito pequena do nosso Estado. Há projetos de ampliação, mas que se demoram a concretizar.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senadora, a ferrovia já chegou a Rondonópolis?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Não. Ela chegou a Alto Taquari. No dia 4 de junho foi inaugurado o trecho Alto Taquari–Alto Araguaia. Agora, num primeiro momento, a projeção deve seguir de Alto Araguaia a Rondonópolis, totalizando quase duzentos quilômetros. Precisamos de um projeto referente ao trecho que seguirá depois de Rondonópolis – ainda não o temos. Esperamos que chegue até a capital do Estado, Cuiabá.

O projeto da Ferronorte é extremamente importante para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. É preciso que a ferrovia chegue ao norte do Estado, que é extremamente produtivo, e ao baixo Araguaia, região que, apesar do grande potencial, não tem como produzir por não ter como escoar a produção.

O norte conta com a BR-163, mas com extrema dificuldade a produção sai por Paranaguá e Santos. Mas precisamos fazer com que os produtos saiam por Santarém ou Miritituba. Para isso, precisamos de um projeto de estrada que passe pelo Pará.

O trecho da BR-163 que passa por Mato Grosso está praticamente concluído. Precisa de conservação, está em péssimo estado, mas já está pavimentado. Mas, no Estado do Pará, ainda não existe nada.

Para os paraenses, a ferrovia é extremamente importante, assim como para os mato-grossenses, porque permite economizar praticamente R\$5 por saca no frete de Mato Grosso com a saída por Santarém. É muito dinheiro desperdiçado com transporte. Além disso, o transporte rodoviário acarreta grande dificuldade: caminhões superpesados saem por estradas extremamente longas.

Com relação à Zona Franca de Manaus, há bastante empenho para que se conclua o asfalto da BR-163, de aproximadamente 700 quilômetros, até o Pará. Uma vez construída essa estrada, haverá uma economia de quatro ou cinco dias no frete dos produtos que saem da Zona Franca para as regiões Centro-Oeste e Sudeste, dependendo da localidade. Portanto, essa obra é importantíssima.

Ouvimos sempre a mesma história de que “não há dinheiro, não há dinheiro, não há dinheiro”. E eu digo que “há dinheiro, há dinheiro, há dinheiro”, pois existe o recurso da Cide. Faço um apelo às Srs e aos Srs. Senadores para debatermos essa questão. Do recurso arrecadado, 75% destinam-se à construção e à conservação das estradas neste País. Segundo informações que recebi do Ministério da Fazenda, somente em 2002 foram arrecadados R\$7 bilhões. Quero saber o valor total arrecadado atualmente.

O governo Fernando Henrique Cardoso vetou parte da regulamentação do recurso da Cide para as estradas, mas precisamos tomar alguma providência. O Congresso Nacional deve derrubar os vetos, pois esse recurso fará com que o País funcione de ponta a ponta, permitindo consertar todas as estradas e asfaltar muitíssimas delas no País inteiro, e não só em Mato Grosso.

Faço um apelo direto ao nosso Presidente da República, ao nosso Presidente Lula. Sou contra medidas provisórias, mas, se for enviada ao Congresso medida provisória relativa a essa matéria, aplaudo a iniciativa, tendo a certeza de que será aprovada por unanimidade do Senado do nosso País.

Há problemas com relação à regulamentação dos 75%, se iriam realmente para as estradas. Há setores considerando que se trata de muito dinheiro para as estradas. Então, que se fixe, Sr. Presidente, um tanto – 30% ou 40% –desse recurso imediatamente, por meio de medida provisória, para fazer e consertar estradas de ponta a ponta neste País, enquanto se discute a regulamentação e a destinação desse dinheiro. Mas não podem ficar parados bilhões e bilhões e bilhões, enquanto o País fica limitado por conta da necessidade de estradas.

Como tenho outro assunto para falar, vou parar com a questão das estradas.

Sr. Presidente, infelizmente, hoje temos de fazer uma fala nesta tribuna que nos custa muito e que é extremamente desagradável para o nosso Estado de Mato Grosso. Alguns de V. Ex<sup>as</sup> já me ouviram falando desta tribuna, por algumas vezes, sobre o crime organizado em nosso Estado. Inclusive, em alguns momentos, falei com muita ênfase sobre uma das vítimas do crime organizado no Estado de Mato Grosso, o jovem jornalista Sávio Brandão, da imprensa mato-grossense.

Dono do jornal **Folha do Estado**, empresário de vários setores, vinha combatendo, de forma extremamente determinada, o crime organizado no Estado de Mato Grosso. Tratava-se e trata-se de um jornal que

colidia em termos de denúncias com o crime organizado. No dia 30 de setembro de 2002, às duas horas da tarde, foi, vil e covardemente, metralhado em frente ao jornal.

Com a morte de Sávio Brandão, percebeu-se em Mato Grosso o crescimento do crime organizado, que fazia muitas vítimas, e houve o acirramento da discussão, por ter sido um caso que repercutiu com muita ênfase nas imprensas nacional e internacional. E o cerco foi-se fechando. Hoje, há em Mato Grosso uma grande movimentação no sentido de combater o crime organizado.

Vários procuradores da República, capitaneados pelo Procurador José Pedro Taques, e também estaduais, juízes federais e estaduais – cito inclusive, fazendo referência a todos os juízes que muito têm contribuído no combate ao crime organizado, o Juiz Julier Sebastião –, agentes da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança do Estado deram início à Operação Desmonte do crime organizado no Estado de Mato Grosso. E o Sr. João Arcanjo Ribeiro, procurado pela Interpol de mais de cento e oitenta países, foi preso, há pouco tempo, no Uruguai, onde permaneceu.

Ao ler as denúncias veiculadas pelo jornal do Sr. Domingos Sávio Brandão, a sociedade mato-grossense sabia que ele estava mexendo não apenas com questões que diziam respeito ao Sr. João Arcanjo Ribeiro, mas também com um poderoso esquema político e econômico no nosso Estado, possivelmente com a parceria do Sr. João Arcanjo.

No sábado passado, o Sr. Nilson Teixeira, homem extremamente ligado ao Sr. João Arcanjo, prestou um longo e detalhado depoimento à Justiça, de como o dinheiro público, em Mato Grosso, era lavado para uso político e eleitoral.

**A Folha de S.Paulo**, ontem e hoje, estampa matéria de página inteira quanto ao procedimento de lavagem de dinheiro público, com fins absolutamente indevidos, envolvendo nomes de políticos renomados de nosso Estado. Há alguns anos, pediu-se as Diretas Já no nosso País, e hoje, infelizmente, Mato Grosso pede “Apuração Já” da corrupção envolvendo o uso do dinheiro público para fins eleitoreiros.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senadora Serys, estou prestando atenção ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> e não poderia deixar de aproveitar a oportunidade

para dizer da minha perplexidade. Compareci a uma festa bonita em um clube de Rondonópolis, onde me apresentaram esse cidadão como um comendador. Como toda sociedade local o paparicava, perguntei: Comendador do quê? Respondiam que era comendador, um comendador festejado pelos colunistas sociais, por todos. Saí de lá certo de que era uma autoridade, uma pessoa querida pela sociedade, visto o entorno da sua mesa. Mas, para surpresa minha, meses depois, li nos jornais sobre esse escândalo. Fiquei sem entender. Esse esquema surgiu do dia para a noite ou já vinha ocorrendo há tempo, e todos faziam de conta que não viam?

**A SRA. SERYS SHLESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Senador, não poderei responder a essa pergunta, até porque não tenho informações suficientes, mas, a partir do momento em que o crime organizado em Mato Grosso começou a ser desbaratado, esse **factoring** envolvendo o Sr. João Arcanjo veio à tona, e denunciando também o envolvimento de poderes estabelecidos ou antes estabelecidos em nosso Estado.

O Sr. Nilson Teixeira, em depoimento à Justiça de sábado passado, declarou que tem sérias denúncias de envolvimento do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Não posso me pronunciar sobre esse envolvimento porque não tenho essas informações, a não ser aquilo que é declarado na imprensa, inclusive pelo Sr. Nilson Teixeira. Tido como braço direito do Sr. João Arcanjo, o Sr. Nilson Teixeira, após seu depoimento no sábado, está no Programa de Proteção à Testemunha. O depoimento dele está aqui, peço que conste dos Anais a primeira parte do depoimento.

Como sei que meu tempo está escoando, serei breve ao levantar algumas questões. Inicialmente, eu gostaria de elogiar o Sr. Nilson Teixeira pela disposição de falar. Acredito que só mudaremos este País quando houver pessoas verdadeiramente corajosas. Quando perguntado do que tem mais medo, diz o Sr. Nilson: “de morrer” – é óbvio e claro, todos nós prezamos a vida –, mas, mesmo assim, seu depoimento foi da maior relevância.

Também é importante que o Senado Federal considere e atue no Programa de Proteção à Testemunha.

Faço parte da Subcomissão de Segurança – existente no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, tendo como Vice-Presidente o nosso Senador Pedro Simon, além de outros Senadores como

o Senador Magno Malta, o Senador César Borges, enfim, ao todo, somos sete Senadores trabalhando na matéria relativa a armamento e desarmamento e também ao crime organizado, matéria relatada pelo Senador Magno Malta.

Quando se pretende legislar para combater o crime organizado, é importante que se pense em programas abrangentes, sérios, de proteção à testemunha. Só vamos desvelar os grandes crimes praticados neste País, em especial os de colarinho branco, se tivermos um Programa de Proteção à Testemunha Eficiente; do contrário, as pessoas não vão se expor. Elas vão depor para serem assassinadas, daqui a pouco? Presidi a CPI do Narcotráfico, no meu Estado. Muitos foram os depoentes; só que quatro já estão mortos, assassinados violentamente.

Precisamos de um programa integral, por meio do qual tenhamos proteção às testemunhas e leis bem estudadas que punam com severidade o crime organizado. A sociedade tem que ser organizada; não o crime. Precisamos desorganizar o crime. A sociedade organizada tem que ser forte para desorganizar e desequilibrar o crime organizado. Para tanto, temos que ter condições básicas.

Ao encerrar, Sr. Presidente, ainda quero dizer que, como membro da CPI do Banestado, acredito que muitos fatos relativos ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, aparecerá por ocasião dessa CPI – não tenho dúvidas disso –, inclusive muito dinheiro da Sudam. No meu Estado, Mato Grosso, foi liberado muito dinheiro para grandes projetos, os quais não apareceram e o dinheiro sumiu. Certamente, está em alguma CC-5 pelo mundo afora.

Sr. Presidente, infelizmente, meu tempo terminou.

Muito obrigada.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SHLESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

#### **Leia íntegra do depoimento do braço direito de Arcanjo que desvenda relacionamento de políticos de MT com o crime organizado**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na Sala de Audiências da Vara acima referida, onde presente se encontrava o MM. Juiz Federal Drº. Julier Sebastião da Silva, comigo Técnico Judiciário, deu-se início às 15:00 horas à

audiência de Interrogatório do Réu a seguir qualificado.

NILSON ROBERTO TEIXEIRA, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 262.828/-SSP/MT, inscrito no CPF nº 208.557.371-15, filho de Redorvilho Teixeira e Nadir de Oliveira Teixeira, nascido aos 06/12/1959, natural de Birigui/SP, residente e domiciliado na Rua Cel. Otilio Moreira, nº 93, Aptº. 501, Edif. Ravena, Bairro Goiabeiras, nesta Capital.

Sendo o interrogado qualificado e tendo o MM. Juiz lhe informado dos direitos insertos no art. 186 do CPP e art. 5º, LXIII, da Constituição Federal/88, deu-se início ao interrogatório. Às perguntas do MM. Juiz, respondeu: que o interrogando conhece o acusado João Arcanjo Ribeiro desde o ano de 1991, pois era gerente do banco Econômico e o referido Réu mantinha conta na agência bancária onde trabalhava; que a partir de 1995, passou o interrogando a trabalhar na empresa Confiança Factoring ocupando o cargo de gerente-geral, recebendo mensalmente a quantia de R\$10.000,00; que conhece o acusado Luiz Alberto Dondo Gonçalves desde quando entrou na Confiança Factoring, quando a empresa fora constituída pelo referido Acusado que exercia a função de contador do grupo empresarial comandado por João Arcanjo Ribeiro; que da Confiança Factoring o Réu Luiz Alberto Dondo Gonçalves recebia mensalmente a quantia aproximada de R\$1500,00; que Luiz Alberto Dondo também era correntista da Agência da instituição financeira nesta capital; que passou a conhecer a Acusada Silvia Chirata a partir do momento em que passou a trabalhar na Confiança Factoring, empresa esta de propriedade da acusada e do Réu João Arcanjo Ribeiro; que a Silvia pertenciam 5% das ações da empresa, já a João Arcanjo Ribeiro pertenciam outros 95% das ações; que a Acusada Silvia não tinha poderes de administração na empresa e nem percebia valores a título de pro-labore, indo à Confiança em regra em momentos festivos; que passou a conhecer o Acusado Adolfo Oscar Olivero Sesini a partir do final do ano de 2000; que o interrogando foi apresentado ao Sr. Adolfo Sesini pelo réu João Arcanjo Ribeiro João Arcanjo Ribeiro, quando se tratou da alteração contratual referente à Confiança Factoring; que conhece o réu Davi Stavanovich Bertoldi há aproximadamente oito anos; que à época, exercia a função de ligação entre a Confiança factoring e o escritório de contabilidade "Diego Contabilidade", de propriedade do Réu Luiz Alberto Dondo Gonçalves; que o salário de Davi Bertoldi, à época era de aproximadamente R\$ 1.000,00; que após a saída do interrogando da Confiança Factoring no mês de mar-

ço/20002, o acusado Davi Bertoldi passou a ocupar o cargo de gerente administrativo da referida empresa; que conheceu o réu Edson Marques de Freitas a época da alteração contratual da Confiança Factoring; que Edson, pela alteração, passou a ser o detentor de 1% das ações da empresa, ao passou que outros 99% das ações passaram para a empresa uruguaia Lyman S/A; que o interrogando foi incumbido pelo acusado Luiz Alberto Dondo Gonçalves, que levou Edson até a sede da Confiança Factoring, de pagar a este último a quantia mensal de R\$900,00; que o pagamento em questão era feito a Edson pelo fato deste passar a ser sócio proprietário da Confiança Factoring; que o acusado João Arcanjo é proprietário de um hotel em Colíder e outro em Tangará da Serra/MT, das rádios Cuiabana e Rádio Clube de Cuiabá, da Vip Factoring, das fazendas São João e Colibri, além de promover o jogo do bicho no estado; que o jogo do bicho é administrado pelo próprio João Arcanjo Ribeiro, bem como as fazendas; que os hotéis são administrados pelo irmão de Arcanjo, Sr. Egidio Arcanjo Ribeiro e as rádios administradas pelo réu Luiz Alberto Dondo Gonçalves; que a empresa Elmo Engenharia tinha como sócios Luiz Alberto Dondo Gonçalves e os proprietários da empresa Eco Engenharia; que o interrogando acredita que seja no percentual de 50% das ações para cada sócio; que as cotas em nome de Luiz Alberto Dondo, na verdade são de propriedade do Acusado João Arcanjo Ribeiro; que a empresa Vip Factoring era administrada pelo interrogando; que a Une Factoring em Sinop estava sob a gerência local do Sr. Fábio; que a Tangará Factoring era gerenciada pelo Sr. Carlos Nunes e que a Rondo Factoring tinha como gerente o Sr. Gilson; que o acusado era o gerente geral de todas as factorings, sendo que a partir de determinado patamar de crédito, os gerentes locais não tinham autonomia para decidir; que ultrapassado o valor de alçada, a decisão sobre a operação cabia ao interrogando; que o interrogando foi convidado pelo Réu João Arcanjo Ribeiro para gerenciar a Confiança Factoring no ano de 1995, quando esta já estava constituída há aproximadamente um ano; que a Confiança Factoring enfrentava problemas de gerência, razão pela qual o interrogando fora convidado pelo Arcanjo para se tornar o gerente da empresa fazendo o mesmo serviço que fazia no banco Econômico; que o seu salário no banco era de aproximadamente R\$3.000,00 mensais; que ao se transferir para Confiança Factoring passou a ter um salário mensal de R\$10.000,00; que não era fixo, mas ao longo do período em que trabalhou na Confiança Factoring, percebia gratificações em razão de resultados obtidos;

que acredita que tais gratificações tenha aumentado a sua remuneração no período em torno de 60% a 70%; que o interrogando é proprietário do posto América 1, 50% da edificação do posto América 4, 100% da edificação do posto América em Rondonópolis e é arrendatário de mais quatro postos de gasolina em Cuiabá e Várzea Grande; que ainda é proprietário rural de 200ha na estrada da Guia e de uma fazenda em Nobres de 2.680ha; que tem um apartamento no Edf. Ravena Park, avaliado em cerca de R\$200.000,00; que do quadro atual da empresa Confiança Factoring não há nenhum funcionário que trabalhava à época que o interrogando passou a gerenciar o empreendimento; que as demais factorings foram criadas e instituídas por determinação do acusado João Arcanjo Ribeiro, tendo sido o interrogando incumbido de gerenciá-las; que o interrogando não recebeu um aumento salarial em razão dessa nova incumbência; que no início o interrogando visitava bimestralmente as factorings, já nos últimos anos, essa visita passou a ser semestral; que a contabilidade da empresa Confiança Factoring era feita pelo acusado Luiz Alberto Dondo Gonçalves, já a tesouraria da empresa estava a cargo da Sra. Kátia Maria Aprá; que as empresas do interior tinham seus próprios tesoureiros que em regra coincidiam com os seus gerentes; que em linhas gerais, o interrogando detinha autonomia para autorizar as operações realizadas pelas factorings, contudo, naquelas operações envolvendo valores expressivos, consultava o réu João Arcanjo Ribeiro; que a factoring, no seu início, comprava cheques, duplicatas, notas promissórias, créditos de órgãos públicos; que com a empolgação do negócio, a empresa passou também a promover empréstimos a pessoas físicas e jurídicas; que nas factorings do interior, cerca de 95% das operações envolviam compra de cheques e duplicatas; que nas factorings da capital houve um processo inverso, sendo que o maior volume das operações passou a constituir-se de empréstimos concedidos a terceiros; que a grande maioria das operações de empréstimo tinham por garantia um cheque emitido pelo tomador do empréstimo; que em outras operações, entretanto, a garantia poderia ser prestada por notas promissórias; que os juros médios dos empréstimos eram de cerca de 4% a 5% ao mês; que a factoring começou a trabalhar com empréstimos a partir da conjunção de vontades do interrogando e do réu João Arcanjo Ribeiro; que no vencimento das dívidas, os cheques eram depositados; que no caso da ausência de provisão de fundos, a cobrança dos valores devidos eram feitas pelos próprios funcionários da factoring que possuía um departamento específico para tal

fim; que o Cel. Lepesteur nunca fez cobranças para a Confiança Factoring; que o interrogando não sabe dizer se o Acusado Arcanjo tenha se utilizado dos serviços do Cel. Lepesteur no jogo do bicho ou em outros negócios; que não sabe dizer se Arcanjo trabalhava com caça-níqueis, embora fosse dono do Cassino Estância 21 que era administrado pelo sr. Flávio Vila Real; que ficou sabendo que Edson Marques trabalhava como garçom do Cassino Estância 21, quando foi-lhe apresentado pelo réu Luiz Alberto Dondo Gonçalves por ocasião da alteração contratual da Confiança Factoring; que assim conheceu Edson apenas quando soube que deveria pagar R\$900,00 por mês; que o Cel. Lepesteur esteve algumas vezes na sede da Confiança Factoring para falar com João Arcanjo Ribeiro, não sabendo dizer o que conversaram nessas ocasiões; que cerca 60 dias antes do ano 2000 findar-se, o interrogando foi informado pelos acusados João Arcanjo Ribeiro e Luiz Alberto Dondo Gonçalves que a Confiança Factoring passaria por uma alteração contratual; que fora aberto o jogo para o interrogando, tendo o acusado João Arcanjo Ribeiro lhe dito que continuaria a ser o proprietário da empresa Confiança Factoring, já que também seria o proprietário da empresa uruguaia off-shore Lyman S/A, a qual passou a deter 99% das ações da Confiança Factoring; que o interrogando só soube que o outro 1% das cotas das ações pertenceria a Edson Marques de Freitas quando este fora-lhe apresentado por Luiz Alberto Dondo quando este deveria lhe pagar a quantia de R\$900,00 mensais; que quando da conversa com Arcanjo e Dondo, o interrogando foi ainda informado que continuaria a trabalhar na Confiança Factoring num período de transição, que deveria ser curto mas que se prolongou até março/2002; que o interrogando foi instruído a dizer aos funcionários da Confiança Factoring que a nova proprietária da empresa era a off-shore uruguaia Lyman S/A e que o novo administrador seria o uruguaio Adolfo Sesini; que o interrogando fez uma reunião com os funcionários da empresa e lhes comunicou a diretriz que lhe fora repassada; que Adolfo Sesini passou a ir à sede da Confiança Factoring com a frequência de uma vez por mês a partir da alteração contratual; que na alteração contratual, Adolfo Sesini constou como procurador da Lyman S/A, embora fosse sabedor como o interrogando, que a Confiança Factoring permanecia sendo de propriedade do réu João Arcanjo Ribeiro; que durante o período de transição que se deu até o momento em que o interrogando foi trabalhar em outra factoring em março/2002, se reportava sobre a administração da empresa sempre ao acusado João Arcanjo Ri-



beiro; que Adolfo Sesini, quando ia à Confiança Factoring estava sempre acompanhado dos réus Arcanjo e Dondo, olhava alguns relatórios e conversava amavelmente; que não tinha nenhum poder de gerência; que Adolfo Sesini não recebia nenhuma quantia da Confiança Factoring; que nunca esteve no Uruguai; que esteve duas vezes nos EUA, na primeira, esteve acompanhado do réu João Arcanjo Ribeiro, o que aconteceu cerca de 45 dias antes da inauguração do hotel em Orlando/Flórida; que na outra oportunidade esteve para a inauguração do hotel; que nas duas ocasiões, as despesas de transporte e hospedagem de sua família foram custeadas pelo interrogando; que Adolfo Sesini, quando vinha à Cuiabá se hospedava em hotéis, os quais o interrogando não sabe precisar; que Sesini sempre estava acompanhado de Arcanjo e Dondo; que a operação retradada na denúncia e que se refere ao Centro de Saúde (Hospital Santa Cruz) tem origem em faturas que dita empresa possuía contra planos de saúde; que inicialmente tratavam-se de operações regulares de factoring; que, contudo, ante a dificuldade financeira do hospital, a não liquidação das operações transformaram estas em empréstimos; que houve uma composição, tendo o Centro de Saúde dado cheques em garantia de suas dívidas; que a empresa Elma Engenharia citada na denúncia não é a empresa que formalmente pertence ao acusado Luiz Alberto Dondo Gonçalves, na verdade, esta empresa a Elma Engenharia, relatada na denúncia, tem sede em Campo Grande/MS; que dita empresa era titular de um crédito junto à Secretaria de Infra-estrutura do Estado de Mato Grosso, cujo valor o interrogando não se recorda; que a Confiança Factoring comprou esse crédito e recebeu apenas parte dele; que houve assim a necessidade de uma nova composição entre a Elma Engenharia e a Confiança Factoring, que redundou na operação descrita na denúncia no valor de R\$ 1.000.439,15; que fora dada pela empresa Elma Engenharia, cheques em garantia desses valores; que alguns cheques foram pagos e outros devolvidos; que a operação com empresa Madereira Todeschini é muito semelhante com aquela descrita para a empresa Elma Engenharia; que a Madereira Todeschini possuía um crédito junto ao DNER, cujo valor o interrogando não sabe precisar; que também a Confiança Factoring comprou o referido crédito, vindo a recebê-lo parcialmente; que houve uma composição, tendo a empresa Madereira Todeschini dado cheques da própria madeira ou de seus sócios em garantia, somando a quantia de R\$ 1.140.000,00; que as operações relativas ao Deputado Estadual José Geraldo Riva eram uma constante

na Confiança Factoring; que as operações envolviam cheques do próprio deputado ou da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; que as operações realizadas pelo deputado José Riva tiveram início no ano de 1997 e se prolongaram até o final do ano de 2002; que como foram várias as operações de empréstimos realizadas, o interrogando não sabe precisar os valores envolvidos; que o deputado estadual Humberto Bosaipo também realizava empréstimos pessoais em menor escala e também em nome da Assembléia Legislativa; que os cheques da Assembléia Legislativa eram sempre assinados pelos dois deputados; que os deputados estaduais conversavam com o interrogando sobre as operações, diziam os valores que precisavam e deixavam cheques assinados em garantia; que se o assunto era de interesse da Assembléia, os cheques envolvidos eram de emissão da própria Assembléia Legislativa; que o interrogando não perguntava se os empréstimos destinavam a atender interesses particulares dos deputados ou da Assembléia Legislativa, pois o que lhe interessava eram os cheques dados em garantia; que o Réu João Arcanjo Ribeiro era conhecido dos deputados e conversavam quando se encontravam na Confiança Factoring; que no período de 28/02/1999 a 30/11/2000, existia uma dívida da Assembléia Legislativa com a Confiança Factoring e fornecedores na praça em torno de R\$ 5.561.000,00; que, além disso, a Assembléia Legislativa tinha um débito com a Piran Factoring no valor de R\$ 4.370.000,00; que fora feita uma operação envolvendo estes valores a juros de 4,68% ao mês; que foram assinadas pelos deputados estaduais Humberto Bosaipo e José Riva, em garantia as vinte e duas notas promissórias nos valores de R\$ 700.000,00, cada uma, à título de pré negociação; que posteriormente estes títulos foram substituídos por cheques emitidos pela Assembléia Legislativa de Mato Grosso e assinados pelos deputados estaduais; que na data do vencimento das parcelas nos valores de R\$ 687.000,00, cada uma, os cheques que compunham esse valor eram descontados pela Confiança Factoring; que os cheques que compunham o valor da dívida com a Piran Factoring eram repassadas a essa última, funcionando a Confiança Factoring como repassador dos cheques dados pela Assembléia, à título de caução; que mesmo com a substituição das notas promissória por cheques, as primeiras continuaram de posse da Confiança Factoring; que os cheques eram pré-datados; que a substituição das notas promissórias, se deu porque a Confiança Factoring exigia como garantia de suas operações, a emissão de cheques por parte do tomador de empréstimos;

que não foram emitidos cheques pela Assembléia a Piran Factoring, porque os deputados José Riva e Humberto Bosaipo não queriam ter documentos da Assembléia nas duas factorings e também porque confiavam mais no interrogando do que no Sr. Valdir Piran; que todos os cheques referentes às operações realizadas pelos deputados José Riva e Humberto Bosaipo em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso foram descontados e pagos; que a factoring possuía o registro de cada operação de seus clientes, o que incluía a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; que a operação envolvendo três cheques da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que foram assinados pelos deputados Humberto Bosaipo e José Riva, não se realizou; que os cheques, no valor total de R\$ 1.044.000,00, efetivamente foram entregues as rádios Cuiabana e Capital para que fossem utilizados em operações destas com a Confiança Factoring; que a operação não ocorreu porque a Assembléia Legislativa desistiu de montar uma rádio; que os cheques foram entregues a Confiança Factoring e seriam devolvidos às rádios Cuiabana e Capital, quando foram apreendidos pela PF; que o interrogando não sabe precisar se os depósitos feitos pela Assembléia Legislativa nas contas da Confiança Factoring somam a importância de R\$ 65.278.749,34; que, contudo, pode afirmar que os depósitos foram muito expressivos, ante as diversas operações de empréstimos que foram realizadas; que todo o montante depositado na conta da Confiança Factoring pela Assembléia Legislativa, referem-se às operações de empréstimos realizadas pelo parlamento estadual, sendo dados cheques em garantia, sempre assinados pelos deputados José Riva e Humberto Bosaipo; que a Assembléia Legislativa deve ainda à Confiança Factoring, cerca de R\$ 1.000.000,00 ou R\$ 1.500.000,00; que os empréstimos à Assembléia Legislativa as vezes se materializava em cheque nominais à própria Confiança Factoring, para que os deputados Riva e Bosaipo pudessem levar o valor em dinheiro; que em outras oportunidades a Confiança Factoring recebia uma lista com nome de pessoas, a quem o dinheiro deveria ser repassado, que entre essas pessoas haviam deputados estaduais; que nas três legislaturas que se passaram na Assembléia Legislativa no Estado de Mato Grosso, cerca de 60% a 70% dos deputados fizeram parte dessas listas de beneficiários; que a participação dos deputados nas listas eram menores na primeira legislatura, aumentando na segunda e se estabilizando na terceira; que entre as dívidas que a Confiança Factoring pagava, não havia apenas débitos da Assembléia Legislativa,

havia fornecedores, deputados estaduais, assessores e credores de campanhas políticas; que esses débitos se avolumavam à medida que as campanhas políticas se aproximavam; que se recorda de débitos da campanha do ex-governador Dante de Oliveira que foram quitados por empréstimos realizados pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso junto à Confiança Factoring; que foram pagos restos da campanha de 1994, no ano de 1996, assim como foram pagos débitos de campanha política do então candidato Dante de Oliveira, no pleito de 1998; que quanto às campanhas de Dante de Oliveira, o interrogando consegue provar a triangulação para o pagamento de despesas, através de documentos que possui, os quais entregará ao Juízo; que estes documentos são relações de parte dos fornecedores das referidas campanhas eleitorais que foram pagas pela Confiança Factoring; que quanto aos deputados estaduais candidatos, o interrogando entregava-lhes os cheques ou dinheiro, por ordem dos deputados estaduais José Riva e Humberto Bosaipo, não sabendo, no entanto, se os valores em questão foram ou não utilizados para o pagamento de campanhas eleitorais; que dos deputados estaduais, pode dizer que, o deputado Eliene Lima, o ex-deputado Nico Baracat, Dentinho, Sival Barbosa, Pedro Satélite, José Carlos de Freitas, Joaquim Sucena, Humberto Bosaipo, José Riva, Carlos Brito, Benedito Pinto, Romualdo Júnior, Emanuel Pinheiro; que as despesas desses deputados foram efetivamente pagas pela Confiança Factoring, a partir de lista fornecida pela Assembléia Legislativa; que os cheques dados em garantia dessas operações, emitidos pela Assembléia Legislativa foram descontados nas contas da Confiança Factoring; que a operação de empréstimo para o Prefeito de Tangará da Serra Jaime Muraro se deu porque este precisava de dinheiro para a sua campanha eleitoral; que o valor da operação foi de aproximadamente R\$ 150.000,00, sendo também dado um cheque em garantia, junto a Real Factoring de Tangará da Serra; que parte desse débito foi pago e outra não; que a Prefeitura Municipal de João Pessoa não realizou diretamente operação de empréstimo com a Confiança Factoring; que o valor de R\$ 5.440.493,52, refere-se a operações realizadas pela empresa Lage Engenharia, com a Confiança Factoring; que os créditos referiam-se a faturas que a Construtora possuía junto a Prefeitura de João Pessoa em razão da realização de obras de saneamento naquela cidade; que a Confiança Factoring comprou tais créditos e recebia diretamente em suas contas os valores da fatura; que o valor de R\$ 1.723.600,00 que fora depositado na conta da Confiança Factoring pelo

Departamento de Viação e Obras Públicas de Mato Grosso-DVOP, refere-se a pagamentos de campanhas do ex-governador Dante de Oliveira; que a Confiança Factoring pagou débitos de fornecedores de campanha; que esse acerto fora feito pelo interrogando com os coordenadores da campanha de Dante de Oliveira, os Srs. Carlos Avalone e José Carlos Novelli; que o nome da Assembléia não foi envolvido neste acerto; que o referido débito foi todo pago com cheques do DVOP; que foram realizadas operações pequenas de trocas de cheques envolvendo o Conselho do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Ubiratan Spinelli; que o interrogando tomou conhecimento, através de terceiros, de que o Procurador Regional da República, Roberto Cavalcanti é advogado da empresa Elma Engenharia e não recebia dinheiro da Confiança Factoring; que os valores expressivos das operações entre a Confiança Factoring e Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso diziam respeito à pagamento de empréstimos realizados por aquela instituição e ainda as despesas com fornecedores, assessores e despesas de campanha dos deputados; que em relação aos deputados estaduais, os cheques eram nominais aos próprios ou à assessores, tais como: o assessor do deputado Humberto Bosaipo, Juraci de Brito, o assessor do deputado Riva, Cristiano Quirilo Volpato; que às vezes os cheques saíam em nome desses assessores; que não sabe precisar se os valores recebidos em nome do deputado Riva pelo seu assessor Cristiano Quirilo Volpato, no valor de R\$ 1.324.659,53, conforme contido no relatório fornecido pelo Banco Central; que pode dizer, no entanto, que os valores eram expressivos; que foram realizadas vários pagamentos ao assessor do deputado Humberto Bosaipo, Juraci de Brito; que é provável que Juraci de Brito tenha recebido os R\$ 250.000,00 que constam do relatório do banco central à fls. 1.326; que não se recorda do pagamento à Júlio José de Campos no valor de R\$ 58.500,00 constante do relatório do Banco Central; que o valor constante de fl. 1.326 constante desses autos no valor R\$ 103.765,91, fora pago ao ex deputado federal Lino Rossi em razão do acordo para pagamento da campanha do ex-governador Dante de Oliveira; que os valores de R\$ 100.000,00, R\$ 85.000,00 e R\$ 75.000,00, lançados à fl. 1.325 do relatório do Banco Central, foram pagos ao deputado José Riva à título de empréstimo pessoal; que o referido empréstimo foi pago; que o Grupo Gazeta de Comunicação recebeu o valor de R\$ 1.371.250,00 à título de empréstimo da Confiança Factoring; que deste montante, há ainda uma parcela em aberto; que a quantia de R\$

50.000,00 contida à fl. 1.323 foi paga ao ex-deputado Gilmar Fabris à título de empréstimo pessoal; que os R\$ 50.000 contidos à fl. 1.321 e que se referem ao ex-deputado Emanuel Pinheiro foram pagos dentro das operações realizadas pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; que o Diário de Cuiabá era credor da Assembléia e trocou as faturas com a Confiança Factoring, resultando nos valores lançados à fl. 1.320 do relatório do Banco Central, no valor de R\$ 162.359,42 e R\$ 184.774,30; que os R\$ 57.600,00 recebidos pelo deputado Dilceu Dall'Bosco que se encontra registrado à fl. 1.320 do relatório do Banco Central, foram pagos pela Confiança Factoring dentro do acerto com Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; que o valor de R\$ 92.000,00 lançado à fl. 1.318 do relatório BACEN fora pago ao Sr. Carlos Avallone Júnior à título do pagamento de campanha do ex-governador Dante de Oliveira; que os valores de R\$ 1.088.581,00 e R\$ 948.277,22 constante da fl. 1.316 do relatório BACEN foram recebidos empresa AMPER Construções Elétricas Ltda, à título de compra de faturas pela Confiança Factoring; que o valor de R\$ 60.000,00 lançado à fl. 1321 do relatório BACEN fora recebido pelo deputado Eliene de Lima dentro do acerto com a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; que o pagamento feito pela Confiança Factoring, no valor R\$ 240.000,00 ao Sr. Hilário Mozer Neto tem por fundamento empréstimos pessoais; que a quantia de R\$ 225.000,00 recebida pelo deputado Humberto Bosaipo, que se encontra documentada à fl. 1.323 do relatório BACEN, pode ter sido em razão de empréstimo pessoal ou dentro do acerto com a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; que a Sr<sup>a</sup> Janete Riva recebeu a quantia de R\$ 77.164,14 à título de empréstimo pessoal realizado pelo deputado Riva, já que a mesma nunca compareceu à sede da Confiança Factoring; que o valor de R\$ 50.000,00 lançado à fl. 1.329 fora pago para o deputado Pedro Satélite, dentro do acerto com a Assembléia Legislativa; que o valor de R\$ 50.000,00 lançado à fl. 1.330 do relatório BACEN fora deputado federal Ricarte de Freitas à título de empréstimo pessoal; que a quantia R\$ 240.000,00 lançado à fl. 1231 fora recebida por Cimar Freitas de Medeiros à título de empréstimo pessoal; que por algumas vezes o interrogando reuniu-se com os Srs. Carlos Avalone Júnior e José Carlos Noveli, na sede da Confiança Factoring, para tratar de empréstimos para a campanha do ex-governador Dante de Oliveira; que às vezes o Réu João Arcanjo Ribeiro participava das reuniões; que o interrogando foi procurado pelos deputados José Riva e Romualdo Júnior que lhes relataram os

problemas financeiros enfrentados pela Assembléia Legislativa; que fora feita uma primeira reunião, onde estiveram o interrogando, o Réu João Arcanjo Ribeiro, José Riva e Romualdo Júnior; que relatados os problemas financeiros e eles tendo condições de crédito pela Confiança Factoring, fora feito o acerto, sendo dados os cheques da Assembléia Legislativa como garantia das 22 parcelas de R\$ 687.000,00; que os empréstimos seguintes, já foram tratados entre o interrogando e os deputados estaduais José Riva e Humberto Bosaipo; que é difícil separar dentre os recursos nas operações que envolveram a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, qual foi o montante destinado à campanha do deputado José Riva; que não sabe dizer se Arcanjo ou a Confiança Factoring pagou aviões para candidatos; que quanto aos empréstimos obtidos pela Confiança Factoring no Uruguai, o interrogando apenas recebia os créditos já formalizados junto ao Banco do Brasil e registrados no Banco central; que neste ato entrega ao Juízo uma operação no valor de US\$ 1.189.984,00, realizada em nome da Confiança Factoring, documento este que se junta aos autos; que os empréstimos no Uruguai eram obtidos pelos Réus João Arcanjo Ribeiro, com a assessoria do Acusado Luiz Alberto Dondo Gonçalves; que os créditos dos referidos empréstimos eram sempre recebidos em nome da Confiança Factoring; que o dono efetivo da empresa Lymam S/A era o Réu João Arcanjo Ribeiro; que a empresa Aveyron S/A era de propriedade de João Arcanjo Ribeiro e tinha sede no Uruguai; que não sabe dizer quem eram os diretores da referida empresa; que teve conhecimento de uma escritura de compra e venda de um imóvel em São Paulo, que fora dado em garantia de uma operação, o qual por determinação do Réu João Arcanjo Ribeiro fora registrado em nome da empresa Aveyron S/A; que nada sabe sobre um empréstimo de US\$ 4.000.000,00, contraído no Uruguai pela empresa Aveyron e o Acusado João Arcanjo Ribeiro; que nada sabe sobre o pagamento de empréstimos feitos por Arcanjo à Aveyron S/A, nos valores de R\$ 644.000,00 em 10/10/1995, R\$ 650.000,00 em 25/10/1995 e US\$ 1.200.000,00 no dia 08/11/1995; que o interrogando não sabe precisar os valores e a data dos empréstimos obtidos no Uruguai, mas pode dizer que os créditos foram recebidos junto ao Banco do Brasil, da mesma forma em que fora relatada a operação, cujos documentos entregou nesta audiência; que o interrogando não era comunicado pelo Acusado João Arcanjo Ribeiro sobre os empréstimos que obtinha no exterior, pois sempre recebia os créditos já formalizados junto ao Banco do Brasil; que alguns dos referi-

dos empréstimos foram pagos pela Confiança Factoring via Banco do Brasil; que não sabe dizer se foram todos; que os responsáveis pelos empréstimos no Uruguai eram exclusivamente os Réus João Arcanjo Ribeiro e Luiz Alberto Dondo Gonçalves; que o Acusado João Arcanjo não dizia ao interrogando as formas e os meios como obtinha os empréstimos no Uruguai; que não tem conhecimento de que a Confiança Factoring tenha remetido valores para o exterior, além daqueles já narrados e que foram feitos via Banco do Brasil; que o interrogando pouco sabe dos empréstimos obtidos no exterior, por exercer apenas a gerência operacional da factoring de João Arcanjo; que o Rondon Plaza Shopping Ltda, tem como sócios o Acusado João Arcanjo Ribeiro, um empresário de Londrina/PR, Sr. Fábio de Tal, e o Sr. Aureo de Tal, de Rondonópolis; que João Arcanjo terminou a construção do Shopping após esta permanecer parada por alguns anos, razão pela qual detêm um maior percentual das cotas do empreendimento; que não tem conhecimento do empréstimo de R\$ 10.000.000,00 obtido pelo Rondon Plaza Shopping junto ao Commercial & Financial Bank Ltda; que jamais ouviu falar de empresa Lyderpril S/A; que não conhece o uruguaio chamado Bernardo Bomztein; que o ex-governador Dante de Oliveira não se fez presente as reuniões de que participaram o interrogando e os Srs. Carlos Avalone Júnior e José Carlos Noveli; que o Réu João Arcanjo Ribeiro tinha conhecimento dessas tratativas que foram feitas pelo interrogando; que nunca soube da existência de contas na Suíça em nome dos Acusados João Arcanjo Ribeiro e Luiz Alberto Dondo Gonçalves; que as operações envolvendo a prefeitura de Nova Canaã no valor de R\$180.000,00 que se encontra documentado à fls. 1314 do relatório BACEN, foram realizadas à título de empréstimo; já a operação com a prefeitura de Alta Floresta no valor de R\$158.000,00 refere-se à compra de faturas pela Confiança Factoring de empresa credora da prefeitura em questão; que a Confiança Factoring realizava pouquíssimas operações com prefeituras; que não tem conhecimento de que o ex-secretário de segurança pública no estado, Hilário Mozer, fosse sócio em algum empreendimento do réu João Arcanjo Ribeiro, mas pode dizer que o referido secretário esteve algumas vezes na sede da Confiança Factoring; em algumas delas, tratou com o interrogando quanto à concessão de empréstimos, os quais foram pagos regularmente; que em outras oportunidades, esteve na Confiança Factoring conversando com o acusado João Arcanjo Ribeiro, embora o interrogando não saiba o conteúdo dessas conversas; que o deputado es-

tadual Dilceu Dal'Bosco obteve um empréstimo pessoal no período de pré-campanha junto à One Factoring, de Sinop, que também pertence ao réu João Arcanjo; que em março/20002, o interrogando se desvinculou da Confiança Factoring, passando então a gerenciar a Vip Factoring; que dita empresa era controlada pela empresa Unidas Fomento Mercantil, de propriedade de João Arcanjo Ribeiro; que a Unidas Fomento detinha 99% das cotas da Vip Factoring de Cuiabá, 99% da One Factoring de Sinop, 99% da Rondon Factoring de Rondonópolis e 99% da Tanga-rá Factoring; que 1% restante das ações das referidas factorings foram escrituradas em nome de João Arcanjo Ribeiro; que a Confiança Factoring passou a ser gerenciado pelo Sr. Norton Molina, tendo como gerente administrativo o réu Davi Bertoldi; que a Confiança Factoring deixou de fazer operações de empréstimo; que o interrogando era consultado por Norton e Davi sobre operações realizadas ainda quando ocupava a gerência da Confiança Factoring que permaneceu sendo de propriedade de João Arcanjo; que não se recorda de pagamentos feitos pela Confiança Factoring à coronéis da polícia militar; que, no entanto, o sargento Jesus realizou empréstimos na Confiança Factoring, cujos valores não se recorda; que o sargento Jesus pagou os empréstimos; que o interrogando fugiu por uma questão de bom senso, pois havia mentido parcialmente nos depoimentos prestados ao GAECO e à Polícia Federal e havia notícia de que o inquérito policial seria concluído em quinze dias; que antes desse prazo viajou de carro, passando por vários estados e ficando em hotéis; que esteve em Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul; que não teve o auxílio de ninguém em sua fuga; que o interrogando tem medo de morrer em razão da revelação das operações realizadas pelas autoridades do estado, as quais nunca antes haviam sido expostas com tanta clareza; que não tem conhecimento de mortes atribuídas à organização de João Arcanjo Ribeiro; que não recebeu ameaças; que não sabe dizer se o acusado João Arcanjo Ribeiro ficou sabendo da decretação de sua prisão; que foram pagos dinheiro em espécie referentes às operações de campanha do ex-governador Dante de Oliveira, sendo as quantias entregues aos Srs. Carlos Avalone e José Carlos Novelli; que em algumas operações da Assembleia Legislativa, os valores foram entregues em dinheiro; que sabe dizer que a relação entre o Acusado João Arcanjo e Alair Fernando das Neves é de amizade e de compadrio; que o interrogando sabe da existência do hotel do Acusado João Arcanjo na Flórida, embora não saiba precisar a origem dos recursos; que Arcan-

jo possui um secretário que cuida de seus interesses naquele país, de nome Luiz Trindade; que sabe ainda que um empresário de São Paulo, de sobrenome Zancheti, é sócio de um do hotel nos Estados Unidos; que não sabe o percentual de cotas do empreendimento que pertence ao empresário Zancheti; que a empresa Itatiaia Grãos tinha como sócio o Sr. Luiz de Tal; que a Confiança Factoring fez vários empréstimos à Itatiaia Grãos, para compra e venda de grãos; que referidos empréstimos foram pagos; que a sede da empresa Itatiaia era em uma antiga casa do Acusado João Arcanjo; que conversou algumas vezes com o Sr. Luiz, para tratar das operações realizadas pela Itatiaia Grãos; que as operações envolvendo frigoríficos no Estado tinha por base faturas; que podem ter existindo operações de empréstimos, em pouca escala; que o dono da empresa Delicius Fish é o Sr. João Pedro Gaspar; que Arcanjo cria os peixes e os vende para a Delicius Fish; que o valor de R\$ 69.000.537.028,00 constante do relatório BACEN, referem-se à depósitos feitos pela própria Confiança Factoring em suas contas bancárias. Explica-se, a Confiança Factoring possuía contas no BCN, Bradesco e Banco do Brasil; que então alguns cheques de um banco eram depositados em contas de outros bancos; que o interrogando não tinha conhecimento do patrimônio a descoberto de aproximadamente R\$ 500.000.000,00 da Confiança Factoring, pois não gerenciava a contabilidade da empresa, função esta que era reservada ao Acusado Luiz Alberto Dondo Gonçalves; que era o interrogando quem assinava os cheques da Confiança Factoring mediante procuração que lhe fora passada pelo Acusado João Arcanjo Ribeiro; que quanto as empresas do interior do Estado, as procurações foram outorgadas diretamente por João Arcanjo aos gerentes daquelas; que não sabe dizer se o Acusado Edson Marques de Freitas recebia os R\$ 900,00 em dinheiro ou cheque; que não sabe dizer se o Acusado Arcanjo pagou a revista ISTOÉ para não publicar a matéria intitulada "O Arcanjo de Dante"; que a declaração de rendimentos do interrogando era feita pela Diego Contabilidade; que o interrogando recebeu orientações jurídicas dos advogados do Acusado Arcanjo para que aguardasse um tempo antes de se apresentar, já que poderia ser apertado para falar algumas coisas que poderiam complicar os demais Réus; que nunca foi processado criminalmente antes destes fatos; que tem advogado constituído na pessoa do Adv. Dr. REALINO DA ROCHA BASTOS - OAB/MT 5.713, presente a este ato fica intimado do termo da audiência realizada na data de 20/06/2003. Anote-se a representação do

Acusado, excluindo-se dos registros outros causídicos que estão patrocinando a sua defesa. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz que fosse lavrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai assinado por todos, inclusive por mim, , Laura Moraes de Paula, que o digitei.

**Julier Sebastião da Silva**, Juiz Federal – **José Pedro Taques**, Procurador da República – **João Gilberto Gonçalves Filho**, Procurador da República – **Daniel de Resende Salgado**, Procurador da República – **Nilson Roberto Teixeira Realino da Rocha Bastos**, OAB/MT 5.713 Advogado de Defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Senadora Serys Slhessarenko, o seu pedido de transcrição será atendido nos termos do §2º do art. 210 do Regimento Interno, que trata do limite de páginas a serem publicadas.

Continuando a lista de oradores inscritos, tem a palavra o Senador Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores do Acre. V. Exª dispõe de vinte minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, boa-tarde.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um pequeno comentário às palavras brilhantes do Senador Mão Santa quando se mostrava aqui preocupado com a capacidade de Jesus Cristo e a do Presidente Lula. Sempre que V. Exª ocupa a tribuna, deixa-nos a grande impressão da sua vasta informação e conhecimento literário, mas quem nos dera, simples mortais, tivéssemos a possibilidade de sermos iguais a Jesus Cristo. Porém, acredito que a capacidade do Presidente Lula está voltada para as difíceis decisões de quais as primeiras, segundas e terceiras ações o Governo deve tomar na atual situação do Brasil.

Chegou-me a informação de que o Hospital das Clínicas de Teresina foi inaugurado em 1989. Poderemos nos juntar, nos dar as mãos para que o hospital entre em pleno funcionamento; porém, não é uma responsabilidade imediata do Presidente Lula ou do Governador do Piauí, Wellington Dias.

Sr. Presidente, queria mesmo falar a respeito da visita que fiz à cidade de Belém, na semana passada, dia 17. Estiveram lá reunidos a Ministra Marina Silva e os Ministros Ciro Gomes e Jaques Wagner, ocasião em que se discutiu o PPA (Plano Plurianual), a programação de investimento definida pelo Governo Federal. Ainda naquela ocasião foi realizado o seminário Certificação Florestal da Amazônia: Avanços e Oportunidades; houve ainda uma reunião dos Governadores da Região Norte.

O seminário Certificação Florestal na Amazônia tratou dos avanços e oportunidades para o setor florestal da nossa região. Foi organizado pelo Imazom – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, pela ONG Amigos da Terra e pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Participaram do evento cerca de 600 pessoas, entre as quais empresas do setor florestal, ONGs, Parlamentares, representantes de Governos da Amazônia, o Ministro Ciro Gomes e a Ministra Marina Silva.

O debate foi muito importante porque apresentou números até então desconhecidos por mim e trouxe – digamos assim – elementos que me deixaram mais convicto de que precisamos imediatamente construir uma política florestal para o País, especialmente para as florestas daquela região.

Hoje o Brasil produz 28 milhões de metros cúbicos de madeira. Desse total, apenas 500 mil metros cúbicos são certificados, o correspondente a apenas 2% desse montante. O mercado florestal é estimado em 2.000 unidades industriais, com uma receita próxima a US\$2,5 bilhões ao ano. A produção certificada movimenta hoje aproximadamente 5% desse volume, ou cerca de US\$125 milhões.

A atual demanda de madeira certificada é de 3 milhões de metros cúbicos por ano; e o empresário maranhense José Shalom, um dos maiores produtores de porta do Brasil, compra madeira, o cedro arana, da Bolívia porque não há oferta local desses produtos certificados.

O setor florestal atualmente emprega cerca de 500 mil pessoas na forma direta e indireta. No Brasil, existem atualmente apenas cinco empresas e duas comunidades certificadas.

Lembramos também que alguns passos importantes para essa nova política florestal começam a ser dados com uma decisão da atual diretoria do Banco da Amazônia. Ela realizou, pela primeira vez na história dos bancos públicos brasileiros, operação de crédito para manejo florestal. Fico impressionado ao saber que para qualquer pessoa da região conseguir licenciamento e crédito para corte raso de floresta e para qualquer outro tipo de atividade econômica o atendimento é praticamente imediato. Somente agora a diretoria do banco mostra sensibilidade ao entender que o setor florestal precisa ser imediatamente aceito dentro de seus programas.

O Banco da Amazônia liberou R\$2 milhões para a empresa Juruá Florestal Ltda, do Estado do Pará. O estoque de dinheiro do Banco da Amazônia é da ordem de R\$1,1 bilhão para todos os tipos de investimentos, para todos os setores que o procurarem.

Contudo, a partir desses seminários, depreende-se que esses recursos do Banco da Amazônia serão destinados prioritariamente para o manejo florestal.

Outro passo importante é que o Governo do Estado do Amazonas, Sr. Presidente, do Governador Eduardo Braga, criou um programa chamado de Zona Franca Verde. Tal programa, um incentivo do Governo do Estado, destina-se às comunidades mais isoladas do Amazonas e permite o uso de recursos públicos para o desenvolvimento de atividades florestais, acompanhadas imediatamente também dos serviços sociais do Governo.

Também já se vê no Estado do Acre manifestação nesse sentido, quando o movimento social levantou proposta ao Governo local para a implantação da chamada Zona Franca Florestal, no Acre. Muitos se têm debruçado sobre a preocupação de uma zona franca, tendo em vista os problemas gerados pela Zona Franca de Manaus, que tem no seu arcabouço o incentivo a empresas do setor eletroeletrônico.

O que certamente as pessoas partidárias da idéia de uma Zona Franca Florestal querem é que se apresentem políticas, leis e condições básicas para que qualquer empresa possa se instalar na nossa região para a produção florestal manejada e certificada.

Outro passo muito importante para a citada política florestal foi o termo de compromisso assinado entre o Ministro Miguel Rossetto e a Ministra Marina Silva, para implantação dos assentamentos florestais, os quais já mencionei anteriormente.

Esse foi um dos eventos em Belém, ao mesmo tempo em que ocorria a reunião dos Governadores, da qual participaram também os dois Ministros e cujo primeiro tema tratado e acordado foi sobre a situação da Sudam. A preocupação era se deveria permanecer o nome Sudam ou ADA. Os Governadores, por unanimidade, julgaram importante a manutenção do nome Sudam, tendo a compreensão de que as mazelas que ocorrem naquela instituição são problemas de pessoas, e não da instituição, mas basta que pessoas sérias administrem qualquer instituição para que siga o rumo que todos nós queremos. Logo, os Governadores foram unânimes quanto à manutenção do nome Sudam.

O segundo tema abordado foi sobre o prazo. O processo de reconstrução da Sudam estava atrasado em relação ao da Sudene. O Ministro Ciro Gomes acordou com os Governadores que os prazos serão os mesmos. Ou seja, no momento da criação da Sudene, que já deu passos maiores, será também criada a Sudam. A nova Sudam será, então, a grande articuladora do desenvolvimento da região amazônica.

Até hoje, dia 23 de junho, os Governadores ficaram de enviar contribuições para o Ministro Ciro Gomes e a Ministra Marina Silva a respeito da criação da nova Sudam. Qualquer Governador que quisesse fazer sugestões teria o referido prazo para fazê-lo. E, até o dia 18 de julho, cada Governador deverá debater, juntamente com sua comunidade local, com a sociedade civil de seus Estados, as bases apresentadas no documento **Amazônia Sustentável** que vão ajudar substancialmente na elaboração do PPA. O dia 8 de agosto será o prazo final para a elaboração do documento a ser entregue ao Presidente Lula.

Uma terceira atividade que ocorreu em Belém e também em Rio Branco contou com a presença do Ministro Jaques Wagner e do Secretário-Geral da Presidência da República, o nosso amigo Luiz Dulci, e se pautou no recolhimento de propostas da sociedade civil para elaboração do PPA. Tive a oportunidade de ver o plenário cheio nos dois casos. Muitos participaram. Se não todas as entidades da sociedade civil, quase todas participaram da referida atividade. Não pude permanecer durante todo o tempo porque estava participando dos demais eventos, mas fiquei impressionado de ver o quanto a sociedade está interessada tanto em contribuir quanto em dar o voto de credibilidade ao Presidente Lula, principalmente na sua ação de descentralização administrativa. Lembro que o PPA é aproximadamente o que foi a experiência do modo petista de governar em relação ao Orçamento participativo, criado ainda nas administrações municipais petistas da década de 80. Acredito que tanto no Orçamento participativo quanto no PPA a sociedade pode dar a sua opinião em relação a que tipo de Brasil nós queremos até o ano de 2007. As propostas advindas desses eventos certamente vão colocar o nosso País num rumo bem diferente do das décadas anteriores.

Aproveito a oportunidade para trazer uma grande preocupação sobre a qual já falei aqui várias vezes. Recebi um convite da Universidade Federal do Rio de Janeiro e também da Universidade de Monique, na Alemanha, onde haverá um simpósio sobre energia de **biodiesel**. Estou muito interessado em participar. É sobre esse assunto que farei alguns comentários.

No momento em que estamos trabalhando o PPA, a descentralização dos recursos federais e as políticas de desenvolvimento regional, temos de levar em conta essa questão. Fico impressionado de verificar que, com toda a biodiversidade da Amazônia e com toda a sua capacidade de biomassa, perdemos a oportunidade de ser auto-suficientes em energia elé-

trica e até exportadores dessa energia a partir da biomassa. Além do mais, estamos perdendo também a oportunidade de fazer com que os pequenos produtores, aquelas pessoas mais simples, os beneficiários da reforma agrária participem desse processo produzindo a base da energia, da força motriz da economia do País.

Sobre o Acre, eu gostaria de aproveitar a ocasião para fazer um apelo à Ministra Dilma Rousseff, do Ministério das Minas e Energia. O Estado do Pará hoje, sozinho, responde por 47% do PIB da Amazônia; o Estado do Amazonas representa 27%; o Estado de Rondônia representa 15%, e o Estado do Acre continua sendo um beneficiário dos recursos do Tesouro Federal. Temos a oportunidade ímpar de ser um produtor de energia elétrica que não precisa da interligação do linhaço que está sendo pensado a partir das hidroelétricas de Samuel e do rio Madeira, que deverá ser construída nos próximos anos para o abastecimento daquela área da Amazônia. Sr. Presidente, poderemos, tranquilamente, dotar aquelas comunidades isoladas – autênticas produtoras de energia – com mais tecnologia trazendo ganho financeiro para os beneficiários da reforma agrária.

Faço aqui uma comparação. O Estado do Pará, representado por V. Ex<sup>a</sup>, tem as jazidas de ferro de Carajás, grandes potenciais minerais, grandes potenciais hidráulicos, grande potencial de terras agricultáveis, bacias pesqueiras. O Acre não tem nada disso; o Acre não tem petróleo, não tem minério, os rios do Acre são de nascentes, têm capacidade de força motriz muito pequena. E nós ainda temos um solo constituído de terra de aluvião, ou seja, um solo inconsolidado que não suporta mecanização mais pesada. Portanto, a saída do Acre, a meu ver, como também de grande parte da Amazônia, é a produção florestal, e, nesse caso, o **biodiesel** vem a calhar.

Quero aqui conceder um aparte ao ilustre Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, já que o Sr. Presidente Luiz Otávio e seis dos Senadores presentes são da Amazônia, para trazer uma preocupação que tenho visto na imprensa a respeito dos contratos de risco de exploração florestal. Deveríamos formar uma trincheira para que não venha a ocorrer aqui o que se passou na Malásia, onde grandes madeireiras acabaram com as florestas. Pode ser que esteja se preparando agora uma orquestração para tentar entrar com esses contratos aqui, com a figura de ecológicas, de ecologistas, de proteção, oferecendo mil coisas para, no fim, esgotarem as nossas reservas e nos deixarem

como deixaram a Malásia. Já que estamos falando das florestas, quero trazer essa preocupação aqui a todos nós da Amazônia. Formarei essa trincheira, e tenho certeza de que os outros também formarão a sua para que isso não ocorra, o que sufocaria nossos pequenos madeireiros, que sobrevivem com suas dificuldades, com suas tecnologias atrasadas. Dentro desse programa de desenvolvimento da Amazônia, eu gostaria também de falar ao colega do Acre que existe o plantio direto, um tipo de agricultura de alta tecnologia que não agride muito o solo. O Acre também pode se inserir nessa parte desde que tenha área de campo. Não produzimos ferro e outros minérios como o Pará, mas temos uma grande riqueza: nossa gente, o povo acreano; assim como o povo roraimense é a maior riqueza de Roraima.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho, é também minha a preocupação demonstrada por V. Ex<sup>a</sup>: que grandes madeireiras, nos moldes das que exploraram a região do Pará, da Indonésia e de outras partes da Ásia, explorem predatoriamente a nossa floresta. Isso é realmente muito preocupante. É exatamente contra isso que estamos trabalhando e a favor de que qualquer exploração florestal obedeça às regras de manejo e à legislação brasileira. Espero que todos estejam atentos para essa questão.

Todos os setores madeireiros do Brasil foram convocados para tratar de um grande acordo no Seminário de Belém. Dos 28 milhões de metros cúbicos de produção madeireira do Brasil, apenas 500 mil metros cúbicos são de origem certificada, manejada. Queremos que todos os 28 milhões, não precisam acrescentar nem um metro cúbico, sejam certificados. Para isso, é preciso que as grandes empresas de consumo e de industrialização exijam que seus fornecedores participem desse tipo de programa.

Reitero ainda que precisamos fazer o mapeamento da Amazônia e discutir como implementar a economia local, observando a produção. Cada Estado tem seus produtos típicos: o Pará, o Amazonas, o Acre, Rondônia. Portanto, precisamos levar esse programa de manejo e certificação florestal para a área de cobertura florestal atual, que com quase 30 milhões de metros cúbicos, irá gerar, aproximadamente 2 milhões de empregos diretos, e o PIB ficará em torno de US\$10 bilhões somente nesse setor, que hoje opera com cerca de US\$2,5 bilhões de maneira não certificada.

Esse seminário em Belém chamou a atenção para esse fato. Tanto para o Governo quanto para as empresas e para a comunidade local, é um filão talvez



não igual ao do ferro e ao do ouro, mas muito próximo e, pela sua durabilidade, será, ao longo dos tempos, muito maior do que qualquer exploração mineral.

Sr. Presidente, ressalto que se transformarmos a biomassa em energia elétrica, as comunidades do Estado do Acre e de outras regiões da Amazônia, assim como o pequeno produtor, poderão participar do processo de desenvolvimento. Dessa forma, também poderemos encontrar uma saída econômica para a grande preocupação dos pecuaristas locais. A atual Lei nº 2.166 estabelece que 80% das áreas destinam-se a reserva legal. Portanto, esse é um grande negócio para o pecuarista – seja o pequeno produtor que tem até 70 hectares ou o grande empresário que chega a ter mais de 100 mil hectares – que não sabe o que fazer hoje dessa área. Estamos querendo fazer esse pacto na Amazônia.

Para encerrar, destaco o programa de **biodiesel**, com tecnologia já comprovada, que foi um dos assuntos discutidos pelos Presidentes Lula e Bush. É preciso que a cooperação internacional traga para o Brasil a tecnologia de transformação de biomassa, que já foi nossa.

Nesse ponto, o Estado do Piauí saiu na frente porque tem um protótipo de geração instalado dentro da universidade. Quero pedir ao Senador Mão Santa a oportunidade de conhecê-lo e a de levar para cada Estado da Amazônia uma dessas experiências. Pedirei à Ministra Dilma Rousseff, na quinta-feira quando for conversar com S. Ex<sup>a</sup>, que imediatamente o Ministério das Minas e Energia espalhe essa experiência pelos Estados do Nordeste e da Amazônia, de forma que o pequeno, o médio e o grande participem desse setor importante do nosso desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Senador Sibá Machado, desde já, a Mesa assegura a V. Ex<sup>a</sup> que o enviará tanto ao Rio de Janeiro como a Munique, na Alemanha, para participar dos encontros que, com certeza, trarão muitos frutos para todos nós no Brasil com relação à energia alternativa, como é o caso do gás.

Senador Paulo Paim, desculpe-me. Mesmo sendo V. Ex<sup>a</sup> o vice-Presidente desta Casa, vou conceder a palavra primeiro ao Senador Ney Suassuna, que foi mais rápido que V. Ex<sup>a</sup> e conseguiu fazer uma permuta com o Senador Paulo Octavio.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há um dado da re-

alidade brasileira capaz de tirar o sono de qualquer um de nós, até dos mais otimistas em relação ao futuro da Nação. Pasmem, caros Colegas, 24% dos jovens brasileiros de 18 a 25 anos de idade não acreditam que a sua vida possa melhorar. Quando falamos nisso parece pouca coisa, parece que a importância é mínima, mas não é, Sr. Presidente, pois na porção jovem de um país estão os homens de amanhã, o futuro quadro de trabalhadores, os governantes, os líderes, os empreendedores. Como podemos ficar tranquilos diante do desalento dos nossos jovens perante o futuro?

Ora, quem não acredita que pode conseguir uma vida melhor fica paralisado, desanimado, desmotivado e nada fará para sair desse marasmo.

Sempre defendi a necessidade de uma política nacional para a juventude brasileira, uma política articulada e ampla, com ações coordenadas nas esferas federal, estadual e municipal, contando com a parceria de empresas, sindicatos e entidades não-governamentais. Uma política que englobe programas de educação, cultura, saúde, lazer, renda, qualificação profissional. Uma política que seja capaz de evitar a entrada de milhões de crianças e jovens na delinquência, no submundo das drogas e do crime, não apenas como agente, mas principalmente como vítimas da violência.

Afinal, a violência está centrada no universo juvenil. Está comprovado em pesquisas que houve um crescimento acelerado, nos últimos 10 anos, das mortes por violência na faixa dos 15 aos 24 anos de idade.

Paro aqui para contar uma triste história. Ontem, fui a Teresópolis e levei um empregado de minha casa. V. Ex<sup>as</sup> precisavam ouvir o diálogo dele comigo. Ele me dizia que, com o emprego na minha casa, mantinha quatro pessoas em Bezerros, Pernambuco. Apenas ele trabalha. Não há emprego para o irmão de 14 anos, nem para a irmã de 17, apesar de, ocasionalmente, ela fazer algum biscoito limpando a casa de alguém. O pai é doente, e a mãe cuida dele. Todos vivem do salário do rapaz: R\$400,00. E ele dá graças a Deus, pois trabalhava em Bezerros numa fábrica de sapatos, que foi assaltada. V. Ex<sup>as</sup> prestem atenção: em Bezerros, pequena cidade do interior de Pernambuco, uma fábrica foi assaltada! O dono da fábrica determinou que ele e o primo passassem a dormir na fábrica e lhes forneceu espingardas. Certa noite, a fábrica foi assaltada novamente. O primo levou um tiro e morreu. Então o dono resolveu fechar a fábrica. Ele perdeu o emprego e chegou a passar fome. Resolveu sair do Nordeste, deixando a família.

Ele não me contava sua história com revolta, mas como se fosse algo normal, natural. É como a população brasileira e os jovens vêem hoje o Brasil. É natural, é normal, anarquizou. Não há mais jeito, não há futuro, não há esperança. Por essa razão, estão todos paralisados, esperando não se sabe o quê. Cabe à nossa geração, cabe a nós que estamos no comando, modificar a situação, mas falamos, falamos, falamos, e tudo continua do mesmo jeito. É difícil aceitar que esse seja um diálogo normal. É difícil constatar-mos que a violência não é só contra os que têm algum patrimônio. Não! É também contra um infeliz que tem um emprego, que faz meia dúzia de sapatos, numa cidade do interior de Pernambuco. A violência está generalizada e a descrença também. Temos de lutar contra isso. Não é possível que, nas capitais, a média de assassinatos nessa faixa etária esteja em torno de 43%. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, essa estatística sobe para 50%, ou seja, metade das mortes de jovens é provocada por assassinato.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil concentra a metade da população jovem da América Latina e 80% dos jovens do Cone Sul. O Brasil é o quinto maior país do mundo com a maior porcentagem de jovens em seu contingente populacional. Com esse imenso potencial, quando devíamos estar, com fé, construindo um país, está havendo todo esse marasmo e esse desalento. E se não qualificarmos esse contingente, não seremos mesmo um país do futuro; pelo contrário, seremos um país sem futuro.

O Brasil pode imprimir em seu projeto de nação aquelas que são as marcas próprias da juventude: o anseio pelo novo, o ímpeto pela mudança, a coragem para empreender e o destemor de ousar. Não é o que fazemos. Havia 400 mil processos na Procuradoria-Geral da Fazenda cobrando de empresas que foram multadas. Em menos de três anos, os processos chegaram a quatro milhões. Isso significa 50 mil processos por mês entregues à Justiça Federal, que não tem condições de cobrar, porque já está cheia de processos, que levam de 10 a 20 anos para serem cobrados. Temos quase um PIB para receber. E todos sabemos – pergunte ao contínuo do Senado – que não vamos receber, porque as multas, as taxas são gigantescas. Sabemos até que, quanto mais aumentam os impostos, menos se arrecada. Só quem não sabe disso é o Governo, que sempre cobra mais e cada vez mais dos mesmos, que não podem gritar, os assalariados, porque o desconto já sai na folha de pagamento. O restante forma esse contingente de quatro milhões de processos parados somente na Procuradoria-Geral do Ministério da Fazenda.

Se nossos dirigentes tivessem tido mais cedo a clarividência e o descortino necessários para encarar os jovens como segmento estratégico do próprio desenvolvimento nacional, poderíamos estar, hoje, desfrutando dos resultados de uma política para a juventude em franco andamento.

Infelizmente, o Brasil é um País de baixa institucionalização e tradição no tratamento de assuntos ligados à juventude, a despeito de sua dimensão econômica no plano internacional, de sua relevância regional e da grande porcentagem de jovens em seu contingente populacional. Não temos investido nesse segmento.

Infelizmente – lamento ter de novamente empregar esse triste advérbio – o retrato do Brasil que os indicadores sociais insistem em nos exibir não é dos mais favoráveis.

A persistente deterioração da distribuição de renda e o empobrecimento contínuo da população pressionam fortemente a situação de nossas crianças, adolescentes e jovens.

Aproximadamente metade da nossa população infanto-juvenil vive em famílias cuja renda não ultrapassa meio salário mínimo. Enquanto isso, a televisão mostra todas as belezas da sociedade de consumo. E aí vem a revolta. Não tem emprego, a família ganha meio salário mínimo, mas a televisão mostra um mundo paradisíaco a que ele precisa ter acesso. Não nos surpreende, nesse contexto, que cerca de 17% da população de 10 a 14 anos esteja trabalhando. Esses jovens estão trabalhando, Sr. Presidente, quando deveriam estar na escola, se qualificando e se preparando para uma vida melhor.

Mas como poderiam estar nos bancos escolares, se suas famílias sofrem brutalmente os efeitos da miséria? São famílias que estão na margem inferior da satisfação das necessidades básicas para uma sobrevivência digna.

Compõem essas crianças uma triste classe obreira, que trabalham transportando carvão, fazendo tijolo, corda, trabalhando até na roça. E trabalham apenas para sobreviver no presente, porque não estão construindo seu futuro.

Se ampliarmos o estrato etário para a população de 10 a 17 anos, veremos que cerca de 7 milhões, nessa faixa etária, participam da força de trabalho. Poderíamos pensar que essas crianças estão na zona rural, auxiliando a família em atividades agrícolas, como ocorre em outros países.

Ledo engano, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Vamos encontrar 60% delas trabalhando em

atividades não-agrícolas, desprotegidos e indefesos num sistema laboral que lhes nega a devida proteção social. E, aí, de novo, nós não ousamos. Ao invés de facilitarmos, nós criamos dificuldades na legislação, que termina sendo contra o próprio jovem.

Não se pense que, ao alcançarem a maioria, estarão em melhor situação! O desemprego estará logo ali à frente. Nem mesmo as sociedades mais desenvolvidas do Planeta estão conseguindo fugir desse cruel flagelo. No Brasil, essa situação tem se agravado.

A verdade é que o fenômeno da globalização e da abertura de mercados fragilizou o ser humano num dos pontos mais essenciais de sua perspectiva de vida: roubou-lhe a esperança de vir a ter dias melhores.

Ameaçado de perder, a qualquer momento, seu posto de trabalho, ou já lançado à amargura do desemprego, como pode o ser humano sonhar com um futuro melhor para si e para a sua família? Sonha quem tem a barriga cheia; sonha quem tem o mínimo para viver. Quem está com fome não sonha, pensa fixamente na comida, no dia-a-dia, no prato de feijão. É preciso que nós, que fazemos essa geração, tomemos medidas.

O aumento da exclusão dos jovens brasileiros, diante de um quadro resultante da grave crise econômica e social enfrentada pelo País nos anos 80 e no início da década de 90, desemboca hoje no crescimento de comportamentos anti-sociais, como a delinquência, o tráfico de entorpecentes, a formação de gangues e a prostituição infantil de meninas e meninos. Passem pelas estradas nordestinas. É de dar dó. Aqui na Capital, passem à noite nas imediações do Hotel Nacional e vejam quantos menores se prostituindo, porque não têm acesso a uma vida melhor. Não há também autoridades para coibir o comércio. Pelo contrário, o que vemos é a autoridade fazer de conta que não está vendo. Isso faz com que esse contingente de jovens, que é o futuro, o Brasil de amanhã, esteja nessa amargura e nessa descrença.

Se não investirmos com urgência em programas específicos para a população de 15 a 24 anos, teremos, a curtíssimo prazo, os problemas relacionados ao jovens se agigantando em proporções insuportáveis.

Mas nunca é tarde para cuidarmos do tema. É por isso que volto a falar deste assunto nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há horas em que fico deprimido e até, por que não dizer, invejoso, quando vejo Taiwan, hoje com 22 milhões de habi-

tantes. Fugindo da guerra, de Mao Tse-Tung, esse povo invadiu uma área que não tinha qualquer civilização e formou um país que já ganhou e aplicou na Ásia US\$900 bilhões e tem no bolso, para aplicar em outros investimentos, US\$120 bilhões. Por que, em cinquenta anos, eles conseguiram formar uma nação que afronta até a China, que respeita o desenvolvimento deles? E por que nós, que já estamos com 500 anos, dez vezes mais tempo, até hoje falamos – é um blablablá -, mas as soluções não aparecem?

Hoje, o Senador José Jorge falou sobre a transposição do rio São Francisco, mas desde o Império se fala dessa transposição, que nunca veio. Falta vontade política. Somos um País do deixa para depois e estamos apagando um incêndio de ontem. Nunca estamos preocupados com o amanhã, com o planejamento. Enquanto isso, perdemos.

Na semana, jantava com o Embaixador da Suíça, que me dizia os números do seu país. Dava-me tristeza de ver que sete milhões de pessoas são capazes de produzir e ter investimentos muito superiores que o nosso País, de 175 milhões. Será que eles são superiores a nós? É claro que não. O que nos falta é a organização, a determinação e a vergonha, que não estamos tendo para fazer com que as coisas sejam cumpridas.

A nossa juventude está largada. Hoje, o que mais existe em toda quadrilha são os matadores de dezesseis anos, que podem votar, mas não podem ser punidos. E aí de quem colocar a mão neles! Imediatamente aparece alguém dos direitos civis dizendo que em menor de idade não pode. Mas há deles – vi na televisão um dia desses e duvido que alguém aqui não tenha visto – que já mataram vinte pessoas. Outro dizia na televisão, Sr. Presidente: “Eu gosto de matar como gosto de comer feijão, carne e arroz e, quando sair daqui, tenho uma lista de dez para matar”.

E nós não tomamos atitude. Pelo contrário, aparecem nas revistas de circulação nacional, às vezes, duas páginas para um bandido que já matou 100. Não damos os exemplos de quem persevera e trabalha. Os exemplos mostrados são dos bandidos, dos ladrões, daqueles que pelo crime tiveram notoriedade. Não consigo entender e só lamento.

É claro que não precisaríamos reinventar a roda, começar do zero. Existem disposições e recomendações de vários documentos de organismos internacionais pertinentes ao assunto.

Os Estados Unidos se transformaram em grande nação quando levaram a sério a educação. O Japão, que era uma nação feudal, transformou-se em potência quando levou a sério o ensino. Mas, lamen-

tavelmente, no nosso País é muito blablablá, muita conversa e pouca ação.

Lembro, a propósito, o Programa de Ação da ONU para a Juventude até o Ano 2000 e Além, exposto na Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude de 1998, ou no Plano de Ação de Braga, dos quais o Brasil é signatário, falam sobre o assunto com muita pertinência.

Relaciono, à guisa de ilustração, alguns dos objetivos que, a meu ver, deveriam ter sido considerados.

Garantir e incentivar a participação ativa dos jovens em todas as esferas da sociedade, dando prioridade à criação de canais de comunicação com jovens, para lhes dar voz ativa, inclusive nos processos de decisão a eles afetos.

V. Exas já viram como está a televisão brasileira? Já prestaram atenção na novela que é exibida às 20 horas, à qual todos os jovens estão assistindo, não há uma pessoa com juízo nem séria. Há uma mulher que não é apaixonada, é tresloucada. Parece que a cada dia se imagina o que pode chocar mais a sociedade. Aquilo é exemplo para as nossas jovens. Parece que não há ninguém sério no País, que a bagunça é a norma.

Promover a educação do jovem em todos seus aspectos, nomeadamente a educação formal e a não formal, para facilitar sua integração no mercado de trabalho.

Muitas pessoas querem que o filho seja doutor, trata-se do complexo de atavismo da velha escola de Coimbra, da qual se deveria ter o anel. Hoje, um bom bombeiro hidráulico ganha mais do que um médico. Hoje, um engenheiro, numa carreira federal, ganha pouco mais de R\$2.000,00, o que até a pessoa que vende cocada na esquina ganha. Muitas vezes, a educação profissionalizante tem grande valia, não deveríamos deixar de observar isso.

Garantir aos jovens de ambos os sexos a igualdade de acesso e a continuidade de uma educação básica de boa qualidade, à qual se acresce o acesso aos ensinos secundário e superior.

Garantir a igualdade de oportunidade aos jovens de ambos os sexos ao trabalho remunerado, assim como a proteção contra a discriminação de toda ordem, nomeadamente a referente ao pagamento de salários.

Conceber e implementar uma política de emprego para jovens, investindo-se na capacidade empresarial de os jovens criarem as suas próprias empresas e negócios.

Há ainda a questão do primeiro emprego, em que o Governo diz que irá investir.

Para encerrar, Sr. Presidente, fico preocupado, principalmente com o uso das drogas. Há poucos dias estive na Universidade de Stanford, para representar o Brasil no Encontro dos **Twenty** – falei sobre isso aqui no Plenário. De lá, passei por uma cidade onde morei por um ano, Santa Bárbara. À noite fui procurar um restaurante. Eram 22h e estavam todos fechados. A única rua onde havia algo aberto era onde ficava a juventude. Fui até lá e só encontrei aberta uma pizzeria, e não se vendia mais cerveja a partir das 22h. Jovens, menores de 21 anos não podem comprar cigarros ou cervejas.

No Brasil, comprem o que querem e onde querem. Os Estados Unidos conseguem ser a primeira potência mundial, mas a disciplina para o jovem é dura. Aqui, não. Temos os bailes **funk**, os “trenzinhos”. Ouvi, dias atrás, uma entrevista e fiquei horrorizado. Uma garota de 12 anos dizia ter engravidado no “trenzinho”. Indagada sobre quem seria o pai, ela respondeu que não sabia porque não conhecia quem estava atrás dela.

Isso é um descalabro. As autoridades têm que tratar a juventude com mais rigor. Quem quer progredir tem de se submeter a determinadas normas. No Brasil, vivemos uma época em que não impomos normas à nossa juventude. Mas, o que é ainda pior, também não temos uma política para cuidar do seu futuro. Daí, essa quantidade enorme de jovens que não acreditam que a vida vai melhorar. E esse é o futuro do País.

Eu lastimo e insistirei, a toda hora que possa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na tese de que ou nós encetamos uma política séria para a nossa juventude ou não teremos futuro no nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul e Vice-Presidente do Senado Federal.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Luiz Otávio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar – antes de aprofundar o debate da questão que me traz à tribuna – de deixar aqui registrada a minha satisfação de haver recebido do Sintraserf este livro. Eu recebi cerca de trinta exemplares dele e faço questão de deixar este nos **Anais** da Casa. Por quê, Sr. Presidente?

O Sintraserf é o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Estado do Rio de Janeiro. Até aí, tudo bem. Mas por que essa minha homenagem ao Sintraserf, deixando nos **Anais** da Casa uma cópia deste livro? Trata-se de um livro muito bem elaborado, em que eu também escrevi um artigo, assim como o Presidente Lula e o Brizola; enfim, eu não sou nenhuma personalidade nem especialista no assunto, mas aqui conta a história do salário mínimo, desde 1940 até hoje.

O mais importante de tudo é que o Sintraserf, Sr. Presidente, além de contar a história, faz um vínculo daquilo que eu gosto e aprendi a respeitar muito, Senador Eurípedes, entre o discurso e a prática. Esse sindicato defende o salário mínimo do Dieese, que, hoje, está em torno de R\$1.500, pois eles pagam a todos os seus funcionários, e não são poucos, como salário mínimo, o salário mínimo do Dieese. Não que eu defenda que possamos aplicar aqui, para todo o País, o salário mínimo do Dieese. Mas isso é importante e, acredito, seja um exemplo a ser seguido, inclusive, pelas entidades sindicais, ou seja, que todas as entidades sindicais do País, pelo menos, passem a pagar o salário mínimo do Dieese, que é a grande referência dos trabalhadores, inclusive para os das centrais sindicais.

Eu faço essa citação, essa lembrança, Sr. Presidente, porque amanhã esta Casa votará o salário mínimo de forma, espero eu, conclusiva até para desobstruir a pauta.

É bom lembrar que aqui têm artigos de Ulysses Guimarães, de Tancredo Neves, de João Goulart. É uma bela história sobre a vida do salário mínimo em nosso País, que começa em 1940. Ele hoje vale R\$240,00, quando deveria ser pelo menos R\$1.500,00.

Mudando de assunto, cumprimento a equipe do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora alguns continuem negando, entendo que o Governo começa a sinalizar que vai ter de negociar a Reforma da Previdência. Ele vai ter de negociar mesmo. Outro dia, eu dizia que essa reforma, do modo como está, não seria aprovada nem na China – nada contra a China, estou dando apenas um exemplo. Da maneira como está, a reforma não seria aprovada de jeito nenhum.

Percebemos que o próprio Ministro da Previdência, o próprio Ministro da Casa Civil, o próprio Ministro do Trabalho, o próprio relator da matéria, os próprios Líderes do Partido do Governo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Senador Tião Viana, já

começam a sinalizar que essa proposta terá de ser negociada.

Isso é bom para a democracia e para a livre negociação, da qual falamos tanto. Se nós defendemos a livre negociação neste País, então vamos negociar também a Reforma da Previdência, mesmo porque a posição linha-dura de não querer negociar está insustentável.

Por exemplo, neste final de semana, assisti ao Congresso da UNE, que, por consenso, quer negociar a reforma da Previdência. É claro que um setor dizia não querer nem isso, que pretendeu rejeitar a proposta na íntegra. Mas prevaleceu o pensamento de 15 mil estudantes de que a proposta como está não pode ser aprovada, mas tem que ser alterada naqueles pontos a que tenho me referido aqui quase diariamente. Todas as centrais sindicais têm a mesma visão; todas as entidades dos servidores públicos têm a mesma visão; todas as entidades de aposentados têm a mesma visão: essa reforma tem que ser alterada.

Eu diria que aqui, no Congresso Nacional, 90% – chego agora a esse número; já estive em 80%, portanto estou avançando – de Deputados e Senadores querem também alterar essa Proposta de Reforma da Previdência. E a sociedade está em movimento. Queramos ou não – pode-se discordar – está aí o Judiciário com o bloco na rua, contestando a Reforma; trabalhadores; grande parte, eu até diria, do empresariado não concorda com a forma como foi redigida; está aí a Marcha sobre Brasília, que é sobre a Reforma Tributária. Mas, se pegarmos a PEC 40/2003, veremos que há um artigo que dispõe que a contribuição para a Previdência não será mais sobre a folha, mas, sim, sobre o faturamento. No mínimo, será 10% sobre a folha e 10% sobre o faturamento. Mas não está escrito com clareza se o resultado da arrecadação feito pela Receita Federal sobre o faturamento vai para a Previdência ou para a caixa comum do Tesouro. E sabemos que normalmente não volta para a Previdência – a História mostra isso. Portanto, está havendo um movimento de toda a sociedade, de todos os setores, no sentido de alterar a Reforma Tributária e a Reforma da Previdência, o que é bom. Triste, ruim, para mim, seria se a sociedade estivesse dormindo, imobilizada, dizendo que “está muito bom, a Reforma é excelente, porque veio de um certo Ministério, e para nós é bom”. Isso é ruim. Toda unanimidade, para mim, é burra.

Temos o dever aqui de colaborar, de alterar a redação, de aperfeiçoar, o que não significa ser contra o Governo Lula. Muito pelo contrário, é pensando no Governo Lula que temos, Senador Eurípedes Camar-

go, de fazer este bom debate; por isso a palavra está com V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eurípedes Camargo** (Bloco/PT – DF) – Senador Paulo Paim, há várias reformas a serem feitas em nosso País, inclusive dos costumes. Então, a Reforma Tributária e a Reforma da Previdência estão imbricadas na revolução dos costumes na qual precisamos trabalhar. É claro que no processo coletivo dos interesses para elaborar a melhor proposta para o Brasil incluem-se interesses da sociedade, do Executivo, do Legislativo, da parte patronal e da parte laboral, a parte dos trabalhadores, enfim. Nesse sentido, acredito que caiba ao Executivo a iniciativa de encaminhar uma boa proposta a esta Casa, até porque é prerrogativa daquele Poder fazê-lo. A nós, do Parlamento, cabe não apenas homologar, mas verificar, estudar e elaborar, a partir da proposta do Executivo a Reforma que desejamos. A Reforma da Previdência não tem que dar lucro, até porque não é essa sua função. Sua função seria redistribuir isso para a sociedade como dividendos de sua contribuição ao processo da construção de nosso País. Esta discussão, que se trava em boa hora, causou-nos um acúmulo desse trabalho, principalmente para V. Ex<sup>a</sup>, que defende o direito dos trabalhadores, luta pela Previdência e por um salário mínimo justo. Esses assuntos fazem parte da sua luta diária. E desejo me somar ao esforço que faz para aprimorar a proposta, a fim de torná-la exequível e duradoura e, assim, não precisemos sempre reformar a Constituição Federal. Queremos que a proposta tenha consequência e lógica. E estou certo de que todos nós estamos imbuídos desse propósito. Desejo colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, tendo em vista a larga experiência que tem nessa matéria.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Solicito à Mesa que faça inserir o pronunciamento do Senador Eurípedes Camargo no meu discurso.

Senador Eurípedes Camargo, V. Ex<sup>a</sup>, como eu, veio do que chamam “o chão da fábrica”, e sei que V. Ex<sup>a</sup> se orgulha de ser trabalhador – e, pela sua história, não poderia ser diferente. Por isso, não deseja apenas que projeto de reforma seja aperfeiçoado, mas também que melhoremos a redação que chegou à Casa. Por isso, meus cumprimentos V. Ex<sup>a</sup>.

E quando me perguntam aqui: “Qual é o Senador, que tu achas, que, de olhos fechados, só porque veio do Palácio, assina embaixo e carimba essa reforma?” E digo: Nenhum. Duvido que haja algum Senador que não vá ler a reforma, analisar e sugerir a mudança desse ou daquele artigo, para construir uma proposta, como eu sempre digo, que represente a média do pensamento da Casa.

É por isso que estou muito tranquilo quanto ao processo de negociação, e estou elogiando, inclusive, o Governo, que já sinalizou que quer dialogar com o Congresso Nacional para construir esse entendimento. E diz mais o Governo: “Compete ao Congresso ouvir a sociedade e construir a proposta alternativa”.

Senador Mão Santa, acato com muito orgulho o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, antes mesmo de ouvi-lo, por entender que a sua manifestação melhorará e muito o meu pronunciamento.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, quando fiz o curso de Medicina, meus maiores amigos eram gaúchos. Admiro a luta e a história de Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. E V. Ex<sup>a</sup> sintetiza isso tudo, cativando-nos a cada momento. Outro dia, numa conversa, perguntei-lhe que países V. Ex<sup>a</sup> conhecia. A sua resposta surpreendeu-me, pois V. Ex<sup>a</sup> disse que conhecia poucos, apenas os países vizinhos Uruguai e Paraguai. Getúlio também não conheceu o mundo, mas foi um estadista gaúcho, assim como V. Ex<sup>a</sup>. Senador Paulo Paim, os temas abordados por V. Ex<sup>a</sup> – o salário mínimo e as reformas – são os mais necessários e atuais. Penso que só isso é que justifica a grandeza do Senado e os seus 180 anos. Ulysses Guimarães foi Líder do nosso PMDB – hoje, o Senador Luiz Otávio, também do PMDB, está presidindo os trabalhos nesta Casa – e dizia que sem coragem falecem todas as outras virtudes. V. Ex<sup>a</sup> é um homem do PT de coragem. Eu realmente o admiro. Mas eu citaria – para chegar ao nosso querido Lula, para que a verdade chegue a ele – François Mitterrand, um homem de muita luta, derrotado várias vezes, como Luiz Inácio Lula da Silva, um social trabalhista, mas que persistiu e governou a França por 14 anos. No final da vida, vítima de câncer, ao ser entrevistado por um amigo intelectual, um Prêmio Nobel, disse, Senador Paulo Paim – a entrevista foi gravada, pois ele não podia escrever –, o seguinte: que se ele pudesse continuar e voltar, mas deixava a mensagem de que a democracia só seria salva se os outros Poderes fossem valorizados e fortalecidos. Então, o Poder Executivo, do Presidente Lula, deve se fortalecer, assim como o Poder Legislativo, não impondo, mas aceitando as mudanças, livres, que aqui queremos adotar. Uma delas é a bandeira que V. Ex<sup>a</sup> levantou, a do salário mínimo, que é ridículo. O salário deve propiciar dignidade à família – o direito à casa, à educação, ao lazer e à cervejinha do fim de semana, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu. Mas esse não dá! Portanto,

votaremos pelo maior salário. Votei em Luiz Inácio Lula da Silva, a quem admiro e que quero bem, assim como todo o Brasil. Mas ainda há tempo. A esperança é a última que morre. Ainda tenho esperança de que nossa voz e a voz do Senador Paulo Paim, o grande líder do PT, do Rio Grande do Sul e do Brasil, cheguem até Sua Excelência, e que modifique a medida provisória – é possível – e que aumente o salário mínimo para aquele salário mínimo de US\$100 que o livro está dizendo que já tivemos e também as reformas da Previdência e tributária. Receba, de bom grado, as inteligências que representam o povo e a sua esperança no Parlamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup>, brilhantemente, enriquece o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero deixar registrado nos Anais da Casa um documento da Cobap – Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, que representa em torno de vinte e dois milhões de idosos em nosso País.

Esse documento que a Cobap me passa é interessante. Ele fala que os aposentados e pensionistas tiveram três grandes esperanças ao longo de suas vidas. São exemplos da última década. Tive a alegria de participar dos dois primeiros momentos.

Falam da Constituinte, no momento em que, nas Disposições Constitucionais Transitórias, foi assegurado que os aposentados e pensionistas voltariam a receber o mesmo índice que recebiam na época em que se aposentaram e que foi consagrado a partir da década de 80. Fui Constituinte e ajudei nesse artigo.

Depois, outro grande momento. Tivemos o projeto dos 147%, do qual fui autor e que foi aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo-lhes assegurado esse reajuste.

Eles falam que o terceiro grande momento foi em outubro de 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

No documento, eles estão pedindo somente que se dê aos aposentados e pensionistas o percentual correspondente à inflação dos últimos doze meses, que é o INPC. Nos últimos doze meses, o INPC correspondeu a 20,44% e eles receberam 19,61%. Assim, tiveram uma perda de, aproximadamente, um por cento.

Estou encaminhando a carta ao Presidente Lula, que penso vai acatá-la. Mas, para ajudá-lo, es-

tou encaminhando a Casa um decreto legislativo. Por que entendi que o Ministério da Previdência não deu, pelo menos, a inflação dos últimos doze meses, que era um compromisso? Porque fizeram uma projeção da inflação do mês de maio, para pagar em 1º de junho. A inflação projetada foi de 0,38%, e, na verdade, a inflação foi em torno de 1%. Houve uma pequena diferença.

O que faço aqui? Digo que a inflação projetada para o mês de maio, a diferença a mais, será paga a partir de junho, no mês de julho. Com esse decreto, não anulo o percentual dado, de 19,6%, e garanto 20,44%, para assegurar.

Estou encaminhando como contribuição ao Presidente Lula e ao Ministério da Previdência.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna que o está solicitando.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador, a lealdade é uma das qualidades mais bonitas do ser humano e V. Ex<sup>a</sup> tem sido uma pessoa leal como Deputado, na sua vida privada e aqui, como Senador. Sou seu admirador por essa razão. V. Ex<sup>a</sup> também tem sido uma pessoa de coragem. Há pouco V. Ex<sup>a</sup> disse uma frase, que é verdade: nenhum Senador assinaria porque veio de fulano ou de beltrano. Todos nós aqui temos uma história e uma obrigação para com um segmento da sociedade brasileira. Lamento muito, sabendo do princípio de que em economia e administração não existem milagres, quando constato que o Governo não vai poder dar o que gostaria de dar. Lamento! Não tem de onde tirar neste momento, porque aumentaria o rombo da nossa Previdência. Mas estarei observando a posição de V. Ex<sup>a</sup> e fazendo força para estarmos juntos nessa luta para pagarmos o máximo possível, principalmente para os aposentados. Meu pai, professor secundário na Paraíba, com seu salário, sustentou e educou uma família de dez filhos. Na época em que se aposentou, ele ganhava o equivalente aos vencimentos da ativa; hoje não consegue sustentar a si e a sua mulher. O salário deteriorou tanto que hoje ele não conseguiria, sem a ajuda dos filhos, viver com o padrão que tinha. Não me vejo em condições de votar contra o aposentado e espero que o Governo mude a sua opinião ou que comprove que realmente isso vai quebrar o País, porque só com muito argumento eu poderia mudar minha opinião. A minha opinião é de que tem que se preservar o ganho do aposentado, porque ele já jogou o jogo, já trouxe o País até aqui, não tem que mudar coisa nenhuma.

Portanto, louvo a perseverança e a lealdade de V. Ex<sup>a</sup> e esse tema que V. Ex<sup>a</sup> tem trazido com tanta persistência. Parabéns!

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, pelo seu aparte. É sempre uma alegria ouvi-lo.

Mas eu gostaria de apresentar alguns dados que a população não conhece. Não são específicos deste Governo, mas vou falar também do meu Governo, que é o Governo Lula.

Em 2000, o salário mínimo era de R\$151,00 e a referência para o cálculo de benefícios do aposentado era de R\$119,70, menos 26,15%. Em 2001, o salário mínimo era de R\$180,00 e o mínimo do INSS era de R\$119,70, menos 50,38%. Em abril de 2002, o salário mínimo era de R\$200,00 e o mínimo do INSS era de R\$128,87, diferença de 55,20%. Agora, em 2003, o salário mínimo é de R\$240,00 e o mínimo do INSS é de R\$140,73, já uma perda acumulada em torno de 70,54%. O último, agora, pois houve um reajuste também para o aposentado, e com isso a diferença diminui: o salário mínimo é de R\$240,00 e o mínimo do INSS é de R\$168,47, uma perda acumulada de 42,46%.

Com isso, estou dizendo que esse cidadão, como o pai de V. Ex<sup>a</sup>, tem acumulada, somente nesses últimos quatro ou cinco anos, uma perda correspondente a 42,46% em relação ao número de salários mínimos que ele recebia à época em que se aposentou. Não usarei os dados do Dieese para o mínimo. Tenho todos os dados aqui. Para se ter uma idéia, em 1995, se cumpríssemos a Constituição, o salário mínimo seria de R\$763,00, que correspondia a US\$100.00. Hoje ele seria de R\$1.466,73, mas é de R\$240,00.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup> de que ninguém está propondo isso aqui, nem o Senador Mão Santa. O que estamos propondo é um salário mínimo que se aproxima, pelo menos, dos US\$100.00.

Acredito na promessa do meu Presidente, do nosso Presidente, que todos nós apoiamos e, de uma forma ou de outra, colaboramos para que fosse eleito, de dobrar, no fim de quatro anos de Governo, o valor real do salário mínimo. Para isso acontecer, no ano que vem, já ultrapassaremos a barreira dos US\$100.00.

Por isso que no meu discurso, naquela sessão histórica na qual foi debatido o salário mínimo – e

agora restam as emendas a serem votadas –, eu dizia que há todas as condições objetivas, segundo penso, para que o salário mínimo, no ano que vem, já ultrapasse os US\$100.00. E o Governo Lula há de cumprir sua promessa: dobrar o valor do salário mínimo no fim dos quatro anos.

Desejo também frisar, para não dizerem que só falo de coisas que não são boas, que nesse projeto do salário mínimo, que nós estamos votando e vamos concluir – espero que amanhã –, há duas questões muito importantes e são o sonho dos aposentados – quem tem um aposentado na família sabe do que vou falar: um aposentado chega a receber no décimo oitavo dia do mês subsequente e o trabalhador da área privada recebe até o quinto dia. A partir do ano que vem – está aprovado por nós, por unanimidade –, o aposentado também receberá até o quinto dia útil, como o trabalhador da área privada.

Outro dado positivo: o salário mínimo foi para R\$240,00 em 1º de abril, mas foi referência para o reajuste do aposentado a partir de 1º de junho. Nesse projeto, por nós aprovado, unificamos isso: o salário mínimo e o reajuste dos aposentados passam a ser, a partir do ano que vem, no dia 1º de maio.

Avançamos, não dá para negar que avançamos nesses dois pontos. Mas é claro que gostaríamos de avançar na questão do valor real do salário mínimo e na manutenção do poder de compra de 22 milhões de aposentados.

Durante o seu discurso, Senador Ney Suassuna, outro Senador comentava se o dado que V. Ex<sup>a</sup> comentava era verdadeiro. Disse-lhe que era verdade. Os dados do Censo mostram que até 54 milhões de pessoas neste País ganham até meio salário mínimo. Entre 54 e 100 milhões de pessoas ganham um salário mínimo. Ou seja, aproximadamente 100 milhões de pessoas no País ganham de 0 a 1 salário mínimo. É um dado alarmante, mas verdadeiro. É um dado do Censo que já foi publicado.

Termino meu pronunciamento pedindo que registrem nos Anais o documento da Cobap. Já entreguei à Mesa o projeto legislativo que citei, pois passará a tramitar pelas comissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.*



## **O SINTRASEF O SALÁRIO MÍNIMO E O MÍNIMO DO DIEESE**

**Uma política em nome do trabalhador**

Copyright © 2003 Sintrasef

Edição:

**Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Públicos  
Federais no Estado do Rio de Janeiro**

**Diretor Responsável pelo Projeto:  
Paulo Alberto Lima da Cruz**

**Pesquisa e Redação:  
Júlio Cesar Rocha**

**Capa:  
Marcos Caram**

**Projeto Gráfico:  
Marcos Caram e Júlio Cesar Rocha**

**Revisão Técnica:  
Paulo Alberto Lima da Cruz**

**Revisão:  
Júlio Cesar Rocha**

**Impressão e Acabamento:  
Abegraph Gráfica & Editora Ltda.**

**1ª Edição (2003)**

**Esta publicação é marca de um momento histórico e  
inédito do Sintrasef. Ela não tem pretensão acadêmica.**

**Todos os direitos desta edição reservados ao**

**SINTRASEF/RJ  
Sindicato dos Trabalhadores do  
Serviço Público Federal do Rio de Janeiro**

**Avenida 13 de Maio, 13  
10º andar - Tel.: (021) 2220 8049**

### **Agradecimentos**

senador Paulo Paim  
deputado Carlos Lupi  
deputado Vivaldo Barbosa  
Partido Democrático Trabalhista — PDT/RJ  
Partido dos Trabalhadores — PT/RJ  
Fundação Alberto Pasqualini  
Paulo Passarinho  
Wilmar Vianna Júnior  
DIEESE  
Síntesi

# Apresentação

Esta obra nos leva a revisitar a história de luta dos trabalhadores, não como se estivéssemos “em busca do tempo perdido”, como diria Proust, mas com a nítida intenção de retomá-la sobre o prisma de nosso tempo, para suprir o lapso e o vazio das mentes advindos do avanço da modernidade, que se por um lado trouxe grandes conquistas, por outro aos poucos foi produzindo, pensada e burilada, o afastamento dos trabalhadores de sua própria trajetória e de seus referenciais. Portanto, esta obra não se apresenta como uma simples reverência, mas próxima das utopias que mobilizaram as massas trabalhadoras em todos os tempos, em busca da concretização de seus sonhos de liberdade e de justiça social.

Se as utopias foram concebidas, cabe aos próprios trabalhadores lutar pela sua materialização. Se o socialismo utópico iluminou a trajetória dos trabalhadores, eis o momento da reinvenção do socialismo real, concebido para o nosso tempo, para se constituir como elemento utópico para as novas gerações. Este é um grande desafio, que expressa a necessidade imediata de se apontar aos trabalhadores o sentido da universalização de sua luta.

O Sintrasef sempre teve esse elemento importante: o de materializar concepções utópicas, de pequeno alcance que sejam, mas materializar, universalizar e dar impulso a novos desafios. Neste sindicato sempre se teve um sentido aguçado, com valorização das lutas específicas, mas com especial integração às lutas dos trabalhadores do Brasil e do mundo. Treze anos depois de sua fundação, em que todas as suas direções se empenharam nesta diretiva, a luta continua, e novos elementos devem ser incorporados para alicerçar esta trajetória.

Ao implementar o Salário Mínimo do DIEESE no seu alcance, ou seja, para os trabalhadores do sindicato, o Sintrasef dá um passo à frente na materialização de uma bandeira histórica de todos os trabalhadores do Brasil,

demais nações do continente latino-americano e do mundo. Aponta o Sintrasef o caminho de uma sociedade justa e solidária, em que todos tenham atendidas as suas condições básicas de vida. Aponta o Sintrasef a necessidade de se retomar a luta em outro patamar, pensada e burilada, a partir da história de luta dos trabalhadores.

Evidente que a nova diretoria do Sintrasef sabe que a realidade salarial e social do país está distante do que representa a concepção do Salário Mínimo do DIEESE. Entretanto, também é evidente a absoluta necessidade de se romper com este modelo que continua levando os trabalhadores e suas famílias aos porões da miséria e que a cada dia aumenta o fosso entre os abastados e a multidão de desassistidos. Não há como permanecer com essa concepção geradora de concentração da riqueza e de fragilização da nação brasileira, sob o risco de uma nova colonização e até mesmo da fragmentação territorial e humana.

Há de se enfrentar essa realidade, com coerência e ousadia. Há de se romper com esse modelo. Os sindicatos e demais organizações sociais são o espelho e instrumento da sociedade para este enfrentamento. Assim, romper com este modelo significa também não se adaptar a ele, e muito menos seguir a sua concepção. Há de se ter uma concepção renovadora que dê o sentido revolucionário à ação das massas trabalhadoras. Neste sentido, esta ação do Sintrasef desloca o eixo da discussão, rompe com o que está consagrado e mostra as possibilidades reais da classe trabalhadora de transformar a realidade. A partir deste momento, uma bandeira concebida pelos trabalhadores não será simplesmente utilizada como peça de retórica, mas efetivamente incorporada pelas suas organizações, de forma a dar consistência às lutas históricas da classe trabalhadora e criar uma dinâmica renovadora na sociedade.

**Diretoria Colegiada do Sintrasef**

# Índice

## **O Sintrasef**

O Sintrasef  
Organização sindical dos trabalhadores do serviço  
público federal no Estado do Rio de Janeiro  
Um salário mínimo decente  
Pioneiros

## **O Sintrasef, o mínimo e o mínimo do DIEESE**

A defesa do salário mínimo  
Salário mínimo  
Rompida a concepção dos falsos reajustes  
O mínimo do DIEESE não é um bicho de outro mundo  
O salário mínimo do DIEESE  
O acordo coletivo

## **A visão do DIEESE**

O salário mínimo necessário (SMN)  
O salário mínimo e o mínimo do DIEESE

## **Salário mínimo e trabalhismo**

Uma história de perseguições, martírio e morte  
A legislação social da era Vargas

## **Os herdeiros do trabalhismo**

Os herdeiros do trabalhismo  
A resistência e os novos partidos trabalhistas

## **O novo trabalhismo e o PT**

O novo trabalhismo e o PT

## **Sintrasef - Diretorias**

## **Bibliografia**

# 1 — O Sintrasef

## O Sintrasef

O Sintrasef — Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro foi fundado em 27 de setembro de 1989. Exatamente neste ano, o país viu aprofundar a interminável crise econômica, política e social, com a eleição de Fernando Collor. Entidade sindical representativa dos servidores públicos federais da administração direta e indireta no Estado do Rio de Janeiro, o Sintrasef tem em sua base cerca de 250 mil servidores, dos quais 30 mil estão filiados, distribuídos em cerca de 80 órgãos públicos.

O SINTRASEF é constituído e dirigido pelas seguintes instâncias: Congresso, Assembléia Geral, Conselho de Base (representantes sindicais), Núcleos de Base, Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal. Sua diretoria é composta por 42 filiados, eleitos pelo voto direto para um mandato de dois anos e distribuídos em nove secretarias: Assuntos Jurídicos, Imprensa e Divulgação, Organização e Administração, Finanças, Política Sindical e Formação, Estudos e Pesquisas de Políticas Públicas, Relações Externas, Saúde do Trabalhador e Aposentados e Pensionistas.

### Objetivos e Princípios

#### São princípios da entidade:

- defender e praticar a autonomia sindical;
- manter independência política em relação ao governo, partidos políticos e credos religiosos;
- defender a democracia e assegurar ampla liberdade de expressão e opinião de seus filiados;
- estimular a unidade dos trabalhadores do serviço público federal e, destes, com os demais trabalhadores e com a sociedade.

#### São objetivos da entidade:

- lutar contra práticas sociais de exploração;
- combater a privatização do serviço público, buscando democratizá-lo, melhorar a qualidade e garantir a sua gratuidade;
- defender os direitos dos trabalhadores, estimulando a sua organização;
- garantir o cumprimento dos acordos coletivos;
- lutar pelo fortalecimento político da categoria e pela consciência de classe.

### Direitos dos Filiados

#### A todo trabalhador público federal filiado ao SINTRASEF é garantido:

- votar e ser votado em eleições do Sindicato;
- participar, com direito a voz e voto, das assembleias da categoria;
- requerer convocação de assembleias gerais, mediante a apresentação de abaixo-assinado do qual constem os nomes de pelo menos 5% dos associados;
- participar de todas as reuniões e atividades da instituição;
- utilizar os serviços prestados pelo Sindicato;
- utilizar as dependências da entidade para desenvolver atividades organizativas da categoria.

## Organização sindical dos trabalhadores do serviço público federal no Estado do Rio de Janeiro

Rememorar os acontecimentos que marcaram a trajetória de um movimento social nos dá energia para planejar o futuro, pois o que era de difícil implementação foi realizado com sucesso. Este sucesso em grande parte é creditado ao processo democrático e ao acúmulo de experiências anteriores.

Não podemos esquecer que a proibição da existência de sindicatos e do direito de greve no serviço público fez com que a iniciativa e a prática sindical neste setor fossem altamente politizadas. No Rio de Janeiro, a idéia de reunir os setores que estavam sujeitos à mesma política de arrocho governamental ganhou força com o Fórum das Estatais e do Serviço Público, o que evidenciou a necessidade de articulação para uma reação contrária à política de arrocho e desmantelamento do setor público, a conhecida política neoliberal implementada com mais vigor a partir dos anos 90.

Havia, enfim, um caldo de cultura favorável à reorganização do movimento sindical no serviço público. Em 1986, realizou-se em São Paulo o I Congresso dos Servidores Públicos Federais, onde foram criadas uma coordenação em âmbito nacional e comissões pró-entidades de base.

O coroamento deste movimento aconteceu em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição Federal, que no parágrafo VI do artigo 37 (Capítulo VII Da Administração Pública) determina que “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”. E no parágrafo VII: “O direito de greve será exercido nos termos da lei e nos limites definidos em lei complementar.” Neste mesmo ano surge em Brasília o primeiro Sindicato de Servidores Federais, o SINDSEP.

No Rio de Janeiro havia um acúmulo diferenciado. Por isso o processo exigiu um esforço de convencimento da concepção de sindicato único. O que marcou o Sintrasef desde da sua fundação em 1989 foi o respeito pela pluralidade sindical e pelo processo democrático. O estatuto do Sintrasef tem servido de modelo para a constituição de outros Sindicatos de Servidores.

O Sintrasef está consolidado como organização sindical, mas o seu projeto não está acabado. O Estatuto foi aperfeiçoado com a implantação da diretoria colegiada e estabeleceu-se como regra permanente no regimento eleitoral a inelegibilidade do associado, que ocupou cargo de direção em dois mandatos consecutivos, para garantir a rotatividade e a transparência da gestão sindical.

Outros aprimoramentos serão necessários, o que exige um debate franco que certamente as respostas aos desafios igualmente serão polêmicas. Um elemento que considero importante é como revigorar o Conselho de Núcleo de Bases na perspectiva de fortalecer a sua representativa. Hoje, ainda convivemos com uma duplicidade de organização no local de trabalho, porque não conseguimos incorporar na política sindical a seguinte questão: Como fazer parte de um movimento amplo e não perder a identidade de um movimento específico?

Devemos estar preparados, também, para um debate sobre a proposta do novo Governo para o sistema de relações de trabalho no serviço público.

Todos sabemos que o direito à negociação coletiva foi julgado inconstitucional, não havendo, portanto, acordos ou dissídios, como praticados entre as empresas e trabalhadores celetistas. A contraproposta a uma reivindicação salarial dos trabalhadores do serviço público depende de encaminhamento do Executivo através de um projeto de lei. Em nível nacional, a constituição da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais foi importante na unificação das lutas dos servidores. Acreditamos que a proposta do novo Governo de garantir o direito de negociação coletiva aos servidores colocará em pauta novamente a questão da organização sindical dos servidores federais. A CUT propõe a organização sindical por ramo de atividade, como forma de

enfrentar a fragmentação sindical, evitando a criação de sindicatos por empresa.

O fortalecimento do Sintrasef será garantido pelo processo de lutas e por sua democracia interna e a sua política de articulação com os demais trabalhadores, em particular do serviço público, na perspectiva de defesa de um serviço público de qualidade e eficiente que atenda à maioria da população brasileira.

---

**Jorge Luiz Cantarelli Sahione** é servidor do IPHAN/RJ, e foi Presidente do SINTRASEF e diretor da CUT/RJ.

---

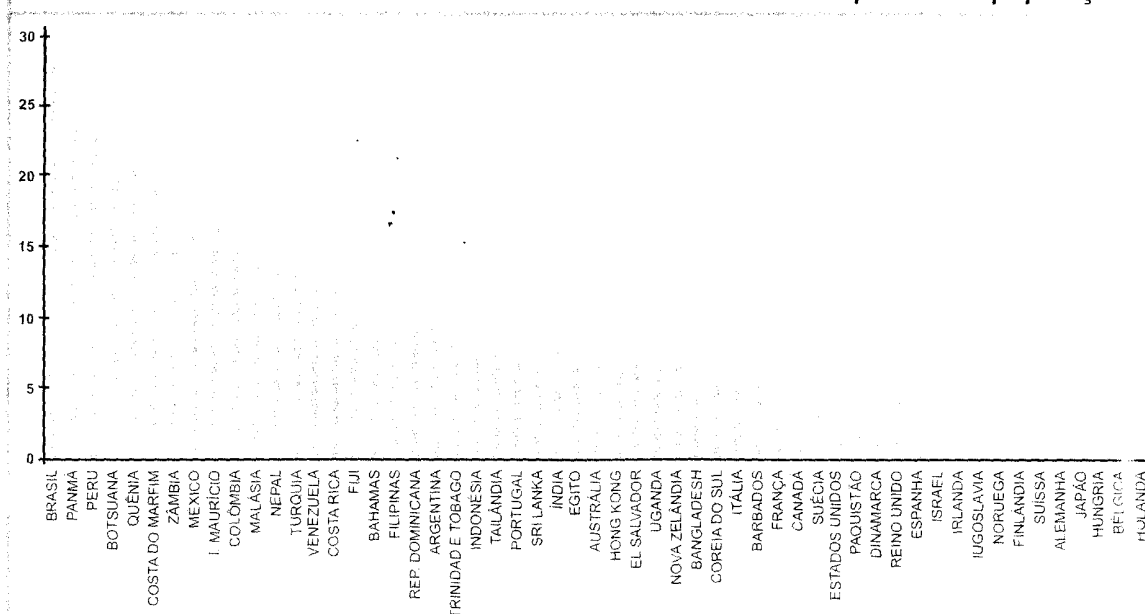
## Um salário mínimo decente

Há anos a imprensa brasileira anuncia o valor do mínimo e o mínimo do DIEESE, suas diferenças e especificidades. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos faz um trabalho muito importante nesse sentido, já que o mínimo do DIEESE privilegia o gasto real de uma família de quatro pessoas com alimentação, moradia etc. Entretanto, nenhum setor da sociedade ou do governo jamais se empenhou no sentido de aplicar

esse índice. Tivesse qualquer governo adotado o mínimo do DIEESE, teria desencadeado no país a verdadeira distribuição de renda.

O Sintrasef - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro entende que o salário mínimo no Brasil é incapaz de satisfazer as necessidades básicas do trabalhador, ousou fazer justiça e história, implementando no sindicato o salário mínimo do DIEESE, com base no mês de fevereiro de 2003, que é de R\$ 1.399,10 (hum mil, trezentos e

### Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população



noventa e nove reais e dez centavos). Dessa maneira, o Sintrasef inaugura uma nova fase entre o capital e o trabalho. Não existe mágica na aplicação do índice, transformamos todos os benefícios em salário e fizemos o ajuste necessário nos salários obedecendo as tabelas do plano de cargos dos funcionários.

O país, hoje, tem quase 60% de trabalhadores na informalidade. Apresenta um elevado índice de desemprego. Diante desses números, temos a obrigação de remunerar decentemente os que se encontram, por sorte do destino, empregados.

O movimento sindical brasileiro tem que dar essa resposta. Não podemos ficar reivindicando apenas do governo e dos patrões, quando em nossas entidades continuamos praticando o que não queremos para os nossos trabalhadores.

O Brasil não pode continuar engrossando a lista dos países com a pior distribuição de renda do planeta. Somos, hoje, o 159º, perdendo para países como África do Sul, Panamá, Malásia, Zâmbia etc.

Certamente o Sintrasef está dando o pontapé inicial para retirar o Brasil dessa ridícula e indecente posição de ser o 159º em distribuição de renda. Com cidadãos e salários decentes, teremos, de fato, um país decente.

---

**Gilmar Cabral** é diretor administrativo do SINTRASEF.

---

## Pioneiros

### Falar de um novo sindicalismo é falar também (e necessariamente) do Sintrasef

Quando daqui a anos a história do sindicalismo brasileiro for contada, os estudiosos, provavelmente, falarão do Sintrasef como aquele que desde a sua criação, em 1989, teve vocação para o pioneirismo e para a modernidade. A ousadia que hoje, 14 anos depois, se materializa em forma da celebração de um contrato de trabalho entre o Sintrasef e seus funcionários — nossa folha de pagamento segue rigorosamente os índices do DIEESE, que prevêem as necessidades básicas, estabelecidas em lei na época em que foi criada por Vargas, para uma família de quatro membros —, coloca o Sindicato à frente do seu tempo. Tem mais: respeitando os mesmos cálculos, reduzimos para menos de três vezes a diferença entre o maior e o menor salário de nossos funcionários. A ousadia está em prática. Temos certeza de que vai dar certo.

Certeza igual àquela que tivemos quando optamos, já na nossa criação, por rejeitar o famigerado Imposto Sindical, elo de ligação e de dependência do movimento na relação com o Estado. O Governo depositava milhões na nossa conta: nós devolvíamos, centavo a centavo, aos seus legítimos donos, de quem tinham sido tirados compulsoriamente. Os pessimistas previram a nossa falência. Provamos que estávamos certos: continuamos vivos e sobrevivendo da contribuição dos associados.

Continuamos apostando na modernidade e já em nosso terceiro Congresso aderimos à tese da Direção Colegiada, acabando com a chamada executiva que, sob a alegação da agilidade dos trabalhos, de fato,

substituíra a Direção. A vida mostrou que esta novidade é mais democrática, sim! Somos vaidosos? Quem não é? Gramsci dizia que desconfiava dos que não eram nem um pouco vaidosos. Lembramos então de mais uma criação do Sintrasef: a nossa imprensa. Há sete anos criamos dois jornais: *Movimento* e PÚBLICO, que atendem a objetivos diferentes. *Movimento*, diz o nome, está voltado para o dia-a-dia. Distribuído nas bases, o *Movimento* foi repensado depois de anos e hoje além de dar voz às bases traz informações importantes para toda a categoria. São 4 páginas coloridas, com tiragem quinzenal, que oscila entre os 7 e 10 mil exemplares. O outro jornal é o PÚBLICO, mensal, cor, 24 páginas, tiragem anda por volta de 32 mil exemplares, é distribuído pelo correio a cada um de nossos associados e para quem pensa e influencia a sociedade (jornalistas, parlamentares, juristas, direção de partidos, pensadores em geral). Talvez seja considerado (como disse Aldir Blanc, mais revista do que jornal) o melhor órgão da imprensa sindical do país. Existe há 80 meses. E nele está a grande novidade. Amante do debate, o PÚBLICO explora o contraditório, é adversário do pensamento que vê na política um fim (e não um meio), sempre determinado pela relação de forças em cada momento. A afirmação do PÚBLICO é a negação do pragmatismo, não tenhamos dúvida. Uma bela experiência, sem dúvida, foi abrimos as suas páginas para nossos críticos da chamada grande imprensa. Queríamos as suas opiniões assinadas. Uma a uma, elas foram comentadas. Tão interessantes

foram os debates, que publicamos, em novembro de 1998, um livro chamado *Ponto e contraponto*, que deu início a uma série de publicações. Agora o sindicato lança *O Sintrasef, o salário mínimo e o mínimo do Dieese*. É muito mais do que uma maneira de alicerçar a ousadia do modelo salarial que acabamos de assinar; é o início de um novo tempo. Outros títulos virão por aí, com certeza.

A Secretaria de Comunicação do Sintrasef quer participar da construção de um sindicato atuante na vida do trabalhador, fortalecendo o debate fraterno — onde, acreditamos, não será falso chamar o outro de companheiro —, através da sedução, do convencimento.

E não será pelo fato de o sindicato ser aparato, mecanismo, relações voltadas para a luta, que deixaremos de lado a beleza e a emoção. Por isso, a nossa sede foi reformada. Mais bonita, mais gostoso será fazer política. Por tudo isso, valeu a festa. Sejam bem-vindos!

---

**Alcir Henrique** é sociólogo e diretor de imprensa do SINTRASEF.

---

## 2 — O Sintrasef, o mínimo e o mínimo do DIEESE

### A defesa do salário mínimo

**“Sonhar para construir um mundo melhor é um direito de todos. Agora, lutar para que este mundo seja construído é um dever de todos aqueles que amam a justiça e a liberdade.”**

Primeiro quero cumprimentar a iniciativa do Sintrasef, no sentido de aprofundar o debate sobre o salário mínimo e colaborar para ele não seja somente um conceito na construção e que de fato na prática ele seja adotado. Sem sombra de dúvida o salário do DIEESE hoje é o que mais contempla o que consta do Artigo 7 da Constituição. Então, primeiro meus cumprimentos respeitosos, carinhosos e fraternais pela política de solidariedade que entendo o Sintrasef está adotando quando resolve fazer este movimento em nível nacional, a partir do Rio de Janeiro, para que outros sigam este exemplo. Que efetivamente a gente saia do discurso e comece a atuar no campo prático. Em segundo lugar, demonstro também a minha satisfação porque estou convencido de que o melhor distribuidor de renda deste país é o salário mínimo. Não existe nenhum outro no meu entendimento que vá na mesma linha. Faço algumas ponderações. Eu dizia há alguns anos que a questão do salário mínimo interessa de forma

direta a cem milhões de brasileiros. Hoje, a gente vê com alegria que os dados do Censo de 2000, publicados nos medidores, demonstram esta realidade. Temos cerca de 54 milhões de brasileiros que ganham até meio salário mínimo. Se 54 milhões ganham até meio salário mínimo, com certeza absoluta vamos chegar a cem milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo. Veja bem, não é nem que ganham o salário mínimo, mas que ganham até um salário mínimo. Aqui vai um setor da sociedade que tem uma renda equivalente a zero. E nessa escala vamos ver que o corte se dá com 54 milhões, com até meio salário mínimo. Assim, temos cem milhões que ganham até um salário mínimo, por incrível que pareça. Numa população de mais ou menos 174 milhões, são cem milhões que dependem diretamente de uma renda, quero insistir, de zero a um salário mínimo. Outra ponderação que faço é que o salário mínimo interfere e contribui diretamente para o seguro



desemprego, porque ele é referência para o seguro desemprego, o auxílio maternidade. Todos os auxílios que a população recebe de forma indireta tem como referência o salário mínimo. O salário mínimo repercute diretamente sobre o piso regional onde ele for adotado, hoje se não me engano no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Se o salário mínimo como exemplo for para algo em torno dos R\$ 500, é claro que nestes dois estados o piso será muito maior. No Rio Grande do Sul chegamos a R\$ 280, para um salário nacional de R\$ 200. Quando ele mudar agora em maio para R\$ 240 ou R\$ 250, creio que no Rio Grande passará de R\$ 300. Então ele impulsiona os salários mínimos regionais, os chamados pisos regionais. Por outro lado, ele interfere diretamente e de forma positiva nos pisos salariais das categorias. Ora, quando você eleva o piso salarial da categoria naturalmente você já está indicando que não poderá ser menor que o mínimo. Então não precisa piso.

Muitas categorias acabam, de forma indireta, sempre articulando para que seu piso não seja tantas vezes ou uma vez e meia a referência básica, e é só como referência, porque não pode estar na lei esta vinculação ao salário mínimo. Da mesma maneira, o salário mínimo interfere diretamente no plano de cargos e salários das empresas. Queiramos ou não, o salário mínimo é referência. Hoje quando você fala no projeto de renda mínima do senador Suplicy, existe também uma referência ao salário mínimo. Se você fala do Bolsa-Escola, também tem como referência o salário mínimo. Eu diria que as nossas vidas estão ligadas a esse verdadeiro ícone da economia que se chama salário mínimo.

Eu diria mais, que parte do movimento sindical não entendeu a importância de lutar pelo salário mínimo. Por isso mais uma vez os meus cumprimentos à iniciativa do Sintrasef. Muitos sindicalistas, e eu venho do meio sindical e faço essa crítica propositiva e

positiva, pois me considero do mundo sindical também, muitos acham que o mais importante é lutar por política salarial, pelo seu piso, mas ele não entende que a referência primeira é o salário mínimo. Então nós temos que fazer um grande movimento em nível nacional numa economia estabilizada, e tomara que tenhamos uma inflação de 3 a 4% ao ano, em que o salário mínimo seria a grande referência. Quanto mais ele alavancar, mais como consequência deste índice os trabalhadores terão uma melhor composição na massa salarial e, conseqüentemente, uma melhor distribuição de renda.

O exemplo que o Sintrasef está dando vem da linha daquilo que eu sonho muito ainda: um grande movimento neste país de todas as centrais, confederações, federações e sindicatos para valorizar o salário mínimo. Se ele alavancar, todos ganham.

Eu particularmente aqui no Congresso tenho travado uma luta ao longo desses 16 anos com esse objetivo. Muitas vezes briguei para que o salário mínimo fosse pelo menos o correspondente a US\$ 100. Alguns por má-fé ou ignorância, que criticam a nossa posição, dizem: "nós não podemos pagar em dólar. Isso até o meu guri lá em casa sabe que não podemos pagar em dólar. É que o dólar, queiramos ou não, é uma referência internacional, tanto é que não canso de dizer que não há um país no continente americano que pague um salário menor do que US\$ 110. O Brasil hoje paga em torno de US\$ 50 a US\$ 60. Então quando eu falo em dólar é para poder fazer esta comparação, até porque pela lei não posso colocar a palavra dólar. E reforço aqui a minha disposição de continuar minha luta no sentido de que o Brasil pague pelo menos um salário mínimo de US\$ 100.

O primeiro projeto que apresentei no Senado foi exatamente o do salário mínimo de R\$ 100. Como é que eu construí o salário mínimo de US\$ 100, já que

não posso, na lei, colocar dólares. Nesse ano, 1º de maio já está praticamente acordado, com a participação de todos os partidos, tanto da base do governo anterior quanto do atual, que será de R\$ 240 a R\$ 250. Como este ano já está decidido, eu projetei para o ano que vem. O que coloco como minha proposta para o salário mínimo para o ano que vem? Será aplicado o IGP-DI sobre o salário mínimo que for fixado a partir de maio e mais o incremento real de 20 centavos a hora. Vinte centavos significam R\$ 44 por ano de aumento real. Se esse cálculo for adotado e pela projeção que eu faço da economia, em maio do ano que vem, nós poderemos estar com um salário mínimo de U\$ 100. E então? Se atingiu U\$ 100, eu vou trabalhar por um salário mínimo de U\$ 150. Atingiu U\$ 150, eu vou trabalhar por U\$ 200. Até que chegue em torno de U\$ 300, que seria em reais mais ou menos o salário mínimo do DIEESE. Então o objetivo é atingir a meta que neste momento o Sintrasef está já mostrando para a sociedade que é possível. A minha briga não é pelo salário mínimo de U\$ 100, e sim pelo salário mínimo de U\$ 300, que leia-se mais ou menos R\$ 1.200. Que seria a nossa luta e é o que determina o artigo 7 da Constituição.

Queria também dizer que na área do servidor público é fundamental que a gente tenha esta clareza. O salário mínimo do DIEESE continua sendo a grande referência do meio sindical, mas entre a referência, o discurso e a prática nós sabemos que há uma grande distância. Eu acho que essa decisão do Sintrasef só vem colaborar para que efetivamente as entidades possam aprofundar este debate e que o salário mínimo do DIEESE se torne referência para todos. Isso seria o ideal, mas sabemos que cada um tem a sua dificuldade, que cada entidade tem a sua dificuldade, e não possa ter a mesma prática que o Sintrasef está tendo, pelo menos neste momento. Mas quero ressaltar que esta decisão do Sintrasef é um exemplo a ser seguido. Alguém teria

de dar este primeiro passo. Bonito que tenha sido o Sintrasef.

Sonhar para construir um mundo melhor é um direito de todos. Agora, lutar para que este mundo seja construído é um dever de todos aqueles que amam a justiça e a liberdade. Esta frase se encaixa no momento e mostra que muito mais do que sonhar, nós temos que praticar. É por isso que eu tinha a expectativa de que um dia haveria de se tirar o salário mínimo do DIEESE do discurso para utilizá-lo na prática. Principalmente entendendo que aqueles sindicatos e confederações que têm condições econômicas para executar esse salário mínimo devem fazê-lo o mais rápido possível. O caminho agora aberto pelo Sintrasef deve ser referência para todos.

---

**Paulo Paim** é senador da República pelo Partido dos Trabalhadores - PT/RS

---

## Salário mínimo

### O salário mínimo foi criado para atender às necessidades básicas do trabalhador

O presidente Getúlio Vargas anunciou o Decreto-Lei que instituiu o salário mínimo no país, com o valor de 200 mil réis, no dia 1º de maio de 1940. Segundo o documento, o salário mínimo deveria ser capaz de satisfazer às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte do trabalhador.

A notícia foi recebida com euforia e, de imediato, mais de um milhão de trabalhadores foram beneficiados com a nova medida, já que na época ganhavam abaixo desse valor. O salário mínimo era uma antiga reivindicação desde a greve geral de 1917.

Em 1º de maio de 1941, mais uma conquista para o trabalhador. Foi criada a Justiça do Trabalho. Por ter o direito do trabalho tão específico, foi separado das demais categorias.

### A Constituição de 1988

Em novembro de 1986, realizaram-se eleições simultâneas para Governador, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Estaduais, com o PMDB elegendo a maioria dos Governadores e tornando-se majoritário no Congresso Nacional, o qual seria, também, Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição brasileira, aprovada em 1988. A Carta Magna de 1988 apresentava as seguintes principais características:

- sistema presidencialista, com o Presidente eleito por quatro anos, por voto popular direto e eleição em dois turnos;
- consolidação dos princípios democráticos e defesa dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos;
- assistencialismo social, ampliando os direitos dos trabalhadores;
- ampliação da autonomia administrativa e financeira dos Estados da Federação;
- amplo intervencionismo estatal.

## Salário Mínimo Constitucional

### Uma nova esperança para o trabalhador brasileiro

A questão do salário mínimo constitucional provoca uma antagônica discussão de natureza econômica e social, cuja solução deveria ser a correta interpretação do texto constitucional.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, garante implementar em nosso país um Estado Democrático de Direito, com fundamento na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, dentre outros, visando construir, no território nacional, uma sociedade livre, justa e solidária, como garantia do desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização e reduzindo as desigualdades sociais e regionais, com a finalidade de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF, art. 1º, *caput* e incisos II, III e IV; art. 3º, *caput* e incisos I a IV).

“Art. 1º - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel de Estados e Municípios e Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.”

### “Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Além de outros direitos sociais que visem à melhoria de sua condição social, garante também aos trabalhadores urbanos e rurais o direito fundamental a um salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (CF, art. 7º, IV), garantindo ao trabalhador, no Brasil, um salário mínimo individual, para atender suas necessidades normais com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

### “Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, os termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
- II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III - fundo de garantia do tempo de serviço;
- IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim...”

Deste modo, a Constituição Federal assegurou um salário mínimo aos trabalhadores, cuja *ratio* é evitar, através da tutela do Estado, o arbítrio absoluto do patronato, fixando uma regra de *minimum*, que a luta econômica entre as classes não pode violar. Inquestionavelmente, tal dispositivo constitucional objetiva “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, III). Expressão do princípio de proteção social ao trabalhador, consoante com teleologia que inspira toda a ordem jurídico-constitucional, pois o trabalho é um dos fundamentos da Ordem Econômica (art. 170, *caput*) e base da ordem social (art.193).

**“Art. 170 - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:**

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;
- V - defesa do consumidor;
- VI - defesa do meio ambiente;
- VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
- VIII - busca do pleno emprego;
- IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

**Parágrafo único** - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.”

**“Art. 193 - A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”.**

O art. 7º, *caput*, parte final da CRFB/88, consagra o princípio da proteção social ao trabalhador prevendo expressamente uma série de direitos sociais (salário mínimo, irredutibilidade e proteção do salário, seguro desemprego, licença à gestante), com a finalidade de melhorar a condição social dos trabalhadores urbanos e rurais.

É de máxima importância a configuração deste princípio de proteção social, em nossa Constituição, haja vista a importância jurídica dos princípios no constitucionalismo e também na teoria jurídica contemporânea. Efetivamente, os princípios têm juridicidade; são normas-chave no ordenamento jurídico, bem como têm função integradora e interpretativa do direito.

Conseqüentemente, a norma constitucional que garante salário mínimo deve ser sempre interpretada e aplicada tendo em consideração a existência do princípio constitucional de proteção social ao trabalhador, que sem dúvida lhe amplia os limites e reforça o conteúdo de sua eficácia jurídica, no sentido crítico de melhorar as condições sociais dos trabalhadores.

Ao proteger economicamente os trabalhadores, este dispositivo constitucional, através da tutela do Estado, objetiva fixar e reajustar periodicamente o salário mínimo. É uma determinação constitucional dirigida aos Poderes Públicos em geral, com a função prioritária, de melhorar as condições sociais dos trabalhadores.

Quanto ao direito social, que exige uma prestação positiva do Estado para sua efetivação, consistente em editar uma norma, é suficiente a exigência de lei no sentido material, porque a determinação do âmbito da reserva legal está estreitamente ligada à natureza do direito fundamental em questão.

Concluímos, portanto, que a norma explícita no art. 7º, IV, da CF, contém uma imposição permanente e

concreta dirigida aos Poderes Públicos, os quais incidem em omissão inconstitucional ao deixarem de reajustar periodicamente o salário mínimo constitucional, "capaz de atender às necessidades vitais básicas" dos trabalhadores urbanos e rurais, e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

Entretanto, os reajustes anuais do salário mínimo vêm apenas premiando o item alimentação, visto que têm sido sempre por parâmetro inflacionário a cesta básica. Para que realmente atendesse às demais necessidades básicas a que se refere o Art. 7º seria necessário um reajuste imediato muito acima dos que vêm sendo concedidos anualmente. Acontece que, como o § 5º do Art. 201 da CF exige que "nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo" e, como o orçamento da Previdência Social, no Brasil, é sempre deficitário, tanto pela falta de recolhimento dos tributos como pela inadequada aplicação dos recursos da previdência, reajustar o salário mínimo de uma só vez para atender a todas as exigências do Art. 7º abalaria a Previdência Social, dado o grande número de beneficiários a serem reajustados.

A solução para o cumprimento do princípio constitucional de proteção social ao trabalhador seria sanear, imediatamente, o orçamento da Previdência, a fim de que o impacto da adequação do salário mínimo não representasse a falência do sistema previdenciário, aliviando-se a carga tributária sobre as empresas públicas e privadas estimulando a contratação de mão-de-obra, diminuindo a extensa gama de obrigações sociais do patronato, implementando o ajuste fiscal e a mudança do regime fiscal, que são precondições para

a retomada do crescimento da economia, do emprego e da renda.

Uma vez que o impacto fiscal do aumento do salário mínimo se dá sobre as contas da Previdência Social, as despesas com seguro desemprego e abono salarial, os gastos com a LOAS e as folhas de pagamento das três esferas do governo. Observando-se que, em média, para cada Real de aumento no valor do salário mínimo ocorre um aumento da ordem de R\$ 200 milhões nos gastos do Governo Federal. Deste total, quase 75% vêm do impacto sobre a Previdência. Cerca de quase 65% dos benefícios pagos pela Previdência são no valor de um salário mínimo, o que corresponde a 35% do total dos valores dos benefícios. O que explica porque o impacto do aumento do salário mínimo sobre as contas da Previdência é tão forte.

Entretanto, após 63 anos da primeira grande conquista dos trabalhadores brasileiros, o atual salário mínimo de R\$ 240,00 não equipara seu poder de compra ao valor de 240 mil réis, decretado em 1º de maio de 1940. Estando totalmente desgarrado do conteúdo sócio-econômico do texto constitucional, não garante, sequer, o mínimo existencial do trabalhador individual, agredindo-lhe a sobrevivência, a cidadania e sua dignidade de pessoa humana, enquanto aumenta os espaços da pobreza e da miséria no cenário nacional, multiplicando os focos de marginalização e de exclusão social. Falta em nossos governantes vontade política, espírito público e realismo econômico.

---

**Enneite Souza Pereira** é bacharel em Ciências Contábeis e Administração de Empresas; diretora de assuntos jurídicos do SINTRASEF; membro da diretoria colegiada da Associação de Empregados da Comissão Nacional de Energia Nuclear, acadêmica de Direito pela Univercidade, Rio de Janeiro.

---

## Rompida a concepção dos falsos reajustes

Sem dúvida, as greves do ABC em 1979 transformaram-se em marco efetivo do fim da ditadura. Mesmo com a aplicação da Lei de Segurança Nacional, com a qual diversos dirigentes sindicais foram parar atrás das grades — inclusive o atual presidente. O fato dos metalúrgicos estarem discutindo a *mais-valia*, indicava que a truculência política e a prepotência patronal estavam com os dias contados. Supunha-se que a ancestralidade miserável dos trabalhadores brasileiros também estava por acabar.

Contudo, a luta de classes não é uma ficção. Após milhares de greves varrerem o território nacional — inclusive a dos bancários, que viria a ser a maior greve do mundo, com um milhão de trabalhadores parados —, o movimento sindical sofre o mais perverso dos golpes: a recessão, aliada à automação, eleva os índices de desemprego a dígitos jamais vistos em nossa história. Isso fez surgir um exército de desempregados que serviram para regular os salários daqueles que conseguiram se manter no emprego.

O padrão de vida do trabalhador começa a decair, atingindo patamares críticos. Para muitos, a discussão sobre o índice de reajuste passa a ser fantasiosa. Uma nova metodologia precisa ser aplicada para que se chegue a um valor salarial mínimo que possa atender às necessidades básicas dos trabalhadores.

Surge, então, a proposta de transformar o salário mínimo do DIEESE em bandeira de luta da esquerda. Um salário que tem por princípio não o dinheiro em si, mas aquilo que este pode proporcionar, ou seja, uma qualidade de vida na qual estejam contempladas as condições mínimas de moradia, alimentação, saúde,

educação etc.; enfim, uma remuneração que erga o trabalhador no encontro do crescimento cultural, espiritual, social e econômico. Essa mudança de eixo permite que se rompa com a concepção dos falsos reajustes para os quais, desesperado, o trabalhador lembra a figura do cão em busca do rabo.

Portanto, a adoção do piso do DIEESE não deve ser entendida como uma atitude isolada do Sintrasef, pois, assim, estaríamos sujeitos à enganosa acusação de termos uma casta privilegiada de funcionários. Trata-se, objetivamente, da materialização de uma bandeira de luta da classe trabalhadora que, espera-se, possa tremular nos parques industriais, nas casas comerciais e, sobretudo, nas entidades de classe.

É claro que, para chegarmos a esse piso, foi necessário incorporar valores que antes eram pagos a títulos de ajuda/auxílio, aqueles tickets-refeições e vales-transporte, que muitas vezes levam o trabalhador à humilhante condição de recorrer às lesivas casas de compra desses papéis, cujos deságios causam inveja aos agiotas.

Contudo, não estamos no paraíso. Até porque, se considerarmos os avanços tecnológicos, veremos que a houve um aumento brutal da produtividade do trabalhador: fato não compensado em termos salariais. Pelo contrário, coube à classe trabalhadora o ônus de assistir ano-a-ano ao crescimento dos índices de desemprego, cujas consequências já foram citadas. Aliás, esta foi uma das preocupações do conjunto de trabalhadores do Sintrasef, discutidas junto à comissão de negociação. Temia-se que possíveis preconceitos salariais ameaçassem os empregos dos trabalhadores, sobretudo aqueles em cujas atividades o grau de especialização não é exigido. Por se tratar de uma postura política da entidade, acordou-se que qualquer desligamento

teria que passar, também, por um fórum político, ou seja, qualquer intenção de demissão de um servidor do Sintrasef terá que ser precedida pela aprovação de, pelo menos, dois terços da diretoria efetiva. Um outro fator relevante foi a postura do grupo de trabalhadores, que muito contribuiu para que chegássemos a esse estágio. De forma inédita, o Acordo Coletivo de Trabalho não obedeceu as regras anteriores, qual seja, a de aumento linear. O cenário mostrava um leque salarial cuja relação entre o menor e o maior salário variava de 5 para 1. Entendendo o alcance político e social da proposta, os trabalhadores que ocupavam o pico da pirâmide salarial aceitaram um índice menor de reajuste, em benefício daqueles que se encontravam na base da mesma. Assim foi possível — e vale registrar que não houve redução de salários — contrairmos os extremos salariais para a relação 2 por 1. Doravante, a maior remuneração no Sintrasef não poderá ser maior que o dobro da menor.

Reconhecemos que trata-se de um universo pequeno, porém exigiu-nos grande esforço para vetorizarmos as nossas ações com vistas a uma melhor distribuição de renda. Avançamos na compreensão de que o trabalho é, como dizia Marx, um fenômeno coletivo.

---

**José Granje** é bacharel em Ciências Sociais e membro da Coordenação dos funcionários do SINTRASEF.

---

## O mínimo do DIEESE não é um bicho de outro mundo

O Sintesi regozija-se com Sintrasef pela ação mais positiva dos últimos anos visando o avanço das relações de trabalho e o bem-estar do trabalhador. A decisão do Sintrasef de adotar o salário mínimo do DIEESE reflete na verdade o que todo sindicalista prega, mas não pratica. O fato de o Sintrasef assinar um acordo coletivo com seus funcionários, no qual adota o piso do DIEESE, mostra que só é preciso vontade política do patronato de maneira geral.

Dar os trabalhadores essa possibilidade é algo grandioso. Porque todos ganham. O Empregado, esse ganha de várias formas, não apenas no salário, mas no FGTS, na aposentadoria. Hoje o trabalhador de um modo em geral não tem salário. Ele tem um minguado que os empregadores disfarçam com os chamados benefícios. Os salários indiretos ou penduricalhos. Esse é o meio que o patronato encontrou para não pagar salários a seus trabalhadores. E quando não paga salário, o patronato está enganando o trabalhador.

A postura do Sintrasef, que o Sintesi assimilou e os trabalhadores aprovaram, está mostrando que é possível fazer, sem grandes sofrimentos. É plenamente possível implantar o salário mínimo do DIEESE — exatamente aquele que todo sindicalista reivindica. O que o Sintrasef fez deve ser entendido como um salto de qualidade dentro das relações de trabalho. Não é difícil fazer. Basta ter vontade política e disposição. O Sintrasef acaba de provar que o salário mínimo do DIEESE não é um bicho do outro mundo.



O Sintesi vê a adoção do mínimo do DIEESE pelo Sintrasef como um enorme avanço. Tudo foi acompanhado criteriosamente pelo Sintesi. O Sintrasef teve todo cuidado e transparência na negociação com os funcionários, salvaguardando seus direitos. Todos os trabalhadores tiveram os benefícios incorporados ao salário, além de um reajuste. O ganho foi grande. Na verdade, todos ganharam; o Sintrasef, o Sintesi e principalmente o trabalhador.

A partir do dia 1º de abril de 2003 o trabalhador do Sintrasef, seja lá de que nível for, tem um salário de verdade. Isso representa cidadania. O funcionário do Sintrasef hoje que pretender fazer um financiamento para comprar um imóvel, um carro, certamente não passará pelo constrangimento de ver o seu crédito recusado porque o seu salário é baixo.

O Sintrasef com esse ato inédito mostra para a classe trabalhadora, sindicalistas, patronato e governos que é possível sim fazer. Para os sindicalistas, aqueles que mais cobram o salário mínimo do DIEESE, chegou a hora de fazer o dever de casa. Não é uma loucura. É plenamente possível de ser feito.

**Direção do Sintesi**

## O salário mínimo do DIEESE

### Sintrasef concretiza bandeira histórica do trabalhador brasileiro

**Salário Mínimo do DIEESE:** "Com base no maior valor de produtos de primeira necessidade, e levando em conta o preceito constitucional que estabelece que o Salário Mínimo deve ser suficiente para a manutenção do trabalhador e de sua família, atendendo às suas necessidades de alimentação, moradia, saúde, educação, transporte, vestuário, higiene, lazer e previdência social, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) estima mensalmente, o valor do Salário Mínimo necessário".

A diretoria do Sintrasef, em seu seminário realizado em novembro/2002, dois meses após a posse, deliberou discutir com os vinte e quatro trabalhadores do sindicato e o Sintesi (Sindicato dos Trabalhadores das Entidades Sindicais), a implementação de uma nova política salarial que tivesse como base o Salário Mínimo do DIEESE. Não havia naquela deliberação uma expectativa financeira, visto que no período de março/2002 até aquele momento, não houvera evolução das receitas, em contrário, o sindicato foi repassado à nova diretoria em crise, inclusive com dívidas significativas. O mais importante e fundamental naquela decisão da diretoria referia-se à implementação de uma política salarial condizente com as bandeiras históricas dos trabalhadores do Brasil. Assim como na fundação do sindicato, em que não havia estrutura e recursos, e os fundadores recusaram os vultosos recursos financeiros advindos do desconto obrigatório — o Imposto Sindical — e foram à luta para a construção de um Sintrasef livre e independente, idéia que cativou os trabalhadores e transformou este sindicato num dos mais importantes do país, assim se enseja a proposição do Salário Mínimo do DIEESE.

A conquista do Salário Mínimo do DIEESE, bandeira histórica dos trabalhadores, é uma luta de todos. Nada jamais veio de graça para os trabalhadores. Assim, este ato simbólico da diretoria do Sintrasef vem de encontro à necessidade imediata de se avançar nas conquistas sociais, e aposta em um novo ciclo sindical no Brasil, que consolide e dê seqüência às lutas históricas dos trabalhadores na sua busca por um país socialmente justo.

### O Sintrasef, o salário mínimo do DIEESE e concepção socialista

Foi um longo caminho de negociação entre a diretoria do Sintrasef, o Sintesi e a comissão dos funcionários, em que cada etapa foi submetida à aprovação destes. No dia primeiro de abril, finalmente o novo acordo coletivo de trabalho foi assinado, materializando-se desta forma uma das maiores aspirações dos trabalha-

dores brasileiros. O Sintrasef com essa iniciativa retoma o fio da história de luta da classe trabalhadora, com coerência e ousadia.

Na construção da nova tabela salarial dos trabalhadores do Sintrasef, o piso estabelecido foi o Salário Mínimo do DIEESE calculado para o mês de fevereiro de 2003. Considerando-se a realidade de distribuição de renda e de salários nos países socialistas e social-democratas mais avançados, em que a relação média entre o menor e maior salário queda-se na proporção de no máximo 1:3, e adaptando-se à realidade do Sintrasef, projetou-se uma proporção de 1:2, para a construção da nova tabela salarial dos trabalhadores do Sindicato. Todas as preocupações para que o modelo adotado representasse um avanço foram observadas, tais como: o impacto na receita não superior a 25%; reposição anual pelo ICV DIEESE, respeitados a evolução e o limite de 30% da receita; a incorporação de benefícios para a composição do novo salário; garantia contra demissões imotivadas; dentre outras.

O Sintrasef rompe com um modelo desenvolvido nos últimos quarenta anos no Brasil, em que o trabalhador recebe uma série de benefícios, como vale-transporte,

ticket-refeição, plano médico-odontológico etc., que não são considerados na sua aposentadoria e no FGTS, além de empurrar os salários para baixo. Por outro lado, ao fornecerem esses benefícios os empresários também se isentam dos impostos sociais correspondentes, seja para o imposto de renda, seja para a Previdência, e mesmo na multa do FGTS quando da demissão do trabalhador, e na aplicação destes recursos para o desenvolvimento social. Dessa maneira, o Sintrasef aponta para a necessidade de que se desenvolva no Brasil políticas públicas capazes de atender às necessidades básicas da população, para que o salário do trabalhador seja efetivamente utilizado no seu sustento e no de sua família.

Trabalha o Sintrasef com uma nova perspectiva, em que os seus trabalhadores sejam respeitados e tratados de forma digna, mas especialmente sejam formados e treinados para os novos desafios do sindicato. Trabalha o Sintrasef com uma concepção solidária e justa de sociedade, a partir do exemplo de sua célula básica de organização popular — o sindicato — em que a reivindicação esteja sempre em consonância com a prática sindical.

---

**Paulo Alberto Lima da Cruz** é bacharel em Química, pós-graduado em Engenharia Nuclear e diretor financeiro do SINTRASEF.

---

## TABELA PCCS ANTERIOR

NÍVEL AUXILIAR		NÍVEL INTERMEDIÁRIO		NÍVEL SUPERIOR	
	Vencimento		Vencimento		Vencimento
18	961,40	43	1.998,68	72	4.155,11
17	915,62	42	1.903,50	71	3.957,24
16	872,02	41	1.812,86	70	3.768,80
15	830,49	40	1.726,53	69	3.589,34
14	790,94	39	1.644,32	68	3.418,42
13	753,28	38	1.566,02	67	3.255,63
12	717,41	37	1.491,44	66	3.100,60
11	683,25	36	1.420,42	65	2.952,96
10	650,71	35	1.352,78	64	2.812,34
9	619,73	34	1.288,36	63	2.678,42
8	590,21	33	1.227,01	62	2.550,87
7	562,11	32	1.168,58	61	2.429,40
6	535,34	31	1.112,94	60	2.313,72
5	509,85	30	1.059,94	59	2.203,54
4	485,57	29	1.009,47	58	2.098,61
3	462,45	28	961,40	57	1.998,68
2	440,43	27	915,62	56	1.903,50
1	419,45	26	872,02	55	1.812,86
	399,48	25	830,49	54	1.726,53
	380,46	24	790,94	53	1.644,32
	362,34	23	753,28	52	1.566,02
	345,09	22	717,41	51	1.491,44
	328,65	21	683,25	50	1.420,42
	313,00	20	650,71	49	1.352,78

## PROPOSTA DA DIRETORIA - MÍNIMO DO DIEESE

NÍVEL AUXILIAR		NÍVEL INTERMEDIÁRIO		NÍVEL SUPERIOR	
	Vencimento		Vencimento		Vencimento
24	2.468,87	41	2.934,71	72	4.443,96
23	2.408,65	40	2.863,13	71	4.335,57
22	2.349,90	39	2.793,30	70	4.229,83
21	2.292,59	38	2.725,17	69	4.126,66
20	2.236,67	37	2.658,70	68	4.026,01
19	2.182,12	36	2.593,85	67	3.927,81
18	2.128,90	35	2.530,59	66	3.832,01
17	2.076,97	34	2.468,87	65	3.738,55
16	2.026,31	33	2.408,65	64	3.647,37
15	1.976,89	32	2.349,90	63	3.558,41
14	1.928,67	31	2.292,59	62	3.471,61
13	1.881,63	30	2.236,67	61	3.386,94
12	1.835,74	29	2.182,12	60	3.304,33
11	1.790,97	28	2.128,90	59	3.223,74
10	1.747,28	27	2.076,97	58	3.145,11
9	1.704,67	26	2.026,31	57	3.068,40
8	1.663,09	25	1.976,89	56	2.993,56
7	1.622,53	24	1.928,67	55	2.920,55
6	1.582,95	23	1.881,63	54	2.849,32
5	1.544,34	22	1.835,74	53	2.779,82
4	1.506,68	21	1.790,97	52	2.712,02
3	1.469,93	20	1.747,28	51	2.645,87
2	1.434,08	19	1.704,67	50	2.581,34
1	1.399,10	18	1.663,09	49	2.518,38

Salário Mínimo DIEESE mês fevereiro/2003 - R\$ 1.399,10

Relação entre o piso de nível auxiliar e o superior: 1:1,8

## DEMONSTRATIVO

Funcionário	Salário Base Anterior	Salário Líquido	Total de Benefícios
A	1.903,52	1.646,59	611,39
B	1.903,52	1.630,69	514,73
C	1.566,02	1.375,61	684,12
D	1.491,45	1.286,98	641,07
E	1.420,44	1.233,26	520,45
F	1.420,44	1.249,16	551,17
G	1.420,44	1.249,16	637,78
H	1.352,80	1.182,09	457,53
I	1.288,20	1.133,22	684,53
J	1.220,71	1.082,17	612,12
K	1.059,95	943,36	739,07
L	1.059,95	943,36	616,46
M	961,40	855,65	586,45
N	915,87	815,12	586,45
O	915,87	815,12	570,03
P	915,87	815,12	568,48
Q	915,87	815,12	520,45
R	915,87	815,12	607,27
S	509,86	465,76	626,18
T	380,47	351,36	571,64
U	380,47	351,36	622,89
V (**)	380,47	351,36	586,45
Y (**)	380,47	351,36	575,96

(\*) Ao reajuste necessário foram acrescentados no mínimo 8%, após a incorporação dos benefícios.

(\*\*) Percentual calculado sobre o salário líquido.

## DEMONSTRATIVO

Salário Líquido com Benefícios (*)	Novo Salário Bruto DIEESE projetado	Percent (**)	Impacto no FGTS
2.257,98	2.920,55	8,29%	53%
2.145,42	2.849,32	10,20%	50%
2.059,73	2.593,86	8,63%	66%
1.928,05	2.530,59	10,64%	70%
1.753,71	2.468,87	19,09%	74%
1.800,33	2.468,87	14,57%	88%
1.886,94	2.468,87	9,31%	88%
1.639,62	2.645,87	35,20%	96%
1.817,75	2.349,91	10,15%	82%
1.694,29	2.645,87	30,84%	117%
1.682,43	2.128,90	10,20%	101%
1.559,82	2.128,90	16,83%	101%
1.442,10	1.835,74	9,08%	91%
1.401,57	1.790,97	9,52%	96%
1.385,15	1.790,97	10,82%	96%
1.383,60	1.790,97	12,09%	96%
1.335,57	1.790,97	14,93%	96%
1.422,39	1.790,97	9,04%	96%
1.091,94	1.506,68	18,92%	196%
923,00	1.469,93	37,67%	286%
974,25	1.469,93	28,10%	339%
937,81	1.790,97	63,68%	371%
927,32	1.790,97	67,25%	371%

(\*\*\*) Nesses casos, além do ajuste para o salário mínimo no DIEESE, houve ascensões do nível auxiliar para o intermediário.

## O acordo coletivo

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM SEDE NA AV. TREZE DE MAIO, 13/1007, DORAVANTE DENOMINADO SINTRASEF, REPRESENTADO POR SUA DIRETORIA COLEGIADA E, DE OUTRO, O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENTIDADES SINDICAIS DO RIO DE JANEIRO, COM SEDE NA AV. VENEZUELA, 27 - SALAS 601/603 E 605, SAÚDE, RIO DE JANEIRO, DORAVANTE DENOMINADO SINTESI, REPRESENTADO LEGALMENTE POR SUA DIRETORIA COLEGIADA, EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 611 E SEQUENTES, DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ACORDO QUE SE REGERÁ PELAS SEQUENTES CLÁUSULAS:

### 1ª. - DATA-BASE:

Fica acordado como data-base para revisão das cláusulas e condições do presente Acordo o mês de março, de cada ano.

### 2ª. - REAJUSTE SALARIAL:

O piso salarial do **SINTRASEF**, a partir de 01/03/2003, será o salário mínimo do DIEESE, no qual foram embutidos os valores integrais referentes aos vales-transportes, auxílio-alimentação, vale-refeição e planos de saúde e odontológico, anteriormente fornecidos pelo **SINTRASEF**.

### Parágrafo 1º.:

Na renovação deste acordo, o índice de reajuste anual terá como base o ICV do DIEESE, tendo como

referência o marco de 30% de impacto na arrecadação financeira anual do sindicato, composta pela média das receitas mensais, à exceção de receitas extras ocasionais, autorizadas pelos filiados, considerando o intervalo de março de 2003 a fevereiro de 2004.

### Parágrafo 2º.:

O **SINTRASEF** informará, periodicamente, o impacto da folha salarial na receita bruta.

### 3ª. - JORNADA DE TRABALHO:

Fica assegurado que a jornada de trabalho dos funcionários do **SINTRASEF** é de 40 (quarenta) horas semanais, com uma hora diária para refeição/descanso, respeitando-se às jornadas específicas previstas em lei.

### Parágrafo 1º - Complemento de Horas Extras:

Quando as horas extras forem efetuadas em finais de semana, o **SINTRASEF** fornecerá, para a refeição, o valor adotado pela entidade, bem como o pagamento da passagem para o deslocamento do percurso casa/trabalho/casa. Caso seja solicitada hora extra noturna, e que exceda as 02 (duas) primeiras horas, ou seja, após as 20 horas, também será fornecido o auxílio refeição citado.

### 4ª. - DESPESAS COM VIAGENS:

Em caso de viagens por motivo de trabalho, o **SINTRASEF** custeará as despesas com transporte, estada e alimentação. Estes valores deverão ser adiantados pelo Sindicato para posterior prestação de contas.

**Parágrafo Único:**

Compreende-se como viagens, as realizadas em todo o território nacional, mas não se aplicam a estada e alimentação em viagens para o Grande Rio e municípios de Niterói, São Gonçalo e os da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti).

**5ª. - POLÍTICA DE PESSOAL:**

Em caso de vacância e ou cargos novos — caso haja mais de um inscrito — o **SINTRASEF** realizará concurso interno com igualdade de condições. Somente após este procedimento, se tal não lograr êxito, promover-se-á à abertura de seleção externa para preenchimento do cargo vago.

**Parágrafo 1º:**

O PCCS será alterado para garantir a inclusão de algumas alterações já acordadas com a Comissão dos Trabalhadores, tais como: abertura do cargo de advogado, alteração da tabela salarial, admissão no **SINTRASEF**, desligamento e outras que venham a ser aprovadas pelo conjunto dos funcionários do **SINTRASEF**.

**Parágrafo 2º:**

O **SINTRASEF** se compromete a cumprir as exigências do Ministério do Trabalho, relativas ao PCCS, com as mudanças acordadas.

**6ª. - COMISSÃO PARITÁRIA:**

Fica constituída uma Comissão Paritária, composta pela Comissão de Trabalhadores e o mesmo número de representantes da Diretoria, com funcionamento

regular, que analisará as questões administrativas relativas aos trabalhadores do **SINTRASEF**, elaborando parecer a ser submetido à diretoria.

**7ª. - APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:**

Caso seja do interesse da entidade, o **SINTRASEF** propiciará por decisão da diretoria aos trabalhadores para que participem de cursos, seminários, congressos e outros eventos que contribuam para sua formação profissional e desenvolvimento de suas atividades, com todas as condições necessárias como: garantia de salários, mensalidade e/ou inscrições dos eventos, material didático, bem como auxílio — transporte e alimentação. Torna-se obrigatória a apresentação do certificado de conclusão do curso.

**Parágrafo 1º:**

O empregado que desejar participar de cursos, seminários, congressos e outros eventos deverá encaminhar seu pedido por escrito à Comissão Paritária, que encaminhará a Comissão dos Diretores para avaliação a ser submetida à diretoria, com antecedência mínima de uma semana. Serão levadas em consideração não só a necessidade para melhor elaboração do trabalho, como também a proposição de eventual ascensão.

**Parágrafo 2º:**

Trimestralmente, a Comissão Paritária, reunir-se-á com os empregados e, posteriormente, com a Comissão dos Diretores para avaliar a necessidade de novos cursos, seminários, congressos ou outros eventos que contribuam para a sua formação profissional.



**8ª. - AUXÍLIO-DOENÇA:**

Após o período coberto pela lei, o **SINTRASEF** obriga-se a complementar o auxílio-doença por 90 (noventa) dias, até o limite do salário do trabalhador.

**9ª. - AUXÍLIO – CRECHE/BABÁ:**

O **SINTRASEF** reembolsará aos seus empregados, em 50% do valor das despesas com creche ou de ensino fundamental básico — com um limite de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), mediante comprovação com recibo da instituição ou da empregada / babá.

**Parágrafo 1º.:**

O item acima, aplicar-se-á aos dependentes diretos de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, ficando assegurada à conclusão do ano letivo.

**Parágrafo 2º.:**

O trabalhador poderá optar por receber o auxílio-babá ou auxílio-creche, desde que faça a devida comprovação.

**10ª. - PLANO DE SAÚDE E PLANO ODONTOLÓGICO:**

O **SINTRASEF** se compromete a manter o contrato dos atuais planos de saúde e odontológico oferecidos aos funcionários, cujos respectivos valores serão descontados integralmente nos contracheques dos mesmos, que se comprometem a manter os seus contratos durante a vigência deste acordo.

**11ª. - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO:**

Quanto às homologações, o **SINTRASEF** poderá dar prioridade ao **SINTESI**, porém nunca se obrigará a fazê-las somente nesta entidade, por contrariar a CLT.

**12ª. - EXAME MÉDICO:**

O **SINTRASEF** obriga-se a realizar, a contar da assinatura do presente acordo, exames médicos — admissionais, periódicos e demissionais, conforme determina a legislação pertinente, fornecendo ao empregado, cópia de todos os exames realizados.

**13ª. - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA:**

O **SINTRASEF** descontará dos salários já reajustados de todos os seus empregados abrangidos pelo presente acordo e repassará à Entidade Representativa dos Trabalhadores (**SINTESI - RJ**), uma Contribuição Confederativa equivalente a 3% (três por cento), dividida em 03 (três) parcelas de 1% (um por cento) cada, nos meses imediatos à assinatura do presente Acordo.

**Parágrafo Único:**

Caso o trabalhador não deseje sofrer o desconto acima mencionado, deverá manifestar-se, por escrito, em correspondência endereçada ao **SINTESI - RJ**, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do presente acordo.

**14ª.- VIGÊNCIA:**

Todas as cláusulas deste acordo vigorarão até a assinatura do próximo.

A vigência deste Acordo é de 01 (um) ano para todas as Cláusulas, com retroatividade a 1º de Março de 2003.

Assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente Acordo em 10 (dez) vias de igual teor, obrigando-se na oportunidade ao competente arquivamento no órgão do Ministério do Trabalho, para que produza os efeitos legais.

Rio de Janeiro, abril de 2003.

**COMISSÃO DE DIRETORES**

Cássia Maria Mello da Silva  
Enneite Souza Pereira  
Paulo Alberto Lima da Cruz  
Sidney Batista Schuindt

**COMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS**

Blandina Lúcia Rodrigues da Silva  
Jorge Henrique Diniz de Oliveira  
José Granje Filho  
Sara Jane Correa Santos Vincze

**SINTESI-RJ**

Israel José Cunha  
Presidente

# A visão do DIEESE

## O salário mínimo necessário (SMN)

O Salário Mínimo Necessário é um indicador mensal que é calculado pelo DIEESE. Este indicador corresponde ao valor que o salário mínimo deveria ter para satisfazer às necessidades básicas do trabalhador e de sua família. O salário mínimo aqui é definido de acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, o "salário mínimo fixado em Lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim".

O último valor do Salário Mínimo Necessário, calculado pelo DIEESE com base neste preceito constitucional, foi de R\$ 1.557,55 no mês de abril corrente.

O SMN representa assim um rendimento familiar mínimo capaz de assegurar um padrão de consumo digno, ainda que simples, especialmente quando combinado com a visão de um Estado de "bem-estar social" em que a saúde e a educação devem ser públicas e gratuitas.

### Como é calculado o valor do SMN?

Para calcular o valor do SMN, o DIEESE vale-se de duas pesquisas: A Cesta Básica Nacional e a Pesquisa de Orçamentos Familiares.

A Pesquisa Nacional da Cesta Básica calcula o custo dos produtos básicos necessários para a sobrevivência de uma pessoa, baseada no Decreto-Lei nº 399 de 30/04/1938. Esta Cesta Básica tem sua origem em um amplo estudo realizado à época da implantação do salário mínimo no país, que identificou um conjunto de produtos básicos de consumo popular nas diversas regiões brasileiras (13 produtos), responsáveis pelo provimento de proteínas e calorias que assegurassem a condição de reprodução do trabalhador e de sua família (ver Quadro 1). Mensalmente o DIEESE pesquisa o valor desta cesta em 16 capitais brasileiras, levantando os preços em supermercados, padarias, feiras livres e açougues.

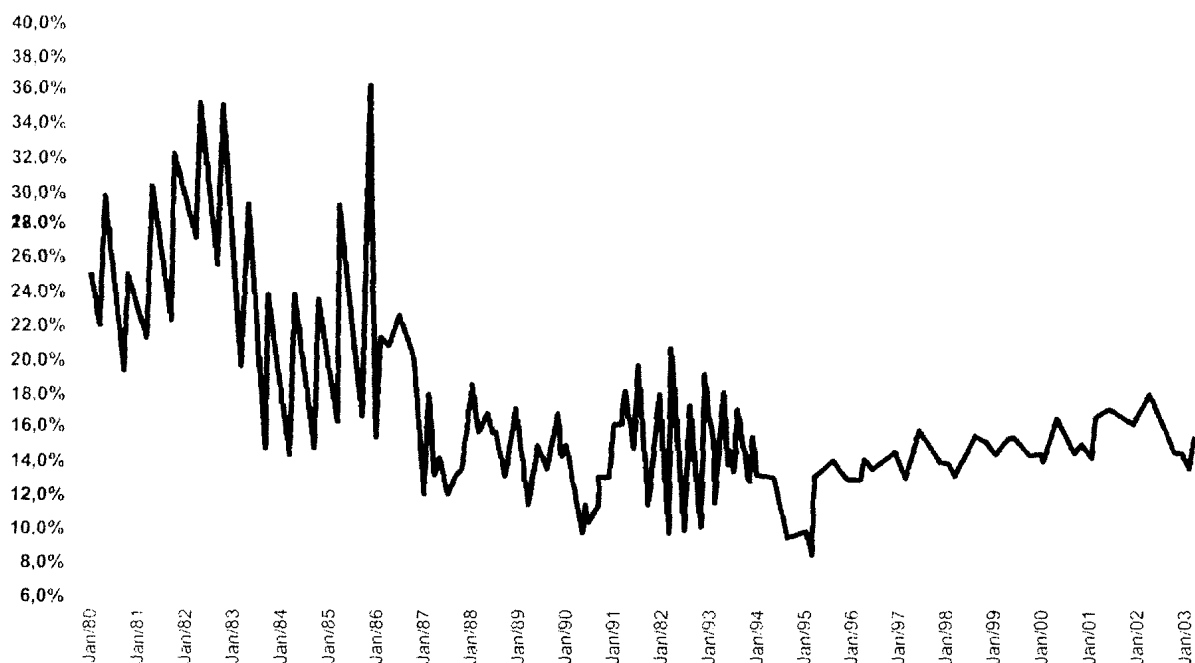
A outra pesquisa utilizada no cálculo do SMN é a de Orçamentos Familiares. Nesta pesquisa, identifica-se a estrutura do gasto dos orçamentos das famílias, segundo as suas distintas destinações: alimentação, vestuário, moradia etc. Na última pesquisa realizada pelo DIEESE, o custo de alimentação das famílias mais pobres representou 35,71% do seu orçamento total. Por sua vez, o gastos com os demais itens corresponderam a 64,29% do orçamento.

Assim, para o cálculo do Salário Mínimo Necessário é utilizado em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é a de dois adultos e duas crianças, sendo que são atribuídas a estas o consumo equivalente a um adulto (3 pessoas).

**QUADRO 1**

<b>Capital</b>	<b>Valor da Cesta</b>	<b>% do Salário Mínimo Líquido</b>	<b>Tempo de Trabalho</b>
São Paulo	185,40	83,65	169h57m
Porto Alegre	184,64	83,31	169h15m
Rio de Janeiro	173,20	78,14	158h46m
Curitiba	170,33	76,85	156h08m
Brasília	170,14	76,76	155h58m
Belo Horizonte	167,94	75,77	153h57m
Florianópolis	164,49	74,21	150h47m
Belém	162,28	73,22	148h45m
Aracajú	156,59	70,65	143h32m
Vitória	155,75	70,27	142h46m
Goiânia	151,08	68,16	138h29m
Natal	150,57	67,93	138h01m
Fortaleza	149,66	67,52	137h11m
Recife	147,50	66,55	135h13m
Salvador	147,14	66,39	134h53m
João Pessoa	143,43	64,71	131h29m
Média		72,76	147h49m

Pesquisa Nacional da Cesta Básica - Fonte: DIEESE

**Relação Salário Mínimo Nominal / Salário Mínimo Necessário - janeiro de 1980 a abril de 2003**

Calcula-se então, o custo alimentar desta família multiplicando-se o valor da cesta básica por 3. Ao se incluir os gastos com os demais itens, tais como moradia, vestuário, saúde etc. (a outra parcela do orçamento representa 64,29%) chega-se ao valor do Salário Mínimo Necessário.

**A necessidade de valorização do salário mínimo oficial**

O salário mínimo oficial tem apresentado forte variação do seu valor real. No final da década de 50 apresentou uma leve recuperação frente ao seu valor original, sendo seu maior valor observado em janeiro de 1959, quando atingiu o equivalente a R\$ 1.164,36 em moeda atual. Infelizmente, após os anos 60, sua trajetória foi de queda, chegando ao ínfimo valor de R\$ 137,14, em abril de 1992.

A relação do salário mínimo com o SMN para o período posterior aos anos 80 está demonstrada no gráfico apresentado. Seu valor máximo foi em 1986, quando representou 36% do SMN. No decorrer da década passada permaneceu valendo próximo 15% do SMN.

A recuperação do salário mínimo oficial, visando aproximá-lo do SMN como indicador de um valor capaz de fazer frente às necessidades da família trabalhadora, é um desafio à sociedade brasileira no sentido de torná-la mais justa e fraterna.

---

**Ademir Figueiredo** é supervisor Técnico do DIEESE/RJ

---

## O salário mínimo e o mínimo do DIEESE

### Variações do mínimo ao longo da história

O valor real do salário mínimo tem sofrido fortes variações ao longo da sua história, dependendo do patamar inflacionário, das legislações de correção, das orientações políticas dos governos, da capacidade de pressão popular e sindical, entre outros fatores. Estudos do DIEESE demonstram que os valores mais altos foram praticados entre a metade e o fim da década de 50, enquanto os mais baixos encontram-se nos anos de 1994/ 1995. De 1996 a 2000, houve pequena recuperação. Quando o mínimo foi instituído, em 1º de maio de 1940, através do Decreto-Lei nº 2162, foram definidos 14 valores distintos, de acordo com as diferenças de custo de vida verificadas entre as várias regiões brasileiras.

A constituição de 1946 entendeu o salário mínimo como aquele capaz de suprir as necessidades vitais básicas do trabalhador e sua família, conforme as condições de cada região. A constituição de 1988 manteve o caráter nacional,

instituído a partir de 1984, e definiu o salário mínimo como: "fixado em lei, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos e que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

Ainda de acordo com o DIEESE, um dos poucos pontos de consenso nacional refere-se ao baixo valor do salário mínimo, incapaz de cumprir o seu preceito constitucional, além de não resistir a qualquer comparação internacional, até mesmo com países de baixo nível de desenvolvimento econômico. O valor atual do salário mínimo, R\$ 240,00 equivale a cerca de US\$ 70.

O DIEESE estima todos os meses o valor do salário mínimo ou necessário para o sustento de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças), de acordo com a constituição. Em fevereiro de 2003, mês que serviu de base para o Sintrasef, esse valor foi de R\$ 1.399,10, ou seja, quase 6 vezes o atual salário mínimo.

## Município de São Paulo: Salário Mínimo Real

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
1940						
1941	94.64	90.60	93.81	92.98	89.08	86.89
1942	88.33	87.60	87.60	83.46	82.17	79.10
1943	74.13	73.10	73.10	71.14	70.67	71.14
1944	93.76	93.26	91.77	88.50	85.45	83.79
1945	71.68	69.94	69.11	68.29	67.76	67.49
1946	67.76	66.20	61.08	60.44	59.40	58.21
1947	47.13	45.65	44.14	44.59	44.36	44.82
1948	42.10	42.00	41.70	41.10	41.10	40.34
1949	43.26	42.20	42.31	41.90	41.50	41.90
1950	40.91	40.72	40.43	40.15	39.69	40.15
1951	39.07	38.29	38.04	37.63	36.98	36.06
1952	104.63	106.57	104.63	99.54	98.69	98.69
1953	90.01	86.74	80.98	79.97	81.56	80.42
1954	75.44	74.56	73.13	70.18	69.84	68.67
1955	118.02	118.02	116.28	113.43	112.39	111.82
1956	101.67	97.04	96.62	96.20	93.91	92.81
1957	129.75	128.90	125.46	123.46	123.03	124.23
1958	115.84	114.79	112.76	110.11	109.50	108.84
1959	144.08	131.12	129.16	122.74	121.69	119.09
1960	100.81	99.47	97.89	96.20	93.79	92.18
1961	122.80	119.79	114.71	109.41	106.84	103.84
1962	117.90	112.31	106.09	103.76	98.00	96.29
1963	109.16	100.02	95.61	92.73	88.25	85.17
1964	60.57	69.24	106.68	103.62	100.81	95.23
1965	70.28	65.80	95.22	91.98	90.26	89.10
1966	71.06	68.09	81.86	78.12	73.03	72.19
1967	62.26	59.95	72.88	71.67	70.76	69.11
1968	61.73	60.55	61.81	71.65	69.92	69.07
1969	61.28	60.53	59.69	57.60	67.21	66.05
1970	60.65	59.78	59.05	58.60	69.21	67.66
1971	60.55	58.92	57.35	56.55	65.76	63.94
1972	57.80	56.79	56.13	55.51	65.89	64.80
1973	56.99	56.28	53.96	51.63	59.25	58.82
1974	52.17	50.22	47.76	44.91	52.98	52.70
1975	50.22	49.29	48.29	46.85	59.72	57.96

## Índice julho 1940 = 100

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
100.00	99.07	99.07	97.25	95.50	97.25	98.02
88.33	87.60	86.89	87.60	86.18	87.60	89.35
77.37	76.26	74.65	75.71	75.18	75.18	80.22
76.86	86.04	84.39	80.79	80.79	103.25	78.78
79.20	78.13	77.44	77.09	74.44	75.42	83.19
65.70	64.24	64.01	65.21	65.45	65.45	67.03
66.32	54.72	56.13	55.59	54.89	55.07	58.82
45.05	45.05	45.05	44.48	44.25	44.70	44.94
40.34	40.72	40.15	42.41	42.93	43.26	41.51
42.31	42.31	42.51	42.62	41.90	41.50	42.18
39.97	39.60	38.63	38.55	39.33	39.97	39.84
35.40	36.14	36.06	35.99	35.91	35.99	36.80
97.18	97.18	94.93	94.93	94.93	93.38	98.77
79.97	79.97	79.97	78.87	79.41	78.33	81.35
124.08	129.01	127.67	126.22	124.24	123.54	98.88
110.27	109.72	107.70	105.24	105.24	104.35	111.04
91.74	142.50	139.38	134.85	133.94	133.04	112.81
123.03	121.85	119.17	118.38	117.67	116.90	122.65
106.37	106.11	104.07	101.23	95.38	95.38	106.70
117.71	114.03	112.14	110.40	107.03	104.17	119.45
90.05	88.04	86.12	105.01	128.59	125.44	100.30
103.11	100.52	97.46	110.26	126.02	123.50	111.52
92.95	90.51	88.67	82.79	78.96	76.06	101.82
80.82	78.33	75.99	70.08	67.20	64.74	89.51
90.53	87.71	84.92	81.48	77.84	74.87	92.49
87.63	85.43	83.31	79.21	78.26	76.42	89.19
71.21	70.48	68.34	65.29	64.56	63.87	76.03
67.81	66.67	66.05	64.44	64.22	63.41	71.92
67.26	66.09	65.01	64.09	62.93	62.04	70.39
65.32	64.72	63.87	62.47	61.62	61.07	67.73
66.93	66.02	64.90	64.44	63.70	62.90	68.93
62.70	62.68	62.08	61.07	60.25	59.73	65.96
64.00	62.37	60.63	58.96	58.36	57.97	64.78
57.53	55.49	53.08	51.96	51.68	53.25	59.37
52.13	51.09	49.80	48.72	47.81	51.47	54.48
55.95	53.69	52.57	51.90	52.25	52.03	56.91



## Município de São Paulo: Salário Mínimo Real

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1976	49.39	46.30	44.57	42.33	59.62	59.43
1977	49.11	48.14	46.02	43.12	60.96	60.40
1978	52.68	50.47	48.53	47.74	65.36	62.60
1979	52.44	50.52	47.88	46.06	65.95	63.19
1980	57.06	55.06	52.67	49.82	66.02	62.64
1981	57.03	53.48	49.88	46.83	65.71	63.73
1982	63.11	59.13	55.35	52.35	68.53	63.90
1983	59.83	55.05	49.08	45.70	64.21	56.52
1984	50.16	45.31	39.94	35.82	57.46	53.44
1985	47.57	42.60	38.12	35.46	64.11	59.09
1986	43.88	38.47	51.87	51.32	50.73	50.44
1987	40.36	36.50	46.00	35.86	33.34	31.38
1988	34.56	35.18	34.93	33.92	34.96	34.14
1989	37.74	37.28	34.48	31.65	35.33	40.86
1990	34.45	30.17	31.54	25.89	23.89	22.78
1991	25.15	26.89	26.43	28.91	31.06	28.20
1992	31.08	25.26	20.49	16.97	33.05	27.09
1993	32.37	26.13	28.19	21.90	32.76	25.35
1994	28.82	27.02	26.54	25.56	25.70	25.10
1995	23.60	19.24	18.90	18.40	25.73	25.13
1996	22.14	22.04	21.94	21.81	24.07	23.92
1997	22.86	22.76	22.55	22.37	24.06	23.78
1998	23.36	23.25	23.19	23.12	24.85	24.83
1999	24.83	24.47	24.22	24.24	25.33	25.27
2000	23.88	23.99	23.86	26.25	26.49	26.44
2001	25.08	25.04	24.93	29.57	29.52	28.96
2002	26.86	26.81	26.79	29.66	29.66	29.46
2003	25.67	25.34	25.08			

Inclui 13º salário desde 1962

## Índice julho 1940 = 100

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
58.31	55.77	54.29	52.79	52.13	51.64	56.54
59.62	59.34	57.68	56.72	55.71	54.88	58.92
60.52	59.23	58.30	56.77	55.63	55.13	60.69
60.58	57.74	54.09	51.01	64.04	59.95	61.29
57.88	55.64	52.62	48.48	62.51	59.78	61.78
61.17	55.64	52.75	50.42	68.80	66.85	63.34
59.58	56.81	55.19	52.80	71.51	65.48	66.02
50.00	45.93	39.86	36.91	58.47	54.94	56.10
50.00	46.26	41.12	37.17	58.09	53.74	52.04
52.21	46.32	43.21	39.15	61.01	53.01	53.24
50.02	49.41	47.91	46.36	44.12	38.46	50.36
27.05	28.96	29.92	29.79	30.30	32.26	36.31
33.81	35.04	34.90	34.24	35.32	37.09	38.23
39.72	37.88	35.68	39.20	38.64	36.85	40.70
25.77	37.51	24.45	22.23	24.45	22.04	29.09
25.20	34.50	34.37	27.83	21.73	26.06	30.38
22.15	18.11	33.47	26.68	21.52	17.47	26.07
27.20	23.88	30.56	28.19	25.84	23.25	29.37
19.80	19.40	20.82	20.12	19.61	19.45	24.79
24.20	23.85	23.77	23.44	22.87	22.52	24.53
23.37	23.44	23.37	23.29	23.22	23.24	24.92
23.62	23.72	23.70	23.66	23.62	23.51	25.32
24.93	25.17	25.20	25.09	25.20	25.16	26.55
24.96	24.84	24.74	24.52	24.25	24.05	26.65
25.86	25.55	25.42	25.40	25.35	25.21	27.41
28.26	28.01	27.87	27.38	27.10	27.18	29.67
28.91	28.67	28.39	28.03	27.06	26.34	30.28
						25.36

Inclui abonos nos meses agosto/90 e janeiro/95

## Município de São Paulo: Salário Mínimo Real

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
1940						
1941	754.63	722.38	747.95	741.39	710.24	692.78
1942	704.32	698.50	698.50	665.50	655.18	630.74
1943	591.04	582.89	582.89	567.24	563.46	567.24
1944	747.59	743.57	731.76	705.63	681.30	668.13
1945	571.50	557.68	551.01	544.50	540.25	538.15
1946	540.25	527.88	486.98	481.89	473.64	464.11
1947	375.82	363.96	351.92	355.54	353.72	357.37
1948	335.69	334.88	332.46	327.73	327.73	321.64
1949	344.90	336.50	337.33	334.07	330.87	334.07
1950	326.19	324.66	322.39	320.15	316.48	320.15
1951	311.49	305.31	303.30	300.01	294.89	287.53
1952	834.25	849.76	834.25	793.70	786.87	786.87
1953	717.69	691.63	645.72	637.61	650.31	641.19
1954	601.54	594.50	583.12	559.57	556.84	547.51
1955	941.01	941.01	927.18	904.41	896.15	891.63
1956	810.65	773.74	770.36	767.02	748.82	740.04
1957	1034.54	1027.81	1000.32	984.39	980.99	990.56
1958	923.62	915.30	899.09	877.98	873.13	867.80
1959	1148.83	1045.50	1029.82	978.69	970.31	949.58
1960	803.77	793.09	780.52	767.05	747.82	734.97
1961	979.11	955.13	914.66	872.41	851.92	828.00
1962	940.06	895.46	845.93	827.32	781.36	767.77
1963	870.40	797.52	762.33	739.34	703.68	679.10
1964	482.95	552.05	850.58	826.23	803.80	759.31
1965	560.41	524.63	759.27	733.44	719.72	710.46
1966	566.59	542.94	652.73	622.92	582.31	575.61
1967	496.39	478.04	581.14	571.46	564.23	551.08
1968	492.17	482.80	492.85	571.31	557.54	550.74
1969	488.58	482.61	475.93	459.31	535.93	526.61
1970	483.60	476.65	470.85	467.27	551.84	539.49
1971	482.83	469.76	457.30	450.89	524.33	509.83

## Valores em R\$ de Março/2003

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
797.35	789.89	789.89	775.40	761.43	775.40	781.56
704.32	698.50	692.78	698.50	687.14	698.50	712.43
616.92	608.05	595.20	603.70	599.42	599.42	639.62
612.86	686.03	672.92	644.20	644.20	823.23	628.18
631.52	622.99	617.43	614.68	593.58	601.32	663.29
523.88	512.24	510.35	519.94	521.90	521.90	534.44
449.04	436.29	447.58	443.28	437.67	439.06	468.97
359.23	359.23	359.23	354.62	352.81	356.45	358.33
321.64	324.66	320.15	338.15	342.34	344.90	331.00
337.33	337.33	338.98	339.81	334.07	330.87	336.34
318.67	315.76	308.03	307.34	313.61	318.67	317.07
282.25	288.13	287.53	286.94	286.34	286.94	293.39
774.86	774.86	756.90	756.90	756.90	744.58	787.36
637.61	637.61	637.61	628.84	633.20	624.55	648.63
989.37	1028.64	1017.98	1006.38	990.59	985.07	788.43
879.21	874.86	858.70	839.13	839.13	832.02	885.97
731.46	1136.26	1111.38	1075.23	1067.96	1060.79	899.38
980.99	971.60	950.17	943.86	938.25	932.10	977.97
848.12	846.10	829.80	807.19	760.54	760.54	850.17
938.57	909.20	894.14	880.25	853.41	830.58	952.41
717.97	701.96	686.65	837.28	1025.34	1000.17	799.72
822.18	801.47	777.08	879.18	1004.81	984.73	889.22
741.10	721.72	707.04	660.16	629.62	606.46	811.83
644.44	624.53	605.91	558.74	535.85	516.20	713.67
721.81	699.38	677.08	649.71	620.69	596.99	737.43
698.68	681.18	664.28	631.56	623.97	609.35	711.13
567.77	561.96	544.94	520.61	514.78	509.30	606.23
540.70	531.61	526.63	513.84	512.06	505.62	573.47
536.27	527.00	518.34	511.02	501.79	494.71	561.23
520.84	516.08	509.29	498.12	491.33	486.92	540.00
533.69	526.41	517.51	513.85	507.92	501.56	549.61
499.96	499.75	494.96	486.95	480.37	476.25	525.90

## Município de São Paulo: Salário Mínimo Real

Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
1972	460.88	452.77	447.54	442.63	525.35	516.72
1973	454.41	448.75	430.25	411.71	472.42	469.00
1974	415.97	400.43	380.79	358.07	422.46	420.18
1975	400.41	392.99	385.08	373.57	476.16	462.10
1976	393.82	369.17	355.36	337.50	475.40	473.86
1977	391.60	383.86	366.93	343.83	486.07	481.64
1978	420.01	402.43	386.92	380.64	521.13	499.17
1979	418.16	402.85	381.73	367.25	525.82	503.87
1980	455.90	438.99	419.98	397.26	526.42	499.46
1981	454.70	426.45	397.69	373.37	523.90	508.17
1982	503.21	471.51	441.30	417.38	546.45	509.48
1983	477.07	438.91	391.36	364.41	512.01	450.64
1984	399.93	361.30	318.48	285.60	458.13	426.10
1985	379.31	339.63	303.95	282.75	511.20	471.17
1986	349.90	306.72	413.61	409.23	404.49	402.15
1987	321.77	291.00	366.81	285.95	265.81	450.18
1988	275.58	280.53	278.50	270.47	278.78	472.18
1989	300.95	297.24	274.95	252.36	281.73	425.76
1990	274.66	240.58	251.46	206.45	190.45	481.63
1991	200.52	214.44	210.71	230.48	247.67	424.85
1992	247.83	201.37	163.39	135.31	263.49	416.02
1993	258.11	208.35	224.76	174.62	261.18	402.14
1994	229.77	215.48	211.65	203.76	204.93	400.11
1995	188.17	153.43	150.73	146.70	205.13	400.35
1996	176.52	175.77	174.94	173.87	191.89	490.73
1997	182.28	181.45	179.83	178.37	191.86	489.64
1998	186.28	185.37	184.87	184.36	198.10	498.02
1999	197.97	195.12	193.13	193.24	201.95	401.45
2000	190.37	191.28	190.22	209.27	211.19	410.78
2001	200.01	199.66	198.75	235.80	235.35	430.89
2002	214.18	213.78	213.57	236.46	236.47	434.93
2003	204.64	202.02	200.00			

Inclui 13º salário na média anual desde 1962

## Valores em R\$ de Março/2003

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
510.27	497.34	483.45	470.10	465.30	462.26	516.53
458.68	442.44	423.26	414.28	412.04	424.57	473.35
415.66	407.33	397.07	388.43	381.23	410.41	434.40
446.12	428.14	419.20	413.82	416.62	414.90	453.74
464.91	444.70	432.88	420.94	415.62	411.75	450.80
475.42	473.11	459.89	452.23	444.24	437.55	469.77
482.55	472.30	464.85	452.65	443.57	439.58	483.95
483.04	460.35	431.27	406.74	510.58	477.97	488.66
461.52	443.66	419.55	386.58	498.39	476.64	492.58
487.74	443.66	420.62	402.05	548.55	533.00	505.06
475.10	453.00	440.05	420.98	570.21	522.12	526.41
398.69	366.21	317.83	294.29	466.25	438.04	447.32
398.64	368.82	327.88	296.36	463.21	428.49	414.90
416.32	369.35	344.55	312.18	486.49	422.67	424.51
398.82	393.99	382.01	369.67	351.75	306.69	401.52
215.70	230.93	238.58	237.54	241.58	257.19	289.49
269.59	279.40	278.30	272.99	281.58	295.72	304.79
316.71	302.04	284.47	312.53	308.10	293.84	324.56
205.48	299.09	194.97	177.28	194.96	175.75	231.93
200.91	275.11	274.04	221.93	173.28	207.75	242.24
176.65	144.43	266.89	212.76	171.61	139.30	207.88
216.92	190.42	243.68	224.79	206.00	185.35	234.21
157.88	154.71	166.01	160.45	156.34	155.10	197.66
192.96	190.16	189.53	186.94	182.38	179.54	195.58
186.36	186.91	186.33	185.68	185.11	185.31	198.72
188.32	189.13	188.98	188.68	188.30	187.48	201.85
198.76	200.70	200.93	200.07	200.97	200.64	211.66
199.00	198.03	197.24	195.49	193.39	191.73	212.53
206.19	203.71	202.71	202.55	202.15	201.01	218.58
225.34	223.35	222.24	218.32	216.12	216.74	236.58
230.50	228.62	226.35	223.46	215.78	210.01	241.42
						202.22

Inclui abonos nos meses agosto/90 e janeiro/95

## Nota metodológica do cálculo do salário mínimo real desde 1940

### Decreto-Lei do Salário Mínimo

Salário Mínimo Real - para calcular o salário mínimo real, utilizou-se o Índice de Custo de Vida da Prefeitura e do Município de São Paulo — com início em 1939 — para o período de julho de 1940 até janeiro de 1949. E, daí em diante, o Índice de Custo de Vida — ICV do DIEESE — também referente ao Município de São Paulo. A partir de janeiro de 1971, quando o DIEESE iniciou o cálculo do seu índice para níveis diferenciados de renda, utilizou-se a série do Índice do Custo de Vida do estrato inferior de renda.

Efetuuou-se encadeamento único dessas séries para o período considerado: junho de 1940 até agora. Em 1940 o salário médio corresponde ao segundo semestre — julho a dezembro. O índice de salário tem como base o seu valor real inicial: julho de 1940 = 100. A série do Índice do Custo de Vida também tem por base o mesmo mês: julho = 100. O cálculo do valor real do salário mínimo — expresso em reais (R\$) do último mês de referência — consiste na divisão do índice desse mês pelo de julho de 1940, cujo resultado multiplica o valor nominal do salário mínimo de julho de 1940. Procede-se do mesmo modo para os meses subseqüentes a julho de 1940, atualizando-os igualmente para o último mês de referência.

Desde 1962 considera o décimo terceiro salário, incluindo a metade do salário mínimo nominal em novembro e a outra metade — ou quando seu valor se altera — o seu complemento em dezembro, de todos os anos. O salário mínimo foi considerado com a inclusão de todos os abonos e, também, as mudanças de padrão monetário.

Fonte: DIEESE.

## Perfil dos trabalhadores brasileiros que recebem salário mínimo

Cerca da metade dos ocupados (50,1%) no Brasil vive com renda de até dois salários mínimos. Isso equivalia a aproximadamente 30,3 milhões de pessoas, em 1999. No Nordeste, o número de trabalhadores com esta remuneração chega a representar quase três quartos do total que têm rendimentos. O Sudeste é a única região em que o percentual fica abaixo do nível nacional (37,8%). Entretanto, a região tinha o segundo maior número de pessoas com esse nível de rendimento, estimado em 10,5 milhões, em 1999.

### O DIEESE e a compreensão do mínimo

Segundo o DIEESE, "o salário mínimo ainda é fundamental para milhões de ocupados, desempregados e inativos, cujos rendimentos estão ligados direta ou indiretamente a seu valor. Por isso, é necessária uma política de valorização do salário mínimo no Brasil.

Em primeiro lugar, o salário mínimo é um importante instrumento de distribuição de renda. No passado, quase todos os países desenvolvidos implantaram políticas de valorização dos salários em geral, inclusive do salário mínimo. O objetivo era promover o consumo interno, como forma de aumentar a demanda, a produção, o emprego e, desta forma, a renda da população. Assim, uma parcela cada vez maior passou a ser incorporada tanto ao mercado de consumo quanto ao de trabalho.

Da mesma forma, a discussão do crescimento sustentado no Brasil tem que, necessariamente, passar pela diminuição da exclusão e da desigualdade social, incorporando um número cada vez maior de pessoas ao mercado. É quase impossível pensar em uma

política de correção de desigualdade de renda sem utilizar-se do salário mínimo como um de seus principais instrumentos. A recuperação do valor de compra do salário mínimo aumentaria a renda das famílias, além de aquecer o mercado interno, viabilizando esse crescimento.

O aumento do salário mínimo sinalizaria ainda aos ocupados em situação de vulnerabilidade (empregados domésticos, trabalhadores por conta própria e os sem carteira assinada) a possibilidade de igualar seus rendimentos ao salário mínimo nacional. Desta maneira, o salário mínimo reforçaria seu papel de farol, afetando o valor dos salários recebidos por esses segmentos.

Ainda vale ressaltar a importância desta remuneração para milhões de aposentados. Com a universalização das aposentadorias, em 1988, muitas pessoas, ao receber os benefícios, passaram a contribuir para a renda familiar, de forma a resgatar a dignidade de milhões de idosos. Segundo dados da Previdência, o valor de cerca de 12 milhões de benefícios previdenciários corresponde a exatamente um salário mínimo. No entanto, o baixo valor impede que este grupo tenha aumento de renda, agravado, ainda, pela impossibilidade destes reivindicarem uma melhora de seus rendimentos. Segundo argumentos do governo, a incapacidade de se pagar benefícios maiores aos aposentados tem sido o principal entrave para o aumento do salário mínimo. Esse aumento, talvez, pudesse ser viabilizado pela diminuição dos juros ou por outras ações que garantissem melhor distribuição da renda no Brasil.

Uma política de valorização do salário mínimo traria muitos impactos positivos para população e para a economia. O valor do salário mínimo necessário (R\$ 1.557,55 - base de abril), calculado pelo DIEESE, aponta uma meta a ser alcançada, a médio e longo prazo, com planejamento e vontade política.

# Salário mínimo e trabalhismo

## Uma história de perseguições, martírio e morte

**“O discurso de Getúlio Vargas, que os adversários chamavam de populista, nós chamamos de compromisso com o popular. Era muito mais fácil para Getúlio estar ao lado dos grandes latifundiários e dos senhores de engenho. No entanto, ele preferiu fazer a opção de ficar ao lado daquele que mais precisava dele, o povo trabalhador.”**

O pensamento trabalhista é algo que sempre esteve na cabeça de Getúlio Vargas, desde seu primeiro mandato. Quando Vargas assumiu o governo em 1930 e ficou até 1945 se dedicou, nesse período de 15 anos, a criar garantias sociais e trabalhistas para o trabalhador — principalmente com a consolidação das leis do trabalho, feitas por Marcondes Filho, na verdade, o grande pensador da CLT. Foi nesse período que Getúlio começou a preparar a organização dos sindicatos e a efetivá-la. Foi nesse período também que o país alcançou as maiores conquistas sociais e principiou em deixar o mundo agrário para ingressar no chamado mundo industrial.

No segundo período da era Vargas, de 1950 a 1954, dá-se a consolidação da Era Brasil Industrial, com a criação da CSN, da Petrobrás e da Vale do Rio Doce. Tudo isso está conjugado, amarrado, à questão do trabalhador. Porque a visão do trabalhismo é a visão da proteção ao trabalhador. E Getúlio Vargas foi o principal responsável pela conquista de todos os direitos do trabalhador.



Em verdade, um partido trabalhista só surge mesmo nos anos 40, com o velho PTB. Antes disso, no entanto, Vargas já plantara a base ideológica do que seria o trabalhismo, um movimento criado para agrupar e proteger os trabalhadores. Vargas, que era do PSD, num primeiro momento demorou a aceitar a formação do PTB do senador Marcondes Filho e de vários pensadores. Vargas havia dado ao senador Marcondes a incumbência de criar uma ala trabalhista dentro do PSD. O senador no entanto ponderou que o trabalhismo era um movimento muito maior e abrangente do que uma ala. Portanto, precisava de um partido. Marcondes acabou por convencer Getúlio. Esse foi o nascedouro do trabalhismo.

O período que vai de 1946 a 1950 é o que costumamos chamar de período escuro para o trabalhismo. Isso por conta da traição de Dutra às propostas de Vargas. Getúlio entretanto, volta ao poder em 1950 pelos braços do povo.

A partir daí dá-se o avanço do projeto político de Getúlio, que é o Brasil-indústria, com a criação das grandes empresas sob a tutela do Estado. Um Estado forte o suficiente para fazer o Brasil avançar. Nessa época, ninguém queria fazer esse papel, nenhum investidor internacional.

Paralelamente a esse avanço, começa a se fortalecer a identidade do servidor público. Com a criação de empresas do porte da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, que se tornaram rapidamente importantes estrategicamente para o país, o servidor que ingressava nessas empresas também ganhava força e respeito como trabalhador, assim como seus sindicatos e associações de classe.

Nessa fase, o trabalhismo dá um grande salto. Surgem novas lideranças. Jango assume o Ministério do Trabalho no governo Vargas e Brizola é governador no Rio Grande do Sul. Antes de assumir o governo do Rio Grande, Brizola foi presidente da Ala Moça do PTB, prefeito de Porto Alegre, Secretário Estadual de Obras, deputado estadual e deputado federal. Foi um período áureo para o trabalhismo com várias conquistas para os trabalhadores.

## História marcada com sangue

Os trabalhistas são o único caso na história republicana brasileira a marcar com sangue sua trajetória. Getúlio marcou com sangue a Carta Testamento — para mim, o documento mais importante desse país —, que mudou a história do Brasil. O suicídio de Getúlio impediu o golpe, que viria a acontecer 10 anos depois, em 1964. O trabalhismo foi feito com as marcas da perseguição, do martírio, das cassações e das mortes.

Outro fato que marca o trabalhismo é a Cadeia da Legalidade, liderada por Leonel Brizola. Esse foi o único momento na história republicana em que a sociedade civil se organizou e impediu o golpe de estado. Brizola é a grande liderança trabalhista nacional. Sua força política marca esse momento do trabalhismo e da vida política do país. A coragem de Brizola e do povo garante a volta de Jango da China para assumir o governo deixado por Jânio Quadros.

Com o golpe de estado, vem a grande constatação: o maior número de cassados, de exilados e de mortos foi do Partido Trabalhista Brasileiro. Não foi do Partido Comunista, como muitos pensam. O número um da lista dos perseguidos pelos militares era Leonel de Moura Brizola e o número dois, João Goulart, as duas principais lideranças trabalhistas. Sempre foi assim. A história do trabalhismo marcada por grandes tragédias: o suicídio de Vargas, o golpe de 64, perseguições, exílios.

A perda da legenda do PTB na volta de Brizola ao país depois da anistia foi um dos golpes mais doloridos para Brizola. Ivete Vargas fica com a legenda, mas já não é o PTB e sim um partido adesista, como permanece até hoje. O trabalhismo no entanto continua. Surge o Partido Democrático Trabalhista em 1980 e inicia-se uma nova etapa. A coragem de fazer continua marcante. A ênfase agora é na formação de uma sociedade igualitária, com oportunidades iguais para todos. Para criar uma nação de primeiro mundo, uma escola de primeiro mundo. Brizola ousou fazer. Hoje todos falam em escolas de tempo integral.

O PDT é o herdeiro natural e legítimo do velho PTB. O PDT hoje é o único partido que com clareza afirma a questão da pátria brasileira. A nossa diferença em relação a todos os outros partidos é a de que temos visão estratégica, patriótica e nacionalista. Para nós, nação não é apenas território, nação é sentimento.

---

**Carlos Lupi** é vice-presidente nacional do PDT/RJ.

---

## A legislação social da era Vargas

Para muitos estudiosos, a história trabalhista no Brasil divide-se entre antes e depois de 1930. Alguns, no entanto, contestam. Segundo Affonso Henriques, em *Ascensão e queda de Getúlio Vargas, o Estado Novo*, muito antes do Sr. Getúlio Vargas ter se apossado do poder, já se havia iniciado no país a legislação social trabalhista. A primeira dessas leis teve lugar em 1919, sobre acidentes do trabalho, que ficou intitulada Lei Andrade Bezerra. O seguro social teve início em 1923, com a lei Elói Chaves. Nesse mesmo ano foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, em cujos alicerces se assentou depois o Ministério do Trabalho. Em 1926 e 1927 promulgou-se a lei de férias para os comerciários e industriários. Em matéria sindical, havia a Lei 1903 e a Lei 1907.

Affonso Henriques não descarta o papel de Vargas. Para ele, a maior parte da legislação social no Brasil veio mesmo depois de 1930, isto é, depois da ascensão de Getúlio Vargas. Entretanto, argumenta que não por iniciativa de Getúlio, mas resultado da constituição de 1934. Com a Constituição de 1934 o trabalhador brasileiro conseguiu a maioria de suas reivindicações, tais como a carga de 8 horas, seguro social obrigatório, sindicalização, regulamentação do trabalho de menores, de mulheres etc. Para Henriques, a lei de mais vasta aplicação em matéria social foi baixada em 1935 e recebeu o número 62,

depois incorporada à Consolidação das Leis do Trabalho. Essa lei, que regula a despedida injusta e que estabelece a indenização, foi votada pela Câmara dos Deputados e sancionada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que ocupava interinamente a Presidência da República.

O autor é duro em sua avaliação, "se Getúlio Vargas tivesse realmente interesse pela legislação social e pelo trabalhador tudo teria feito para que essa lei recebesse sua assinatura e teria determinado que esperassem pela sua volta. A própria lei do salário mínimo, essa reivindicação da qual o Sr. Getúlio Vargas usou e abusou como arma política, é anterior ao governo de Getúlio Vargas."

Essa introdução é apenas para enfatizar o quanto é polêmico o tema. Quando realmente o trabalhador conquista seus direitos e ascende à condição de humano nas relações de trabalho? Quem é o responsável pela promoção dos direitos sociais no Brasil? Onde surgem as primeiras idéias de cunho trabalhista? Para entender tudo isso é preciso primeiro reconhecer como personagem principal desse enredo a figura de Getúlio Vargas.

### Ascensão do getulismo

Contam Ângela de Castro e Maria Celina D'Araújo, em *Getulismo e trabalhismo* ... "Liderando o movimento revolucionário de 1930, Vargas ascende ao poder, para nele permanecer por 15 anos consecutivos. No decorrer deste período foi chefe do Governo Provisório (1930-1934); presidente constitucional e eleito por via indireta (1934-1937) e ainda ditador de uma ordem autoritária conhecida como Estado Novo (1937-1945). Após um interregno de quatro anos, retornará ao poder em janeiro de 1951, através do voto popular direto, para nele permanecer até agosto de 1954, quando, a exemplo de 1945, recebe o veto militar e opta então pelo suicídio."

“A ascensão de Vargas ao poder em 1930 será acompanhada pela preocupação em definir um novo pacto político, que sanasse as mazelas da República Velha. O grande trunfo de Vargas foi a insistente defesa de que o Estado Novo representava o momento ótimo para a implementação no país de uma democracia social, para a valorização do trabalho e para o reencontro do Estado com a nação, através da liderança pessoal do presidente.”

“A pregação estado-novista fundara, como sua ideologia, o trabalhismo e criara um movimento de opinião pública favorável, até mítico, a figura de Getúlio Vargas: o getulismo. Trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo.”

## Revolução de 30

A proposta de fundação de um novo Estado, “verdadeiramente nacional e humano”, é grande tônica do discurso político dos anos pós-37. A fundação de um novo começo para o país que considerassem as necessidades e aspirações do povo brasileiro para muitos não ratificam os acontecimentos de novembro de 1937. O país inaugura um período que se por um lado deu voz ao homem comum através do reconhecimento de suas potencialidades e até hoje marcado por sua ação ditatorial. Entretanto, há argumentos de que todo processo que gerou o trabalhismo tem início em outro corte histórico: a Revolução de 1930.

A proposta trabalhista surge no momento em que dominava o país o ufanismo liberal, onde tudo era grande, menos o homem, que permanecia ignorado e dissociado do potencial de sua própria terra. O regime liberal era aquele que disseminava a idéia de que o brasileiro era um povo preguiçoso e incapaz de aprender. O que o trabalhismo faz é reconhecer as

potencialidades do povo brasileiro. Como ressalta Angela de Castro Gomes em *O redescobrimento do Brasil, In Estado Novo ideologia e poder*. Este homem, cheio de virtudes ignoradas, guardava em seu subconsciente as tradições mais puras do país. O liberalismo, banhado de valores europeizantes, desconhecia a verdadeira dimensão desse homem, preferindo explicações simplistas baseadas na inferioridade da raça e do caráter nacional.

O Estado renovador acentua sobremaneira a idéia de que antes de 1930 “o governo no Brasil não era para o povo, mas para seus representantes”, que jamais se lembraram de “chamar as classes operárias a participar da sorte” do país e que jamais pediram “os esforços dos trabalhadores, procurando interessá-los nos problemas vitais da nossa emancipação econômica”.

“O gráfico da história do país é expressivo e demonstra que, até 1930, vivíamos na ignorância de nossa terra o que se agravará com a república inundada de liberalismo. Foi para romper com este passado que se fez a revolução, que marcou uma fase violenta em nosso processo político. Contudo, sua obra foi perturbada pelos descaminhos do liberalismo constitucional dos anos 32 e 34, só havendo uma real substituição do regime em 1937. Aí a revolução entra em sua segunda fase, etapa de verdadeira constituição de uma nova ordem política”, assinala Angela.

O que o novo Estado Nacional perseguia era um ideal de promoção do bem-estar nacional, de realização do bem comum. “Desta forma, só poderia ser cumprida a partir do reconhecimento da situação de abandono em que se encontravam terra e homem brasileiros. Por tudo isso, o ponto central da revolução nacional, inaugurada em 1930 e realizada definitivamente em 1937, residia justamente em seus propósitos sociais em contraposição às preocupações políticas dominantes até então. A revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil.”

Movido pelo seu ideal de justiça e de promoção social, o novo modelo representa uma ruptura com a idéia liberal de governo: reconhecer como prioridade a questão social no país, com a eliminação da miséria, um governo que se voltasse para as massas, integrando-as em seu projeto, cujo ideal político só pode ser definido no campo da justiça social.

"Mas tal perspectiva precisava ser radicalmente transformada, uma vez que cumpria dar ao homem brasileiro uma situação digna de vida. A grande finalidade da obra revolucionária era justamente a de enfrentar este estado de constante necessidade em que vivia o povo brasileiro, o estado desumanizador que identificava o trabalho como um apanágio da pobreza. Na verdade, a "pobreza" e o trabalho precisavam dar entrada na cena política brasileira, que era justamente este o esforço do novo Estado Nacional."

Estado Nacional brasileiro era, portanto, um Estado voltado para o homem, em particular para o trabalhador, expressão viva, máxima, de nossas possibilidades de desenvolvimento sócio-econômico.

Tanto a revolução de 30 quanto o governo pós-37

tiveram como marca a intenção de salvar o operário de sua situação de esquecimento a que havia sido relegado. Para isso, buscaram criar um direito trabalhista que o reconhecia como "A célula da vida nacional". Coloca-se então a afirmativa de que a verdadeira democracia encontra-se "no caráter realista e humano do estado, que fecunda a natureza e a cultura brasileiras com o esforço do trabalho, protegido e amparado pelo governo. Estabelecer um novo começo, estabelecer a democracia no Brasil é avançar em direção ao trabalhador, que materializa por suas potencialidades e necessidades a finalidade orientadora do Estado Nacional."

As medidas empreendidas nessa época visam a transformar a sociedade. É a partir dos anos 30 que se identifica toda uma política de ordenação do mercado e de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. Como conta Angela de Castro Gomes, "Podemos detectar também toda uma estratégia política e ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do

trabalho. O meio por excelência de superação dos graves problemas sócio-econômicos do país, cujas causas mais profundas radicava-se no abandono da população, seria justamente o de assegurar a esta população uma forma digna de vida, o que significava, em última instância, conduzi-la ao trabalho. Promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, o responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação.”

“O trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição da riqueza e cidadania. A aprovação e implementação de direitos sociais estariam, desta forma, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem.

O trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e ao mesmo tempo num ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o estado, mas também uma necessidade para o próprio agora encarado como cidadão.”

## O 1º de maio e o decreto-lei

O Estado Novo usou e abusou da propaganda, principalmente através do ministro do trabalho, indústria e comércio, Alexandre Marcondes Filho. Durante esse período também tiveram início as comemorações oficiais, que envolviam a população, com grande destaque para a figura do trabalhador. O 1º de maio era a data mais festejada. O primeiro dia do trabalho comemorado pelo governo foi o de 1938, com a presença de Getúlio Vargas. Nesse ano, Getúlio anunciou o regulamento da *lei do salário mínimo* e assumiu o compromisso e a partir daquela data *presentear* os trabalhadores com uma realização na área da política social. Foi nesse dia que Getúlio Vargas usou, pela primeira vez, o vocativo *Trabalhadores do Brasil*, que viria a inspirar o título do programa radiofônico do Ministério do Trabalho.

A partir de então a data passou a ser aguardada com ansiedade pelos trabalhadores. O grande dia aconteceu em 1º de maio de 1940, com a assinatura do Decreto-Lei que criou o *salário mínimo*. A festa aconteceu no Estádio de São Januário e no dia seguinte o Jornal O Globo estampava em sua manchete:

### PAZ E JUSTIÇA PARA O TRABALHADOR DO BRASIL.

:

#### DECRETO LEI Nº 2.162 – de 1º de Maio de 1940 Institui o salário mínimo e dá outras providências

O Presidente da República, considerando o que expõe o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em cumprimento dos arts. 12 da Lei nº 185, de janeiro de 1936, e 45 do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica instituído, em todo o país, o salário mínimo a que tem direito, pelo serviço prestado, todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, como capaz de satisfazer, na época atual e nos pontos do país determinados na tabela anexa, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 2º O salário mínimo será pago na conformidade da tabela a que se refere o artigo anterior e que vigorará pelo prazo de três anos, podendo ser modificada ou confirmada por novo triênio e assim seguidamente, salva a hipótese do artigo 46 § 2º, do Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1930.

Art. 3º Para os menores de 18 anos, o salário mínimo, respeitada a proporcionalidade com o que vigorar para o trabalhador adulto local, será pago sobre a base uniforme de 50% e terá como extremos a quantia de 120\$000 por mês, dividido em 200 horas de trabalho útil, ou de 4\$800 por dia de oito horas de trabalho, ou ainda, \$600 por hora de trabalho, e a de 45\$000 por mês, dividido em

200 horas de trabalho útil, ou de 1\$800 por dia de oito horas de trabalho, ou ainda, \$225 por hora de trabalho.

Art. 4º O pagamento de salários, ordenados, ou qualquer outra forma de remuneração, não deve ser estipulado por período superior a um mês.

§ 1º Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deve ser o mesmo efetuado, o mais tardar, até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencido.

§ 2º Tratando-se de pagamento por quinzena ou semana, deve ele ser efetuado até o quinto dia útil subsequente ao do vencimento.

Art. 5º É privilegiado em qualquer processo de falência ou insolvência o crédito correspondente a salário não pago.

Art. 6º Para os trabalhadores ocupados em operações consideradas insalubres, conforme se trate dos graus máximo, médio ou mínimo, o acréscimo de

remuneração, respeitada a proporcionalidade com o salário mínimo que vigorar para o trabalhador adulto local, será de 40%, 20% ou 10% respectivamente.

Art. 7º Os infratores do presente Decreto-Lei serão passíveis da penalidade de 50\$000 (cincoenta mil réis) a 2:000\$000 (dois contos de réis), elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 8º O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções necessárias à fiscalização do presente Decreto-Lei, podendo cometer essa fiscalização a qualquer dos órgãos componentes do respectivo Ministério e, bem assim, aos fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, na forma do Decreto-lei nº 1.468, de 1º de agosto de 1939.

§ 1º Poderá o Ministro, em instituições especiais, indicar, além do diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, outra autoridade que deva apreciar os processos de infrações e aplicar as penalidades que couberem, com recurso, no prazo

de 15 dias, para o Ministro, desde que haja depósito prévio do valor da multa.

§ 2º A cobrança de qualquer multa far-se-á, até onde seja aplicável, nos termos do Decreto nº 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Art. 9º As dúvidas suscitadas na execução do presente Decreto-Lei cuído o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, serão resolvidas pelo Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 10º O presente Decreto-Lei entrará em vigor decorridos 60 dias de sua publicação no "Diário Oficial".

Art. 11º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1º de Maio de 1940, 119º da Independência de 52ª da República.

GETULIO VARGAS.  
Waldemar Falcão.



## O discurso

O Jornal do Brasil do dia 3 de maio de 1940 publicou o discurso do presidente e do ministro do Trabalho na íntegra. Reproduzimos o primeiro discurso sobre salário mínimo, o do presidente Getúlio. Depois viriam muitos outros na defesa de um salário mínimo digno capaz de atender às necessidades de uma família. O salário mínimo hoje, de R\$ 240,00, está longe de suprir a necessidade de uma pessoa, quanto mais de uma família. Defensores históricos do salário mínimo de cem dólares, como o senador Paulo Paim, presente nesta publicação, entendem a importância do salário mínimo para toda a economia. A história do salário mínimo ganhou novos contornos, quando o DIEESE passou a calcular um valor que representasse a necessidade de uma família de quatro pessoas com base no maior valor de produtos de primeira necessidade e levando em conta o preceito constitucional, que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para a manutenção dessa família atendendo as suas necessidades de alimentação, moradia, saúde, educação, transporte, vestuário, higiene, lazer e previdência social. O salário mínimo oficial no Brasil hoje precisaria ser aumentado em cerca de seis vezes para atingir aquele estimado mensalmente pelo DIEESE.

Para compreender o que pensava Getúlio naquele dia, leia o discurso.

## O discurso do Senhor Presidente Getúlio Vargas

Foi o seguinte o discurso do Senhor Presidente Getúlio Vargas na concentração operária realizada ontem:

### Trabalhadores do Brasil,

Aqui estou, como de outras vezes, para compartilhar das vossas comemorações e testemunhar o apreço em que tenho o homem de trabalho como colaborador

direto da obra de reconstrução política e econômica da Pátria.

Não distingo, na valorização do esforço construtivo, o operário fabril do técnico de direção, do engenheiro especializado, do médico, do advogado, do industrial ou agricultor. O salário ou outra forma de remuneração não constituem mais do que um meio próprio a um fim, e esse fim é, objetivamente, a criação da riqueza nacional e o surto de maiores possibilidades a nossa civilização.

A despeito da vastidão territorial, da abundância de recursos naturais e da variedade de elementos de vida, o futuro do país repousa inteiramente sobre a nossa capacidade de realização. Todo trabalhador, qualquer que seja a sua profissão é — a esse respeito — um patriota que conjuga o seu esforço individual à ação coletiva em prol da independência econômica da nacionalidade. O nosso progresso não pode ser obra exclusiva do governo, e sim de toda a nação, de todas as classes, de todos os homens e mulheres que se enobrecem pelo trabalho, valorizando a terra em que nasceram.

Constituem preocupação constante do regime que adotamos difundir entre os elementos laboriosos a noção de responsabilidade de que lhes cabem no desenvolvimento do país, pois o trabalho bem-feito é uma alta forma de patriotismo como a ociosidade uma atitude nociva e reprovável. Nas minhas recentes excursões aos Estados do centro e do sul, em contato com as mais diversas camadas da população, recebi caloroso acolhimento e manifestações que testemunham, de modo inequívoco, a confiança que os brasileiros, desde os simples operários aos expoentes das atividades produtoras, depositam na ação governamental.

Falando num momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso

deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhistas. Relegados a uma existência vegetativa, privada de direitos e afastada dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram sobre os governos eleitorais a menor proteção, o mais elementar amparo.

Para arrancar-lhes com os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais.

A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos imensamente desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristãos e se tornara o obstáculo insuperável à solidariedade nacional.

Os benefícios da política trabalhista, empreendida nestes últimos anos, alcançam profundamente todos os grupos sociais, promovendo o melhoramento das condições de vida nas várias regiões do País e elevando o nível de saúde e de bem-estar geral. A Ação Tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário e de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional e junto às fábricas, e ultimamente, voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares.

Na continuação desse programa renovador, que encontro no atual Ministro do Trabalho um eficiente e devotado orientador, assinamos, hoje, um ato de incalculável alcance social e econômico — a lei que fixa o salário mínimo para todo o país. Trata-se de antiga aspiração popular, promessa do movimento revolucionário de 1930, agora transformada em realidade, depois de longos e acurados estudos. Procuramos por esse

meio, assegurar ao trabalhador uma remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família. O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, e aumentando, no decorrer do tempo, os índices de saúde e de produtividade, auxiliarão a solução de importantes problemas que retardam a marcha de nosso progresso.

À primeira vista, poderão pensar os menos avisados que a medida é prematura e unilateral, visto beneficiar, apenas, os trabalhadores assalariados. Tal, porém, não ocorre no plano do Governo. A elevação do nível de vida igualmente à capacidade aquisitiva das populações, incrementa por conseguinte as indústrias, a agricultura e o comércio que deverão fazer crescer o consumo geral e o volume da produção.

As bases da nossa Legislação Social já estão solidamente lançadas nas Leis que regulam a duração do trabalho, a higiene industrial, a ocupação das mulheres e menores, as aposentadorias e indenizações de acidentes, as associações profissionais, os convênios coletivos e a arbitragem. Ultima-se, agora, a organização da Justiça do Trabalho, cuja regulamentação está na fase final de estudos e deverá ser posta em vigor dentro de pouco. É uma legislação que tem de ampliar-se e cobrir com a sua proteção os diversos ramos da economia nacional, da fábrica aos campos, nas oficinas aos estabelecimentos comerciais, empresas de transporte e todos os empregos e ocupações. As sugestões da experiência e as imposições da necessidade irão, naturalmente, indicando modificações e ampliações cuidadosas. Chegaremos, assim, a consolidar esse corpo de leis num Código do Trabalho adequado às condições do nosso progresso. Não é demais observar, a propósito das nossas conquistas de ordem social, que os povos de civilização mais velha, apontados como modelos a copiar, ainda não

conseguiram resolver satisfatoriamente as relações de trabalho, que continuam sendo para eles causa de perturbações e antagonismos em vez de forças de cooperação para o bem comum.

Embora deixados ao abandono, os nossos trabalhadores souberam resistir às influências dos semeadores de ódios, a serviço de velhas e novas ambições do poderio político, consagrados a envenenar o sentimento brasileiro de fraternidade com o exotismo das lutas de classes. O ambiente nacional tem reagido sadicamente contra esses agentes de perturbação e desordem. A propaganda insidiosa e dissolvente apenas impressionou os pobres de espírito e serviu para agitar os mal-intencionados.

Quem quer que observe a história e dura lição sofrida por outros povos verá que os extremismos, mesmo quando logram não uma vitória efêmera, caem logo vítimas dos próprios erros e das paixões que desencadearam, sacrificando muitas aspirações justas e legítimas, que poderiam ser alcançadas pacificamente. A sociedade brasileira, felizmente, repele, por indole, tais soluções extremistas. Corrigidos os abusos e imprevidência do passado, podemos encarar o futuro com serenidade, certos de que as utopias ideológicas na prática são verdadeiras calamidades sociais, e não conseguiram afastar-nos das normas de equilíbrio e bom senso em que se processa a evolução da nacionalidade.

Só o trabalho fecundo, dentro da ordem legal que assegura a todos, patrões e operários, chefes de indústrias e proletários, lavradores, artesãos e intelectuais um regime de justiça e de paz, poderá fazer a felicidade da Pátria Brasileira.

## O getulismo e os partidos políticos

Ainda Ângela de Castro Gomes, em *Getulismo e Trabalhismo*, explica: "Se o getulismo tem a marca

indelével da personalização, o trabalhismo acabou por ganhar novas lideranças e, por vezes, mais independentes em relação ao seu marco de origem. Sem se apresentar como um corpo doutrinário suficientemente estruturado, o trabalhismo foi sendo aprimorado de diversas formas e influenciou a criação de vários partidos, como, por exemplo, o Partido Social Trabalhista (PST); o Partido Trabalhista Nacional (PTN); o Partido Republicano Trabalhista (PRT); o Partido Orientador Trabalhista (POT); o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), além do PTB, sem dúvida o mais significativo de todos eles." Mais tarde viria a influenciar fortemente o PDT de Leonel Brizola. É inegável também que o trabalhismo seja a base para a geração do neotrabalhismo representado pelo Partido dos Trabalhadores. Muito embora, os petistas mais renhidos fujam dessa comparação.

## Os herdeiros do trabalhismo

Dois políticos despontam como os principais herdeiros do trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Jango seria durante o Governo Vargas ministro do Trabalho. A indicação de Goulart para o Ministério do Trabalho em 1953 provocou atitudes raivosas nos setores de direita e nos liberais conservadores, que o chamavam de demagogo sindicalista e corrupto negociante. Segundo eles, Goulart controlando o Ministério do Trabalho iria manipular a classe operária e as massas populares.

Goulart permaneceria apenas oito meses à frente do Ministério do Trabalho. O ministro defendeu publicamente um aumento de 100% para os trabalhadores que ganhavam salário mínimo. Neste momento, um documento, O Memorial dos Coronéis, assinado por 81 oficiais do Exército advertia a nação dos perigos do comunismo e da crise de autoridade. O documento, que em nenhum momento cita Jango, foi divulgado amplamente pela imprensa e como consequência Jango seria demitido. Assinaram o documento, redigido pelo então tenente coronel Golbery do Couto e Silva militares que dez anos mais tarde afastariam João Goulart da vida política: Amaury Kruei, Syzeno Sarmento, Sílvio Frota, Ednardo D'Ávila, Euler Bentes, entre outros.

Nesse período, assinala Angela de Castro Gomes, em *Getulismo e trabalhismo*, "Jango inaugura uma outra modalidade de fazer política trabalhista, quer dentro do partido, quer dentro do ministério, quer em suas articulações com o sindicalismo. Em relação aos dois últimos, sua administração permitirá maior liberdade para as lideranças sindicais, derrubando na prática o atestado de ideologia, que havia terminado, juridicamente, um ano antes."

A passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho é marcada pela informalidade e por uma relação para lá de amistosa com os sindicalistas e com as questões

sociais. Jango praticava com os trabalhadores uma informalidade até então inédita, desmistificando a figura da autoridade, aproximando-a e colocando-a ao alcance da mão do povo.

Como assinaia Caio Navarro de Toledo, em *O governo Goulart e o golpe de 64*, como vice-presidente da República, durante o quinquênio desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, João Goulart não deixaria de estar sob o fogo cerrado da direita e de setores liberais-conservadores. Entretanto, com a renúncia de Jânio Quadros e estando ausente do país, o Congresso Nacional em 25 de agosto de 1961 deu posse ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Estava instalada nos círculos militares uma forte oposição à posse constitucional de João Goulart à presidência da República, que estavam decididos a detê-lo no momento em que pisasse o território brasileiro.

Setores ligados ao nacionalismo reformista, à liberal-democracia e à esquerda revolucionária, no entanto, não viam razões para negar a Jango o direito de assumir a presidência do país. “Dos governadores que declararam seu apoio à posse de Goulart (Carvalho Pinto, de São Paulo; Ney Braga, do Paraná; Mauro Borges, de Goiás; e Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul) foram estes dois últimos os que mais intensamente se empenharam na “defesa da legalidade”. Contudo, foi a partir de Porto Alegre que se unificou a oposição nacional ao golpe militar, em virtude da decidida ação política de Brizola e da

adesão do III Exército. Brizola mobilizou amplos recursos de seu estado, chegando inclusive a se dispor a distribuir armas à população civil para combater eventuais ataques das forças golpistas.”

A emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no país foi a solução para a crise. Entretanto, como coloca Caio, se o golpe militar era derrotado, um golpe político era perpetrado contra o regime vigente. Essa emenda parlamentarista também retirava a eleição para presidente do âmbito popular. No dia 6 de janeiro de 1963, cerca de 13 milhões de eleitores rejeitaram o parlamentarismo, devolvendo o país ao presidencialismo. Também na campanha do *referendum*, Brizola apoiou ostensivamente a derrubada do regime implantado na crise política de agosto de 1961.

Os últimos seis meses do governo de João Goulart foram marcados por sérias dificuldades. O presidente adotava medidas que contrariavam interesses estrangeiros e da direita brasileira, como a decisão de rever todas as concessões governamentais na indústria de mineração. Como mostra Caio Toledo: “Para a direita brasileira e para a embaixada norte-americana, não cabiam mais dúvidas quanto à esquerdização do governo Goulart. Se a direita fechava o cerco sobre o governo, nem todos os setores da esquerda apoiavam incondicionalmente o presidente. No Comício de 13 de março de 1964, com amplo apoio oficial e sob a proteção de um rigoroso esquema de segurança montado pelo I Exército, cerca de 200 mil pessoas demonstraram de forma muito significativa o elevado grau de politização que começava a atingir diferentes setores da sociedade brasileira.”

Leonel Brizola, Líder do Grupo dos Onze, pouco antes da fala inflamada de 3 horas do presidente, defendeu o fim da política de conciliação e pediu a convocação de uma Assembleia Constituinte. De fato, 13 de março de 1964 pode ser considerado um marco decisivo na recente história política brasileira. O que veio depois...todos sabem e muitos lamentam.

## A resistência e os novos partidos trabalhistas

Com o golpe militar, tem início no país os anos de chumbo; perseguições, censura, tortura e mortes. As principais lideranças políticas do país estão no exílio, assim como intelectuais, jornalistas e artistas, que teimaram em reagir ao golpe. O país emudeceu. Brizola, um dos herdeiros do trabalhismo de Vargas, realiza em junho de 1979, em Lisboa, o encontro dos trabalhistas no exílio com trabalhistas vindos do Brasil. Deste encontro resultou o documento base "Carta de Lisboa". O documento estabeleceu as diretrizes e conteúdo para a reconstrução de um partido popular, nacional e democrático, o novo PTB.

Cassado pelo golpe de 1964, principalmente pela marcante atuação em favor das reformas de base e da profunda reformulação na política econômica e social do país, Brizola primeiro tentou resistir ainda em Porto Alegre, em nome da ordem constitucional. No entanto, procurado vivo ou morto pelos militares, exila-se no Uruguai, de onde é expulso em 1977. Vai para os Estados Unidos, com autorização direta do presidente Jimmy Carter, que promovia na época uma política em defesa dos direitos humanos. Os anos de 1973 e 1979, Brizola passa em Portugal, a convite de Mário Soares. A partir daí participa ativamente dos encontros da Internacional Socialista, com lideranças como Willy Brandt, François Mitterrand, Felipe Gonzales, Carlos Andrés Perez e o próprio Mário Soares.

Com a aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita, Brizola volta ao país com muitos outros brasileiros que começariam aí a mudar a história do Brasil. Era 6 de setembro de 1979, 15 anos depois de ter deixado o Brasil, Brizola desembarca no aeroporto de Foz de Iguaçu, seguindo direto para São Borja, onde faz longo discurso no túmulo de getúlio. O país que Brizola encontra assiste ao surgimento de uma nova liderança trabalhista, um certo Luiz Inácio, metalúrgico do ABC paulista, que movimenta a massa e incomoda os militares. O país que anos antes tinha reaprendido a

falar, pulsa pelo desejo de mudança, e reinaugura-se em cada brasileiro um sentimento patriótico guardado durante todos os anos de chumbo.

O desejo de Brizola de refundar um PTB popular nacional e democrático vai por água abaixo quando o Tribunal Superior Eleitoral dá a Ivete Vargas a sigla. Em 26 de maio de 1980, surge o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Com o PDT, Brizola retoma o discurso trabalhista e em 1982 vence as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro com 34% dos votos válidos. A partir daí dois partidos, o PDT e PT, passam a disputar os votos e a simpatia dos trabalhadores progressistas do Brasil.

### O PDT

Segundo os criadores do PDT, a proposta de uma nova legenda visa a construção de uma sociedade em que os indivíduos tenham iguais direitos e oportunidades, sejam livres e vivam em solidariedade. Que não haja classes sociais privilegiadas, miséria e exploração do homem pelo homem. A construção desse tipo de sociedade não é tarefa de meia dúzia de políticos ou

especialistas. Ela depende da vontade e da participação ativa da maioria da população brasileira. "A nossa construção trabalhista está ainda vinculada às tradições políticas, econômicas e culturais do país, à natureza de seu processo de desenvolvimento, às experiências e reivindicações do povo trabalhador e às lutas do povo contra as elites conservadoras e liberais, que sempre se opuseram às transformações sociais em defesa da maioria explorada e marginalizada. Assim nossos caminhos e instituições devem se ajustar às nossas características nacionais e não copiar fórmulas importadas. Para isso, apontamos o Trabalhismo como caminho para o Socialismo."

### O Projeto PDT

O final da década de 70 é pródigo em discussões que visavam a criação de um partido popular, democrático e socialista. Dessas discussões surgirão dois partidos o PT e o PDT. As discussões e polêmicas em torno do assunto ganharam contornos mais claros com o surgimento do documento "Considerações sobre o momento atual", lançado numa conven-

ção do setor jovem do MDB, defendendo a criação de um "novo PTB, com caráter popular e socialista". O documento é assinado pelo Movimento Trabalhista, seus dirigentes são oriundos de organizações que pregavam, entre 1968 e 1972, a luta armada como único recurso para derrubar a ditadura, e que a partir desse momento buscavam alternativas que não os deixassem isolados da massa. Todos defendem um partido herdeiro de tradições populares e com proposta socialista.

Nos dias 6 e 7 de janeiro de 1979, na cidade de Esteio, a Juventude Trabalhista (ex-movimento trabalhista) unida a um grupo de trabalhistas históricos realizam um seminário no qual lançam as bases do novo partido. Todo esse movimento foi fortemente atacado pelo MDB, que acusa os trabalhistas de tentar dividir as oposições e fazer o jogo do governo militar. O coroamento de todo esse trabalho se dá em junho de 1979, no "Encontro dos Trabalhistas do Brasil com

os Trabalhistas do Exílio", em Lisboa, na sede do Partido Socialista Português.

Durante três dias, 140 pessoas de várias partes do Brasil e de países europeus se reuniram sob o comando de Brizola para debater e aprofundar as diretrizes do novo PTB. Nesse congresso predominaram as tendências de esquerda: marxistas, social-democratas, verdes e terceiro-mundistas. Três meses depois, com a decretação da anistia, Brizola retorna ao país.

Em dezembro de 1979 é aprovada no Congresso a "Nova Lei Orgânica dos Partidos, ainda sob inspiração do autoritarismo. A nova lei extingue a ARENA e o MDB. O governo cria o PDS. O PTB formaliza a sua estruturação. Uma manobra do governo militar entrega nas mãos de Ivete Vargas a sigla do PTB. Brizola rasga a sigla do PTB e parte para a convocação de um congresso com objetivo de formar um novo partido e aprofundar a sua proposta socialista. Surge o PDT.



## O novo trabalhismo e o PT

**A Revista IstoÉ, de 1º de janeiro de 1978, publica uma matéria com o título *O Antipelego*, na qual se trama a criação de um novo partido trabalhista no Brasil. Personagem principal da história, o ex-metalúrgico e hoje presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.**

“O secretário do trabalho de São Paulo, Maluly Neto, vai a Brasília e conversa demoradamente com o general João Baptista Figueiredo. De volta para São Paulo, do aeroporto segue aceleradamente para o Palácio dos Bandeirantes, onde, ansioso, o espera o governador Paulo Egydio Martins. Assunto das conversas: formação de um Partido Trabalhista. E o Lula ? Ora, consta que, antes de partir para a capital do país, Maluly teve o bom senso de manter um longo contato com Lula e este garantiu seu apoio.

Atenção, a parte final da informação acima é falsa. No mais, ouve a conversa Figueiredo-Maluly, houve inúmeras conversas Paulo Egydio-Maluly (nada mais natural) e é possível que o assunto neotrabalhismo tenha sido tocado em Brasília (em São Paulo parece certo que o governador e seu ativo secretário têm falado muito nisso). Mas o Lula está fora dessa jogada, nem quer saber dela.

O presidente da Arena Paulista, Cláudio Lembo, esteve recentemente com Lula para convidá-lo a

participar do diálogo da distensão promovido pelo senador Petrônio Portella. Dentro em breve, o presidente do senado visitará São Paulo para conversar com representantes da chamada sociedade civil, e Lembo já cuida da agenda da visita.

### **Lula diz aos trabalhadores que o Brasil cresce com eles**

Esta informação é verdadeira. Lula, Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, está pronto a dialogar, ele dialoga com Portella e com quem mais quiser dialogar com ele, desde que o assunto seja sério. Por exemplo, parece que Delfim Netto, candidato ao governo de São Paulo, gostaria de conhecê-lo. Pois muito bem, mas deveria então aproveitar o papo para explicar como se deram, no tempo do milagre econômico, certos erros no cálculo do aumento do custo de vida, que acabaram reduzindo em 34% o salário do trabalhador.

Muito cuidado com ele, Lula está no centro do noticiário. Nem sempre se conta a verdade a seu respeito. Como toda personagem muito comentado, ele corre o risco de se ver envolvido em situações que de fato ignora, como aquela história do trabalhismo de Paulo Egydio e Maluly. Quanto aos que pretendam dialogar com ele, é bom que se armem para a tarefa. O moço (32 anos) raciocina tão depressa quanto um ponta-esquerda dos velhos tempos revava a bola até a linha de fundo. Ele é capaz de frases que tem ironia de um drile seco. Ele também sabe fazer a sua demagogia — mas quando afirma que “A dignidade é uma coisa que não se compra”, o seu tom fica muito convincente. Ele não é um pelego no mais tradicional estilo brasileiro. Ele é diferente.

Claro que Petrônio Portella, por exemplo, deve ter a mão uma boa ficção do Lula. Ele sabe, sem dúvida,

que não espera um dócil dirigente sindical, disposto a cumprir as ordens de quem está por cima. O pelego clássico, preposto do poder, cultivava ignorância dos trabalhadores, enreda-os em grosseiras emoções, aturde-os com acenos paternalistas e apelo populistas.

**Lula costuma agir de outra maneira. Quando a Ford (janeiro de 1977) decidiu reduzir a jornada de trabalho para abaixar os salários (a alternativa seria a despedida em massa numa situação de dificuldade), Lula partiu para a briga e a fábrica teve que recuar. Quando o governo admitiu que em 1973 tinham sido cometidos erros no cálculo dos índices do custo de vida (junho de 1977), Lula saiu com a idéia de reposição “daquilo que foi tirado aos trabalhadores”, os 34% já famosos, e a transformou numa bandeira de luta.”**

### **(Revista IstoÉ de 01/01/1978)**

O texto acima é o relato mais claro da liderança que se afirmava na época. Lula representava o neotrabalhismo. Nada muito diferente daquilo que o país já tinha visto: a luta pelo trabalhador e pelo homem. A longa ditadura militar que aturdiu o país começava a ser dominada pela luta dos trabalhadores. Com os movimentos grevistas do ABC paulista terminou a construção de um novo partido que congregaria os trabalhadores. O país calado por tanto tempo soltava seus primeiros gritos.

### **O Partido dos Trabalhadores**

Segundo seus próprios documentos, o PT nasceu em meio a um período conturbado, onde a organização popular ainda era sinônimo de “Desobediência

civil". A crise econômica e política do Brasil foi um dos motores que aceleraram a decisão de criar o PT. Um Partido criado pela nova classe operária brasileira da década de 70, metalúrgicos, bancários, **funcionários públicos**, estudantes, por segmentos sociais organizados como o da "panela vazia", todos com forte influência dos movimentos eclesiais de base, intelectuais, artistas e da esquerda que havia lutado contra a ditadura.

Em 24 de janeiro de 1979, durante o IX Congresso de Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, lideranças e ativistas dos movimentos sociais e sindical aprovaram a proposta feita pelos metalúrgicos de Santo André, que conclamava "Todos trabalhadores brasileiros a se unificar na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores". Cresce a idéia de criação de um novo partido político e começa a circular o anteprojeto do Manifesto para fundação do PT.

No dia 1º de maio de 1979, e não podia ser diferente para um partido trabalhista, foi lançada a Carta de Princípios do PT. "O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas". sublinham um dos trechos do documento, lançado durante as atividades do dia internacional dos trabalhadores.

No dia 13 de outubro de 1979, uma reunião com a participação de 130 representantes de seis estados lançou oficialmente o movimento Pró-PT. foi aprovada a declaração política, expressando uma plataforma identificada com os anseios dos movimentos populares e apresentada uma nota contrária à reforma partidária imposta pelo regime.

Um texto com sugestões básicas para a organização do PT em todos níveis apontar a importância de "Uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiados que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases".

É eleita a Comissão Nacional Provisória, com 17 responsáveis pela direção do movimento Pró-PT.

Em novembro de 1979, a nova legislação dos partidos é aprovada no Congresso Nacional. Feita para fortalecer a organização partidária tradicional na história do Brasil — de cima para baixo — a nova Lei Orgânica dos partidos apresentava uma série de entraves que dificultava a legalização do PT.

Uma das formalidades indispensáveis para obtenção do registro do novo partido, a aprovação do Manifesto com, no mínimo 101 assinaturas, representava apenas o começo de uma batalha.

## Nasce o Partido dos Trabalhadores

Em um ato realizado no auditório do Colégio Sion, em São Paulo, o Manifesto do PT é aprovado, por aclamação, por 1200 pessoas.

Representantes de comissões regionais de 17 estados brasileiros iniciavam a organização do novo partido pelo país e preparavam a escolha das coordenações estaduais.

Nasceu o Partido dos Trabalhadores, no dia 10 de fevereiro de 1980.

## O novo trabalhismo

Para os petistas, o partido é a afirmação inequívoca de que a história não acabou. O fato de o PT estar

nos movimentos sociais, impulsionando mobilizações; nas prefeituras, governos, parlamentos, ao elaborar políticas públicas que partam das demandas da população; no combate permanente a todas as formas de discriminação; ou na construção de uma nova cultura política, onde a ética e a cidadania passem do extraordinário ao comum, para eles, garante isso.

Hoje, depois de lutas heróicas dos trabalhadores, entre eles os **servidores públicos federais**, aliados de todas as horas e momentos, o PT assumiu a nação e talvez seja o momento de relembrar seu documento original. Se o PT nasceu da capacidade dos trabalhadores de pensar, propor, agir e apontar soluções, agora é o momento crucial para que os trabalhadores realmente tenham voz. Para que todos mesmo possam estar juntos no "caminho para a conquista de uma sociedade com justiça, democracia, solidariedade e igualdade."

Dessa maneira nada melhor do que relembrarmos trechos da carta de princípios do PT:

### Carta de princípios

**Anterior ao Manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de Princípios foi lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979.**

"Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil.

Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), à sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletários de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas têm como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

"Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

"O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditórias, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser formado. A proposta que levanta algumas lideranças populares de "Tomar de assalto" o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

“O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função, de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.”

## **Um pouco da história, segundo os petistas**

### **Optei**

Após a fundação, um novo desafio exige uma enorme mobilização dos militantes: a campanha de filiação e de criação de diretórios e comissões provisórias. Era necessário atingir as cotas exigidas por lei para o registro oficial do PT.

De fevereiro de 1980 a fevereiro de 1981, os militantes envolveram-se em um trabalho intenso para a legalização do partido. Em alguns estados brasileiros, parlamentares do antigo MDB também optavam pelo novo partido. Campanhas de filiação eram feitas em todos os cantos do país.

### **A legalidade do partido**

Em agosto de 1981, o primeiro Encontro Nacional do PT elege o primeiro Diretório Nacional do PT, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva. Em 27 de setembro, a primeira Convenção Nacional referenda o Diretório Nacional, o Manifesto, o Programa e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores.

Três palavras resumiam a história de lutas que iniciavam uma nova fase no Brasil, tendo à frente os

trabalhadores e os setores populares organizados em seu partido, o PT: Trabalho, Terra e Liberdade!

O PT vai se consolidando no país como uma proposta autônoma e, enfrentando a Lei Orgânica dos Partidos, consegue a façanha de legalizar-se, passando por cima de todo o entulho autoritário da legislação. Constituem ainda uma organização interna própria para garantir a democracia partidária.

### **Trajetória**

Como partido em construção, o PT se organizou em debate aberto para a definição de seus rumos. Para isso dependeu da organização de sua base. Fez da sua própria organização interna um exemplo do método democrático que pretendia ver implantado no país. Nesse processo, procurou também resgatar as melhores tradições das esquerdas que o precederam.

### **Momento-chave**

Uma etapa importante aconteceu em 1982, quando o PT participava pela primeira vez, com candidaturas próprias, de eleições para todos os níveis. O PT obteve 1,3 milhões de votos (3,1%) e conquistou as primeiras prefeituras, em Diadema/ SP e Santa Quitéria/ MA. Elegeu oito deputados e deputadas federais e 13 estaduais.

### **Diretas Já!**

Em 1983, paralelamente à primeira greve geral no Brasil, após um período de quase duas décadas, o partido encabeça a campanha por eleições diretas para a Presidência da República. No dia 22 de agosto, o primeiro comício pró-diretas reúne 15 mil pessoas no Pacaembu, em São Paulo.

No ano de 1984, a campanha pelas “diretas já” ganha as ruas, com uma forte mobilização popular. O

congresso nacional rejeita emenda da oposição, mas o Brasil não era mais o mesmo.

### **CUT e o MST**

No dia 23 de agosto de 1983, durante o CONCUT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, é aprovada fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Crescia organização autônoma dos trabalhadores e rompia-se de vez com os setores atrasados do sindicalismo.

Em 1984, durante o encontro nacional em Cascavel, no Paraná, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento de luta por terra e reforma agrária.

### **Lula lá**

Em 1989, Lula disputa a Presidência da República, na primeira eleição direta depois de 1964. Lula chega ao segundo turno e conquista 31 milhões de votos contra o candidato das elites, Fernando Collor.

Em 1990, o sétimo Encontro Nacional aprova resolução "O socialismo petista", que confirma a opção anticapitalista, já defendida no Manifesto e Programa de Fundação do PT. É aprovada também a composição proporcional em todas as instâncias de direção, com representação de todas as chapas que alcancem 10% de votação nos encontros.

Em julho do mesmo ano, o PT lança o Governo Paralelo. Em novembro, elege o seu primeiro

senador, Eduardo Suplicy, além de 35 parlamentares federais e 81 estaduais.

### **Com os sindicatos**

Os movimentos sociais, de moradia, estudantil, sindical, entre outros setores, representam uma das frentes de participação política na qual os petistas estão inseridos. Por ter objetivos reivindicatórios diversificados e imediatos, sua composição social é heterogênea, porém com forte potencial político.

As lutas dos movimentos populares permitem experimentação de organizações sociais que, ao longo de sua trajetória, adquirem dimensão nacional, superam o seu marco específico e adquirem a dimensão da luta política mais geral. Isso possibilita a elevação da consciência social de seus participantes e a viabilidade de grandes mobilizações.

O papel do PT tem sido de impulsionar e reorganizar as lutas populares, compromissos históricos desde quando foi fundado. Não por acaso, o PT desempenhou papel decisivo, por meio de sua militância, na construção da CUT - Central Única dos Trabalhadores, do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do CMP - Central de Movimentos Populares.

Cada qual, mobilizando os seus militantes em todo o país, para o enfrentamento de problemas como o desemprego, concentração de propriedade e de renda e exclusão social, econômica, cultural e política decorrente do projeto neoliberal.

**Um milhão de pessoas  
no encerramento da  
campanha das  
Diretas Já, em 1984,  
na Candelária, Rio  
de Janeiro**

# SINTRASEF

## Diretorias

### 1ª Diretoria

(12/05/1990)

GILBERTO BARATA NACLE DAVID

PAULO ALBERTO LIMA DA CRUZ

LUIZ CARLOS ALVES

LUIZ DE CARVALHO DIAS

HALLEY COLOMBO FILHO

JULIETA SIMAS DA SILVEIRA SOARES

JUCIARA OLIVEIRA DE SOUZA

JOSUÉ AMARAL DAMASCENO

SIDNEY LUIZ RABELLO

CLÁUDIO WILSON NÓBREGA

JOSÉ LUIZ BRAGANÇA MOTTA

ANTÔNIO BUARQUE DE NAZARETH

ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA

ELIZABETH LEITE DE FREITAS

CLÁUDIA MÁRCIA DA CRUZ ORNELLAS

LUIZ ANTÔNIO PINHEIRO MARINHO

MARIA LIA LIMA DE FREITAS

ARNALDO MENDES CORRÊA

ERLI COTRIM LEITE

CÉLIO CAVALCANTE DA SILVA

PAULO DE MOURA

ROSÂNGELA DUTRA WECK

MARIA HELENA MACHADO

PEDRO PAULO DE SOUZA COSTA

#### CONSELHO FISCAL:

BENEDITO PEDRO DA SILVA

EDUARDO LUIZ DA SILVA

MARIA LUIZA POCI PINTO

No dia 1º de janeiro de 2003, durante a  
Presidência da República Federal do  
Brasil, o primeiro presidente eleito por  
camadas populares, o ex-metalúrgico  
Luiz Inácio Lula da Silva

# **2ª Diretoria**

**(12/05/1992)**

ANTÔNIO BUARQUE DE NAZARETH

BENEDITO PEDRO DA SILVA

CARMEM TEREZA COELHO MORENO

DÁRIO DE OLIVEIRA

EDUARDO LUIZ DA SILVA

ELIANE MARIA DE SOUZA

FRANCISCO FARIA DA SILVA

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

HILDA ARAÚJO AZEVEDO

JORGE EDSON DA COSTA GARCIA

JORGE LUIZ CANTARELLI SAHIONE

LÍGIA LOPES DA SILVA

MARCOS PEREIRA DE MELLO

MARIA APARECIDA RAMOS

MARIA HELENA MACHADO

PAULO DE MOURA

RONALDO LAMELAS IMPERIAL

RUTE GUSMÃO PEREIRA DE AZEVEDO

SYLVIANO MARIA DE RANGEL MOREIRA

VICTOR MARCOS MADEIRA DA COSTA

WANDO SILVA DE CARVALHO

HALLEY COLOMBO FILHO

OLGA FERRAZ FERREIRA

SÔNIA PINHO D'OLIVEIRA

## **CONSELHO FISCAL:**

ELIZABETH DE MATOS RODRIGUES

LIS DE FIGUEIREDO TEIXEIRA

PAULO CABRERA PEREIRA DA ROSA



# **3ª Diretoria**

**(12/05/1994)**

ALFREDO LOPES FERREIRA FILHO  
ALMÉRIO RIBEIRO BELÉM  
ALOÍSIO DIAS CUNHA  
ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA  
ARISTEU DÁCIO ALVES FILHO  
EDUARDO DE ALVARENGA TAVARES  
ELIANE MARIA DE SOUZA  
ERNANI JACQUES D'ORNELLAS  
JOEL PEREIRA DA COSTA  
JORGE LUIZ DA PAIXÃO  
JOSÉ RIBEIRO MENDES  
LUIZ CLÁUDIO DE ANDRADE DUTRA  
MANOEL DOS SANTOS RIBEIRO  
MARCOS PARANHOS PENTEADO FILHO  
MARIA DE LOURDES SANTOS CRUZ  
PEDRO DA SILVEIRA AMORIM  
RUTE GUSMÃO PEREIRA DE AZEVEDO  
SEBASTIÃO EVANDRO TAVARES  
SUELI PESSOA DE MENDONÇA  
VLADIMIR FILGUEIRAS DE LIMA  
WILSON SANTOS LOPES  
CELSO SILVA DE LEMOS  
DÁRIO DE OLIVEIRA  
SARAH HELIANE AZEVEDO DE CASTRO

## **CONSELHO FISCAL:**

HAROLDO AUGUSTO SANTOS DE SANT'ANNA  
JORGE LUIZ CANTARELLI SAHIONE  
JULIETA SIMAS DA SILVEIRA SOARES

# 4ª Diretoria

(10/07/1996)

ALCIR HENRIQUE DA COSTA

ALMÉRIO RIBEIRO BELÉM

AVANIR BAPTISTA DOS SANTOS

AROLDO DIAS PEREIRA

EDSON AMARAL DA SILVEIRA

ELIPHAS LEVI VIEIRA PINTO

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

GERSON MIRANDA THEODORO

ILCA FERREIRA DA SILVA

JAIR JORGE PEREIRA DA SILVA

JOSÉ MAURÍCIO VALENÇA SCOTELARO

JOSÉ RICARDO DA SILVA

JURACY RIBEIRO PEREIRA

KATYA MARIA PORTELLA DE SÁ

MANOEL DOS SANTOS RIBEIRO

MARCOS PEREIRA DE MELLO

MARIA DE LOURDES SANTOS CRUZ

MARIA GORETTI AIRES MOREIRA

MARIA HELENA PEREIRA BARBOSA

NATALINO UCHÔA DOS SANTOS

PAULO DE MOURA

PAULO SÉRGIO SOUTO

PEDRO GONÇALVES

PEDRO PAULO DE SOUZA COSTA

RAIMUNDO NONATO PORTELA

ROSILÉIA MARIA ROLDI WILLE

TERESA CRISTINA CARVALHO BRANCO NÁUEL

MARIA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO DE CASTRO OLIVEIRA

MARIA TEREZA BASTOS LUIZ

PEDRO CARLOS CAETANO

## CONSELHO FISCAL:

ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA

BENEDITO PEDRO DA SILVA

VLADIMIR FILGUEIRAS DE LIMA

# 5ª Diretoria

(10/08/1998)

ALCIR HENRIQUE DA COSTA  
ANA MARIA ALMEIDA CANUTO  
ANGELA MARIA LOPES DE REZENDE  
EDSON AMARAL DA SILVEIRA  
ELIZABETH DE MATOS RODRIGUES  
MILTON RODRIGUES  
GERSON MIRANDA THEODORO  
GUARACIARA DE BARROS DIACOVO  
HAROLDO AUGUSTO SANTOS DE SANT'ANNA  
JOSÉ BATISTA TAVARES  
JOSÉ MAURÍCIO VALENÇA SCOTELARO  
KATYA MARIA PORTELLA DE SÁ  
LUIZ PEDRO MARCHON VIEIRA  
MARCOS PEREIRA DE MELLO  
MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA LEITE  
MARIA GORETTI AIRES MOREIRA  
MARIA IRENE ALVES FERREIRA  
PAULO DE MOURA  
ROBERTO XAVIER  
PAULO SÉRGIO SOUTO  
SEVERINO ANTÔNIO DO NASCIMENTO  
SIDNEY BATISTA SCHUINDT

SONIA GADELHA MOTTA  
VICTOR MARCOS MADEIRA COSTA  
VIVALDO DE ARAÚJO NUNES  
WILSON DOS SANTOS VIEIRA  
CARLOS ROBERTO PADILHA AREAS  
DÁRIO DE OLIVEIRA  
ROSILEA MARIA ROLDI WILLE  
MARÍLIA FERNANDES MACHADO  
HILDA ARAÚJO AZEVEDO SILVA  
MARIA DE LOURDES DA SILVA TEIXEIRA  
EVANDRO MAYRINCK BLUNCK  
EDY LOPES PEREIRA SOBRAL

## CONSELHO FISCAL:

MARIA HELENA MACHADO  
SÔNIA MARIA PINHO D'OLIVEIRA  
RUTE GUSMÃO PEREIRA DE AZEVEDO  
ANDERSON NUNES LOUREIRO  
ANA MARIA ALEXANDRE LEITE  
LINDINALVA DE CASTRO VIEGAS  
RUY TORREÃO SMITH JUNIOR  
( falecido antes da posse )

# 6ª Diretoria

(04/08/2000)

ALCINO FRANCISCO DAS CHAGAS FILHO  
ALMÉRIO RIBEIRO BELÉM  
ANA MARIA ALMEIDA CANUTO  
ANTÔNIO SÉRGIO LEMOS DE SOUZA  
HAROLDO AUGUSTO SANTOS DE SANT'ANNA  
JOAQUIM ADERITO CORREIRA DE MOURA  
JOSÉ BATISTA TAVARES  
JOSÉ FRANCISCO DA SILVA  
JOSUÉ PEREIRA  
LINDINALVA DE CASTRO VIEGAS  
LUIZ CESAR DOS SANTOS BAIA  
LUIZ PEDRO MARCHON VIEIRA  
MARIA CRISTINA THOMÉ MAIA PALMA  
MARIA DE LOURDES DA SILVA TEXEIRA  
MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA LEITE  
MARIA IRENE ALVES FERREIRA  
MÁRIO RODRIGUES DA SILVA  
MURILO CLÁUDIO DEL RIO  
PAULO ALBERTO LIMA DA CRUZ  
RAIMUNDO NONATO PORTELA  
ROBERTO XAVIER  
ROSINA IANNIBELLI DE ALMEIDA

RUTE GUSMÃO PEREIRA DE AZEVEDO  
SEVERINO ANTÔNIO DO NASCIMENTO  
SINVAL DO CARMO SANTOS  
VICTOR MARCOS MADEIRA COSTA  
MARIA HELENA PEREIRA BARBOSA  
CÁSSIA MARIA MELLO DA SILVA  
CLARISSE WISBERG FIGUEIREDO  
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA  
JOÃO LEONEL DE OLIVEIRA CABRAL  
JOSÉ ANTÔNIO GUSMAN TORRES  
JOSÉ PEDRO NETO  
MARIA JOSÉ MAIA DE MIRANDA  
SUELI PESSOA DE MENDONÇA

## CONSELHO FISCAL:

JOSÉ RICARDO DA SILVA  
LEVY GONÇALVES FERREIRA BASTOS FILHO  
VLADIMIR FILGUEIRAS DE LIMA  
MARCOLINO DUARTE DE OLIVEIRA NETTO  
RAULINA BASTOS DE OLIVEIRA  
ROSA ELGARTEN

# 7ª Diretoria

(13/09/2002)

ADILSON MARCOS DA SILVA  
ALCIR HENRIQUE DA COSTA  
ALZIRA PEREIRA DE MELLO  
CARLOS EDUARDO DE FARIAS  
CASSIA MARIA MELLO DA SILVA  
DOMINGOS DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA  
DUMENIL ELIODORO MODESTO FILHO  
EDSON AMARAL DA SILVEIRA  
ENNEITE SOUZA PEREIRA  
GERSON PEREIRA VALLE  
GILMAR ALVES CABRAL  
GILSON RODRIGUES  
JADIEL MESSIAS DOS SANTOS  
JOELSON ESTEVÃO  
JORGE TANCREDO DE OLIVEIRA  
LUCIA ELENA DIAS  
LUIS CLAUDIO BRAGA  
MARIA GORETTI AIRES MOREIRA  
NELSON CARLOS DE OLIVEIRA  
PAULO ALBERTO LIMA DA CRUZ  
RAIMUNDO NONATO PORTELA  
SEBASTIÃO EVANDRO TAVARES

SHEILA ALVES PEREIRA  
SÍDNEY BATISTA SCHUINDT  
VALMIR GARCIA DA SILVA  
WALDYR GUTTIERREZ MONTENEGRO  
WALTER HONORATO GOMES  
CARLOS HENRIQUE FERREIRA DE ALMEIDA  
ELAINE MARIA LYRA  
FERNANDO JOSE MALUFF ABRANTES  
LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA  
PAULO ANTONIO DE OLIVEIRA  
PAULO ROBERTO DE MENEZES LUIZ  
RICARDO CORREA DE CARVALHO  
SERGIO CEZAR DE ALCANTARA

## CONSELHO FISCAL:

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA  
SHEILA MARIA GUIMARÃES DE SÁ  
WILSON FERREIRA DE AZEVEDO  
DURVALINO SOARES PINHO  
JUSSARA SOARES GUERRA SILVA  
MARIO JORGE FERREIRA BARBOSA

# Bibliografia

AFONSO, José da Silva. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19ª ed., São Paulo, Malheiros, 2000.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares. *O passado nem sempre foi negro*. IstoÉ, São Paulo, Fev. 1978.

BANDEIRA, Celso Antônio de Mello. *Curso de Direito Administrativo*. 12ª ed., São Paulo, Malheiros, 2000.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 12ª ed., São Paulo, Malheiros, 2000.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2002.

Centro de Capacitação Política - Fundação Alberto Pasqualini. *PDT: O fio da história*. Rio de Janeiro, Fundação Alberto Pasqualini, 2001.

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo, DIEESE, 2001.

———, Boletim DIEESE - Edição especial. Rio de Janeiro, DIEESE, 2001.

Fundação Alberto Pasqualini. *21 anos da retomada do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Fundação Alberto Pasqualini, 2001.

GOMES, Ângela de Castro & D'ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice/Iuperj, 1988.

———, *O redescobrimento do Brasil in Estado Novo ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GIANNOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

HENRIQUES, Affonso, *Ascensão e queda de Getúlio Vargas, o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Record, .....

IstoÉ. *O antipelego*. São Paulo, Fev. 1978.

Jornal do Brasil. *As grandiosas comemorações do dia do trabalho*. Rio de Janeiro, maio 1940.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos, Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.

O Globo. *1º de maio - dia do trabalho*. Rio de Janeiro, maio 1940.

Secretaria Nacional de Formação Política & Fundação Perseu Abramo. *Caderno de formação, O PT faz história*. São Paulo, PT, Dez. 2001.

Senado Federal. <http://www.senado.gov.br>

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

Veja. *A arrancada de Lula*. São Paulo, Nov. 1989.

Estou convencido de que o melhor distribuidor de renda deste país é o salário mínimo. Não existe nenhum outro no meu entendimento que vá na mesma linha.

Faço algumas ponderações. Eu dizia há alguns anos que a questão do salário mínimo interessa de forma direta a cem milhões de brasileiros. Hoje, a gente vê com alegria que os dados do Censo de 2000, publicados nos medidores, demonstram esta realidade. Temos cerca de 54 milhões de brasileiros que ganham até meio salário mínimo. Se 54 milhões ganham até meio salário mínimo, com certeza absoluta vamos chegar a cem milhões de brasileiros que dependem do salário mínimo. Veja bem, não é nem que ganham o salário mínimo, mas que ganham até um salário mínimo. Aqui vai um setor da sociedade que tem uma renda equivalente a zero. E nessa escala vamos ver que o corte se dá com 54 milhões, com até meio salário mínimo. Assim, temos cem milhões que ganham até um salário mínimo, por incrível que pareça. Numa população de mais ou menos 174 milhões, são cem milhões que dependem diretamente de uma renda, quero insistir, de zero a um salário mínimo.

Senador Paulo Paim

**SINTRASEF**  
Filiado à  
**CUT**  
e à Condsef

**COBAP – CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS**  
**DEFENDENDO A SEGURIDADE SOCIAL DESDE 1985**

*“...O Sistema de governo mais perfeito é aquele que produz maior soma de felicidade possível, maior soma de seguridade social e maior soma de estabilidade política...”*

Ofício 016/03 – COBAP

Brasília, 16 de junho de 2003.

Exmo. Senhor Ministro:

Em nome de 7.264.745 aposentados/pensionistas do INSS que, em março de 2003 recebiam valores superiores ao salário mínimo, a COBAP solicita a atenção de Vossa Excelência para o que se segue:

- *A fundação da COBAP se deu quando um grupo de aposentados já perambulava pelos gabinetes tentando solução para os problemas causados pelas regras aplicadas à concessão e ao reajuste de aposentadorias e pensões.*
- *A Constituinte representou uma esperança de ver um fim de tal situação, e das agruras dos aposentados e pensionistas, porém completamos 18 anos e cada vez mais nos sentimos desamparados e desassistidos pelas autoridades.*
- *Trabalhamos pela inclusão da Seguridade Social na Constituição, depois pela aprovação das Leis de Custeio e Benefícios, depois pela sua regulamentação e aplicação efetiva e nunca pudemos comemorar a realização do ideal que nos uniu um dia, antes mesmo daquele Outubro de 1985 da fundação da COBAP.*

**Tivemos três momentos de esperança;**

1. A recomposição de valores que atendeu ao artigo 58 das Disposições Transitórias;
2. A vitória ampla da campanha dos 147% obrigando o governo Collor a alterar nossos salários e pagar os atrasados, mesmo em parcelas;
3. A vitória de Outubro de 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

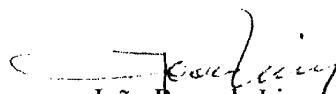
Hoje estamos tomados de um grande desalento, com o impacto da edição do decreto nº 4.709, de 29.05.2003, determinando um índice para o mês de Maio de 0,38%. Todos, autoridades e economistas, aposentados e pensionistas, seus dirigentes e representantes, sabíamos que era um índice totalmente fora da realidade.



Aguardamos pacientemente o anúncio que o IBGE fez no último dia 10, em seguida procuramos as autoridades do Ministério da Previdência Social, e mostramos a necessidade do cumprimento das promessas, com o aporte imediato do índice do INPC, 20,44%, mesmo que não represente a realidade da inflação que sofremos nos últimos 12 meses.

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE do MPAS	INPC DO MÊS	REAJUSTE(%) DEVIDO
até junho/2002	19,71	0,61	20,44
em julho/2002	18,98	1,15	19,71
em agosto/2002	17,63	0,86	18,35
em setembro/2002	16,63	0,83	17,34
em outubro/2002	15,67	1,57	16,37
em novembro/2002	13,88	3,39	14,57
em dezembro/2002	10,15	2,70	10,81
em janeiro/2003	7,25	2,47	7,90
em fevereiro/2003	4,67	1,46	5,30
em março/2003	3,16	1,37	3,78
em abril/2003	1,77	1,38	2,38
em maio/2003	0,38	0,99	0,99

Esperamos o atendimento de nosso pleito, para recuperar a esperança que nos envolveu, na expectativa de mudança nas relações governo/aposentados.

  
João Resende Lima  
Presidente da COBAP

Exmo. Sr.  
Ricardo Berzoini  
DD. Ministro de Estado da Previdência Social  
Brasília - DF

**PERDAS DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES**

**DATA**-mês do reajuste -**PISO MÍNIMO** - mínimo aplicado como piso aos benefícios - **MÍNIMO DO INSS** - o que vale o mínimo para quem se aposentou antes de ABRIL DE 1989, com valor superior ao piso

DATA	SALÁRIO MÍNIMO	MÍNIMO DO INSS	QUANTO ESTÃO PERDENDO			
			Em relação ao mínimo			
06/2000	151,00	119,70				26,15%
04/2001	180,00	119,70				50,38%
06/2001	180,00	128,87				39,68%
04/2002	200,00	128,87				55,20%
06/2002	200,00	140,73				42,12%
04/2003	240,00	140,73				70,54%
06/2003	240,00	168,47				42,46%
Ano	Novo Mínimo	Mínimo necessário Dieese / dezembro	Aumento do Mínimo	Data	Aumento dos aposentados	Data
1995	100,00	763,09	42,86%	1º/maio	42,86%	1º/05
1996	112,00	778,27	12%	1º/05	15%	1º/05
1997	120,00	837,16	7,14%	1º/05	7,76%	1º/06
1998	130,00	857,66	8,33%	1º/05	4,81%	1º/06
1999	136,00	940,58	4,61%	1º/05	4,61%	1º/06
2000	151,00	1.004,26	11,03%	1º/04	5,81%	1º/06
2001	180,00	1.101,54	19,21%	1º/04	7,66 %	1º/06
2002	200,00	1.247,97 (outubro)	11,11%	1º/04	9,20%	1º/06
2003	240,00	1.466,73	20,00%	1º/04	19,71%	1º/06

**Demonstrativo de benefícios sem a competente contribuição – Números do ano de 2001**

	Despesas	Receitas	Dispendido
Rurais	14,309	0,809	13,500
RMV	1,636	—	1,636
LOAS	2,687	—	2,687
<b>TOTAL</b>	<b>18,632</b>	<b>0,809</b>	<b>17,823</b>

**Benefícios Assistenciais e Rurais  
Números do ano de 2002**

Espécies	Qtde	Valores
Rural	6.869,597	17,07
Loas	1.560,854	3,43
RMV	655.803	1,66
<b>Subtotal</b>	<b>9.086,254</b>	<b>22,16</b>

Fonte: Síntese/Secretaria de Previdência Social

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos do § 2º do art. 210 do Regimento Interno, que trata do limite de páginas a serem publicadas.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Estado do Acre.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em meu último pronunciamento abordei o papel da representação política em nosso País, lamentando não termos tirado das urnas as úteis e proveitosas lições proporcionadas pelos eleitores nos últimos 50 conturbados anos da nossa história política. O fato de termos ignorado reiteradas e sucessivas manifestações dos cidadãos tem afetado não só a popularidade, mas também a credibilidade de nosso desempenho, como indicam reiteradas pesquisas e sondagens de opinião.

Prova disso é o julgamento emitido no final do ano passado por um dos mais lúcidos analistas de nossa realidade, o historiador José Murilo de Carvalho, que sintetiza, com razoável fidelidade, o que boa parte dos intelectuais brasileiros pensam a nosso respeito. São suas palavras: “Dezessete anos após o final da ditadura, persiste no País sensação generalizada de frustração ou, pelo menos, de desconforto diante dos poucos frutos sociais gerados pela introdução da democracia política. A insatisfação refere-se, sobretudo, ao funcionamento da representação política exercida via Poder Legislativo, instituição acusada de vassalagem diante do Poder Executivo e de práticas clientelísticas.”

Afirmações como essa, que podem soar aos nossos ouvidos como sentenças condenatórias injustas, nada mais são que o resultado de como boa parte da opinião pública nos vê, nos julga e avalia a nossa atuação. As evidências empíricas das manifestações eleitorais a esse respeito parecem-me incontestáveis e podem ser medidas pelo comportamento de milhões de eleitores brasileiros, como procurei mostrar dias atrás, no primeiro pronunciamento dessa trilogia.

Nossa postura ante as críticas não pode, sem grave prejuízo para o Poder a que pertencemos, ser a mesma do panglossiano distanciamento adotado ante os sucessivos veredictos das urnas aqui já referidos. O juízo emitido pelo historiador José Murilo de Carvalho encontra-se em **A Democracia e os Três Poderes no Brasil**, trabalho organizado pelo professor Luiz Werneck Viana, professor titular, pesquisa-

dor do IUPERJ e coordenador do instituto virtual que leva o mesmo título do livro. Trata-se de obra coletiva publicada pela editora da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo IUPERJ, com a colaboração da Fundação Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Nela podem ser encontradas pesquisas e análises que honram a cultura e a capacidade crítica dos cientistas sociais brasileiros, além de serem extremamente úteis às instituições políticas do País.

No texto que mais de perto nos diz respeito, **A Produção Legislativa do Congresso – Entre a Paróquia e a Nação**, os autores, Octavio Amorim Neto e Fabiano Santos, começam escrevendo: “O Congresso é uma instituição impopular. Severamente criticado pela imprensa, é extremamente malvisto também pela população em geral, como atestam as pesquisas de opinião”. Ressalvam, porém, que “a desconfiança que paira sobre o Congresso, contudo, não nasceu sob a Nova República, com sua política de distribuição de emissoras de rádio e freqüentes escândalos de corrupção. A visão negativa a respeito do Poder Legislativo já era evidente ao final do período democrático de 1946-1964”. Em relação a esse tópico, parece-me que a afirmação não encontra respaldo nos resultados eleitorais desse período. A pergunta que mais deveria nos interessar, porém, vem em seguida, feita pelos próprios autores: “Afim de contas, o que fez o Congresso para que sua imagem chegasse a um nível tão baixo? Isso tem a ver com a má figura dos políticos em geral ou com o que faz o Legislativo em particular?” E eles mesmos indagam: “Mas o que faz o Legislativo em particular?” “Esta é uma questão crucial para a qual há várias respostas”, dizem os autores. Algumas delas estão no ensaio, e as conclusões a que chegam nem sempre coincidem com as de outros analistas que os precederam na produção da variada bibliografia dedicada ao Congresso nos últimos anos.

Resumidamente, eles começam sua análise valendo-se de dado a meu ver não muito relevante, o da origem ou autoria da produção legislativa no período pré e pós 64, enfoque já abordado por outros autores. Mostram que, de 1945 a 1964, a média da iniciativa parlamentar na produção legislativa foi de 57%, em contraste com o período de 1989 a 1998, em que apenas 14% das leis aprovadas foram de autoria de parlamentares ou de comissões do Congresso. Refiro-me à relevância relativa desse aspecto de nosso trabalho, na medida em que a mudança dependeu menos de nossa vontade do que do modelo institucional adotado depois do regime militar, agravado durante a transição democrática, com a Constituição de

1988. Tão grave quanto seria a recepção do instituto legal do decreto-lei pelo novo texto constitucional foi a sua substituição por outro já em decadência até mesmo em sua origem, o das medidas provisórias.

Além de ser uma tendência bastante generalizada em boa parte dos modelos políticos contemporâneos, o desafio do Legislativo não se centra na origem ou autoria, mas na utilidade e na eficácia das leis. Este, sim, a meu ver, o debate substantivo, a questão crucial que deveria ser sujeito de nossas preocupações e objeto de nossa permanente avaliação. Em qualquer dos muitos dicionários de citações que proliferam no mundo, o verbete “lei” está tão presente quanto a palavra “justiça”. Na realidade brasileira, no entanto, os dois conceitos nunca andaram tão distantes. Talvez por isso sejam tão antigas, freqüentes, persistentes, reiteradas e contundentes as observações da maior parte de nossos analistas quanto à ingênua persistência em nossa cultura da crença de ter a lei o condão de mudar a realidade. O Brasil, Sr. Presidente, tem sido, em todos esses anos, como o Purgatório de Dante, onde “As leis existem, mas não quem as execute.” A corrupção não grassa no País pela quantidade de leis, mas temos de convir que a quantidade, a variedade e a inutilidade de algumas delas ajudam a corrupção. Afinal, quantas delas não criam dificuldades para vender facilidades?

O mal, Sr. Presidente, há muito está identificado. Mesmo não concordando com todas as observações do pensador cearense Farias Brito, quem ousaria contestar a objurgatória com que em seu **Panfleto**, de 1916, nos acusava de sermos “país de impostores, odientos e cínicos, algumas vezes perversos; país de exploradores políticos; país de falsos legisladores eis o que somos. Também as leis se fabricam aqui com a mesma facilidade com que se fabrica manteiga ou sabão”.

Acusando como males a instabilidade e a incerteza jurídicas, Farias Brito ainda sentenciava:

É por isso que as leis em nosso país se fazem e desfazem com tanta facilidade. Tudo se reforma, tudo se modifica a todo momento, e cada governo que vem quer ter, em todos os ramos da administração, um sistema todo novo de leis. [E acrescentou] Aqui os Governos acreditam dar uma idéia muito alta da justiça multiplicando as leis. É assim que temos leis aos milhares, muitas extemporâneas, extravagantes, ridículas, quase todas falsas, importadas do estrangeiro, sem nenhuma ligação com o

nosso meio, sem nenhuma relação com os hábitos tradicionais e as tendências próprias da Nação.

Sr. Presidente, penso no que diria hoje o filósofo cearense deparando-se com a Constituição que, antes de completar 15 anos de vigência, já foi vitimada por 45 emendas, um caso sem paralelo no mundo.

Mas não foi só Farias Brito. Bem antes dele, Joaquim Nabuco já tinha criticado o que ele mesmo chamou de “política silogística”, com que ironizou “os legisladores que entre nós fazem do grave problema da organização política do Brasil uma pura arte da construção no vácuo”. Escreveu ele:

A base são as teses, e não os fatos; o material, idéias, e não os homens; a situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais.

Tratando do que chamou de “tecnologia das reformas”, Oliveira Viana, mesmo com seu pensamento ultraconservador, não pode deixar de ter razão quando criticou o apego com que os Governos que se sucedem no País apelam sempre às reformas, como se, partindo do Estado, elas fossem capazes de mudar a estrutura, o comportamento e até os valores da sociedade. Não sei o que ele pensaria da reforma trabalhista feita no Governo passado, ao se acrescentar à tradicional designação de “Ministério do Trabalho” a palavra “emprego”, iniciativa cujo único resultado foi o de aumentar o desemprego.

Ninguém ousará acusar de conservadorismo, como acabo de fazer com Oliveira Viana, nem de radicalismo, como muitos fizeram com Farias Brito, essa outra grande expressão do pensamento e da ação política que foi Nabuco. E qual o seu julgamento sobre nossa representação política? Sempre vale a pena ouvi-lo:

O sistema representativo é, assim, um enxerto de formas parlamentares num governo patriarcal. E Senadores e Deputados só tomam a sério o papel que lhes cabe nessa paródia da democracia pelas vantagens que auferem. Suprima-se o subsídio, forcem-nos a não se servirem de sua posição para fins pessoais e de família – e nenhum homem que tenha o que fazer se prestará a perder seu tempo com tais **skiamaxiai** [palavra grega que significa luta simbólica], em combates com sombras, para tomar uma comparação de Cícero.

Artur Ramos, Sr. Presidente, não foi menos irônico quando acusou o Parlamento de ser “um viveiro de portentosa verbiagem”, onde muito se fala e pouco se faz.

Mas o que têm tantas críticas a ver com o descrédito da representação política no nosso País? Por que tantos milhões de brasileiros, a cada eleição, têm deixado de exercer o direito de voto quando se trata de escolher os mandatários que devem representá-los na Câmara? Não vou deter-me na prática já costumeira de demitir-se de seus deveres a que se tem entregado o Congresso nos últimos anos, pois essa questão será objeto de intervenção que, desde já, reservo para o futuro. O que me pergunto é: em que medida o nosso desempenho na função precípua de legislar tem afetado a legitimidade, a credibilidade e, por conseqüência, a popularidade do Legislativo entre nós? Uma das respostas plausíveis, na qual nunca nos detivemos, pode ser encontrada no exame não da quantidade, mas da qualidade, da utilidade e da serventia das leis que aqui aprovamos. Servem elas à sociedade e ao cidadão? Atendem suas expectativas? Melhoram a vida de todos? Ampliam os direitos individuais? Garantem os direitos sociais dos brasileiros e promovem, por acaso, sua prosperidade econômica?

Perdoem-me V. Ex<sup>as</sup> a crueza do veredicto que não é só meu, mas de muitos cidadãos brasileiros. O problema é que temos legislado de costas para a população, exatamente como a maioria dos que dirigem os destinos do País tem governado de costas para a sociedade, e tal como os tribunais que dirimem nossas querelas jurídicas têm prolatado suas sentenças de costas para os cidadãos. Somos devotos do Estado, dos que o governam e do poder que eles detêm. Estamos sempre atentos e somos pressurosos com a tutela de seus interesses. Acudimos e suprimimos suas necessidades, por mais funestas que possam ser para a maioria dos brasileiros. Somos fiéis servidores do Estado e dele nos servimos para a promoção de nossos próprios interesses.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, votemos todas as leis que nos peçam, façamos todas as reformas que nos proponham, aproveemos todos os projetos que nos sejam submetidos, destinemos todos os recursos de que carece o Estado, mas tenhamos a mesma postura na proteção e na promoção dos direitos, das prerrogativas e das faculdades de todos os cidadãos. Se olharmos para trás, corremos o risco de ter o mesmo destino da mulher de Lot. Os planos econômicos, sem exceção, grande parte das reformas e não poucas das leis por nós aprovadas provocaram conflitos e,

ainda hoje, abarrotam os tribunais de reclamações e promovem enxurradas de ações que os cidadãos são obrigados a ajuizar na defesa de direitos que lhes negamos, dos muitos que lhes retiramos e de tantos que lhes prometemos, nunca lhes demos e sempre lhes sonegamos.

A cada nova Constituição, criamos mais tribunais, instituímos novos juizados e multiplicamos o número de varas, cada vez mais especializadas. E nada disso resolve o problema da Justiça em nosso País. Acusamos o Judiciário, criticamos os juízes, mas as leis que poderiam modernizar a Justiça, acelerar seus procedimentos, simplificar sua atuação, tornar esse Poder mais ágil e eficiente dormem nos desvãos e nas gavetas do Congresso. A crise, Sr. Presidente, não está neste ou naquele Poder do Estado. Nós todos que o integramos é que somos a crise. Nós a promovemos, nós a toleramos, nós a alimentamos, não a combatemos e sequer fazemos por onde atenuá-la.

Quem ousará exigir que qualquer cidadão brasileiro, por mais culto que seja, por mais erudito, por mais educado, por mais especializado, cumpra o preceito da Lei de Introdução ao Código Civil, segundo o qual ninguém pode alegar ignorância da lei para deixar de cumpri-la? Essa pletora de leis, decretos, regulamentos, regimentos, circulares, portarias e tudo mais que a imaginação criadora da burocracia é capaz de inventar, em sua quase totalidade, não serve à sociedade, mas tem a virtude de atormentar o cidadão. Perdemos a conta de quantas delas votamos, reduzindo direitos dos cidadãos. Cultivamos a estatolatria, e quase sempre esquecemos a cidadania. Quando não blasonamos, jactamo-nos de nossa democracia. Mas quase nunca lembramos que, até meados da década de 50, ainda éramos a democracia das minorias, pois o eleitorado ainda era constituído por uma quantidade de votos menor do que aquela parcela da população que desse direito estava excluída. Também não podemos esquecer que só universalizamos o voto em 1986, há menos de duas décadas, portanto, quando a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, restaurou o voto dos analfabetos, extinto pela República.

Um só exemplo seria, a meu ver, suficiente para provar o quanto temos sido incapazes de tornar efetivos os direitos mais elementares dos brasileiros. Joaquim Nabuco conta, na monumental biografia do pai, que tanto ilustrou esta Casa, ser uma das frustrações da vida pública de Nabuco de Araújo o tempo que levavam suas propostas para se concretizar. E apontava o exemplo da portaria baixada por ele como Ministro da Justiça, proibindo provisoriamente a abertura

de novos seminários. Provisória permaneceu, até o fim do Império. Hoje, as medidas que interessam ao cidadão e à sociedade não levam 30, nem 40, mas 50 e até mais de 100 anos, sem que sejam cumpridas ou materializadas. Não me refiro só às leis tomadas em seu sentido formal, mas também às prescrições constitucionais. E, para tanto, lembro o preceito estipulando a gratuidade do casamento civil, instituído por decreto do Governo provisório republicano e acolhido como § 4º do art. 72, que contém a declaração de direitos na Constituição de 1891. Trata-se de dispositivo constante de todos os textos constitucionais brasileiros, inclusive o atual, com exceção apenas da Carta fascista de 1937. Entre 1996 e 1997, nada menos de quatro leis foram aprovadas, sem lograr o que exige a Constituição. Há poucas semanas, aprovamos aqui, de autoria do Senador Pedro Simon, proposta de emenda constitucional que tenta vencer as resistências dos cartórios para cumprirem o que determina, desde 1988, a Constituição.

Um Estado que não se mostra capaz de garantir gratuitamente a seus cidadãos duas simples declarações, o registro de nascimento e a certidão de óbito, e que privatizou a instituição do registro civil, que a República tornou oficial e de natureza pública, seguramente vive, há mais de cem anos, de costas para a Nação! Mas esta não é a única nem a melhor evidência do pecado de que somos todos culpados. A prova incontestável de que governamos, legislamos e julgamos de costas para o povo e para a sociedade encontra-se na forma como todos os Governos promovem e protegem seus próprios interesses e como defendem os da sociedade e dos cidadãos. Para garantir os seus próprios interesses, a União dispõe de mais de seis mil advogados. Para representar e defender os da sociedade, o Ministério Público conta apenas com 10% desse total – seiscentos procuradores. Para assegurar os direitos da maior parte de todos os brasileiros, daqueles que a nada têm acesso, a Defensoria Pública Federal tem menos de 2% dos que defendem o Estado – 110 membros, em todo o País. No meu Estado, Sr. Presidente, há apenas uma Defensora em atuação, atualmente pleiteando remoção.

Esgota-se o meu tempo, e vejo-me forçado a concluir, mas não a desistir. Por isso, pretendo voltar ao assunto, abordando outra demonstração evidente da diferença que separa a tutela dos interesses do Estado e dos cidadãos, representada pela inércia do Congresso em adotar medidas que coloquem ao alcance dos brasileiros os instrumentos qualificados para a defesa dos seus direitos, garantias e prerrogativas.

Antes, porém, mais uma vez invoco o ultraconservador Oliveira Viana, que tanto criticou o idealismo das nossas Constituições e que tão corrosivamente, mas com tanta razão, condenou nossa alienação:

A impressão que me dão esses construtores de Constituições é a de uma congregação de **logiciens**, que raciocinam sobre expressões técnicas do Direito Público como matemáticos sobre sinais algébricos. Com essas expressões genéricas – vazias de conteúdo objetivo – e jogando com elas à maneira das letras, siglas e chaves dos calculistas, eles armam equações a uma, a duas, a várias incógnitas e concluem **in abstracto** – como os matemáticos ao desenvolverem uma série funcional ou ao exponenciarem uma equação. O que lhes importa é unicamente a norma legal, na sua exclusiva formulação verbal, na abstração do seu conteúdo; a norma legal, ontologicamente considerada; o texto da lei, em suma, na sua pura expressão gramatical e com a sua **mens legis** hermeneuticamente determinada, de acordo com as regras clássicas. Só isso e nada mais. Pode-se dizer que têm uma mentalidade kelseniana, sem terem lido Kelsen.

Sr. Presidente, os Poderes do Estado no Brasil padecem desse mal e têm conseguido, quase todos, ser mais conservadores que o ultraconservador Oliveira Viana – nós, inclusive. É por isso que assim nos julgam os intelectuais e, em última análise, os brasileiros, abandonados à sua própria sorte, órfãos porque não encontram quem proteja e promova seus direitos com a mesma eficiência com que fazem em causa própria os que os governam, aqueles a quem essa figura ilustre, exemplar de intelectual e cidadão, recentemente falecido, Raimundo Faoro, chamou, com tanta propriedade, de “os donos do poder” no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao grande Senador Luiz Otávio, do PMDB do Pará, por vinte minutos.

Senador Luiz Otávio, a Presidência concederá três minutos a mais para a conclusão do seu brilhante pronunciamento, assim como o fez em relação ao Se-

nador Geraldo Mesquita Júnior quando proferia o seu também brilhante pronunciamento.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assomo à tribuna nesta tarde primeiramente para dizer que tivemos uma semana muito festiva, muito comemorada no Brasil inteiro.

Iniciamos na quinta-feira, no dia 19 de junho, com a comemoração de Corpus Christi. No meu Estado, o Pará, Dom Vicente Zico, nosso Arcebispo metropolitano, reuniu no Estádio do Mangueirão cerca de quarenta mil pessoas para rezarmos, para nos unirmos nessa data e conseguirmos realmente uma grande festa cristã e católica, cuja realização se tornou tradicional na capital do meu Estado, Belém do Pará, sem participação partidária, política.

Como somos católicos e acompanhamos a Igreja Católica no meu Estado, estivemos no Mangueirão, como sempre, sem a necessidade de utilizarmos, em nenhum momento, qualquer fim político, eleitoral. Estávamos apenas concentrados, orando por nossa cidade, por nossa bela capital Belém, por nosso querido Pará, um Estado que tem a capacidade de gerar riquezas naturais e de participar da vida nacional, dando um resultado positivo para nossas exportações. Realmente trata-se de um Estado que alavanca a economia brasileira e que nos dá muito orgulho como paraenses.

Tivemos também a oportunidade de, no mesmo dia, festejar os noventa e dois anos da Assembléia de Deus, dos nossos irmãos evangélicos, no Estado do Pará. Trata-se de uma coincidência, mas, na sexta-feira, dia 20, estive com o Governador Simão Jatene, com o meu colega Senador Duciomar Costa e com o Pastor Gilberto Marques, Presidente da Convenção dos Pastores da Assembléia de Deus. Os evangélicos da Assembléia de Deus fizeram no Brasil, há noventa e dois anos, em Belém, a primeira missão evangélica. A entrada e a formação dessa igreja no Brasil deu-se em Belém do Pará.

Faço esse registro satisfeito, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque precisamos ter a oportunidade de falar em religião, em Deus, de falar em Jesus, de rezar, porque precisamos muito disso na nossa família, junto com nossos filhos e com os futuros netos, com nossos amigos, com nossos vizinhos, com nossos correligionários e até mesmo com nossos adversários. Graças a Deus, não temos inimigos. Temos adversários políticos, o que é natural no momento eleitoral, pois cada um tem o seu Partido, o seu candidato. O Pará é um Estado que tem a oportuni-

dade de reunir seu povo em torno da religião e, principalmente, da vontade de Deus.

É o registro que faço nesta tarde, pois pude presenciar a população com seu orgulho e sua satisfação em poder participar, mais uma vez, de um encontro de pessoas que desejam o bem.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Eu que conheço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Luiz Otávio, e sei que é uma pessoa religiosa e que vive para a família, gostaria de solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup> nesse pensamento. Louvo V. Ex<sup>a</sup> pela lembrança que teve em relação à Assembléia de Deus, que é, realmente, a igreja com maior número de fiéis evangélicos do País, uma igreja extremamente séria. Tenho a honra de conviver com membros dessa igreja com frequência, seja em São Paulo, em Santos, seja em Belém do Pará, onde tive a oportunidade de conhecer o pastor que V. Ex<sup>a</sup> acabou de citar, seja na Paraíba, onde convivo muito bem com os irmãos da Assembléia de Deus e de outras congregações. Mas minha proximidade maior tem sido sempre com a Assembléia de Deus. A missão instalada no Pará gerou tantos frutos que atualmente é a maior congregação do País entre todas as denominações evangélicas, a que tem o maior número de fiéis e a mais organizada. Por essa razão, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> na louvação a esse grupo de pessoas que só pensa em pregar o bem e louvar ao Senhor.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Senador Ney Suassuna, realmente, aquela localidade possui característica interessante: a **TV Nazaré**, emissora é ligada à Igreja Católica, à Paróquia de Nazaré, que, na verdade, representa a Arquidiocese do Pará, cujo Presidente é Dom Vicente Zico\*, nosso Arcebispo. Dos evangélicos, a **TV Boas Novas**, do Pastor Samuel Câmara\*, que, vindo do Amazonas, hoje dirige os trabalhos dos evangélicos. Atualmente, a Igreja Evangélica, a Igreja Quadrangular e outras tantas têm programas de rádio e de televisão, por meio dos quais transmitem a sua programação, facilitando o seu convívio com a população.

Faço essa referência, Sr. Presidente, porque sei também que a sua família e V. Ex<sup>a</sup> – que é uma liderança política no Piauí, Estado tão bem representado por V. Ex<sup>a</sup> – conhecem a necessidade da nossa Amazônia, dos nossos ribeirinhos, sempre atendidos por militares do Exército, Marinha e Aeronáutica ou pelas missões religiosas. Na verdade, foram sempre as missões religiosas e os militares que estabeleceram o primeiro contato, prestaram o primeiro atendimento, o

primeiro relacionamento com essa população mais distante, principalmente a população ribeirinha da Amazônia. A Marinha, com seu navio-hospital, atende aos ribeirinhos; o Exército, porque guarda as fronteiras e faz instrução de selva; e a Aeronáutica, pelos aeroportos, têm uma ligação muito grande com o povo indígena. É de conhecimento que no Pará não há conflitos com os índios há muitos anos. Inclusive, li uma reportagem na **Folha de S.Paulo** de domingo sobre levantamento da questão indígena no Brasil em vários Estados, confirmando que no Pará não ocorre esse tipo de conflito. Isso se deve muito às missões evangélicas, católicas, ou seja, às missões religiosas e às Forças Armadas, com certeza.

Em uma outra oportunidade, terei a chance de falar mais da nossa família, dos nossos vizinhos, da nossa população. No momento, restrinjo-me a comentar que estive nesse final de semana acompanhando o Governador Simão Jatene em viagem a Santarém.

Aqui, aproveito para responder à provocação da Senadora Serys Slhessarenko, quanto à nossa Santarém-Cuiabá, a Br-163, rodovia que proporcionará ao País trabalhar por um projeto como o Fome Zero e, principalmente, criará um novo corredor de exportação que permitirá que a produção agrícola brasileira possa escoar pelo Norte, encurtando a distância em aproximadamente três mil milhas marítimas, uma vez que hoje utilizamos os portos de Paranaguá e de Santos para nossas exportações. Com a pavimentação da rodovia, nossa produção será escoada por Santarém.

Sabemos que é decisão do Presidente Lula delegar competência ao Ministério dos Transportes para realizar consórcio do Mato Grosso e do Pará. Por intermédio de seus Governadores, Blairo Maggi, do Mato Grosso, e Simão Jatene, do Pará, os dois Estados assumirão a pavimentação de toda a rodovia,faltando mil quilômetros para que essa região seja toda interligada.

Santarém tem uma capacidade de porto e retroporto muito grande. Lá um grupo da empresa Cargil construiu uma instalação para grãos, um investimento de R\$60 milhões no porto. O porto de Santarém será um grande porto exportador. Com essa rodovia, conseguiremos viabilizar toda a nossa produção agrícola. Encurtado o trecho, o custo da nossa produção diminuirá, e poderemos concorrer com a soja americana dentro dos Estados Unidos.

Isso é uma realidade, é fato. O Brasil já é um grande exportador de soja, mas o sistema, o modal de transportes, precisa ser adequado, modernizado,

diminuído seu custo para que possamos, cada vez mais, concorrer no mercado internacional.

Em Santarém, também inauguramos uma UTI no Hospital Municipal da cidade, construída graças a convênio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Santarém, com o Prefeito Lira Maia. É a primeira UTI instalada no Baixo Amazonas. Estivemos em Mujuí dos Campos, na inauguração do Hospital Dr. Almir Gabriel, e em Belterra, onde inauguramos um posto de saúde.

Todas essas visitas ocorreram porque nosso Governador decidiu fazer parte do consórcio, com um terço dos recursos. O Governo do Pará ficará responsável pela pavimentação do trecho Itaituba-Santarém, concluindo a obra referida pela Senadora Serys Slhessarenko.

Como ainda disponho de algum tempo, desejo ainda reforçar a posição assumida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em viagem aos Estados Unidos, ao se posicionar firmemente quanto à nossa participação, em 2005, da Área de Livre Comércio das Américas – Alca, bloco atualmente formado por Estados Unidos, Canadá e México. A entrada do Brasil trará oportunidade de participação a toda América Latina numa área da maior importância para o nosso futuro.

O Presidente Lula teve a coragem de assumir essa posição. E alguns jornais declararam que o Presidente Lula pagará um preço pela sua decisão; mas digo que pagará um preço muito bom: Sua Excelência será reconhecido como o Presidente da República que viu à frente e decidiu pela geração de emprego e renda. Como poderemos sair da situação em que nos encontramos? Como alongar o prazo de pagamento de nossa dívida? Como continuar a competir com o mercado internacional, que tem tecnologia de ponta e pessoas treinadas? Continuamos a ter dificuldade de gerar emprego no Brasil. Precisamos especializar nossa mão-de-obra, pois ela precisa ser competitiva, trazer resultado e custos, para que possamos competir com o mercado internacional. Mas, nessa competição, também são muito importantes os recursos, a parte financeira, além da necessidade de taxas de juros compatíveis com o mercado internacional.

Não sou uma autoridade no assunto, mas tenho coragem e até audácia para dizer que, de fato, temos que tomar decisões na nossa vida – e a decisão do Presidente foi corajosa e acertada. Cito o exemplo das empresas multinacionais instaladas no Brasil que terão um fator de concorrência com o qual nenhuma empresa nacional poderá competir. Uma grande empresa de engenharia – no Brasil, uma grande emprei-



teira – não terá condições de realizar uma obra por um preço mais baixo do que o de uma empresa estrangeira. Por quê? Porque ele traz o recurso de fora, a uma taxa de juros inferior a 12% ao ano. Portanto, o nosso mercado não nos permite competir com eles. Então, só por trazer recursos internacionais, de empréstimo externo do Bird ou do Banco Mundial para esses investimentos, até mesmo para esses serviços, essas empresas vencerão as licitações, não há como concorrer com elas. O fator de concorrência delas é muito superior ao nosso. Então, precisamos equilibrar.

O Presidente tem acertado também ao reforçar o Mercosul. Com esse reforço, com o estabelecimento de novas regras, de novas técnicas para que, crescendo, possamos nos entrosar no Mercosul nesses próximos dois anos. A partir de 2005, a realidade será a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas.

Por que o Brasil? Por sua importância estratégica e pela liderança na América Latina. Agora, o Presidente também detém a liderança política na América Latina. Os Presidentes de todos os países latino-americanos reconhecem no Presidente Lula um líder que pode representar, e representará muito, bem a América Latina toda. Teremos o fator político favorável à decisão do Presidente.

Desde o início, quando se falava na Área de Livre Comércio das Américas, fui favorável. Podem lembrar, está nos **Anais do Senado Federal** e nos **Anais do Congresso Nacional** minha posição favorável à Alca. Por quê? Porque essa é a solução de futuro, de vanguarda. Temos que entender que não basta apenas querer, temos que participar efetivamente. E o mercado internacional cresce de maneira assombrosa. A necessidade de nos modernizarmos, de nos unirmos para trabalhar pela causa pública passa pela fortificação de nossas instituições, de nossas empresas e dos nossos trabalhadores.

Todo tempo falamos em salário mínimo. É interessante, reconheço o mérito de todos que aqui falam nesse assunto, em especial do Senador Paulo Paim, que é o Vice-Presidente do Senado Federal. Mas como aumentaremos salário mínimo nos níveis internacionais se nossa economia é regional, se nossas empresas são regionais, se nossa massa de recursos é nacional? Não podemos comparar nossos salários com os de outros países. Para isso, temos que participar da economia global, do bolo de arrecadação.

Há pouco o Senador Ney Suassuna lembrou de Taiwan. Por que eles constituíram um novo país em tão pouco tempo? Por participarem da massa de re-

ursos gerada por todos aqueles países. O mesmo ocorreu na Europa. Portugal era um país tido como atrasado, sem sistema de transportes, sem aeroportos ou hotéis, não podia sequer receber os turistas. O Mercado Comum Europeu, depois da entrada de Portugal, decidiu investir em infra-estrutura, comércio, indústria no país. O próprio vinho, que sempre foi um produto português de alta qualidade, não dispunha de capacidade de produção, logística, de preparo ou transporte para a exportação. Só com a entrada no Mercado Comum Europeu, Portugal tornou-se um país importante, do nível dos demais países daquele bloco. O mesmo acontecerá ao Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, satisfeito e orgulhoso em poder dizer que estamos no rumo e no caminho certos. Precisamos de um pouco mais de paciência e continuar a lutar, acreditando no País e no Presidente, para que realmente possamos ter condições de dizer, no futuro, que valeu a pena o tempo que passamos e trabalhamos juntos pelo nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Papaléo Paes, do PMDB do Amapá. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu pronunciamento, hoje, é um pronunciamento de reconhecimento aos grandes serviços que recebemos por meio do sistema de comunicação do Senado Federal.

Para isso, desejo registrar que os parlamentos modernos, a exemplo do que ocorre com outras instituições do mundo contemporâneo, têm se empenhado sistematicamente em aperfeiçoar seus canais de comunicação com a sociedade, buscando uma crescente interação com o eleitorado e com os cidadãos em geral.

O Senado Federal não escapa a tais propósitos. Aliás, o relacionamento entre o Senado e a sociedade brasileira, hoje, pode ser considerado um exemplo para muitos povos, a julgar pela receptividade dos programas que colocam em contato direto cidadãos de todo o território nacional e seus representantes nesta Casa Legislativa.

Nesse caso, merece destaque o “Serviço 0800 – a Voz do Cidadão”, que, operando 24 horas por dia, sete dias por semana, já recebeu, desde sua entrada em funcionamento, em 1997, mais de 100 mil manifestações, gerando 46 mil registros de mensagens aos Senadores e também a setores administrativos do Parlamento. Somente no ano passado, foram con-

tabilizadas 46.148 mensagens, por meio de linhas telefônicas, fax e endereço eletrônico na **Internet**.

Na condição de integrante do sistema político e da mais alta esfera legislativa do País, o Senado Federal entende que os seus compromissos para com o cidadão brasileiro transcendem a atividade legislativa. Assim, tem assumido crescentemente uma postura de transparência e buscado, com insistência, prestar contas à sociedade.

O “Serviço 0800 – a Voz do Cidadão”, cujos resultados destaquei resumidamente, é um dos instrumentos utilizados para esse fim. Abordando o êxito desse serviço no relatório de atividades, o Diretor da Subsecretaria de Relações Públicas, o Sr. Francisco Etelvino Biondo, enfatiza que essa e outras iniciativas, como o “Programa Visite o Senado”, desempenha o papel de amálgama da cidadania e reforçam o compromisso com a informação.

A explicação para o funcionamento desses serviços está na constatação de que o Senado Federal e os Senadores não podiam mais ficar “apartados” da sociedade, limitando-se à convocar os eleitores, periodicamente, para escolher os seus representantes. A redemocratização do País, a Assembléia Constituinte e o próprio processo de conscientização popular, intensificado pelas novas tecnologias de comunicação, deram origem a um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado.

No que concerne ao Senado, foi decisiva a criação, em 1996, da Secretaria de Comunicação, que se propôs a oferecer um amplo leque de informações ao povo brasileiro. Surgiram, então, a **TV Senado**, a **Rádio Senado**, e a **Agência Senado**, as quais, juntamente com a **home page** da Instituição, levaram os cidadãos comuns ao universo das informações parlamentares.

Até então, somente tinha acesso a esse universo, o cidadão que se dispusesse a acompanhar pessoalmente os trabalhos desenvolvidos no plenário ou nas salas de Comissões. Tarefa difícil para os moradores de Brasília e praticamente impossível para os brasileiros de outras regiões.

Os meios de comunicação, portanto, democratizaram a informação, que passou a ser compartilhada por milhões de brasileiros de todos os quadrantes.

Era pouco. Faltava um instrumento que, uma vez informada a população brasileira, permitisse-lhe expressar-se junto aos seus representantes e participar de forma mais ativa das sessões do Parlamento. O Serviço 0800 logo se revelaria um mecanismo eficaz, conquistando a simpatia do público. Por meio

dele, especialmente pela discagem gratuita, o cidadão pode se manifestar, encaminhando sugestões, críticas e opiniões, solicitar cópias de normas legislativas, conferir a tramitação de projetos e solicitar informações diversas sobre o funcionamento do Senado.

Esse serviço vai além, permitindo formar um “Banco de Idéias Legislativas” a partir da manifestação popular e até mesmo servir como fonte de consultas sobre o que pensa o cidadão brasileiro. É o que ocorreu recentemente com a pesquisa “O Senado Federal e a Reforma da Previdência”, tema da maior atualidade. Essa pesquisa, tendo por base 2.832 cidadãos que espontaneamente acionaram o Serviço 0800, demonstrou que praticamente todos os entrevistados (97%) tinham conhecimento da iniciativa do Presidente da República; que 87% concordavam com a necessidade da reforma; que 77% são favoráveis a ela; que 31% têm expectativa de que se extingam os privilégios de determinadas categorias profissionais; que 29% acreditam que o sistema previdenciário “está falido ou vai falir”; e que 16% consideram a Previdência atual ineficiente.

A pesquisa, Sr. Presidente, revelou muitas outras informações, como, por exemplo, que 61% dos entrevistados não acreditavam que poderiam ser prejudicados pela reforma e que 91% destacaram a importância da participação dos Senadores de seu Estado na apreciação da proposta. Iniciativas como essa, sem dúvida, contribuem de forma significativa para que nós, Senadores, possamos conhecer melhor o pensamento e a expectativa do nosso eleitorado.

Essas informações orientam o Poder Público para que divulgue, de forma eficiente e clara, sem deixar nenhuma dúvida à sociedade, o que realmente significarão as reformas da Previdência, principalmente, e a tributária. O povo brasileiro sabe que é importante a realização no País das duas reformas, mas, inquirido em profundidade sobre o que ocorrerá, principalmente, com o servidor público, dou-lhes certeza, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que ele não sabe a resposta. O que estamos querendo é que o Governo use sua prerrogativa de levar o conhecimento necessário ao povo brasileiro, a fim de que possa optar e orientar seus Parlamentares quanto à votação, principalmente da reforma da Previdência.

Também visando à interação com o público, a Subsecretaria de Relações Públicas mantém o Programa Visite o Senado. Trata-se de um programa que funciona por meio de visitas monitoradas todos os dias da semana, inclusive feriados, e que atendeu, até o final do ano passado, a 54.459 visitantes, dos quais 3.044 estrangeiros. Além de conhecerem as

instalações do Senado Federal, sua importância histórica e sua beleza arquitetônica, os visitantes ainda têm a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre a atividade legislativa. A divulgação do Senado Federal se complementa ainda com publicações específicas, eventos e cerimônias diversos, e o projeto Cultura ao Meio-Dia, que tem por finalidade a difusão cultural, por meio de filmes e documentários nacionais e estrangeiros.

A **TV Senado** e a **Rádio Senado**, com uma programação de alta qualidade, mesclando entretenimento e informação, firmaram-se rapidamente na preferência de quantos se interessam pela vida pública e pela atividade legislativa. O **Jornal do Senado**, que há dias estreou um novo e belo projeto gráfico, incluindo o uso de cores, tem hoje uma tiragem de 68 mil exemplares.

Esse notável trabalho de comunicação é complementado com a participação popular, viabilizada por programas como o Serviço 0800 – a Voz do Cidadão e o Projeto Visite o Senado, entre outras. Ao destacar a importância dessas iniciativas, quero parabenizar a Mesa Diretora e todos os colegas Parlamentares pelo êxito dessas medidas, estendendo, muito justamente, os cumprimentos aos profissionais que tornam possível a indispensável interação com a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão. V. Ex<sup>a</sup> poderá usar da palavra até o final da sessão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entre os acontecimentos graves que se imagina possam conturbar este novo século XXI, sobrepõe-se, segundo os estudiosos, o problema social. Extrema-se não pela crescente longevidade das populações, o que seria saudável, mas pela ineficácia com que tem sido administrado pelos governos.

De grande sensibilidade social, portanto, que a Igreja Católica tenha escolhido para a conhecida e prestigiada Campanha da Fraternidade 2003 – sob o lema “Vida, Dignidade e Esperança” – o debate sobre as pessoas idosas, contribuindo, assim, para ajudar na compreensão dos problemas e soluções relativos aos que não são mais jovens.

No mundo atual, em cada dez pessoas, uma tem mais de 60 anos de idade. O total desse grupo etário, segundo dados da ONU, é estimado em 646

milhões de pessoas, acrescido, a cada mês, por outro um milhão. Entre os anos 2000 e 2050, as pessoas com essa ou mais idade, em todo o mundo, se igualarão ao número de crianças entre zero e 14 anos. Portanto, jovens e velhos representarão a mesma proporção da população. Atualmente, já ocorre em regiões desenvolvidas que o número de pessoas de idade avançada supera o de crianças. Já são 70 milhões as pessoas com 80 anos ou mais, estimando-se que, em 50 anos, existirão 350 milhões de pessoas com mais de 80 anos.

No Brasil, já contamos com 14,5 milhões de pessoas definidas pelas estatísticas como idosas, nelas predominando a população feminina (60%). Desse grupo etário, 94% possuem título de eleitor e estão aptos a exercerem seus direitos de cidadania.

Em 2020, o Brasil, que sempre exaltamos como uma Nação jovem, será o sexto País mais envelhecido do mundo.

A taxa de fecundidade das brasileiras, em 1992, era de 2,7 filhos por mulher; em 2000, caiu para 2,2, e prossegue a tendência para atingir o índice de 1,6 dos países desenvolvidos.

Parece-nos oportuno transcrever, neste ponto, trecho de **Tempo de Memória**, um dos últimos livros do conhecido filósofo e jurista italiano Norberto Bobbio, cuja idade já ultrapassou a casa dos 90 anos:

Aqueles que escreveram obras sobre a velhice, a começar por Cícero, tinham por volta de sessenta anos. Hoje um sexagenário está velho apenas no sentido burocrático, porque chegou à idade em que geralmente tem direito a uma pensão. O octogenário, salvo exceções, era considerado um velho decrepito, de quem não valia a pena se ocupar. Hoje, ao contrário, a velhice, não burocrática mas fisiológica, começa quando nos aproximamos dos oitenta, que é afinal a idade média da vida, também em nosso país (Itália), um pouco menos para homens, um pouco mais para as mulheres... Vocês sabem muito bem que, ao lado da velhice censitária ou cronológica e da velhice burocrática, existe também a velhice psicológica ou subjetiva. Biologicamente, considero que minha velhice começou no limiar dos oitenta anos. No entanto, psicologicamente, sempre me considerei um pouco velho, mesmo quando era jovem. Fui velho quando era jovem e quando velho ainda me considerava jovem até há poucos anos...

Trago este assunto a debate, Sr. Presidente – inspirado numa excelente reportagem da revista **Problemas Brasileiros**, assinada pela jornalista Cecília Prada –, com o objetivo de despertar os nossos homens públicos para a sombria perspectiva do futuro da previdência brasileira e, principalmente, movido pela preocupação em relação ao destino que se reserva aos idosos de hoje e aos idosos de amanhã.

Em tempos não remotos, consideráveis parcelas da população urbana, em nosso país, conquistavam suas justas aposentadorias, após décadas de trabalho, com salários praticamente similares aos das suas atividades, e partilhavam com filhos e netos o crescimento profissional de suas famílias.

Isso já não ocorre. As avaliações estatísticas demonstram que a maioria (69,4%) dos idosos vive com até dois salários mínimos; 19,4% recebem de dois a cinco salários e 11,2% têm renda acima de cinco mínimos.

E se a aposentadoria da classe C sempre foi irrisória, atualmente é a classe média, representativa da maioria dos trabalhadores profissionais, que se encontra com proventos inteiramente defasados. E, a cada dia, vê suas frágeis aposentadorias ameaçadas por novas restrições legais, taxações, tributos e desvalorizações.

Considerada um direito, a aposentadoria deveria assegurar uma renda satisfatória, que permitisse aos indivíduos manter seu nível de vida e garantir suas necessidades vitais. Mas não é isso o que acontece, e a tradição da aposentadoria vai se transformando numa perdida ilusão.”

Sr. Presidente, prossigo examinando a situação dos aposentados e, em razão do adiantado da hora, peço a V. Ex.<sup>a</sup> que dê por lido o todo do meu discurso nesta tarde em que este tema deveria ser ativo nas discussões de todos nós.

Muito obrigado.

#### **SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.**

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA)** – O aposentado de hoje, para me referir apenas à classe média brasileira, não ganha o suficiente para manter o padrão de vida do seu período ativo. Sofrendo o preconceito da idade, não consegue retornar ao mercado de trabalho para suplementar seus ganhos.

No Trabalho Social com Idosos do Sesc de São Paulo – instituição que, há cerca de quatro décadas, tem oferecido importante contribuição ao atendimento de idosos –, sua coordenadora, Marta Lordelo Gon-

çalves, registrou para a revista “Problemas Brasileiros” que a solicitação mais comum dos idosos que procuram esse serviço é uma só: *trabalho*. Querem retornar ao mercado de trabalho e não encontram disponibilidade para isso.

Numa proporção bastante assustadora de casos, o aposentado de hoje depara-se com o problema de filhos em busca de empregos exauridos. Testemunha os episódios da infância carente, da educação deficiente, da delinquência juvenil, do caos na saúde. Vive submetido à cultura dos preconceitos. Nos filmes e na televisão, associa-se o “velho” à decadência, desamparo e pobreza, defrontando-o, no culto avassalador da juventude, com o jovem belo, bonito, generoso, o desejado objeto sexual.

É aí que se desestrutura a personalidade daquele que, isolado do convívio profissional e até mesmo do social, vai atirar no ócio angustiante um importantíssimo potencial que estaria disponível para a sociedade. Pesquisas informam que 40 milhões de aposentados norte-americanos passam em média 43 horas por semana diante de um televisor. Não têm onde dispor sua experiência e qualificações, tão necessárias ao meio social.

Esta a temática da 2ª Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, promovido pela ONU em Madri em abril do ano passado. Os delegados dos países-membros, participantes do Encontro, refletiram o pensamento de suas sociedades, de que se tornou obsoleta a política dos governos na busca do ideal do “envelhecimento saudável”.

O paradigma, doravante, deve ser substituído pelo “envelhecimento ativo”, que, segundo definição da ONU, entende-se como “o processo pelo qual se otimizam as oportunidades de bem-estar físico, social e mental durante toda a vida, com o objetivo de ampliar a esperança de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice”.

É proporcionar ao idoso o direito e a oportunidade de manter-se no mercado de trabalho adequado aos seus anseios e às suas qualificações, no interesse das necessidades da própria sociedade.

O referido Encontro internacional seguiu-se ao realizado em 1982, procurando demonstrar, com forte embasamento científico e sociológico, que a longevidade não deve ser encarada como uma exceção ou um fardo.

Em torno da delimitação das faixas etárias, começa-se pela discussão de como definir o instante da velhice. Fixa-se em alguns países esse limite em 60 ou 65 anos como uma conceituação meramente de-

mográfica. O desgaste natural do organismo começa desde o nascimento, mas a medicina, hoje, já controla quase todas as doenças infecciosas e tem meios eficazes de combater doenças crônicas que podem acometer os mais idosos.

Atribui-se a Santo Agostinho o seguinte pensamento filosófico sobre a criatura humana: ao nascer uma criança, não se sabe se ela vai ser ou não feliz, bem ou mal sucedida na vida; sabe-se apenas que ela um dia vai morrer...

São os bons hábitos nutricionais, o exercício físico, o não tabagismo e a suplementação de substâncias como vitaminas e sais minerais que condicionam a longevidade em cada indivíduo.

Com as novas conquistas da medicina e da tecnologia, que possibilitam ao ser humano viver cada vez mais, a expectativa de vida cresce continuamente. No Brasil, em 1950 era de 45 anos. Hoje, atinge quase 70. Em países como Japão e Suécia, a expectativa de vida vai até 85 anos.

Está ocorrendo, na verdade, uma subversão de expectativas populacionais. O segmento idoso (pessoas com mais de 60 anos) crescendo mais do que os outros, tanto nos países desenvolvidos como nas nações em desenvolvimento.

*A tendência mundial, portanto, encaminha-se para um fenômeno que tem sido descrito como “um terremoto demográfico”, “o poder cinza” ou “a peste cinzenta”, caracterizado pela ausência de jovens que trabalhem para sustentar as populações mais idosas, fato que já ocorre em alguns países.*

A televisão brasileira tem produzido reportagens, confirmadas por pesquisas, sobre a existência de micromunicípios brasileiros, de até 5 mil habitantes, nos quais os benefícios previdenciários representam muitas vezes 20,3% da renda monetária das famílias. Um atraso no pagamento das pensões é suficiente para abalar a economia local. No país todo, essa média atinge 7,2%.

Senhor Presidente.

A morte é inexorável, **mors ultima linea rerum est** (a morte é ponto final de todas as coisas). Indiscutivelmente declinante, igualmente, a vitalidade de uma pessoa. No entanto, as pesquisas científicas – através da medicina, dos gerontólogos, psicólogos e sociólogos – são unâimes na afirmação de que o envelhecimento fisiológico é menos dramático do que as implicações sociais sofridas pelos idosos, vítimas de preconceitos inconsistentes que lhes impõe o meio onde vivem.

Devemos estar atentos, como sempre estivemos, para essas transformações sociais que, queramos ou não, compõem a realidade do mundo em que vivemos. Se, entre tantos problemas, já se enfrenta – embora muito modestamente – o do inchaço das populações, com milhões de casais, no mundo inteiro, exercendo espontânea e conscientemente o controle da família, há de se enfrentar também o dos grupos etários que nos legaram os ricos frutos do seu trabalho.

Como legisladores, cabe-nos o dever da criatividade para assegurar aos mais velhos a qualidade de vida a que têm direito no declinar das suas existências. Não permitir que, por serem idosos, devam apenas ser incluídos nas estatísticas de fins econômicos. Ao contrário, sempre lhes consagrar, nas leis por nós votadas, o reconhecimento da Nação pela valiosa contribuição que ofereceram ao nosso progresso.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Edison Lobão, V. Ex.<sup>a</sup> será atendido, na forma regimental.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Romero Jucá, Eduardo Azeredo, Antero Paes de Barros e a Sra. Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex.<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em diversas ocasiões, ocupei a tribuna desta Casa para denunciar os abusos praticados pela chamada indústria das multas de trânsito. Na sessão de hoje, volto ao assunto, porque os condutores de veículos continuam sendo extorquidos pelo apetite descontrolado da fiscalização eletrônica.

Logicamente, ninguém em sã consciência poderia criticar o Governo quando este desempenha corretamente uma de suas funções principais, qual seja, a de respeitar os direitos básicos dos cidadãos. Todavia, no caso das limitações de velocidade dos veículos, a qual é controlada pelos chamados “pardais”, as injustiças se sucedem a cada instante com a anuência das autoridades, causando prejuízos demasiadamente elevados aos bolsos dos motoristas, que não estão mais suportando o acúmulo dessas cobranças e nada podem fazer.

Lamentavelmente, em quase todo o Brasil, o Governo encontrou uma maneira fácil de satisfazer o Leão sem precisar polemizar com o Congresso Naci-

onal e com os grupos de pressão existentes na chamada sociedade organizada. Na verdade, as multas assinaladas pelos "pardais" representam para o bolso do cidadão brasileiro mais um imposto, aliás, um imposto direto, e mais um engenhoso ardil para extorquir recursos dos cidadãos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para evitar a continuidade dessas cobranças, que são efetuadas sem um controle criterioso, é preciso que seja estabelecido pelas autoridades competentes um sistema de gerenciamento honesto sobre os dispositivos fiscalizadores. Com isso, seria possível desativar alguns estratagemas utilizados, de maneira deliberada, para multar não só os que excedem a velocidade permitida na via, mas também os motoristas distraídos, ou seja, aqueles que não perceberam que estavam trafegando em uma via onde a velocidade máxima foi mudada repentinamente sem uma razão evidente e lógica.

Sem dúvida alguma, seria salutar que já estivesse em vigor um diploma legal que permitisse a regulação e o ajuste dos dispositivos tecnológicos utilizados para controlar a velocidade dos veículos no meio urbano e nas vias estratégicas que dão acesso a esses centros.

Entretanto, a chamada indústria das multas de trânsito tem amplo respaldo, que é de difícil superação. Pois bem, a Constituição Federal, em seu artigo 22, inciso XI, estabelece que a competência para opinar sobre esse assunto é restrita à União. Dessa maneira, como reza a Carta Magna, nos termos atuais, apenas a União tem o poder de interferir nessa matéria. Todavia, se lhe aprovar, dispõe de todos os poderes para expressar, no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 1997, as modificações que ache relevantes e invocar regulamentação técnica junto ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), que é o foro indicado para a questão.

Como podemos concluir, a indústria das multas de trânsito, que corre solta em todo o País e pune milhões de pessoas, está devidamente protegida pela Constituição e é mais uma forma absurda de aumentar a taxa dos brasileiros, que já estão submetidos a uma das maiores cargas tributárias do planeta.

Na verdade, as multas de trânsito viraram receita líquida e certa para Estados e Municípios. Por isso, as autoridades locais não têm qualquer interesse em informar a população sobre as normas vigentes. Inevitavelmente, diante da inexistência de uma campanha eficaz de esclarecimento nesse sentido, de maneira injusta, as multas vão crescendo e as pessoas são obrigadas a pagá-las. Assim, no final de cada

mês, ao abrir a caixa de correio e recolher a conta de luz, de telefone, de água, de gás, a cobrança do condomínio e outras, o cidadão recebe ainda uma inconveniente multa de trânsito, da qual não pode fugir.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em Fortaleza, por exemplo, a indústria das multas de trânsito é um sucesso comprovado. Segundo pesquisa realizada pelo Vereador Nelson Martins, do Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 1999 e 2001, a arrecadação das multas mais do que dobrou naquela capital. Em 1999, a Prefeitura conseguiu arrecadar 7.693.884 reais e, no final de 2001, o montante arrecadado registrou 17.897.154 reais. Como podemos verificar, o aumento foi da ordem de 142% em apenas dois anos, o que é, na verdade, um registro espetacular.

Diante de tudo o que acabamos de comentar neste pronunciamento, concluímos que a legislação nacional do trânsito se vem revelando como uma coletânea de extravagâncias, erros, omissões, exageros, falcaturas e trapalhadas. Por esses motivos perversos, é chegada a hora da apresentação de proposições e de ações judiciais que tenham como objetivo a mudança radical da estrutura de funcionamento do trânsito brasileiro. Uma das providências iniciais poderia ser, por exemplo, o impedimento da aplicação de multa ao motorista que estivesse trafegando a uma velocidade inferior a 80% da velocidade permitida em determinada via, quando a velocidade permitida cai abruptamente próximo ao radar. Sem dúvida alguma seria um bom começo. O CONTRAN bem que poderia dar o primeiro passo nessa direção, regulamentando melhor o uso de pardais e de barreiras eletrônicas, para acabar de vez com os abusos que estão sendo cometidos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nossa história recente, existem inúmeras pessoas, entre políticos e administradores públicos, que honraram de modo muito especial o serviço à Nação, pelo aporte de inovação, seriedade, racionalização e eficácia; enfim, pelo caráter modelar de sua atuação dentro dessa decisiva esfera da vida contemporânea.

Uma das figuras que, desde a juventude, emprestou seu talento para as atividades do Estado brasileiro foi o falecido ministro Hélio Beltrão, que, com seu poder de convencimento e decisão, aliado a uma atuação pública centrada na intransigente defesa do legítimo interesse público, trouxe grandes esperan-

ças ao povo brasileiro, sobretudo no sentido de libertá-lo das pesadas amarras burocráticas que, lamentavelmente, ainda hoje, são causa de um constrangido atraso do País e de um enorme e continuado transtorno no cotidiano de milhões de brasileiros.

Vivemos, por assim dizer, sob a égide da máxima de que todas as relações são colocadas sob suspeição, até que os agentes provem o contrário. Uma presunção que obviamente contraria todos os pressupostos que embasam a vida civilizada dentro de um estado democrático de direito. Logo, no Brasil, temos o Estado que desconfia do cidadão, e o cidadão que, por sua vez, dá pouca ou nenhuma fé ao Estado. É um jogo de mútua desconfiança, que se traduz em pesados custos não apenas para a Administração, mas especialmente para o brasileiro.

Todas essas reflexões me ocorreram ao ler, em alguns capítulos reler, antigos artigos e conferências do ministro Hélio Beltrão, reunidos no livro **Descentralização & Liberdade**, que nos chega, em terceira edição, por iniciativa da Editora da Universidade de Brasília, uma das principais editoras universitárias do País, em parceria com o Instituto Hélio Beltrão.

Para todos aqueles que verdadeiramente se preocupam e se ocupam com as questões relativas à cidadania, é uma enorme satisfação percorrer as páginas de um texto claro e objetivo, marcado pela intransigência de uma lógica cívica implacável, com dados, exemplos e encaminhamento de soluções. Em cada linha, desponta a preocupação maior de Beltrão com a sociedade, com o homem comum, que frequentemente se vê submetido e enredado no labiríntico calvário burocrático do Estado brasileiro, em seus distintos níveis.

Beltrão iniciou-se na vida pública aos 21 anos, com o ingresso no Ministério do Trabalho, durante o Estado Novo de Vargas, após submeter-se a concurso público. E ao longo de mais de cinco décadas de serviços prestados, construiu uma carreira muito bem-sucedida, da qual a maior beneficiária foi, sem sombra de dúvida, a sociedade brasileira.

Advogado, economista e administrador, Hélio Beltrão foi Ministro do Planejamento, tendo sucedido Roberto Campos, quando tratou de implantar a reforma administrativa contida no Decreto-Lei nº 200, de 1967, obstaculizada pelo governo militar após o endurecimento do regime, no final de 1968.

No final da década de 70, alguns anos antes de dirigir o Ministério da Previdência Social, Beltrão teve o seu grande momento na história da administração pública brasileira. Ao assumir o Ministério Extraordi-

nário para a Desburocratização, concebeu e deu início a sua obra maior, um revolucionário programa de simplificação e eliminação da burocracia que se impunha aos cidadãos e às empresas. O programa de desburocratização, de índole claramente liberalizante e descentralizadora, repercutiu em todo o País, ganhou espaço e respeitabilidade em todos os segmentos sociais, e trouxe sentidos benéficos, sobretudo para as pessoas mais humildes e para as empresas menores.

Em pouco tempo, o programa fortaleceu a federação e os municípios, ao estimular a desconcentração do poder, e propiciou a supressão de mais de 600 milhões de documentos, exigências e formalidades por ano. Beltrão costumava dizer que “o programa de desburocratização representou a extensão da abertura política ao cotidiano do homem comum, para protegê-lo dos abusos da burocracia, garantindo o respeito à sua dignidade e aos seus direitos, diariamente negados na humilhação das filas, na tortura das longas esperas, na indiferença e na frieza dos balcões e dos guichês”.

Esse pequeno livro que, como adiantei, leva o sugestivo título de **Descentralização & Liberdade**, consolida 25 textos, entre palestras, conferências e entrevistas, que merecem a nossa atenção e análise, na medida em que o grande desafio de desburocratizar o Brasil ainda está posto para as gerações atuais. É um desafio que só será vencido pela ação deliberada de líderes, administradores e servidores públicos “preocupados em efetivamente servir o público”, como diria Hélio Beltrão, *um verdadeiro apóstolo da desburocratização*.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 15 de junho do corrente, na qual o Secretário da Justiça de São Paulo afirma que as invasões de terras ocorridas no Estado nos últimos meses têm motivações políticas.

A matéria é de extrema atualidade, pelo que entendo que sua inserção nos Anais do Senado é oportuna e serve, inclusive, para alertar o Governo Lula sobre as ameaças à ordem jurídica, ao setor agrícola e à balança comercial.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

ENSÃO NO CAMPO Segundo Moraes, novos acampamentos arregimentam "favelados" nas cidades para ocupar terras

# Secretário diz que invasões são políticas

SÍLVIA FREIRE  
DE AGENCIA UOL

O secretário da Justiça de São Paulo, Alexandre de Moraes, afirma que as invasões de terras ocorridas no Estado nos últimos meses têm motivações políticas e os novos acampamentos estão inchados com "favelados", vindos das cidades.

Moraes é o principal articulador da reforma agrária no Estado. De acordo com ele, um mapeamento das invasões feito pela secretaria mostra que "alguns dos sem-terra são, na verdade, favelados vindos das cidades".

"É muito mais uma movimentação política do que propriamente para ganhar um lote. As pessoas sabem que não vão ganhar um lote. Nunca quiseram obter um lote. Nunca quiseram pessoas caminhar com pessoas de outros Estados, de fazendas de fazenda de Mato Grosso ou do Paraná", disse Moraes.

De acordo com informações da Secretaria de Justiça, até a última quarta-feira haviam ocorrido 20 invasões de terras no Estado de São Paulo. Em todo o ano passa-

ram Moraes, o aumento das invasões foi desencadeado pela frustração dos movimentos sociais com o ritmo dos assentamentos da reforma agrária.

sentar o anteprojeto de lei que regulariza as propriedades rurais da região com índices de serem devolutas e com até 500 hectares.

Na ocasião, o presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antônio Nabhan Garcia, pediu mais uma vez a realização de um censo para identificar os sem-terra acampados no Pontal. Segundo o ruralista, o número seria menor do que o anunciado pelo governo do Estado.

O Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) tem cadastradas 1.400 famílias no Pontal. Essas famílias terão prioridade no recebimento de terras.

A meta do governo estadual é assentar todas elas até o final do ano em terras devolutas que seriam arrecadadas pelo Estado.

Para Moraes, a reivindicação é uma medida protelatória para a solução dos problemas na região.

"O Itesp já tem cadastradas as famílias e sabe onde estão as terras devolutas no Pontal. Essa é uma forma de tentar proteger. Não há necessidade desse censo", disse Moraes.

Segundo o secretário, apesar do aumento do número de invasões, não há clima para conflito. "Não acredito que haja violência por que é mais uma ação política."

relação com a reforma agrária com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ninguém resolve todos os problemas da reforma agrária com um toque de vara mágica."

Muitas dessas invasões são feitas por um mesmo grupo que migra de propriedade em propriedade à medida que a Justiça vai concedendo a reintegração de posse aos fazendeiros.

Desde o dia 1º de junho, um mesmo grupo de sem-terra invadiu três fazendas — uma depois da outra — na região de Aracatuba, no noroeste do Estado. Na última quarta-feira, aproximadamente 400 sem-terra desse grupo acamparam na fazenda Pau D'Alho, em Bauri.

Segundo o secretário de Justiça, a tendência é que os sem-terra vindos das cidades abandonem o campo com as segundas reintegrações de posse. "A cada reintegração, a maioria dessas pessoas volta para as cidades, pois percebe que está sendo usada como massa de manobra", disse o secretário.



**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Governo rejeita negociação com servidores”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 17 de junho do corrente.

A matéria, que solicito seja inserida nos Anais do Senado, mostra a intransigência do Governo em

relação às negociações que envolvem a proposta de reforma da Previdência.

A matéria, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## Governo rejeita negociação com servidores

**FERNANDA NARDELLI**  
DA EQUIPE DO CORREIO

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se esquia de tomar atitudes antipáticas, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, não vacila em mostrar a intransigência do Planalto. Coube ontem ao ministro dar mais uma prova da inflexibilidade do governo em relação à reforma da Previdência. Durante o ato de criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente entre governo e funcionários públicos, foi Dirceu quem disse não ao pedido dos servidores de incluir as questões previdenciárias nas discussões do fórum.

Logo depois de receber um documento das entidades sindicais, ele foi categórico: “Não temos acordo em relação à reforma da Previdência. O governo tem uma posição clara de manter a proposta de emenda constitucional.” Mais tarde, porém, o presidente Lula disse, por meio do porta-voz da Presidência, André Singer, que está disposto a conversar com os representantes das entidades sindicais do serviço público.

A disposição demonstrada por Lula não significa exatamente caminho livre para a negociação. “Desde o primeiro

momento do governo, o diálogo existiu. O que não existe é um processo efetivo de negociação”, disse Jorge Moreira, representante da Coordenação Nacional dos Servidores Nacionais (Cnesf).

A reivindicação dos servidores foi feita na semana seguinte às manifestações na Esplanada

### O ZANGADO DO PLANALTO

*O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, não joga duro apenas com os servidores. Na saída do Ministério do Planejamento, em entrevista à imprensa, o ministro reagiu mal a um questionamento: “Como eu estou de bom humor hoje, vou responder, mas essa pergunta é inacreditável.” Quando a jornalista tentou complementar a pergunta, foi interrompida. “Você me permite responder como eu quero?” O mau humor de Dirceu é recorrente. Em outras oportunidades, o ministro já foi indelicado com repórteres.*

dos Ministérios contra a reforma. Pela manhã, o governo não se abalou nem com a ameaça de greve do funcionalismo, marcada para o dia 8 de julho. Dirceu declarou apenas que a greve é um procedimento legal, que será respeitado.

O argumento do governo para não incluir a reforma da Previdência no fórum é o de que a reforma já está no Congresso. “O governo fez com os governadores uma proposta e apresentou-a ao Congresso. É lá o espaço para a repactuação”, afirmou Dirceu. Para os servidores, a postura do ministro significa uma ruptura. “O governo chamou a gente para a briga”, afirmou Gilberto Cordeiro, coordenador da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

A mesa de negociação tem como temas as questões salariais e de carreira do funcionalismo. No entanto, para os servidores, a reforma da Previdência é assunto prioritário. O diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União (Fenajufe), Cláudio Azevedo, entregou a Dirceu um pedido de audiência com o presidente. Lula vai discutir com o ministro o momento oportuno para o encontro com os servidores.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última semana o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a Síntese de Indicadores Sociais, pesquisa com base nos dados do Censo 2000 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O trabalho revela as atuais condições de vida do brasileiro.

A melhoria dos indicadores sociais foi generalizada, sobretudo os de saúde, educação e situação dos domicílios. Mas a primeira constatação confirma que a desigualdade, em seus múltiplos aspectos, continua a ser um dos traços marcantes de nossa sociedade.

Permanece a distância entre o topo e a base da pirâmide social – o 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres. Os 10% mais abastados ganham 18 vezes mais do que os 40% no outro extremo da escala. Metade dos trabalhadores brasileiros recebe menos de dois salários mínimos.

As desigualdades de rendimento acarretam muitas outras. Os mais pobres, na maioria dos casos, não têm acesso ao saneamento básico adequado, ao ensino superior, ou à carteira de trabalho assinada.

A persistência dos níveis de desigualdade de gênero e de cor é desalentadora. A pobreza continua sendo negra e feminina. Os negros e mulheres são sub-remunerados, mesmo quando a sua escolaridade é igual ou até superior à dos brancos homens. O rendimento médio da população ocupada negra e parda ficou em torno de 50% do rendimento dos brancos: os primeiros ganhavam em média 2,2 salários mínimos mensais; entretanto a média para os brancos era de 4,5 mínimos.

Tome-se, por exemplo, a questão do acesso ao sistema previdenciário, que o debate sobre a reforma do setor traz para a ordem do dia. Segundo o IBGE, 54% da população ocupada, ou mais de 40 milhões de brasileiros, não contribuem para a seguridade social. Como se não bastassem as consequências desse baixo índice de participação – que, de um lado, pressiona as contas do INSS e, de outro, deixará no desamparo completo legiões de futuros idosos –, as diferenças regionais ultrapassam de longe os limites do aceitável. Na região Nordeste apenas 28% dos trabalhadores contribuem para a Previdência, contra 57% na região Sudeste.

Nenhum indicador social significativo contraria o padrão de desigualdade entre Norte e Nordeste, de uma parte, e Sul e Sudeste, de outra.

Portanto, Sr. Presidente, apesar de todo esforço de oito anos do governo passado para estruturar uma rede de proteção social, admitimos que ainda há muito a percorrer. Principalmente em relação às desigualdades regionais.

No entanto, acredito que a demora do Ministério da Assistência e Promoção Social em adotar a prometida guinada na política social do governo Lula, só vem confirmar que estávamos no caminho correto. Segundo destaca a jornalista Marta Salomon na edição de hoje da **Folha de S.Paulo**, a ministra Benedita da Silva admite que há dez opções em estudo, e nenhuma se propõe a unificar os orçamentos dos programas. As mudanças prometidas em campanha, já se admite, ficarão para 2004, indo contra as recomendações da equipe de transição.

Como quem tem fome tem pressa, como alegava o Presidente Lula, e são 15 milhões de pessoas nessa situação, acreditamos que nossos programas não foram desativados porque estavam bem desenhados.

Talvez o governo tenha antevisto o prejuízo que seria desmontar essa rede de proteção. Ou analisou a questão social com a mesma cautela dedicada à política econômica, onde se evita o risco de mudança abrupta de rumos.

Política social, senhores, requer tempo. E a própria Ministra Benedita já admitiu. Tempo para identificar problemas, propor soluções, definir indicadores, implantar programas, organizar parcerias e avaliar os resultados. Para cada ação social, houve investimentos públicos, planejamento, colaboração técnica de entidades respeitáveis e organismos internacionais.

Essa experiência acumulada não pode ser descartada. Deve, sim, ser aperfeiçoada. Políticas sociais continuamente reinventadas custam caro ao Estado e não contribuem para reduzir desigualdades. Ao contrário, provocam a frustração e tiram a esperança dos que mais precisam.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

**ORDEM DO DIA**

Às 14h30min.

– 1 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**

Nº 18, DE 2003

*(Proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003)  
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §  
6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2003, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências, e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 116, de 2003, tendo

Pareceres proferidos

– no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Cláudio Magrão (PPS-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária da matéria e da Emenda nº 8 e inadequação das Emendas nºs 1 a 7 e 9 a 15; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 15, apresentadas perante aquela Comissão;

– sob nº 606, de 2003, de Plenário, Relator revisor: Senador Roberto Saturnino: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade relevância e urgência, e adequação financeira e orçamentária da matéria; e, quanto ao mérito, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão, e contrário às emendas.

Dependendo de votação das emendas.

– 2 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**

Nº 19, DE 2003

*(Proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003)  
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §  
6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão em turno único do Projeto de Lei de conversão nº 19, de 2003, que *altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, e dá outras providências (dispõe sobre o Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica)*, proveniente da Medida Provisória nº 117, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista,

Relator: Deputado Benedito Lira (PPB-AL), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria e das Emendas nºs 1 a 13 e 15 a 23 e inadequação da Emenda nº 14; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 4, 6, 13 a 23, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, 5, 7 a 12, 14 a 19, 21 e 22, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, com alterações que promove, e rejeitando parcialmente a Emenda nº 20.

Relatora revisora: Senadora Patrícia Saboya Gomes

– 3 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**

Nº 20, DE 2003

*(Proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003)  
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §  
6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão em turno único do Projeto de Lei de conversão nº 20, de 2003, que *altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal*, proveniente da Medida Provisória nº 118, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Miguel de Souza (PL-RO), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria e das Emendas nºs 3 a 13 e pela injuridicidade das de nºs 1 e 2; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 8 e 12, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 7, 9 a 11 e 13, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, com as alterações que promove.

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide

– 4 –

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 119, de 2003**

Discussão em turno único da Medida Provisória nº 119, de 2003, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de oitenta e nove milhões, cento e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado

José Rocha (PFL-BA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)*

**ATA DA 77ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA  
EM 13 DE JUNHO DE 2003**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 082, de 14 de junho de 2003)**

**RETIFICAÇÕES**

1) À página nº 15349, 2ª coluna, referente ao Parecer Nº 631, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2002 (nº 1.917/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.

**Onde se lê:**

“PARECER Nº 631, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2002 (nº 1.917/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.”

**Leia-se:**

“PARECER Nº 631, DE 2003

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2002 (nº 1.917/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Educativa de Biquinhas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Biquinhas, Estado de Minas Gerais.”

- 
- 2) À página 15380, 2ª coluna, referente ao Parecer Nº 640, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2003 (nº 1.794/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul.
- 

**Onde se lê:**

“Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2003 (nº 1.794/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade *de São João do Norte*, Estado do Rio Grande do Sul.”

**Leia-se:**

“Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2003 (nº 1.794/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Sociedade Rádio Difusão Comunitária Litoral FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de *São José do Norte*, Estado do Rio Grande do Sul.”

3) À página 15427, 2ª coluna, referente ao Parecer nº 651, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2003 (nº 1.993/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

**Onde se lê:**

**“Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2003 (nº 1.993/4,2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.”**

”

**Leia-se:**

**“Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2003 (nº 1.993/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tabira FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabira, Estado de Pernambuco.”**

4) À página 15442, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 654, de 2003, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2003 (nº 2.116/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa Jacuipense - Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ-RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.

**Onde se lê:**

“Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2003 (nº 2.116/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa *Jacupense* - Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ-RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.”

**Leia-se:**

“Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2003 (nº 2.116/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educativa e Recreativa *Jacuipeense* - Rádio Comunitária Riachão FM (ACERJ-RCR) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia.”

---

5) À página 15463, 2ª coluna, referente ao Parecer Nº 672, de 2003, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 371, de 2003, que solicita, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, seja solicitada à Caixa Econômica Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Fazenda, cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH do Brasil Ltda, edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados, para avaliação de implementação de sistemas on line das loterias federais.

**Onde se lê:**

“ Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 371, de 2003, que solicita, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 216

e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, seja solicitada à Caixa Econômica Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Fazenda, cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH do Brasil Ltda, edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados , para avaliação de implementação de sistemas *on une* das loterias federais.”

**Leia-se:**

“Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento de Informações nº 371, de 2003, que solicita, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1, de 2001, seja solicitada à Caixa Econômica Federal, por intermédio do Ministro de Estado da Fazenda, cópia autenticada do contrato assinado entre a Caixa Econômica Federal e a GTECH do Brasil Ltda, edital de concorrência que amparou tal contratação e aditivos contratuais assinados , para avaliação de implementação de sistemas *on Line* das loterias federais.”

6) À página 15472 , 2ª coluna, referente ao Recurso nº 12, de 2003

**Onde se lê:**

**“RECURSO Nº 12, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 30, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003 , que “ Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã, para executar serviços de ráiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”, seja submetido à deliberação do Plenário do Senado Federal.



Sala das Sessões, **de junho** de 2003. – Fátima Cleide- Roberto Saturnino.....”

**Leia-se:**

**“RECURSO Nº 12, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2003, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ministério Comunidade Cristã, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”, seja submetido à deliberação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, **13 de junho** de 2003. – Fátima Cleide- Roberto Saturnino.....”

**ATA DA 78ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA  
EM 16 DE JUNHO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 083, de 17 de junho de 2003)

**RETIFICAÇÃO**

- 1) À página nº 15586, 2ª coluna, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2003 (nº 2.317/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002

**Onde se lê:**

**“PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO”  
Nº 364, DE 2003  
(Nº 2.317/2002, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do *Arcado* de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.”

**Leia-se:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO”  
Nº 364, DE 2003  
(Nº 2.317/2002, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do *Acordo* de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), celebrado em Brasília, em 30 de janeiro de 2002.”

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 070 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I - Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 58, de 2003, do Diretor-Geral, incumbida de promover a alienação dos veículos oficiais do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 071 , DE 2003**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

I - Prorrogar por 120 (Cento e vinte) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 36, de 2003, do Diretor-Geral, incumbida de promover o acompanhamento e a modernização dos sistemas elétrico, hidráulico e de ar condicionado do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4061 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **NILSON DA SILVA REBELLO**, matrícula nº 2691 e, **ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR FILHO**, matrícula nº 4613, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011573/03-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4062 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **NILSON DA SILVA REBELLO**, matrícula nº 2691 e, **CARLOS ROBERTO STUCKERT**, matrícula nº 3362, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011572/03-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4063 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores CARLOS ROBERTO STUCKERT, matrícula nº 3362 e, ADERSON PIMENTEL DE ALENCAR, matrícula nº 4613, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 010807/03-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4064 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores LILIA SOUZA BRITTO, matrícula nº 3053 e, SELMA MARIA SIMÕES SILVA, matrícula nº 2844, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011285/03-6 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4065 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores HELENA CELESTE RIBEIRO LUSTOSA VIEIRA, matrícula nº 4401 e, MARIA CRISTINA PEDRINHA DE LIMA, matrícula nº 4911, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011268/03-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4066 , DE 2003**

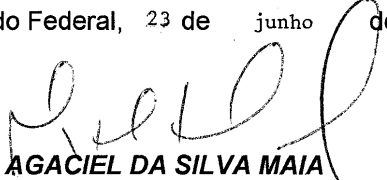
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores HONORATO DA SILVA SOARES NETO, matrícula nº 4671 e, JOABSON MARTINS CAHÚ JÚNIOR, matrícula nº 4116, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011492/03-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4067 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores **FERNANDO ANTÔNIO ANTUNES REIS**, matrícula nº 4306 e, **CARLOS ROBERTO STUCKERT**, matrícula nº 3362, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011090/03-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4068 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011637/03-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PATRÍCIA MAZZILLI CÂNDIDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Serviços de Intra-Estrutura do Senado Federal.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



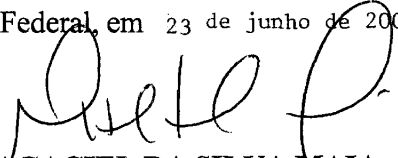
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4069 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011640/03-0,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO CARLOS RODRIGUES AMARAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4070 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011639/03-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MARQUEZ DE QUEIROZ JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4071 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011636/03-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO ANTONIO BENASSULY FIALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



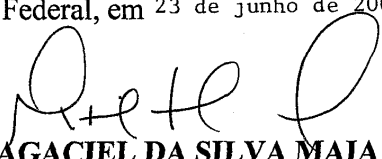
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4072 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011698/03-9**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDENIR ASSIS DE ANDRADE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide .

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4073 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011697/03-2 e 011699/03-5,

**R E S O L V E** exonerar **WALDEMIR AGUIAR DE BASTOS**, matrícula n.º 32.785, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

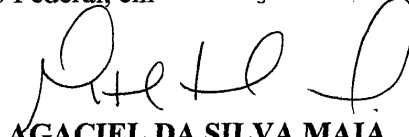
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4074 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011752/03-3,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FABIANA CAVALCANTE AZAMBUJA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4075 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011.690/03-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RIOBRANCO BRASIL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4076 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011691/03-4**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA BROTTTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Augusto Botelho.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



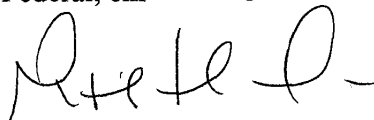
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4077 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011696/03-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MIRIAN JEAN MILLER** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4078 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011700/03-3,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FABRÍCIO DOS SANTOS FERNANDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



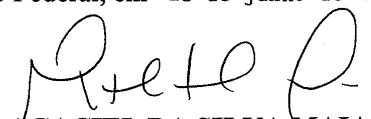
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4079 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011695/03-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **TEREZINHA FERREIRA MARQUES CAMARGO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

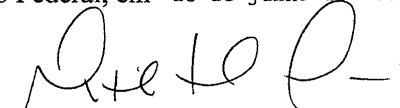
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4080 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011753/03-0**,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ULLY ISSA DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 32.255, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

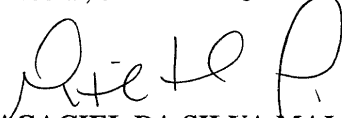
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4081 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011595/03-5,

**R E S O L V E** exonerar **MARISARDO BEZERRA DE MEDEIROS**, matrícula n.º 32.324, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Ney Suassuna e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4082 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011592/03-6,

**R E S O L V E** exonerar **TERESINHA CARIRY CARVALHO RIBEIRO**, matrícula n.º 31.906, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Ney Suassuna e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



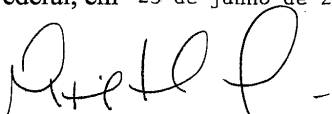
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4083 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011593032,

**R E S O L V E** exonerar **CELEIDA ROCHA RABELLO**, matrícula n.º 32.037, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete do Senador Ney Suassuna e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



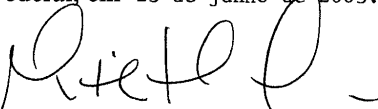
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4084 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011659/03-3,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO DE FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4085 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011638/03-6 e 011660/03-1,

**R E S O L V E** exonerar **MARCELA FAGUNDES SOUZA**, matrícula n.º 33.563, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4 do Gabinete da Liderança do PL e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4086 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011650/03-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEX CAVALCANTE ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador César Borges.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

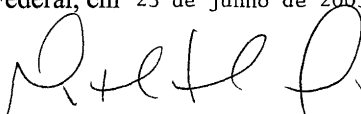
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4087 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011649/03-8,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELLEN VIRGÍNIA ALVES TORRES**, matrícula n.º 34.054, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador César Borges.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

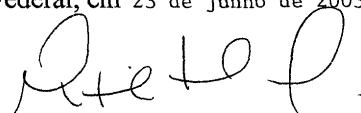
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4088 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011658/03-7,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ORLANDO LIMA DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

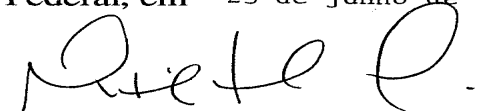


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4089 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011594/03-9**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARACILBA ALVES DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 23 de junho de 2003,



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Iris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) <sup>1</sup>
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.  
Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3114605 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br  
Atualizado em 28/04/2003

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n º 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: gildete@senado.gov.br  
Atualizada em 13/05/2003

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

Atualizada em 10/04/2003

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113915 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.  
Atualizada em 28/04/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**

**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) <sup>1</sup>	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

Atualizada em 26/03/2003



**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**

**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup>

**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
<b>Corregedor do Senado</b> (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br  
www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

### PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>**

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo <sup>1</sup>	GO	3148
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-5</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

**Atualizada em 7.5.2003**

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

## CONGRESSO NACIONAL

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

### COMISSÕES DE TRABALHO

#### **01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

#### **02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

#### **03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

#### **04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

#### **05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)



## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

**Representação Brasileira**

### **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPICZY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
<b>PPS <sup>(1)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Nota:**

<sup>(1)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY <sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> ( <i>aguardando definição</i> )
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLY (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X -- Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900  
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



**EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS**